

2022



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies



2022



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

2022



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies



TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses / Journal of Anglo-Portuguese Studies

Número 31 2022

ISSN: 0871-6820

SCOPUS / LATINDEX / RUN / MIAR / DOCBWEB

URL: <http://japs.fcs.unl.pt>

DOI: <https://doi.org/10.34619/ct06-mexp>

DIRECTORA

Gabriela Gândara Terenas, CETAPS/NOVA FCSH, Professora Associada com Agregação
gandaraterenas@gmail.com

APOIO EDITORIAL E À DIRECÇÃO

Cristina Carinhas

COMISSÃO REDACTORIAL DA NOVA FCSH

Maria Teresa Pinto Coelho, IHC, Professora Catedrática e *Honorary Research Fellow* na Universidade de Oxford

Rogério Miguel Puga, CETAPS, Professor Associado

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, CETAPS, Professor Auxiliar

Maria da Conceição Castel-Branco, CETAPS, Professora Auxiliar

Maria Zulmira Castanheira, CETAPS, Professora Auxiliar

COMISSÃO REDACTORIAL EXTERNA

Malyn Newitt, King's College, University of London (Professor Emeritus)

Paulo de Medeiros, University of Warwick (Full Professor)

Hilary Owen, University of Oxford (Full Professor)

Rui Miranda, University of Nottingham (Associate Professor)

Claudia Pazos Alonso, University of Oxford (Associate Professor)

Paul de Melo e Castro, University of Glasgow (Lecturer)

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 - C - 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

DESIGN

Nuno Pacheco Silva

PAGINAÇÃO

Pedro Panarra

EDIÇÃO

Tiragem: 100 exemplares

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Edições Húmus, Lda., 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

DISTRIBUIÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Depósito Legal n.º 93441/95

À Memória da Professora Doutora Maria Leonor Machado de Sousa



OBITUÁRIO

Professor Maria Leonor Machado de Sousa was one of the most prestigious and admired scholars in the history of the Portuguese modern Academy. She devoted her entire life to the Anglo-Portuguese Studies, which she has created late in the 1970s. Like a general who never retires from his mission to rule his troops, Professor Leonor, as we used to address her in great respect, never gave up to lead her academic disciples. She was not just a living inspiration to young and senior scholars, but a true ambassador to British literature and culture for the Portuguese Academy and beyond.

She was a great teacher to many of us, a true master who has earned the gratitude of her peers crossing now several generations. From the first courses in English Studies, both at undergraduate and postgraduate level, established in late 1970s at Nova University, which she also helped in its foundation, to the Scopus indexed journal *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, which she has founded forty years ago, the range of her works and actions is impressive. Notably, she coordinated and published *Camões in England* and *Don Sebastian in English Literature*.

She was the first woman holding a professorship in English Studies in Portugal and she helped, this way, creating new opportunities to other women to start a career in this area in Portugal. She was also the first woman to chair the National Library of Portugal. She was also a distinguished member of the Portuguese Academy of History, where she worked on aspects of the Anglo-Portuguese relations, namely Travel Writing and the Peninsular War. She also launched the English-Speaking Union in Portugal, becoming its first President. She was President of the Portuguese Association of Anglo-American Studies, Vice-President of the Byron Society in Portugal, and the first Vice-Rector of the Portuguese Open University. Finally, at NOVA FCSH, she founded the research centre that I have the honour to currently chair: CETAPS (Centre for English, Translation, and Anglo-Portuguese Studies), today evaluated by FCT as an excellent research unit.

Professor Maria Leonor Machado de Sousa has taught several generations to read not only the books, not only to drink the information they contain so that this information can be passed on to other generations. This pedagogy of reading as an inheritance gained

without work has never been an option within the tradition of Anglo-Portuguese Studies. Professor Maria Leonor taught us all to “go straight to the book of nature” so that our own thinking could flourish. Professor Maria Leonor’s hand was always a helping hand that has not prevented anyone from growing up.

Professor Maria Leonor Machado de Sousa was the best diplomat of the British culture and literature everywhere she has given us all the privilege to follow her teachings and intellectual leadership. In 2021, she was awarded the title of MBE – Member of the Most Excellent Order of the British Empire, by Her Majesty Queen Elizabeth II.

Carlos Ceia

TESTEMUNHO

Em 1990 era publicado o primeiro número da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* sob a direcção de Maria Leonor Machado de Sousa, a sua mentora e fundadora. A *Revista* surgia na continuidade da criação do curso de Mestrado homónimo em 1981 inaugurado no ano seguinte. Vinda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ingressei nesse Mestrado, um dos primeiros do país. Para mim tudo era novo e suscitava curiosidade: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, os colegas, o programa científico centrado nos designados Estudos Anglo-Portugueses dos quais nunca ouvira falar, tanto mais que obtivera uma longa licenciatura (de cinco anos) em Filologia Germânica.

Deixar os Estudos Germânicos e começar a estudar a Aliança luso-britânica nunca havia passado pela minha cabeça, mas, incentivada por uma amiga de longa data que cursava o também recente Mestrado em História, pedi para falar com a Professora Machado de Sousa, como era conhecida. Recebida no seu gabinete com afabilidade e entusiasmo, depressa me deixei contagiar e convencer a mudar de área. E foi assim que acabei por defender uma tese sobre James Edward Alexander, viajante em Portugal durante a Guerra Civil e um homem que decisivamente contribuiria para que, a partir de Alexandria, fosse transportada para Londres a Agulha de Cleópatra, um obelisco originário de Heliópolis que Eça de Queirós e muitos outros veriam ainda em solo egípcio e sobre o qual registariam notas nos seus caderninhos de viagem, como viria a descobrir muito mais tarde.

Esse Mestrado foi uma revelação, um rito de passagem, que em muito mudaria a minha vida. Beneficiámos da energia inquebrantável da Professora Leonor, da sua crença no mérito dos Estudos Anglo-Portugueses (do qual muita gente duvidava) e iniciámos um caminho, um longo caminho que hoje continua na FCSH: *connosco*, “os meninos”, como nos chamava a Professora, e com os que se nos juntaram, alguns deles outros “meninos”, alunos nossos, hoje já espalhados por diferentes instituições.

Na época, e já contei isso anteriormente, foi com muita excitação que fomos até Londres fazer investigação para as nossas teses de mestrado. Como relato aos meus próprios alunos, não havia *internet*, nem bases

de dados, nem repositórios de teses. Na antiga biblioteca do British Museum, copiaríamos, à vez e às escondidas, capítulos inteiros de livros para a nossas bibliografias. À noite (mas só depois de arrumadas as fichas de leitura e organizado o trabalho para o dia seguinte, como exigia a Professora Leonor), jogávamos às cartas. Todo um mundo que deixa boquiabertos e incrédulos os jovens estudantes dos dias de hoje.

Muitos anos mais tarde, a biblioteca seria transferida para St. Pancras e, pasme-se, eu e o meu colega João Paulo, então em nova, dinâmica e muito entusiasmada missão investigadora em Londres, estaríamos com a Professora na inauguração, onde discursou... Cherie Blair. Foi também nesse mesmo verão que assistimos na capital britânica a uma cidade mergulhada em dor pela morte da Princesa Diana.

O presente número de homenagem coincide com a celebração dos 650 anos do Tratado de Tagilde festejado com um largo Programa comemorativo. Fui numa muito desejada peregrinação (anglo-portuguesa) a Tagilde a pensar em tudo isto e aqui deixo, na sua *Revista*, agora acompanhando os tempos também intitulada *Journal of Anglo-Portuguese Studies*, um testemunho ilustrado à memória de Maria Leonor Machado de Sousa. Pela sua energia, pela sua coragem, pela dedicação aos Estudos Anglo-Portugueses, pelo que nos ensinou, pelos caminhos que abriu, pelo sonho.

Teresa Pinto Coelho
15. 8. 2022



Reconstituição histórica da assinatura do Tratado de Tagilde no âmbito das celebrações dos 650 anos da Aliança Luso-Britânica. Tagilde, Largo da Igreja, 10 de julho de 2022. Fotos de Teresa Pinto Coelho

ÍNDICE TABLE OF CONTENTS

EDITORIAL	17
EDITORIAL	21

PROJECTOS PROJECTS

1. Miguel Alarcão, “Tudo o que não escrevi”	25
---	----

ESTUDOS ESSAYS

1. Aida Jordão, “The Spectacle of Inês de Castro in Spanish Drama: Building on Maria Leonor Machado de Sousa’s Premise”	33
2. Ana Isabel Buescu, “William Gardiner, Inglês de Bristol: Heresia, Transgressão e Martírio na Capela Real do Paço da Ribeira em 1552”	53
3. Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, “Evocação dos 360 anos do Casamento Real Anglo-Português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra”	75
4. Maria Zulmira Castanheira, “Lisboa, 1755: Paisagens Sonoras e Olfactivas no <i>Thriller</i> Histórico <i>The Day of Atonement</i> (2014), de David Liss”	129
5. Rogério Miguel Puga, “An Anglo-Portuguese Romantic Encounter during the Shelley-Byron Circle’s Intertextual Summer in Geneva: The Identity of the Mysterious Portuguese Lady”	149
6. Didiana Fernandes, “O País Vinhateiro do Alto Douro: Olhares dos Viajantes Ingleses na Primeira Metade do Século XIX”	159
7. Ana Cláudia Salgueiro da Silva, “A Mulher em Jane Austen e Júlio Dinis: a Antecipação da Futura Emancipação Feminina”	177
8. Gabriela Gândara Terenas, “‘Lysia y Iberia Libertadas’: Britain and Portrayals of the Liberal Triennium in Portuguese Poetry (1820-1823)”	211

9.	Rui Moura e José Norton, "Carlos Van Zeller (1811-1837): Um Militar-Artista Anglo-Português nas Guerras Liberais Ibéricas" ..	233
10.	Jesse Pyles, "The Battle of the Lys: Understanding How and Why its History is Distorted"	269
11.	Maria Antónia Lima, "The Anglo-American Gothic Shadow in Contemporary Portuguese Art and Literature"	299
12.	Rita Faria, "'Would you shut up, man?': The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press"	323
	ABSTRACTS	353
	BIOGRAPHICAL NOTES	363
	PUBLICATION ETHICS AND PUBLICATION MALPRACTICE	371

EDITORIAL

A génese dos Estudos Anglo-Portugueses – a Escrita de Viagens, em geral, e os viajantes britânicos em Portugal, em particular – marca, mais uma vez, a *REAP/JAPS*, cujo presente número é dedicado à memória da sua fundadora, a saudosa Professora Maria Leonor Machado de Sousa. Assim, na senda do trabalho pioneiro levado a cabo sob a sua coordenação, dois dos artigos que compõem o presente número dizem respeito a estudos de caso integráveis no âmbito da Escrita de Viagens. Numa investigação quase detectivesca, Rogério Miguel Puga, em “An Anglo-Portuguese Romantic Encounter during the Shelley-Byron Circle’s Intertextual Summer in Geneva: The Identity of the Mysterious Portuguese Lady”, desvenda e analisa a até agora desconhecida e misteriosa identidade de uma senhora portuguesa que, em viagem, fez parte do círculo sociocultural dos dois poetas da chamada segunda geração romântica inglesa, durante o Verão de 1816, passado em Genebra. Evocando muitos dos viajantes estudados, numa primeira instância, sob a orientação da Professora Maria Leonor – Costigan, Kinsey, Forrester, Kingston –, Didiana Fernandes reinterpreta-os à luz de uma paisagem comum, a da região do Douro, no artigo intitulado “O País Vinhateiro do Alto Douro: Olhares dos Viajantes Ingleses na Primeira Metade do Século XIX”. Ao cartografar o território, a autora explica como a sua reconfiguração dependeu dos interesses e das motivações dos diferentes viajantes estudados.

Para além dos viajantes britânicos em Portugal, a Professora Maria Leonor desenvolveu várias outras temáticas no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, como a projecção de Inês de Castro em Inglaterra e a literatura negra ou de terror em Portugal, as quais são de algum modo revisitadas neste número. Assim, em “The Spectacle of Inês de Castro in Spanish Drama: Building on Maria Leonor Machado de Sousa’s Premise”, Aida Jordão, partindo da *magnum opus* *Inês de Castro, um Tema Português na Europa*, avança com a análise de um drama espanhol do século XVI, inspirado na figura “daquela que depois de morta foi rainha” e respectiva encenação, levada a cabo em 2019, demonstrando que o tema continua actual e a despertar o interesse do público. Por seu turno, Maria Antónia Lima, em “The Anglo-American Gothic Shadow in Contemporary Portuguese

Art and Literature”, explorando conceitos base susceptíveis de interpretações de cariz psicanalítico, como o de “sombra”, tal como postulado por Jung, analisa a influência do gótico anglo-americano na literatura e na arte portuguesas contemporâneas. Em “Lisboa, 1755: Paisagens Sonoras e Olfativas no *Thriller* Histórico *The Day of Atonement* (2014), de David Liss”, Maria Zulmira Castanheira estuda um *thriller* histórico, cujas origens remontam justamente ao romance gótico dos finais do século XVIII e princípios do XIX, cruzando-o com um acontecimento também alvo do interesse da Professora Maria Leonor, a representação do Terramoto de 1755 em textos ingleses.

A perspectiva comparatista, intrinsecamente associada aos Estudos Anglo-Portugueses, tem incidido sobretudo na abordagem da problemática imagológica, mas também na recepção e/ou influência de autores anglófonos em Portugal (ou vice-versa) com o objectivo último de se tentar perceber em que circunstâncias se levou a cabo uma determinada leitura de um texto “Outro”. Este enfoque encontra eco no presente volume nomeadamente no artigo de Ana Cláudia Salgueiro da Siva, “A Mulher em Jane Austen e Júlio Dinis: a Antecipação da Futura Emancipação Feminina”. Tal como o título indica, trata-se de uma análise comparada das personagens femininas dos romances de Jane Austen e de Júlio Dinis, considerando-se a hipótese da influência da escritora inglesa na obra do romancista português.

A análise de textos em contextos anglo-lusos tem sido sempre acompanhada pela história da centenária Aliança Luso-Britânica (que a Professora Maria Leonor fazia questão de recordar nas primeiras sessões dos seminários) e, portanto, esta encontra-se, de forma inevitável, subjacente à área em apreço. Antes da assinatura do Tratado de Windsor, em 1368, o qual formalizou oficialmente o início da Aliança, já outros acordos haviam sido estabelecidos, como, por exemplo o Tratado de Tagilde, assinado há 650 anos e evocado, a propósito, no texto “Testemunho” da autoria de Teresa Pinto Coelho.

Deve recordar-se que os ingleses já haviam prestado auxílio ao primeiro Rei de Portugal na conquista da Lisboa, em 1147, pelo que, numa atitude de reconhecimento, D. Afonso Henriques nomeou um inglês para o cargo de primeiro Bispo da cidade. Pode assim afirmar-se

que as relações de cariz religioso entre os dois países acompanharam as de teor político e de união na guerra. Em “William Gardiner, Inglês de Bristol: Heresia, Transgressão e Martírio na Capela Real do Paço da Ribeira em 1552”, Ana Isabel Buescu retoma justamente essas ligações religiosas através de uma figura inglesa polémica e protagonista de um episódio que marcou, pela negativa, uma aliança, que, à época já contava com 182 anos de existência. A Aliança viria ser reforçada, desta feita positivamente, pelo casamento anglo-luso de D. Catarina Bragança com Charles II, em 1642, tal como Maria da Conceição Castel-Branco explica em “Evocação dos 360 anos do Casamento Real Anglo-Português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.”

A união na guerra contra um inimigo comum marcou frequentemente a história Aliança, tendo sido vários os conflitos travados ao longo dos tempos que contribuíram, com material particularmente relevante, para o estudo as relações anglo-portuguesas, sobretudo relatos de cariz memorialístico de militares britânicos e portugueses, bem como textos poéticos evocativos de tais acontecimentos. Assim, o texto de Jesse Pyles, “The Battle of the Lys: Understanding How and Why its History is Distorted”, centra-se na desconstrução de imagens preconceituosas e estereotipadas que os britânicos veicularam dos portugueses, vistos como um povo claramente inferior, aquando da participação do Corpo Expedicionário Português (CEP), integrado no exército aliado, na Primeira Guerra Mundial, mais especificamente na batalha de La Lys. Socorrendo-se de múltiplas fontes, o autor visa provar que a informação por ele recolhida contraria, em grande medida, os registos “oficiais” relativos à incapacidade militar dos portugueses, decorrentes da proverbial atitude de superioridade por parte dos britânicos, a qual, desde cedo, marcou a história das relações anglo-lusas. Curiosamente, na secção “Projectos” deste volume, Miguel Alarcão, sob o título “Tudo o que não escrevi”, sugere, generosamente, vários temas de trabalhos a desenvolver no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, sendo um deles a análise das repercussões em Portugal do envolvimento britânico na Primeira Grande Guerra, o que viria decerto completar a perspectiva anterior.

No respeitante às Lutas Liberais sobressaem dois artigos diferentes, mas, em grande medida, complementares. Por um lado, a análise da visão pictórica de um oficial anglo-português sobre as guerras liberais (e carlistas) travadas na Península Ibérica surge no artigo “Carlos Van Zeller (1811-1837): um Militar-Artista Anglo-Português nas Guerras Liberais Ibéricas” de autoria conjunta de Rui Moura e José Norton, dedicado à vida e, sobretudo, à produção artística de Carlos Van Zeller. Por outro, a imagem poética de Portugal e Espanha, países libertados do jugo absolutista com a ajuda e o apoio da Grã-Bretanha (à semelhança do que se verificara aquando das Invasões Francesas) constitui objecto de estudo no artigo “Iberia y Lysia Libertadas’: Britain and Portrayals of the Liberal Triennium in Portuguese Poetry (1820-1823)” da autoria de Gabriela Gândara Terenas. Em ambos, os Estudos Anglo-Ibéricos entrecruzam-se, naturalmente, com os Anglo-Portugueses.

Este volume vem, de novo, comprovar a forma como os Estudos Anglo-Portugueses vão crescendo, abraçando e neles incluindo outras áreas, nomeadamente os Estudos de Tradução, desta feita representados pelo artigo de Rita Faria, “‘Would you shut up, man?’ The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press”, um contributo com clara relevância também do ponto de vista sociológico.

No momento da escrita destas linhas ouvem-se as notícias do falecimento da Rainha Elizabeth II, que, antes de partir, agraciou a Professora Maria Leonor Machado de Sousa com o título de Member of the Most Excellent Order of the British Empire (MBE) pelo trabalho realizado no âmbito das relações luso-britânicas, de que a *REAP/JAPS* constitui um exemplo paradigmático. Espera-se que, onde quer que esteja, a Professora Maria Leonor fique feliz com o conjunto de estudos inseridos neste número da Revista por ela fundada, porventura o seu principal legado, pois dá-lhe continuidade, mantendo-a sempre entre nós.

8 de Setembro de 2022
Gabriela Gândara Terenas

EDITORIAL

This issue of *REAP/JAPS*, which is dedicated to the memory of its founder, the late Professor Maria Leonor Machado de Sousa, focusses once again on travel writing and, in particular, British travellers to Portugal, the field of study which was at the genesis of Anglo-Portuguese Studies. In his article "An Anglo-Portuguese Romantic Encounter during the Shelley-Byron Circle's Intertextual Summer in Geneva: The Identity of the Mysterious Portuguese Lady", Rogério Miguel Puga exhibits the skills of a detective in revealing and analysing the previously-unknown identity of a Portuguese lady traveller who, in Geneva in the summer of 1816, became part of the social and cultural circle of the two poets of the second romantic generation. In "O País Vinhateiro do Alto Douro: Olhares dos Viajantes Ingleses na Primeira Metade do Século XIX", Didiana Fernandes evokes several of the travellers whom were previously studied under the guidance of Professor Machado de Sousa – Costigan, Kinsey, Forrester, Kingston – reinterpreting them here against the shared backdrop of the Douro region, which is re-examined according to the interests and motivations of the different travellers.

In addition to her work on British travellers in Portugal, Professor Maria Leonor left us with valuable contributions in several other areas within the field of Anglo-Portuguese Studies, such as the projection of Inês de Castro in Britain and the literature of terror in Portugal, which are revisited, in one way or another, in this issue. Hence, in the article entitled "The Spectacle of Inês de Castro in Spanish Drama: Building on Maria Leonor Machado de Sousa's Premise", Aida Jordão takes the *magnum opus* *Inês de Castro, um Tema Português na Europa* as her point of departure, analysing a sixteenth-century Spanish drama inspired by the figure of "she who after death became queen", which was staged in 2019, which demonstrates that the theme is still of interest to the public today. Next, in "The Anglo-American Gothic Shadow in Contemporary Portuguese Art and Literature", Maria Antónia Lima examines Anglo-American Gothic influence on Portuguese contemporary art and literature, exploring basic concepts which are open to psychoanalytical interpretation, such as that of "the shadow", the dark side of personality, as postulated by Jung. In her article entitled

“Lisboa, 1755: Paisagens Sonoras e Olfactivas no *Thriller* Histórico *The Day of Atonement* (2014), de David Liss”, Maria Zulmira Castanheira studies a historical thriller whose origins date back to the Gothic novel of the end of the eighteenth and the beginning of the nineteenth century, comparing it with a subject which was also studied by Professor Machado de Sousa, the portrayal in English writing of the great Lisbon earthquake of 1755.

The comparativist approach, which is intrinsic to Anglo-Portuguese Studies, has been used to analyse both imagological issues and the reception and/or influence of Anglophone writers in Portugal (and vice versa), with the aim of understanding under what circumstances the interpretation of a text written by a certain “Other” was carried out. This strategy is adopted by Ana Cláudia Salgueiro da Silva in her article “A Mulher em Jane Austen e Júlio Dinis: a Antecipação da Futura Emancipação Feminina”, which, as its title suggests, compares the female characters of the novels of Jane Austen with those of Júlio Dinis whilst considering the possible influence of the English author on the work of the Portuguese novelist.

The history of the centuries-old Alliance is omnipresent in the analysis of texts in an Anglo-Portuguese context (as Professor Machado de Sousa pointed out in the first sessions of the seminars) and it is always subjacent to this area of studies. Before the signing of the Treaty of Windsor, in 1386, which marked the formal celebration of the Alliance, there were other treaties, such as the Treaty of Tagilde, which was signed 650 years ago and which is appropriately commemorated in Teresa Pinto Coelho’s text entitled “Testemunho”.

It will be recalled that English soldiers had already come to the aid of the first King of Portugal in his successful attempt to take Lisbon in 1147 and that, in recognition of the fact, D. Afonso Henriques appointed an Englishman as the first Bishop of the city. It can thus be affirmed that religious relations between the two countries accompanied those of a political and bellicose character. In her article which is entitled “William Gardiner, Inglês de Bristol: Heresia, Transgressão e Martírio na Capela Real do Paço da Ribeira em 1552”, Ana Isabel Buescu examines these religious links, focussing on a controversial

British figure who was at the centre of an episode which left a scar on an Alliance which by then had already survived 182 years of existence. The Alliance would later be reinforced by the Anglo-Portuguese wedding of Charles II to Catherine of Braganza in 1642, as Maria da Conceição Castel-Branco explains in her article “Evocação dos 360 anos do Casamento Real Anglo-Português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.”

The union against a common enemy in wartime has been a feature of the Alliance on a number of occasions along its history, and different conflicts have contributed greatly to the study of Anglo-Portuguese relations, particularly through memoirs and accounts written by British and Portuguese soldiers and poetical texts which were inspired by such events.

Jesse Pyle’s article “The Battle of the Lys: Understanding How and Why its History is Distorted”, deconstructs the preconceived, stereotyped accounts of the Portuguese expeditionary forces (CEP) which were disseminated by the British who fought side by side with them at the Battle of La Lys and who clearly saw them as an inferior race. Drawing upon an ample range of sources, the author endeavours to prove that the information he gathered largely contradicts the ‘official’ version of the incapacity of the Portuguese troops which was the product of the proverbial British attitude of superiority which has marred Anglo-Portuguese relations from the beginning. In the article entitled “Tudo o que não escrevi” in the “Projects” section of this issue, Miguel Alarcão generously suggests several ideas for development within the scope of Anglo-Portuguese Studies, one of which, in a curious coincidence, refers to the analysis of the repercussions in Portugal of Britain’s participation in the Great War, which would undoubtedly contribute further to the previous topic.

Two distinct but essentially complementary articles deal with the struggle between Liberals and Absolutists in the Iberian Peninsula at the beginning of the nineteenth century. The first, entitled “Carlos Van Zeller (1811-1837): um Militar-Artista Anglo-Português nas Guerras Liberais Ibéricas” and jointly written by Rui Moura and José Norton,

deals with the life and artistic production of an Anglo-Portuguese military officer and analyses his pictorial portrayal of the Liberal and Carlist wars. The second article, “ ‘Iberia y Lysia Libertadas’: Britain and Portrayals of the Liberal Triennium in Portuguese Poetry (1820-1823)”, written by Gabriela Gândara Terenas, examines the image conveyed in Portuguese poetry of Portugal and Spain, the two nations freed with British support (as during the Peninsular War) from the Absolutist yoke. Evidently, in both articles Anglo-Iberian Studies are interwoven with Anglo-Portuguese Studies.

This issue demonstrates, once again, how Anglo-Portuguese Studies are growing and embracing other areas of research, Translation Studies, for instance, which are represented here by Rita Faria’s article “‘Would you shut up, man?’ The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press”, which is also clearly important from the sociological viewpoint.

As these lines are being written the news of the death of Queen Elizabeth II is dominating the press. Shortly before she died, the Queen had bestowed the Most Excellent Order of the British Empire (MBE) upon Professor Maria Leonor Machado de Sousa for her outstanding work towards relations between the two nations, which is exemplified by this journal. Let us hope that wherever Professor Maria Leonor might be, she will be gratified by the contributions to the journal she founded, for it remains her most important legacy and one in which she is always present in spirit.

8th September 2022
Gabriela Gândara Terenas

PROJECTOS PROJECTS

Tudo o que não escrevi

Miguel Alarcão
(NOVA FCSH/CETAPS)

Como é de imediato perceptível, o título escolhido para a apresentação sumária dos projectos seguintes toma de empréstimo o de uma obra, de cariz diarístico, de Eduardo Prado Coelho (1944-2007).¹

A aproximação da idade da aposentação leva-me a partilhar aqui, de forma aberta, alguns projectos de investigação, de extensão, relevância, fundamentação e exequibilidade científicas decerto variáveis, que me foram ocorrendo ao longo dos anos, mas que, por este ou aquele motivo, ficaram por cumprir. Ainda que possa participar num ou noutro, desejo sobretudo que eles possam inspirar ensaios (ou mesmo dissertações) a colegas mais jovens, habilitados e criativos. Aqui ficam, pois, dez propostas para o(s) próximo(s) decénio(s):

1) Considerando as relações de interacção e complementaridade entre a palavra e a imagem na cultura medieval,² ocorreu-me em tempos comparar o “Prólogo Geral” dos *Contos de Cantuária*, de Geoffrey Chaucer (séc. XIV), e os Painéis de S. Vicente de Fora, de

1. *Tudo o que não escrevi*. Porto: Edições ASA, vol. I, 1991-92; vol. II, 1992-1994.

2. Para o estado da arte, cf., por exemplo, Michael Camille, *Image on the Edge. The Margins of Medieval Art*. London: Reaktion Books, Ltd., 2012 (1992) e William J. Diebold, *Word and Image. An Introduction to Early Medieval Art*. Boulder, Colorado e Oxford: Westview Press, 2000.

Nuno Gonçalves (séc. XV). Para além da representação artística de personagens oriundas de diferentes estados ou ordens socioprofissionais tardo-medievais, uma contraposição semiótica permitiria ou não confirmar o eventualmente maior ‘dinamismo’ verbal da literatura (amplificado, neste caso, pela mobilidade inerente a qualquer peregrinação), face ao relativo ‘estatismo’ visual da pintura?

2) No ensaio que dediquei a um texto quatrocentista (*Libel of English Policy*), quando da realização do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses (2001),³ interpretei o elogio do autor anónimo aos portugueses como o resultado, pelo menos em parte, da hostilidade e aversão aos borgonheses, após o termo da aliança ducal com a Inglaterra e a celebração da paz com Carlos VII (Arras, 1435). A condição da Infanta D. Isabel como, por um lado, a então Duquesa de Borgonha,⁴ mas, por outro, filha única da inglesa D. Filipa de Lencastre e de D. João I, justificaria mais investigações especificamente anglo-portuguesas sobre o eventual papel desempenhado pela Infanta de Avis nessa importante viragem político-diplomática, comercial e militar.⁵

3) Em artigo publicado, há alguns anos, nesta mesma revista, abordei a alegada ‘anglofilia’ de Júlio Dinis (1839-1871);⁶ em contrapartida, e partindo, por exemplo, do estudo de Helder Macedo,⁷ teria

3. “*They bene oure frendes wyth there commoditez (...)*”: uma retórica da amizade? Uma amizade retórica?” *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses* (Lisboa, 6-8 Maio 2001). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2001 [sic; 2003], pp. 645-652. Disponível em <<http://run.unl.pt/handle/10362/15092>>.

4. Após casamento (1430) com Filipe III, ‘o Bom’ (1396-1467), do qual foi a terceira esposa.

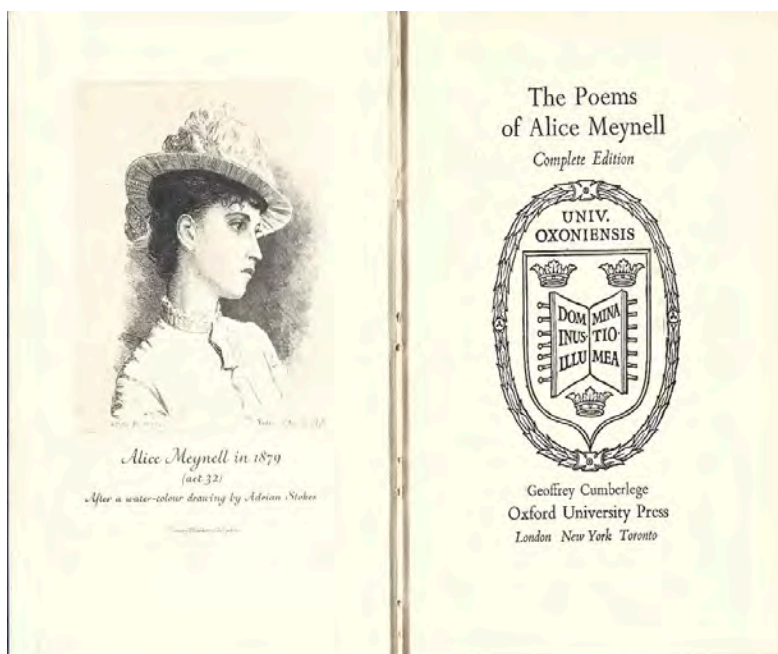
5. Consultem-se, entre outras obras, Aline S. Taylor, *Isabel of Burgundy. The Duchess Who Played Politics in the Age of Joan of Arc, 1397-1471*. Lanham/New York/Oxford: Madison Books, 2001; Daniel Lacerda, *Isabel de Portugal Duquesa de Borgonha. Uma mulher de poder no coração da Europa medieval*. Tradução de Júlio Conrado. Lisboa: Editorial Presença, 2010 (*Isabelle de Portugal – duchesse de Bourgogne*. S.l.: Éditions Lanore, 2008) e Felipe Parisoto, *D. Isabel de Portugal, Ínclita Duquesa da Borgonha (1430-1471), Diplomata Europeia do Século XV. Contributo para uma bibliografia crítica*. Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

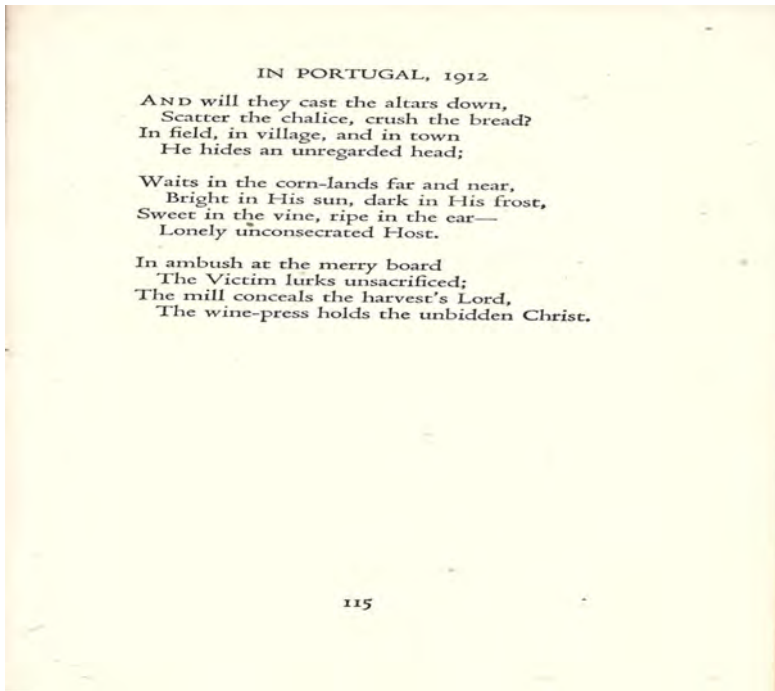
6. “Júlio Dinis anglófilo? Interrogações, perplexidades, desafios”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/ Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, n.º 25 (2016), pp. 201-228.

7. *Nós – Uma Leitura de Cesário Verde*. 2.ª ed. Lisboa: Plátano Editora, col. “temas portugueses”, n.º 4, 1975.

interesse e faria sentido reflectir-se sobre uma eventual 'anglofobia' de Cesário Verde (1855-1886). Curiosamente, o romancista portuense e o poeta lisboeta, quase contemporâneos, têm em comum as mortes prematuras (31 anos), histórias familiares de doença e o carácter precursor das suas obras: Júlio Dinis anunciando ou antecipando o Realismo e Cesário Verde o Modernismo.

4) 2022 assinala o centésimo aniversário do falecimento de uma poetisa inglesa, não muito conhecida, dos períodos vitoriano, eduardino e jorgiano: Alice Meynell (n. Barnes, Surrey, 1847 - m. Londres, 1922). Seguem-se reproduções do frontispício da obra na edição de 1947 (a original data de 1940) e do poema "In Portugal (1912)", publicado nesse mesmo ano em *The Tablet*:





5) Estudo comparativo das formações dos impérios português e britânico, bem como dos respectivos processos de (des)colonização. Aproveitando as comemorações, neste mesmo ano, do bicentenário da independência do Brasil (1822), poder-se-á, por exemplo, encarar a *Boston Tea Party* (1773) como o 'Grito do Ipiranga' das colónias norte-americanas face à Grã-Bretanha?

6) Estudo das repercussões editoriais em Portugal do envolvimento britânico nas duas guerras mundiais. Entre as obras publicadas sobre a Grã-Bretanha na primeira metade do século XX contam-se, por exemplo, as seguintes:

Baptista, Henrique. *As Instituições Inglêsas*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, "Bibliotheca de Educação Intellectual", 1920.

- Correia, Araújo. *Grã-Bretanha na Paz e na Guerra*. 2^a ed. Lisboa: Editorial O Século, 1936.
- Campos, Com.te José Moreira. *A Invasão da Inglaterra através dos Tempos*. Lisboa: Livraria Portugália, 1940.
- Fazenda, Pedro. *Inglaterra. Estrutura Física e Mental*. Lisboa: Edições Gleba, col. "Cultura", [s.d.] [1943?].
- Assía, Augusto. *Os Ingleses na sua Ilha*. Tradução de Edmundo Motrena. Lisboa: Vida Mundial Editora, 1946.

Ou, as ligeiramente mais tardias,

- Olavo, Carlos. "Londres". *Homens, Fantasmas e Bonecos*. Lisboa: Portugália Editora, [s.d.] [1955]. 175-199.
- Amaral, Vasco Botelho de. *A Língua Inglesa e a Vida em Londres*. [s.l.]: [s.ed.], 1958.

7) A difusão da(s) cultura(s) popular(es) e juvenil(s) anglo-americana(s) em Portugal (1951-70).

Alguns amigos anglicistas mais velhos (vários deles *baby boomers*) têm-me confessado que foram atraídos para o estudo da língua e da civilização inglesas pela cultura popular dos anos 60, designadamente a musical. Falta, porém, uma maior exploração da década precedente sob o prisma específico da juventude,⁸ não só pelo objetivo e pela imagem de rejuvenescimento sinalizados pelo *Festival of Britain* (1951) e pela inauguração coetânea do *Royal Festival Hall*, mas também pela subida ao trono (1952) de uma jovem rainha (n.1926) e pela própria renovação das perspectivas teóricas e práticas de análise dos estudos de cultura, com Richard Hoggart (1918-2014) e Raymond Williams (1921-1988).⁹ Face ao interesse comum de ambos pelos meios de comunicação social, vale a pena lembrar que 1957, o ano de início das emissões regulares da RTP, é também

8. Cf., para os anos 60, o meu ensaio "Ten years that shook the world: representations of youth(s) in some musical hits from the British Sixties". *Gaudium Sciendi. Revista da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: SCUICP, n.º 13 (Dezembro de 2017), 57-66 (Web http://www2.ucp.pt/resources/Documentos/SCUICP/GaudiumSciendi/GaudiumSciendi_N13/09ma_Youth_13.pdf).

9. Autores, respectivamente, de *The Uses of Literacy* (1957) e *Culture and Society* (1958).

o da visita de estado de Isabel II a Portugal, de que existem registos audiovisuais e impressos ainda pouco explorados.

8) Enquanto Leitor de Português na Universidade de Birmingham (Setembro 1986 - Agosto 1989), tive o gosto de conhecer Maria Velho da Costa (1938-2020), minha homóloga no King's College, Londres. Além de co-autora das *Novas Cartas Portugueses* (1972), Maria Velho da Costa assinou também, entre outras obras, *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)*.¹⁰ Se o título comporta, já de si, evidentes ressonâncias anglo-portuguesas, mercê das querelas de finais do século XIX, importa relacionar estas *Cartas* com outros exemplos e formas textuais da crónica e da epístola, nomeadamente os cultivados por Eça de Queirós (1845-1900),¹¹ Manuel Teixeira Gomes (1860-1941)¹² e Júlio Dantas (1876-1962).¹³ Caso se opte por alargar o *corpus* a obras lusófonas, uma possibilidade seria a de uma jornalista da Globo, Elsie Lessa (*Ponte Rio-Londres*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984).

9) Filho de uma senhora inglesa e detentor de formação universitária britânica, Miguel Esteves Cardoso (n.1955) pauta muita da sua escrita por um fino sentido de observação e humor. Não obstante, permanecem por estudar as crónicas 'anglo-portuguesas', publicadas em livro (*A Causa das Coisas*, 1986)¹⁴ ou nos jornais, como, por exemplo, a coluna "Ecos de Oxónia e Cambrígia" no

10. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

11. *Cartas de Inglaterra*, reunindo textos do período 1880-1882 e cuja 1ª edição, já póstuma (1905), se deve a Luís de Magalhães, e *Cartas de Londres*, publicadas originalmente no jornal *Actualidade* (1877-78) e coligidas em volume por Lopes de Oliveira e Câmara Reis (1940); algumas edições posteriores (1944 e 1970) viriam a adoptar o título de *Crónicas de Londres*. Agradecemos o pronto e gentil envio destes dados à Fundação Eça de Queiroz, na pessoa da sua Directora Executiva, Dr.ª Anabela Cardoso.

12. *Londres Maravilhosa*. Lisboa: Seara Nova, 1942.

13. *Cartas de Londres*. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil, [1927].

14. Por exemplo, "Londres" (pp. 181-182).

*Expresso*¹⁵ ou o “Manual de sobrevivência para se poder ser português na Inglaterra”.¹⁶ Citamos desta última, em jeito de aperitivo, o seguinte passo:

Ser um português em Ilhas Britânicas não é tarefa cómoda. (...) A maneira mais fácil de se ser português é ser-se espanhol. A papa, aliás, está feita a partir do momento em que pés portugas pisam solo britânico. Um pouco como um galês ou um escocês que visita Portugal se vê aflito e ofendido para não ser inglês – é preciso uma grande quantidade de trabalho e de esforço físico para se poder ser aquilo que o nosso passaporte ou consciência nos assegura sermos. (*JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 2, 17 de Março de 1981, 11)

10) A reconstituição, cartografia e leitura da Lisboa anglo-portuguesa, a partir do levantamento e da interpretação justificativa das principais zonas de fixação e presença britânicas, está igualmente por fazer. Ainda que sem carácter sistemático ou exaustivo, registem-se os seguintes exemplos:

- Cais do Sodré: Tabacaria Inglesa, Tabacaria Britânica e British Bar,¹⁷ este último frequentado por José Cardoso Pires (1925-1998), e companhias de navegação, como, por exemplo, a James

15. Veja-se o seguinte exemplo, numa crónica sobre a presença de vocábulos de origem portuguesa na língua inglesa: “In the coconut-coloured Pagoda, the albino sat on the verandah, looking out at the indigo sky, while he ate his dinner: a grilled grouper, seasoned with fresh betel nuts, malagueta peppers and pimentos. He sipped his cocoa slowly, as he listened to the picaninnies playing with a cobra below. (...) Como se vê, sempre que qualquer inglês deseja dizer a outro que viu um albino sentado à varanda de um pagode a comer garoupa com pimentos e a beber cacau não tem outra hipótese senão recorrer à rica herança da língua de Camões.” (“A Quadragésima Semana”. *Expresso-Revista*, nº 622, 29 de Setembro de 1984, 7)

Segundo informações pronta e gentilmente prestadas pela Dr^a Alexandra Veiga, Arquivista do Grupo Impresa Publishing, a quem agradecemos, as restantes crónicas publicadas por Esteves Cardoso são: “A trigésima sexta semana”. *Expresso-Revista*, nº 618, 1 de Setembro de 1984, 7; “A Trigésima Sétima Semana”. *Ibidem*, nº 619, 8 de Setembro de 1984, 7; “A Trigésima Oitava Semana”. *Ibidem*, nº 620, 15 de Setembro de 1984, 7; “A Trigésima Nona Semana”. *Ibidem*, nº 621, 22 de Setembro de 1984, 7; “A Quadragésima Primeira Semana”. *Ibidem*, nº 623, 5 de Outubro de 1984, 7; e “A Quadragésima Segunda Semana”. *Ibidem*, nº 624, 13 de Outubro de 1984, 7.

16. Agradecemos igualmente ao Sr. Luís Ricardo Duarte, do *JL*.

17. João Isidro, *British Bar*. Fotografias de José Barbosa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, “Lisboa Porta a Porta”, 13, 2001.

Rawes. Atente-se, por mais recentes, nos bares irlandeses existentes na zona, como o Hennessy's e o O'Gillins.

- Chiado/Trindade/Bairro Alto: Edifício de The Anglo-Portuguese Telephone Company, Ltd., na Rua Nova da Trindade, e Colégio dos Inglesinhos, estudado por Iolanda Ramos e Isabel Lousada nesta mesma Revista.¹⁸
- Rato/Estrela/Lapa: The British Council, Livraria Britânica, Cemitério inglês, British Hospital,¹⁹ Embaixada, Consulado, The Lisbon Players...

Além destes exemplos, seria, certamente, possível encontrar outros, mais dispersos no espaço e no tempo, como o Colégio do Bom Sucesso, na zona de Belém/Pedrouços, adjacente a um antigo convento irlandês, ou a Quinta dos Inglesinhos, em Telheiras/Carnide.

Em maior ou menor grau, todos estes projectos são também, de alguma forma, exercícios de memória. Por esse motivo, e embora dirigidas sobretudo às novas gerações de investigadores (JRAAS), ainda relativamente pouco sintonizadas com as potencialidades e os desafios dos Estudos Anglo-Portugueses, dedico estas notas, com inexprimíveis gratidão e saudade, à (memória da) Professora Doutora Maria Leonor Machado de Sousa.

18. "O Colégio dos Inglesinhos em Lisboa". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 4 (1995), 9-34.

19. A. H. Norris, *The British Hospital in Lisbon*. Lisbon: The British Historical Society of Portugal, 1983 (1973).

ESTUDOS ESSAYS

The Spectacle of Inês de Castro in Spanish Drama: Building on Maria Leonor Machado de Sousa's Premise

Aida Jordão

(York University, Toronto)

In the summer of 2009, Maria Leonor Machado de Sousa was recovering from a muscle strain so our first meeting about Inesian literature was in her bedroom. I sat on a straight-backed chair holding a well-thumbed, post-it-note-filled copy of her unrivalled tome of literary criticism, *Inês de Castro, um Tema Português na Europa*, and the Professor sat propped up in bed answering my queries about the continuing fascination with Portugal's Dead Queen. I myself, a Portuguese-Canadian theatre artist and scholar intrigued by Inês and Pedro's love story, had staged Garcia de Resende's *Trovas à Morte de D. Inês de Castro*¹ bilingually in Toronto and was preparing to write my PhD dissertation, a feminist analysis of the subjectivity (or lack thereof) in the character of Inês in plays and films. Professor Maria Leonor warned me that although she was the granddaughter of Maria Lamas, she was not a feminist – but she would be happy to read and support my work. For the next twelve years we spoke on the phone frequently to debate and celebrate new Inesian texts – feminist or not – and met whenever I visited Portugal to talk about our beloved Inês. In March of 2020 I attended a CETAPS conference in Lisbon days before the pandemic forced physical distancing between friends; we

1. See Jordão 2009, 259-277.

hugged to celebrate the third edition of *Um Tema Português*. Professor Maria Leonor, with a twinkle in her eyes, showed me “Anexo V: Por Esse Mundo Fora” where my own North-American contribution to Inesian studies and theatre is noted:

[P]ela consistência que a difusão do tema tem demonstrado, temos que considerar o Canadá, sobretudo devido à acção de Aida Jordão que, enquanto preparava a sua dissertação de doutoramento *Inês de Castro in Theatre and Film: A Feminist Exhumation of the Dead Queen*, apresentada à Universidade de Toronto, em 2014, não deixou de organizar vários espectáculos, sobretudo de Teatro. (Sousa 491)

The Professor’s engagement with my work was steadfast. In our last phone conversation, while she lay in a hospital bed near the end of her life, I told her about my new play *I, Castro/Eu, Castro* and, ill as she was, Professor Maria Leonor expressed an interest in reading it. I will always remember her with deep “saudade”. This paper bears testimony to Maria Leonor Machado de Sousa’s indelible influence on Inesian criticism and on my own research and playwriting.

In the first chapter of *Inês de Castro: Um Tema Português na Europa*, Maria Leonor Machado de Sousa establishes the distinction between the Portuguese and Spanish traditions in Inesian literature by citing the poet and playwright of each nation who most influenced how Inês was perceived in Europe:

Na verdade, o episódio, na versão acabada que a Península Ibérica deu a conhecer à Europa através de Camões e Guevara, resultou de tendências características dos dois povos de que provieram tais impulsos – a saudade portuguesa e o gosto espanhol pelo espectacular. Os portugueses pensam na Castro como a linda Inês que receava a morte pelas saudades que teria do seu príncipe e filhos; para os espanhóis, ela foi sempre aquela que reinou depois de morta. (58)

As is evident in *Os Lusíadas* (1572), Camões created an Inês who grievously pleaded for her life:

[C]om tristes e piedosas vozes
 Saídas só da mágoa e saudade
 Do seu Príncipe e filhos, que deixava
 Que mais que a própria morte a magoava. (Canto III, stanza 124)

Conversely, about sixty years later, Luis Vélez de Guevara, in *Reinar después de morir*,² gave prominence to the “spectacular” mythic “coroação e beija-mão” with the Príncipe declaring that “[Inês] (...) en la muerte se corone”, placing the crown on her head and asking those present to “besad la difunta mano”. (III, 2454-55)

Based on the omission of this ceremony in royal chronicles – especially in Fernão Lopes’s intricate description of the *trasladação* of Inês’s corpse – Sousa observes that the coronation of the exhumed body of Inês is “a única criação puramente literária dos elementos que compõem a história dos amores de Pedro e Inês”. (*Tema* 49) In her ensuing analyses of sixteenth and seventeenth century Spanish plays about Inês de Castro, Sousa claims that most of the elements of the legend of Inês and Pedro as we know it today were established in Portugal and Spain by 1577, the year Jerónimo Bermúdez’s *Nise Laureada* was published. (*Tema* 57)³ Notwithstanding the enduring influence of Vélez de Guevara’s Inesian play, Bermúdez was the first known tragedian to include a scene where Inês’s skeletal remains are crowned after her body is exhumed from the Convent of Santa Clara and transferred to the royal tomb in the monastery of Alcobaça. Rey Pedro declares, “Y tú, señora mía, que lo has sido, / y lo serás em muerte, como en vida, / recibe esta corona y este esceptro”. (Act III) This morbid figuration of Inês, echoed in later tragedies, differs indeed from the Inesian writings of Portugal’s Golden Age by Garcia de Resende, Camões and António Ferreira who, while focusing on Inês as a figure of “saudade”, mention that Inês de Castro will be

2. Performances during Vélez’s lifetime have been recorded as early as 1635 in Valencia (Bolaños qtd. in Larson 20); the play was published posthumously by Paulo Craesbeek in Lisbon in 1652 in *Doze comedias las mas grandiosas que hasta aora han salido, de los mejores, y mas insignes poetas. Quarta parte...* Lisboa. En la officina Craesbeekiana...M.DC.LII (Vélez 42). Forwith I will sometimes refer to play as *Reinar*.

3. *Nise Laureada* is the sequel to Bermúdez’s *Nise Lastimosa*, the alleged translation of António Ferreira’s *Castro*.

Queen after death but omit the legendary ceremony of the “coroação e beija-mão”.

Resende’s *Trovas que Garcia de Resende fez à Morte de D. Inês de Castro* claim that Inês’s queenship was bestowed by law and that her statue on the royal tomb bears the crown:

[C]omo o príncipe foi rei
 sem tardar mas mui asinha
 a fez alçar por rainha
 sendo morta o fez por lei.
 (...)

 Em todos seus testamentos
 a decrarou por molher
 e por s’isto melhor crer
 fez dous ricos moimentos
 em qu’ambos vereis jazer:
 rei, rainha coroados
 mui juntos não apartados
 no cruzeiro d’Alcobaça. (Lines 241-245, 271-278)

In Ferreira’s *Castro*, Pedro swears Inês will be his Queen and only hints at a different kind of crowning:

PEDRO: Rainha te verei deste meu Reino,
 D’outra nova coroa coroadada,
 Diferente de quantas coroaram
 Ou de homens ou mulheres as cabeças. (Act V, lines 32-38)

Camões’s often cited lines from the Inesian episode in *Os Lusíadas* likewise do not literally describe a posthumous coronation:

O caso triste e dino da memória
 Que do sepulcro os homens desenterra,
 Aconteceu da mísera e mesquinha

Que depois de ser morta foi rainha. (III, 118)⁴

On the contrary, as Sousa shows, the Spanish tragedies where Inês is crowned follow the Castilian Inesian romances of previous centuries that clearly illustrate the “coroação e beija-mão”. In “Don Pedro a quien los crueles” the body of Inês is on the throne and Pedro,

Sentóse a su lado, y luego
 Los fidalgos y la plebe
 Y el reino besó en cenizas
 La mano que nieve fué. (*Tema 52*)

In “A la Reyna de los cielos” the ceremony is explicit:

(...) sobre su cabeza
 puso la corona sacra
 y luego todos sus grandes
 besaron la mano blanca. (53)

After Bermúdez, who likely had the romances as sources, (52) Mexía de la Cerda’s 1612 *Tragedia famosa de Doña Ynés de Castro, Reyna de Portugal*, perpetuated the staging of the posthumous coronation of Inês. Inês is unburied and then there is a double coronation of King Pedro and Queen Inês in the final act:

Tocan chirimias y sacan dos coronas cada una en una fuente

AYO: Todo el reyno determina
 darte Corona gloriosa
 a ti, y a tu amada esposa,
 mostrad, coread la cortina.

4. It is interesting to note that Landeg White’s 1997 translation of *Os Lusíadas* states that the corpse of Inês was in a regal ceremony: “But now the tragic history unfolded/ Of her whom men disinterred from the grave/ And, in a pitiful and macabre scene, / Only after her death *was enthroned* as queen” (italics mine). It can be argued that “Que do sepulcro os homens desenterra” refers to “O caso triste e dino da memória”, not to Inês herself, but White has chosen the latter. See *The Lusíads*. Translated by Landeg White, 1997, 71.

Corren la cortina, y parece doña Ynes de Castro difunta sentada en una silla.
[n.p.]

Bermúdez's and Mexía de la Cerda's tragedies remain of interest mainly to scholars, but it is Vélez de Guevara's *Reinar después de morir*, performed and published regularly in the seventeenth century and adapted by European playwrights and filmmakers for the next three centuries that Sousa suggests "tem que ser considerado o de maior vitalidade" of the Inesian Spanish Golden Age plays. (*Tema* 44)⁵ So influential was Vélez de Guevara's play that it may have been a source for historian Manuel de Faria e Sousa's account of the coronation of Inês de Castro:

La mataron: i el Principe no dexò de amarla muerta: i assi, luego que murió su padre, i empuño el Cetro, hizo desenterrar a D. Ines, i colocarla en un Trono adonde fue coronada como Reyna; i alli hizo sus vasallos besassen aquellos huessos, que avian ya sido manos bellas; publicando primero con juramento, i otros actos solenes, queavia [*sic*] sido su muger legitima. (*Apud* Sousa, *Tema* 95)

Sousa is cautious on this point, noting that *Europa Portuguesa* was published in 1637 and, although it is believed that Vélez de Guevara, who died in 1644, probably composed *Reinar* in the 1630s, there is no certainty of its influence on Faria e Sousa. (96) Jorge de Sena, however, resolutely states that this history "foi rescrita sob a influência de Guevara, no passo que trata de Inês de Castro". (Vol II, 227) In any case, Sousa notes that the royal archive on which Faria e Sousa based his history has never been found (*Mito* 86-87 and *Tema* 107) and that a coronation would have been only symbolic "visto que em Portugal os reis não eram coroados. As estátuas jacentes representavam-nos de facto com coroa mas (...) [s]ó em 1428, por bula de Martinho V, de 16

5. As if to prove this statement true in the twenty-first century, Vélez de Guevara's play was produced by Companhia de Teatro de Almada in 2019 and Sousa was invited to discuss "A lenda através da história" in one of the theatre's "Conversas com o público"; I describe the staging of the coronation scene in the conclusion to this paper.

de Maio, D. João I obtém o direito de ser ungido e coroado". (*Mito* 113-114) Nevertheless, with his description of Inês's coronation Faria e Sousa "sancionou, pela sua autoridade de historiador, a cerimónia da coroação que até aqui fora apenas uma apoteose encenada por autores mais ousados". (Sousa, *Tema* 94) Thus, there is a strong probability that Faria e Sousa had Vélez de Guevara and other fictional accounts as sources.

Where the historian and playwright differ dramatically is in the timeline of historical events leading up to Inês's alleged coronation. While Faria e Sousa respects the historical fact that Inês de Castro was buried and exhumed only when Pedro became King, Vélez de Guevara condenses the historical action of several years into one day so that Inês is not buried before she is crowned Queen of Portugal. The assassination of Inês in 1355, Afonso IV's death and Pedro I's ascension to the throne in 1357, and the subsequent capture and torture of Inês's assassins happen within a few hours in the play. Since Inês is not buried the "trasladação" of her corpse to Alcobça *circa* 1362 is necessarily omitted. In the final scenes of Vélez de Guevara's "jornada tercera", Doña Inés is killed, el Rey dies suddenly (possibly of a stroke),⁶ Don Pedro learns of his father's death, the rival Infanta de Navarra gives Don Pedro the news of Inês's death, the assassins Alvar González and Egas Coello are imprisoned and killed, a grandiose funeral procession is planned, and Inés is crowned Queen. As literary critic Juan Luis Alborg observes, to Vélez, "la Historia era solo un depósito generosamente colmado de acontecimientos y tipos de excepción, en donde proveerse para urdir conflictos de comedia". (*Apud* Sousa, *Tema* 104) Sousa decries the playwright's conflation of historical time as "[um] grande desrespeito pela verdade histórica" (*Tema* 102) but concludes that, "[e]sta compressão dos acontecimentos foi muito utilizada na literatura inesiana subsequente, porque facilitava o respeito pelas unidades e também em certos casos podia criar novas linhas de tensão dramática".(103) Decidedly, the denouement of Vélez de Guevara's tragedy with Inês being crowned *before* she is buried is

6. "CONDESTABLE: (...) de repente/ le sobrevino el ultimo accidente/ de su vida"; (III, 2208-2210) editors Manson and Peale explain 'accidente' as "enfermedad, o indisposición". (Vélez 174)

effective theatrically (as I shall show) and is a dramaturgical choice markedly different from its Spanish predecessors. In Bermúdez's *Nise Laureada*, Inés's body is exhumed years after she has died and Don Pedro crowns her publicly; (Act III) in Mexía de la Cerda's tragedy, Inés is also unburied before the double coronation mentioned above.

Sousa stresses that "Guevara atenua os traços macabros da cena" (102) as Inés's coronation in *Reinar* occurs simply with Pedro's squire Nuno de Almeida handing Pedro the crown he gave Inês when they married and Pedro uttering,

PRÍNCIPE. De otra manera entendí
que fuera Inés coronada
mas, pues no lo conseguí,
en la muerte se corone. (III, 2450-2454)

Significantly, the body that is crowned is not in a state of decomposition, an aspect of Inesian drama that has endured in several future incarnations. In two eighteenth-century tragedies, Manuel José de Paiva's *Só o Amor Faz Impossíveis* (24) and Nicolau Luís's *Tragedia de Dona Ignez de Castro*, (III, iii, 29) Inês is discovered sitting on a throne-like chair shortly after her death. In Henry de Montherlant's 1942 *La Reine Morte*, the Prince places the crown on Inês's pregnant belly hours after she is killed. (157) Alejandro Casona, in his Vélez-inspired Inesian tragedy *Corona de Amor y Muerte* (1955), also crowns a beautiful Inês: "En el trono, INÉS tal como apareció en el bosque – sin el chal rojo – cubierta de velos blancos. Ni ten crespón ni una solo nota lúgubre *Es una muerte bella y joven, vestida de novia (...)*. Todos se arrodillan mientras PEDRO ciñe la corona a INÉS". (96, italics mine) Sousa rightly identifies *Reinar* as "[a] obra dramática sobre [Inês de Castro] que maior vitalidade demonstrou" (*Tema* 109) and nowhere is this more evident than in the staging of the coronation with a fresh unblemished corpse.

What we may ask at this point, if we probe the representation of Inês de Castro and indices of subjectivity in the character, as my research does, is: what is the performative effect of the condensation

of historical events in Vélez de Guevara's tragedy and how does that alter the figuration of the Dead Queen?

As Sousa notes, the conflation of events into one day in the final act of *Reinar* could be a nod to the precept of the unity of time⁷ in classic tragedies to connect key events for dramatic tension. Editor Francisco Induráin agrees that accelerating the action creates a simple, dramatic line and "el final se produce en un clima tensísimo". (28) Especially for spectators familiar with the story, Vélez de Guevara may have wanted to thwart the predictable story of Inês made Queen seven years after her death and create a more immediate, more emotional, and surprising ending. Induráin speculates, moreover, that in fusing the death and coronation of Inés, "las últimas escenas resulten recargadas por el deseo de hacer seguir a la muerte de la protagonista, su exaltación". (28) This is evidenced by Don Pedro's wish for a grand funeral procession that will forever ennoble his Doña Inés:

PRÍNCIPE. Vos, Condestable, adverted
que os encarguéis del entierro,
llevándola desde aquí
a Alcobaza con gran pompa,
honrándome en ella a mí
Y porque yo gusto de ello,
el camino haréis cubrir
de antorchas blancas que envidie
el estrellado zafir
todas diez y siete léguas. (III, 2436-2445)

Vélez de Guevara eliminates the historically documented burial of Inês de Castro in the Convent of Santa Clara and the intervening years before her remains are transferred to Alcobaza but is faithful

7. This does not, however, apply to the entire tragedy; the unity of place is disregarded, and the unity of action somewhat muddled by the introduction of a rival Princess. In his study of *Reinar* as classical Spanish tragedy, Henry Sullivan argues that Lope de Vega locked and threw away the keys of classical precepts as they don't apply to Golden Age *comedia*; Lope proposes instead a unity of theme, structure and imagery. (144-47)

to Fernão Lopes's account of the pomp of the "trasladação" where, "pelo caminho stavom muitos homeens com çirios nas mãos, de tal guisa hordenados, que sempre o seu corpo foi per todo o caminho per antre çirios açesos; e assi chegarom ataa o dito moesteiro, que eram dalli dezassete legoas". (200) In *Reinar*, the Príncipe's plan of a royal funeral procession for Inés will ensure "su exaltación".

Moreover, holding the coronation ceremony hours after the assassination of Inês, conjoins "reinar" and "morir" in the performative act that illustrates the contradictory title of the play. With its active verb, "reinar después de morir" becomes a literal impossibility, much more so than Camões's "depois de ser morta foi rainha" which can imply a plausible legal chance of status.⁸ By crowning Inês hours after her death, that is, before she is buried, Vélez de Guevara seems to suggest that she will physically 'reign' at least until her funeral. Don Pedro plays "el rey de armas" and proclaims Doña Inés's Queenship:

PRÍNCIPE. ¡Silencio, silencio! Oíd:
 Esta es la Inés laureada,
 esta la reina infeliz
 que mereció en Portugal
 reinar después de morir. (III, 2458-62)

The repetition of "esta" stresses that 'this' Inés is the one who should be remembered: 'this' is the crowned Inés for the history books; 'this' is the unhappy Queen who deserved to reign (the word "mereció" indicating that Doña Inés has primacy in having married Don Pedro before his arranged marriage to the Infanta de Navarra). Ten lines later, a self-referential version of these lines is repeated by the Condestable to connect "esta" Inés to the poet/playwright⁹ and again insist that she could "reign after death":

8. As noted above, García de Resende said as much with the verse, "[C]omo o príncipe foi rei/sem tardar mas mui asinha/a fez alçar por rainha/sendo morta o fez por lei". (Lines 241-245)

9. I disagree with Manson and Peale who suggest that "el poeta" evokes both Bermudéz, who titled his second Inesian tragedy *Nise Laureada*, and Mexía de la Cerda who ended his tragedy with these words. (Vélez 176)

CONDESTABLE. Esta es la Inés laureada,
 con que el poeta dio fin
 a su tragedia, en que pudo
 reinar después de morir. (III, 2473-76)

Earlier, the Infanta bitterly recognizes Inés's power saying the hunted "garza" who "perdió la vida, volvió a vivir (...) de nuevo" (II, 1479-80) and unknowingly voices "o anúncio da vitória final de Inês, que conseguiu 'reinar depois de morrer'". (Sousa, *Tema* 106) Moreover, as Don Pedro evokes when he instructs the Condestable to "[c]ubrid el hermoso cuerpo", (III, 2465) this Dead Queen is not only lifelike and apparently able to reign, she is a beautiful corpse.

In death, Vélez de Guevara's Inés is always sublime, never grotesque. When we first see her after she is killed, the stage directions indicate that the Príncipe and the Condestable "Descubren a DOÑA INÉS muerta, sobre unas almohadas". (III, 2400)¹⁰ This line echoes the first description of the heroine by Brito, "sobre las almohadas se incorpora". (I, 202) This dead Inés is not a decomposing corpse, but a beautiful woman, seemingly asleep on her pillows, waiting for the enchanted prince to give her the kiss of life. As Donald R. Larson notes, Inés is "ensangrentada, pero todavía hermosa". (36) In his "spectacular" staging of the final scene, Vélez de Guevara does much to preserve Camões's ode to the beauty of Inês de Castro, "Estavas, linda Inês, posta em sossego", (III, 120) and her proverbial "colo de garça" where the assassins plunged their swords, "No colo de alabastro, que sustinha/ As obras com que Amor matou de amores/ Aquele que depois a fez Rainha". (III, 132)

The identification of Inés with a "garza" is a motif that Vélez de Guevara establishes in the "segunda jornada" when a white heron is hunted by Don Pedro's royal bride, the Infanta de Navarra. The playwright here renders Inês as "uma bela ave sobre a qual impende a fúria humana de matar e destruir". (Sena Vol. II, 272) The Infanta, brought

10. This is a seventeenth century convention meant to shock the spectators with the 'discovery' or uncovering of a stage area hidden until then.

to Portugal by Rey Alonso as wife to Don Pedro, has been rejected because of his love for Doña Inés. Before returning to Navarra, she goes hunting and, upon meeting a haughty Inés, compares her imminent demise to the fall of a “garza” attacked by a falcon:

INFANTA. Inés,
 suspended un poco el vuelo
 con que altiva habéis volado.
 Reducíos a vuestro centro,
 y sírvaos de corrección,
 de aviso y de claro ejemplo,
 que a una blanca garza, hija
 de la hermosura y del viento,
 volé esta tarde, y altiva,
 cuando ya llegaba al cielo,
 la despedazó en sus garras
 un gerifalte soberbio. (II, 1403-1414)

This, and the Infanta’s later allusion to Inés’s graceful nape when she describes her wounds, “arroyos de coral vi desatados/ de una garganta tan hermosa y bella” (III, 2293-95) evoke the legendary “colo de garça”. Don Pedro, also, reinforces the image suggested in the song that warns him of Inés’s death, “tu querida esposa/ muerta es, que yo la vi/ (...) Su garganta es de alabastro/ y sus manos de marfil”, (III, 2265) when he laments that Inés’s throat was slit, “Por su cuello, ¡pena fiera!./ corre la púrpura helada/ en claveles desatada”. (III, 2409-2411) By showing Inês as lifelike in the coronation scene, Vélez de Guevara maintains the iconic image of the “colo de garça” that the Portuguese so revere and that is a central motif of his tragedy.

In more macabre representations of Inês de Castro, the corpse subverts the symbol of sublime female beauty that Inês evokes, replacing it with the grotesque. I suggest that Vélez de Guevara’s refusal to exploit the coronation of a decomposing skeleton by eliminating the burial and exhumation of the historical Inês de Castro’s body, develops his characterization of Inês as subject, not abject. As Larson

asserts, Vélez de Guevara created an Inés that is the emotional centre of the play (22) and Sousa emphasizes “a importância de Guevara é ter criado uma tradição definida de uma Inês diferente, mais activa e cujo carácter revela simultaneamente ternura e altivez, traço que os portugueses nunca lhe atribuíram”. (*Tema* 113) Accordingly, the playwright employs a dramatic structure that represents Inês as an active character right up to the last scene.¹¹

In *Reinar*, Inés first enters the stage as the “bella cazadora” of Spanish Golden Age drama carrying a blunderbuss (I, 623) and defying a passive feminine construction. Alborg explains that, “La aludida propensión de Vélez hacia lo heroico desmesurado explica también la abundancia en su obra de personajes femeninos de varonil carácter”. (*Apud* Sousa, *Tema* 104) “*Varonil*” does not, however, imply that Inés is manly. In her study of female characters in Spanish Golden Age plays, Melveena McKendrick avoids the literal translation of *mujer varonil* as “manly woman” suggesting instead “the woman who departs in any significant way from feminine norm of the sixteenth and seventeenth centuries”. (*Woman* ix) *La bella cazadora* (the beautiful huntress) is a prototype of this character with attitudes and activities beyond the conventional role of devoted mother and passionate mistress. Disregarding the evident anachronism of a fourteenth century woman hunting with a blunderbuss,¹² by depicting Inês as the “*mujer varonil*” Vélez de Guevara disrupts the fixity of a binary representation and relates subjective identity to cultural representation. (Scott 1067-68) Then, the figuration of Inés wearing the crown as a “*hermoso cuerpo*” in the final act reinforces this approach. This is not to say that subjectivity is necessarily endowed by beauty or that there is subjectivity in death (a highly problematic concept), but that Vélez de Guevara attempts to make Inês look alive to create an illusion:

11. This would not be true of later dramatic versions of the story where Pedro I's pursuit of Inês's assassins is the climax of many plays and films.

12. This is not unusual for Golden Age theatre where sixteenth- and seventeenth-century dress and objects were commonly used regardless of the period in which the *comedia* was set. (McKendrick, *Theatre* 194-195) Claude-Henri Frèches humorously describes Inês's entrance as “en costume d'amazone chasser-esse, sportive et à la mode” (“in the costume of an Amazon huntress, sporty and in style”). (262)

that his Dead Queen has the agency to “reign after death”. As Sena affirms, this coronation scene “não é de modo algum, uma coroação indigna da evolução de Inês de Castro”. (Vol II, 281) Vélez de Guevara thus alters the Spanish tradition of sensational morbidity while still maintaining Maria Leonor Machado de Sousa’s contention that “para os espanhóis, [Inês] foi sempre aquela que reinou depois de morta”. (Tema 58)

In the 2019 Companhia de Teatro de Almada’s co-production¹³ of *Reinar depois de morrer*, director Ignacio García stages the coronation of the dead Inês with both tenderness and savagery, in a minimalist setting that privileges the raw emotions of the protagonists. The set, devoid of furniture or objects that may suggest a realistic space, is a half-pipe of the sort we see in a skateboard park. This bare stage is painted in a blue and white “azulejo” pattern that extends over two curved ramps on either side, leading to openings for actors’ entrances and exits. Upstage there is a suggestion of a dark forest with bright blossoms. Downstage is a channel with a stream of water that runs close to the audience, evoking the Mondego and the iconic Fountain of Love in Coimbra. The play begins with a wailing musical chorus that accompanies Inês as she, in a flowing white dress, runs towards the audience and up the ramps; when other characters emerge, she interacts with them; she then lies lifeless with her hand in the stream; Pedro picks her up and carries her offstage. The final scene reverses this prophetic introduction. Pedro emerges from the forest carrying Inês’s body into the light. He lays her down by the stream, kisses and touches her neck uttering, “Do pescoço, dura pena, corre a púrpura gelada (...)” but there is no blood on the corpse. Inês is immaculate in a white silk dress and though she is not discovered “sobre unas almohadas” she appears to be sleeping in Pedro’s arms. Also differing from Vélez de Guevara’s script, Nuño and the Condestable are cut

13. With Madrid’s Compañía Nacional de Teatro Clásico./ Director: Ignacio García/ Adaptation: José Gabriel Antuñano/ Translation: Nuno Júdice/ Cast: José Neves (Pedro), Margarida Vila-Nova (Inês), João Lagarto (Rei Afonso IV), Ana Cris (Blanca de Navarra), David Pereira Bastos (Álvaro Gonçalves), Leonor Alecrim (Violante), Maria Frade (Aia), Pedro Walter (Brito), Diogo Moura and Gonçalo Saraiva (filhos de Inês e Pedro)/ Set design: José Manuel Castanheira/ Costumes and props: Ana Paula Rocha/ Lighting design: Guilherme Frazão.

from the play; instead, three women are present to witness Pedro's grief, the Infanta de Navarra, and Inês's ladies-in-waiting.¹⁴ Pedro asks Violante to bring him the crown that he gave Inês when they married and promises his Queen a grand funeral procession with the way lit by "tochas brancas que invejem a estrelada safira". Violante runs up a ramp and returns with the crown, a delicate laurel wreath of gold. Pedro, smiling madly, tells Inês "de outra maneira entendi que fosses coroada mas não consegui". He tenderly adjusts the crown on Inês's head and kisses her but, in a rage, forces Violante to kiss Inês's hand, "beijais a defunta mão". Then, in a bold departure from Vélez de Guevara, Pedro whispers the proclamation of Inês's Queenship and Violante repeats the lines in the first person:¹⁵

PEDRO/VIOLANTE: Eu sou a Inês laureada,
eu sou a rainha infeliz
que merece em Portugal
reinar depois de morrer.

A women's chorus wails as Pedro picks Inês up from the floor to carry her off. But as he turns away from us, her hand moves behind his back and she frees herself from his hold to stand apart. Inês, very much alive, begins to run across the stage, up and down the ramps, with her long hair and silken white dress flowing behind her. Baroque music crescendos and flowers bloom brightly against a dark sky. A bell tolls and Inês stands still centre stage looking around and then at the audience, as the lights dim to blackout.

Ignacio García's direction aims to present Inês as an active figure who, contrary to a conventionally passive feminine construction, can claim subjectivity:

-
14. It is common for twenty-first century producers of classic plays to reduce the number of characters and therefore employ less actors. In this production of *Reinar*, it also corrects the gender imbalance of Spanish Golden Age *comedias* where male actors dominated the profession. José Gabriel Antuñano's adaptation has an equal number of adult male and female characters and one male child.
15. This is not a convention without precedent. Teatro O Bando's 2011 staging of Miguel Jesus's *Pedro e Inês* had Teresa Lourenço, Pedro's mistress and mother of João I, manipulating Inês's corpse and speaking for her.

“O facto de Inês de Castro estar convicta de que estava a proceder de forma correta, preferindo ser a rainha infeliz do que renunciar ao matrimónio, não cedendo à sua dignidade, foi o que a fez reinar depois de morrer”, argumentou o encenador. Foi “*pelos seus atos e não pela herança de sangue*” que Inês de Castro “continua hoje a ser conhecida e, de alguma forma, continua a ser rainha”. É isso que “ainda hoje lhe confere legitimidade como rainha”, enfatizou. (*Lusa italics mine*)

In death, she is seen unblemished, is given voice through Pedro and Violante, and moves joyfully through space.¹⁶ She is the final image spectators see, seemingly reigning after death, not as the macabre Dead Queen but wholly and beautifully incorporated. García honours Vélez de Guevara’s condensed historicization to avoid the morbid spectacle of the Spanish tradition. His Inês “*pensa que a transcendência na vida é mais importante do que a própria vida*”. (*Lusa [n.p.]*)

This remarkable staging of Inês’s “transcendent” life in *Reinar* confirms Vélez de Guevara’s impact on Inesian drama. The popularity the play and its adaptations throughout the four-hundred-year span since its composition, changed the reception of the story of Inês and Pedro by shifting the thematic focus from political to romantic intrigue¹⁷ and, significantly for a feminist reading, endowed Inês de Castro with agency. The play’s enduring influence effectively altered her historical figuration in life and in death. *Reinar* conclusively proves that the staging of the *coroação e beija-mão* of the Dead Queen need not feature a decomposing corpse that induces fainting and vomiting. Rather, we are reminded, as Maria Leonor Machado de Sousa suggests, of Inês de Castro’s “*beleza que parece dever considerar-se incomparável*”. (11) Belying the macabre “*gusto espanhol pelo espectacular*” (58) demonstrated by his compatriots, Vélez de Guevara has given us a more sublime, more dignified and more active Inês.

16. The actor’s graceful movements belie the physical demands of walking and running on a set of steep skateboard ramps. In an interview for *Sábado* magazine, Margarida Vila-Nova stresses that her role was “*fisicamente exigente*”. (Bertrand)

17. Jorge de Sena notes that Vélez “*despolitiza o drama*”; (vol II, 256) as the amorous triangle of Pedro, Inês and the Infanta de Navarra takes precedence, there is little trace of the Love *vs* Reason of State theme of the Portuguese Renaissance poets.

Works Cited

- Bermúdez, Jerónimo. *Primeras tragedias españolas de Antonio de Silva (Nise lastimosa y Nise laureada)*. [Madrid, en casa de Francisco Sanchez, 1577.] Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009. <http://www.cervantesvirtual.com/obra/primeras-tragedias-espanolas-de-antonio-de-silua--0/> Accessed June, 2022.
- Bertrand, Jerónimo. *Primeiras tragedias españolas de Antonio de Silva (Nise lastimosa y Nise laureada)*. [Madrid, en casa de Francisco Sanchez, 1577]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009. <https://www.sabado.pt/gps/palco-plateia/teatro---danca/detalhe/pedro-e-ines-em-almada-mais-que-uma-historia-de-amor>. Accessed May, 2022.
- Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Edições Expresso, 2003 (1572).
- . *The Lusiads*. Translated by Landeg White. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.
- Casona, Alejandro. *Corona de Amor y Muerte*. Madrid: Alfíl, 1967 (1955).
- Frêches, Claude-Henri. "Le Personnage D'Inês de Castro Chez Ferreira, Vélez de Guevara et Montherlant." *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol III. Paris: Editions Jean Touzot, 1970. 253-271.
- Induráin, Francisco. "Análisis de 'Reinar después de morir'". *Reinar después de morir*. Luis Vélez de Guevara. Zaragoza/Madrid/Barcelona/Buenos Aires: Editorial Ebro, 1944.
- Jordão, Aida. "(Re)Presenting Inês de Castro: Two Audiences, Two Languages, One Feminism." *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 18. Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS). Lisboa, 2009: 259-277.
- Larson, Donald R. "Estudio introductorio". *Reinar después de morir*. Luis Vélez de Guevara. Eds. William R. Manson and C. George Peale. Newark, Delaware: Juan de la Cuesta, 2008.
- Lopes, Fernão. *Crónica do Senhor Rei Dom Pedro, Oitavo Rei destes Regnos*. Porto: Livraria Civilização, 1981[?] (c. 1440).
- Luís, Nicolau. *Tragedia de Dona Ignez de Castro*. Lisboa: Offc. de José da Silva Nazareth, 1772 (c. 1760).
- LUSA. *Notícias ao minuto*. 24/10/2019. <https://www.noticiasao minuto.com/cultura/1345479/reinar-depois-de-morrer-a-viagem-mistica-sobre-ines-de-castro> Accessed May, 2022.

- McKendrick, Melveena. *Theatre in Spain, 1490-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- . *Woman and Society in the Spanish Drama of the Golden Age: a Study of the Mujer Varonil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- Mexía de la Cerda, Luis. *Tragedia famosa de Doña Ynés de Castro, Reyna de Portugal*. (Barcelona, 1612). PDF Biblioteca Nacional de Españã. <http://www.bne.es> Accessed June 2022.
- Montherlant, Henry de. *La Reine Morte, ou Comment on tue les femmes*. Paris: Librairie Gallimard, 1942, 1944.
- Paiva, Manuel José de. [Sylvestre Sylverio da Sylveira e Sylva]. *Só o Amor Faz Impossíveis*. Porto: António Alvarez Ribeiro, 1790 (1759).
- Resende, Garcia de. "Trovas que Garcia de Resende fez à morte de D. Inês de Castro." *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Folios 221b-222b [1516]. *Poesia de Garcia de Resende*. Ed. José Camões. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- Sena, Jorge de. "Inês de Castro". *Estudos de História e de Cultura*. Vol I e II. Lisboa: Edição da Revista "Ocidente", 1963-1967.
- Scott, Joan W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis." *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5 (Dec. 1986): 1053-1075.
- Sousa, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro, um Tema Português na Europa*. 3ª edição, revista e actualizada. Lisboa: Caleidoscópio, 2020.
- . *Mito e Criação Literária*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- Sullivan, Henry W. "Vélez de Guevara's *Reinar después de morir* as a Model of Classical Spanish Tragedy." *Antigüedad y actualidad de Luis Vélez de Guevara*. Ed. C. George Peale *et al.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1983. 144-64.
- Vélez de Guevara, Luis. *Reinar después de morir*. Edición crítica y anotada de William R. Manson y C. George Peale. Estudio introductorio de Donald R. Larson. Newark, Delaware: Juan de la Cuesta, 2008 (1652).
- . *Reinar después de morir*. Selección, estudio y notas por Francisco Induráin. Zaragoza/Madrid/ Barcelona/Buenos Aires: Editorial Ebro, 1944.

Video of Theatre Performance

Reinar Depois de Morrer. Co-produção Companhia de Teatro de Almada e Companhia Nacional de Teatro Clássico. Texto de Luis Vélez de Guevara; adaptação de José Gabriel Antuñano; tradução de Nuno Júdice; encenação de Ignacio García. Realização do vídeo: Cristina Antunes. Gravação integral com público: Teatro Municipal Joaquim Benite, Novembro 2019.

William Gardiner, Inglês de Bristol: Heresia, Transgressão e Martírio na Capela Real do Paço da Ribeira em 1552

Ana Isabel Buescu
(NOVA FCSH/CHAM)

1. Avis-Habsburgo: um Casamento Duplo

A 1 de Dezembro de 1542, no paço dos Estaus, o mais imponente edifício público de Lisboa antes da construção do Hospital Real de Todos os Santos, (Marques 102) e onde ficavam alojados os embaixadores e outros visitantes ilustres, tinha lugar um duplo acto de grande importância para a monarquia portuguesa: assinavam-se as capitulações para um duplo enlace entre os filhos dos reis de Portugal e de Espanha, D. João III e D. Catarina, Carlos V e Isabel de Portugal – o da infanta D. Maria (n. 1527) com Filipe das Astúrias (n. 1527), e o do príncipe herdeiro D. João (n. 1537) com a infanta Joana de Áustria (n. 1535), a realizar “quando ambos forem de idade que por direito se requer”. (*As Gavetas* 22-8) Mas já antes esta decisão tomara forma, quer em Portugal quer em Espanha. Nas suas instruções ao filho Filipe, datadas de 5 de Novembro de 1539, Carlos V, viúvo havia poucos meses escrevia, numa decisão que além de política, tinha também em conta o sentimento e a vontade da sua amada Isabel: “E quanto à infanta dona Joana nossa filha segunda, a nossa inclinação foi sempre, e ainda o é, casá-la em Portugal com o Príncipe [D. João], se Deus permitir que eles cheguem à idade para o tratar e efectuar (...)”. (*Corpus Documental* 39)

A 21 de Janeiro de 1540, momento que marca o início explícito – mas ainda secreto, manobrado entre D. Catarina e o embaixador, segundo Queirós Veloso – das negociações matrimoniais, o embaixador de Carlos V em Lisboa escrevia a Francisco de los Cobos, conselheiro do imperador, que o príncipe português era “una cosa muy flaquita y muy dolentico”. Nessa mesma carta, Sarmiento sublinhava que na própria corte portuguesa se considerava como possibilidade muito próxima D. Maria vir a herdar o trono do seu pai, dada a frágil compleição do príncipe, o que teria por consequência que Portugal “se junte com esses reynos”. (Veloso 6-8)¹

Mas o caminho determinado e seguido por D. João III não foi o de atender às reservas de muitos dos seus conselheiros, com destaque para o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal – que o rei fizera actuar como seu procurador – buscando outras alianças. Sob este ponto de vista, o monarca português, tão cuidadoso e dissimulado em certas matérias, foi politicamente pouco clarividente. Na verdade, este duplo e delicadíssimo enlace ibérico deixava a coroa portuguesa virtualmente sem alternativas se lhe faltasse um herdeiro natural – recordemos que no momento da assinatura do duplo contrato nupcial, quer a infanta D. Maria quer o príncipe D. João, já jurado herdeiro nas cortes de Almeirim em 1544, eram os únicos sobreviventes dos nove filhos havidos do casamento de D. João III e de D. Catarina. (Buescu, *D. João III* 192-206)

Em 1548, tendo já D. João completado os onze anos de idade, determinou o rei “mudar-lhe o serviço de mulheres (que ainda então tinha) em oficiais que o servissem”. (Andrada 987-988) Mas só no início do Verão de 1551, quando cumpriu os catorze anos de idade, o príncipe passou a dormir em “sua casa, porque, até este tempo, dormiu em casa da Rainha, à ilharga da cama de Suas Altezas”. (Carneiro 418; Andrada 1102) Sendo D. João “o único herdeiro destes reinos, de quem pendia a sucessão e conservação deles”, e estando já em idade “suficiente para dar herdeiros a estes reinos”,

1. A carta, datada de 21 de Janeiro de 1540, é integralmente publicada por Deswarte-Rosa 1991, doc. 27, 293.

(Andrada 1147)² era altura de concretizar a aliança matrimonial tantos anos antes decidida. A noiva era ligeiramente mais velha do que D. João, pois nascera a 23 de Junho de 1535, em Madrid. Não por acaso, foi também nos finais de 1548, agora que se tornava mais próxima a concretização do enlace, que Carlos V ordenou a constituição oficial da casa de D. Joana. (Villacorta Baños-García 145-150)

Finalmente, domingo dia 11 de Janeiro de 1552 em cerimónia realizada no palácio dos marqueses de Alcanices em Toro, pouco depois de recebidos os poderes do príncipe D. João para Lourenço Pires de Távora receber a princesa em seu nome, teve lugar o casamento da infanta D. Joana e do herdeiro do trono de Portugal. Em Portugal, cerimónia idêntica ocorreu no dia 30 do mesmo mês, na cidade de Lisboa. Tudo parece ter decorrido com alguma discrição e comedimento; em mais um momento de aperto financeiro, guardavam-se as grandes festas para a recepção da princesa quando entrasse no reino, e depois em Lisboa.

Casados desde Janeiro de 1552, os preparativos da partida de D. Joana para Portugal intensificaram-se, pensando-se que pudesse ocorrer por volta do mês de Abril. Mas essa saída foi sendo sucessivamente adiada quer por Carlos V, quer por D. João III, numa altura em também que o rei de Portugal se encontrava de novo perante graves dificuldades financeiras – era essa, pelo menos, a interpretação do nuncio papal no reino, Pompeo Zambecari. (*La Correspondance* II doc. 316) Enquanto aguardava a chegada da princesa, em Agosto, D. João cumpriu mais uma etapa cerimonial e simbolicamente significativa da sua condição de herdeiro do trono: em grandiosas festas celebradas na “aprazível praia de douradas areias” de Xabregas, na presença dos reis seus pais, da infanta D. Maria, dos infantes seus tios e de uma corte expectante, o príncipe do Brasil foi solenemente armado cavaleiro. (Vasconcelos 372-397)

Finalmente, a 24 de Outubro de 1552 a princesa D. Joana partiu de Toro, e em Novembro era recebida na raia, com pompa e aparato,

2. V. Cópia de várias cartas do príncipe D. João a D. Joana entre 17 de Abril de 1549 e 30 de Abril de 1553. (BNP, cod. 1594, fols. 78v-81)

pelo duque de Aveiro, D. João de Lencastre³ e por D. João Soares, bispo de Coimbra,⁴ por ordem de D. João III, acompanhados de muitos outros senhores de título, com destaque para o duque de Bragança, D. Teodósio, que consigo levou grande acompanhamento de fidalgos.

2. 1552: Entrada de Juana de Áustria em Lisboa

A entrada da princesa D. Joana na capital do reino constituiu o mais magnífico conjunto de festas que se fizeram no reinado de D. João III, quer pelo fortíssimo efeito cenográfico que envolveram, quer pela dimensão dos meios financeiros, humanos e materiais que implicaram. Grandioso era o cenário do Tejo, cuja travessia constituiu ela própria um espectáculo composto por dezenas de batéis engalanados com músicos e cantores, encontrando-se o rio coalhado de monstros, cavalos-marinhos, grifos e figuras mitológicas, serpentes, leões e tigres; muitas destas embarcações e figuras eram iniciativa de corporações de ofícios que desta forma se associavam à entrada triunfal, que era em simultâneo um momento de celebração da própria monarquia, dos seus símbolos e das suas alianças. (Alves 76-84; Godinho 24-26; BA 50-V-19 fols. 84v-86v)

Durou várias horas a travessia; punha-se já o sol quando a princesa e o rei, que se lhe juntara no Barreiro, desembarcaram num cais preparado junto do paço da Ribeira, estando a varanda do terreiro armada de panos ricos e alguns de seda e brocado. Aí a esperavam a rainha D. Catarina, o príncipe D. João e os infantes, o cardeal D. Henrique, prelados, titulares e muitas damas, à luz de tochas acesas que alumiam aquele crepúsculo de Dezembro. Após os cumprimentos segundo uma ordem fixada que o cerimonial de corte exigia, (Godinho 44) todos se recolheram ao paço, onde na sala grande

3. Filho do recentemente falecido D. Jorge, mestre das ordens de Avis e Santiago, e, portanto, neto do rei D. João II por via bastarda.

4. Há uma interessante carta do poeta António Ribeiro Chiado descrevendo a faustosa entrada do bispo em Lisboa, a 18 de Outubro de 1552. (BNP, cod. 8571, fls. 21v-22v)

os príncipes se receberam por palavras de presente pelo cardeal D. Henrique. Era tarde e não houve serão, e a princesa pôde enfim descansar das fadigas da viagem; mas a cidade continuou em festa, enfeitada com arcos triunfais, lançando fogo-de-artifício, envolvendo-se em festividades, folias e jogos de rua para assinalar a chegada da princesa.

As cerimónias de recepção oficial na cidade de Lisboa iniciaram-se no dia seguinte com o tradicional cortejo régio, estando as portas da Ribeira engalanadas e com um arco de triunfo, de iniciativa municipal, ostentando as imagens do Anjo-Custódio, com as armas régias, à direita S. Vicente, à esquerda S. António e ao centro, um escudo com as armas da cidade. Depois da habitual “arenga” de boas-vindas e a recepção pela Câmara de Lisboa e o seu alcaide-mor, o cortejo régio, sob o pátio, encaminhou-se para receber a bênção religiosa na Sé, onde foi rezada missa, regressando depois ao paço da Ribeira. As festas de rua prolongaram-se por oito dias, incluindo pequenas encenações teatrais e quadros vivos por iniciativa de muitos ofícios que faziam a vida e o quotidiano da cidade, que assim rivalizaram entre si. (Alves 37-41, Meneses 16-20) Simbolicamente era todo o reino que mostrava e dava largas ao seu regozijo e alegria no momento em que casava o herdeiro do trono.

3. “Um homem que parecia de fora da terra”

Pouco tempo havia de durar, contudo, uma alegria que nunca deixara de ser acompanhada de fundo temor, dada a compleição física e a fragilidade de D. João. As próprias festas do casamento ficaram ensombradas por um insólito e chocante acontecimento, em que muitos, depois, quiseram ver uma premonição de futuras infelicidades, e a que vamos dar agora a nossa atenção.⁵

Encontrava-se reunida a corte, solenemente e com aparato, para assistir à missa dominical no paço da Ribeira, perante os reis, os príncipes, o cardeal infante D. Henrique, infantes D. Luís e D. Maria, o

5. Episódio também estudado por Fremann e Borges, 1996.

núncio papal Pompeo Zambecari,⁶ o arcebispo de Lisboa e capelão-mor do rei, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos e muita nobreza da corte. Ao contrário do que possa pensar-se, o paço encontrava-se guardado, é certo, mas não vedado, de acordo com o que é a nossa concepção securitária contemporânea, mesmo no que respeita os espaços mais relevantes, como era o caso da capela real.

Um testemunho bastante anterior, reinando D. Manuel, de um nobre flamengo que visitou Lisboa, dá precisamente conta desta relativa informalidade e circulação nos espaços palacianos. Em 1514 Jan Taccoen van Zillebeke, viajando em peregrinação à Terra Santa, permaneceu por nove dias em Lisboa, onde vivia um dos seus filhos: além de um olhar sobre várias realidades do quotidiano lisboeta, assinalando o seu carácter mais ou menos exótico aos seus olhos de homem do Norte, entrou no palácio da Ribeira, onde assistiu e descreveu a refeição do rei, esboçando mesmo um retrato físico de D. Manuel e da rainha D. Maria:

O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com as portas da sua sala abertas. *Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear (...)*.⁷ O rei é um homem pequeno e magro, de quarenta e cinco anos e a rainha de quarenta.⁸ É uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno. (Stols 129)

Muitas pessoas circulavam nas imediações, e entravam e saíam de dependências e espaços do palácio, misturando-se com servidores, senhores e criados, e, no caso presente, assistindo à missa. Na cerimónia litúrgica de 1552, há várias referências expressas ao “povo” presente, num espaço que era sempre hierarquicamente dividido – os reis, bem como infantes e infantas e outras figuras escolhidas, assistiam de uma janela ou cortina, num plano superior.

No momento culminante da eucaristia, “um homem que parecia de fora da terra”, assistia à celebração religiosa junto ao altar, do lado

6. Pompeo Zambecari, núncio permanente junto da corte portuguesa entre 1550 e 1533.

7. Sublinhado nosso.

8. Na realidade, D. Maria tinha então 32 anos de idade.

da Epístola, segundo esclarecimento perante o Ordinário de uma testemunha ocular, António Nogueira, tesoureiro da capela Real. De acordo com outra testemunha, Diogo Pinto, escudeiro-fidalgo do rei e porteiro da sua capela, que tinha por cargo “mandar arredar a gente que se achega ao altar”, viu o desconhecido no meio dos moços de capela, mandando que todos se retirassem dos degraus do altar.

Quando o sacerdote levantou a hóstia, o homem arrancou-lha das mãos, atirando-a ao chão e derramando o vinho ainda não consagrado, além de agredir com “punhadas” o próprio oficiante. Diogo Pinto afirmou ter arremetido contra o sacrílego, que ficou ferido num dedo. Foi imensa a comoção do rei e da corte perante aquele acto de heresia. O escandalizado nuncio relatou circunstanciadamente o sucedido em carta enviada ao papa Júlio III, assegurando ao pontífice que era visível a mão de Satanás em tamanha transgressão.

Não eram raros, numa Europa marcada pelo confronto político-religioso, episódios de iconoclastia, como sucedeu, algumas décadas antes, em França, episódios que se multiplicariam durante as guerras de religião em França, em cantões da Suíça e nos Países-Baixos. No sínodo de 1528, em Paris, os bispos encontravam-se reunidos para condenar as heresias de Lutero, que se iam difundindo consideravelmente em França. Na esquina de uma das ruas da cidade, estava exposta uma estátua da Virgem com o Menino nos braços. Na noite de domingo, 31 de Maio, o rosto da Virgem foi desfigurado, os braços cortados, acusando-se de imediato os luteranos daquele grave insulto “à notre Seigneur et à sa Sainte Mère”.

A comoção foi grande. Francisco I ofereceu mil coroas para se descobrir os perpetradores de tal acto. Numa procissão solene, encabeçada pelo próprio monarca, uma nova imagem da Virgem, de prata e outros materiais preciosos, foi levada para a praça. O rei, altos funcionários e nobres da sua corte assistiram, levando na mão uma vela de cera. Cantou-se o *Ave Regina Coelorum*. O rei permaneceu de joelhos durante algum tempo, sendo ele depois quem colocou a nova imagem no sítio e deixando a vela a arder defronte. O papa Clemente VII enviou um Breve de congratulações ao rei: *Est ut ibi nobisque de tam orthodoxo rege gratulemur*. (Greswell 90-91)

4. O Processo de William Gardiner

Voltemos ao incidente ocorrido durante a missa dominical na capela real naquele ano de 1552. Na sequência do seu gesto sacrílego, de imediato o indivíduo foi agarrado e levado para fora da capela, mas D. João III não deixou que o matassem, como pretendiam, num ambiente de grande comoção e choro, muitos dos presentes, entre os quais o infante D. Luís e o duque de Bragança. (BA, cod. 50-VI-40, n.º 60, 398) Antes ordenou que fosse entregue aos corregedores e levado para a cadeia do Limoeiro – e não para os cárceres da Inquisição. Sabemos estes e outros pormenores através das três testemunhas do processo que lhe foi instaurado, publicado na íntegra por Isaías da Rosa Pereira, e do próprio testemunho de Gardiner nesse mesmo processo.⁹

Isaías da Rosa Pereira sublinha que, sendo os juízes que assinaram o processo ao mesmo tempo inquisidores, e o processo ter vindo a ficar misturado com processos da Inquisição, se originou o equívoco de que Gardiner teria sido condenado pela Inquisição, o que não é verdade, mas pelos juízes nomeados directamente pelo arcebispo de Lisboa, e portanto pelo seu Auditório Eclesiástico (diríamos hoje Tribunal Diocesano). (Pereira 597-598 e 601) “O processo foi, assim, da responsabilidade da justiça episcopal lisboeta”, (Braga 137) ficando patente a articulação entre a Inquisição e o poder episcopal, (Paiva 2011) cuja autoridade se consolidava na época. (Palomo 32-42)

No Limoeiro, os juízes nomeados pelo arcebispo de Lisboa e capelão-mor do rei, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (Buescu, “D. Fernando”) foram o bispo de Angra, Fr. Jorge de Santiago, D. João de Melo, bispo do Algarve, e o licenciado Pedro Álvares Paredes, inquisidor. Ouvidas as três testemunhas, que com maior ou menor pormenor relataram substancialmente o mesmo, os juízes sujeitaram o inglês a processo sumário, em que o réu foi

9. V. Pereira 1984, com a publicação de vários documentos de arquivo relativos a este caso, nomeadamente o processo guardado entre os da Inquisição. O desacato foi aludido no quadro de uma panorâmica sobre os conflitos na Capela Real por Curto 1993, 143-154.

interrogado em latim, já que não sabia português,¹⁰ tendo Gardiner afirmado aos juízes que estudara Artes e Teologia em Oxford na sua juventude. Esta afirmação, embora impossível de confirmar,¹¹ corresponderia à verdade, já que Gardiner mostrou compreender as interpelações dos juízes em latim, respondendo-lhes na mesma língua. Sigamos o processo nos seus principais passos.

Gardiner foi em primeiro lugar inquirido sobre a sua “gelosia” (genealogia), respondendo o acusado que “seu pai se chamava o seu próprio nome dele e sua mãe Isabela, e não lhe lembra os nomes de seus avós, que eram da cidade de Bristoia¹² do Reino de Inglaterra, que eram cristãos e baptizados”.

Estava em Lisboa havia cerca de três ou quatro meses, e à pergunta sobre onde vivia, respondeu que “pousava numa rua estreita que segundo o sinal parecia que era na Rua dos Fornos,¹³ em casa de uma flamenga que tem o marido cativo em terra de mouros, bombardeiro”. Sendo-lhe perguntado em que nau chegara a Lisboa, e o que aqui o trouxera, disse que chegara a bordo de uma nau chamada *Minhona*, carregada de panos. A mercadoria fora vendida no “Reino da Galiza” e em Lisboa e, enquanto os seus companheiros de viagem regressaram a Inglaterra, William Gardiner deixara-se ficar, de acordo com as suas próprias palavras, “nesta cidade para aprender a língua dela”. O interrogatório tomou então um novo rumo, sendo Gardiner inquirido sobre a sua crença de cristão baptizado e crente na doutrina da Santa Madre Igreja de Roma, ao que respondeu que sim, e “que mais queria morrer por a fé de Cristo que negá-lo”.

Mas quando lhe perguntaram se acreditava nas “opiniões de Lutero e seus sequazes”, se cria na verdadeira presença de Cristo na hóstia – um dos motivos teológicos centrais de divergência entre católicos e

10. O que contraria outras notícias, indirectas e mais tardias, de origem inglesa, que sustentam que Gardiner conhecia a língua portuguesa. Inclinamo-nos para o relato do processo a que Gardiner foi sujeito em Lisboa.

11. Como nos foi transmitido por Thomas Earle, professor na Universidade de Oxford, a quem agradecemos, que tentou, sem sucesso, encontrar evidência da passagem de Gardiner pela Universidade.

12. Bristol.

13. Talvez a Rua dos Fornos, na freguesia de S. Julião, como consta no *Summario*. (Oliveira 24) Existia ainda uma Travessa do Forno, na freguesia da Sé, (19) e duas Ruas do Forno em Santo Estêvão (33) e S. Bartolomeu, (42) mas inclinamo-nos para a primeira hipótese.

protestantes – não quis responder, dizendo que responderia no dia seguinte, por estar cansado e magoado das feridas. O interrogatório prosseguiu, detalhado e insistente no dia seguinte. Gardiner afirmou nunca ter adorado os santos nem crer no Purgatório, que não estava na Escritura Santa, e que o que fizera com a hóstia era porque não cria na presença do corpo natural de Jesus Cristo e “via o povo adorá-la como a Deus”, e que se o acreditasse não teria feito o que fizera. Disse ainda que considerava o seu acto como sendo serviço de Deus, e que cria “que havia diferença entre a sua fé e a nossa”.

Tornavam-se, corajosamente assumidas por Gardiner – que não podia ignorar o risco em que incorria –, gritantes as diferenças teológicas entre a sua crença e a ortodoxia dos seus inquisidores. À pergunta sobre se se arrependia, não quis responder. Omitimos outros pormenores para não alongar a exposição, mas todos eles convergiam num mesmo sentido.

5. Comoção e Desagravo

Em toda a diocese e fora dela se realizaram procissões de desagravo – o próprio rei ordenou uma solene procissão de preces e desagravo do Senhor no dia 13 de Dezembro, dia de Santa Luzia, ordenando que todas as confrarias do Santíssimo Sacramento viessem com as suas cruces e círios juntar-se a S. Domingos, de onde a procissão havia de partir. Nela participaram o próprio D. João III, D. Catarina, príncipes e infantes e toda a fidalguia, descalços e trajando luto. O cardeal D. Henrique transportou o Santíssimo Sacramento, e António Pinheiro, então cronista régio e que pregara, no ano anterior, na solene trasladação dos restos mortais de D. Manuel e de D. Maria para o Mosteiro dos Jerónimos, (Buescu, *D. João III* 258-260) encarregou-se da pregação de desagravo. (Braga 137)

Fontes coevas testemunham a profunda comoção causada em toda a corte, destacando a reacção do rei, de um rei que, como escrevia o nuncio Pompeo Zambeccari ao papa Júlio III, era habitualmente tão fleumático e lento em todas as suas acções, e que

agora não pudera, bem como a rainha D. Catarina, conter as lágrimas e a dor pelo acontecido com aquele “abominável herege”. (*La Correspondance* II, 726)

O banquete, o serão e o baile que haviam de seguir-se às cerimónias religiosas, estando toda a corte vestida de gala, foram suspensos pelo monarca, que se retirou para o seu oratório sem comer, (*La Correspondance*, doc. 320, de 30/12/1552, 725-732; Braga 136-138) em estado de profunda perturbação: “El Rei se encerrou de nojo, e tomou dó (...). E se recolheu chorando, não querendo que lhe falassem, nem entrasse pessoa alguma onde ele estava (...)”. (Meneses 21-21; *La Correspondance* II, 728; BA, 51-VI-40, fols. 397-399 e 401-403, e 51-II-26, n.º 13 f) Subsistem relatos do acontecimento inclusive em correspondência privada, como é o caso de uma carta de Jorge da Silva, filho do Regedor, a sua irmã, a condessa da Feira, relatando circunstanciadamente o sucedido no paço. (BA, 51-VI-40, n.º 13)

É ainda necessário sublinhar o impacto do incidente num outro plano, na medida em que ele ocorreu não só num momento de grande solenidade, como num espaço palatino específico: a capela real, cuja importância “na organização do cerimonial religioso da monarquia” era central, mas também enquanto “instituição de aparato, situada num centro político tal como a corte”. (Curto 143 e 146) Em todas as monarquias medievais e modernas os ofícios religiosos ocupavam um lugar de relevo na orgânica e funcionamento da casa real. As cerimónias religiosas quotidianas ou em momentos assinalados pelo calendário litúrgico baseavam-se em complexos cerimoniais, e numa estrutura hierárquica estritamente organizada. (Porto 27-107) Assim, a capela real, na sua estrutura, funcionamento, dimensão e aparato era, além da dimensão religiosa, também um instrumento do poder do monarca e da sua imagem de majestade, e portanto um espaço simbolicamente central da realeza.

6. Tormento e Morte de William Gardiner

Culminando o processo a que foi sujeito, Gardiner foi, como era expectável, considerado culpado de heresia. Posto a tormento no potro, acabou condenado como “manifesto herege, pertinaz, impenitente”, não sem que antes afirmasse ter sido sua intenção “amostrar a el-rei Nosso senhor e lhe declarar a fé que ele tinha e para isso escreveu uns papeis que lhe foram achados em latim”, que desapareceram. Foi relaxado ao braço secular, com a expressa recomendação de que não procedesse “contra ele à morte nem a efusão de sangue”.

Não foi, no entanto, o que aconteceu. Relaxado ao braço secular, Gardiner foi arrastado atado a uma mula até ao largo do pelourinho onde, perante a corte e uma multidão imensa e ululante, lhe cortaram as mãos, o apedrejaram e queimaram vivo. Registe-se, contudo, a existência de discrepâncias em vários dos relatos manuscritos deste episódio, relatando-se que Gardiner foi queimado vivo no Terreiro do Paço (BA, 50-VI-40, 399) ou no largo do pelourinho, (BA, 50-VI-40 n.º 61, 401-403) como efectivamente aconteceu.

7. O Protestantismo no Mundo Ibérico

O desacato na capela teve ainda consequências políticas e diplomáticas. D. João III escreveu ao seu embaixador em Roma, então D. Afonso de Lencastre,¹⁴ para que este desse oficialmente conta ao Papa Júlio III do sucedido, enviando-lhe para o efeito um memorial circunstanciado do acontecido na capela real. Para lá do genuíno impacto e choque sentidos pelo rei e corte, o caso seria aproveitado pelo monarca para, mais uma vez, argumentar que “nestes meus regnos em tal tempo e com taes acomtecimentos o santo officio da imquiçam [é] remedio verdadeiro das cousas d’esta calidade”. (CDP VII, 198)

14. D. Afonso de Lencastre (c.1505-Alcácer-Quibir, 1578), comendador-mor de Santiago, filho de D. Jorge († 1550), 2.º duque de Coimbra, e portanto neto de D. João II por via bastarda.

Se o desacato na capela real fora protagonizado por um protestante, a grande preocupação do monarca para a imperiosa necessidade do Santo Ofício para assegurar a unidade da fé no reino, como a própria missiva para o embaixador deixava claro, era a sempre candente questão dos cristãos-novos e a preocupação régia perante as movimentações dos seus agentes em Roma. Em todo o caso, o temor pela disseminação do protestantismo e a vigilância e repressão do luteranismo estavam também na ordem do dia quer em Portugal quer em Espanha onde, aliás, a década de cinquenta veio a revelar-se decisiva.

Num momento em que o Concílio de Trento, iniciado em 1545, traçava os novos caminhos de um catolicismo geograficamente amputado, em que os ventos da mais estrita ortodoxia faziam publicar, em 1559, o *Index Librorum Prohibitorum*, em Espanha ocorria nesse mesmo ano, em Valladolid, o primeiro auto-de-fé visando adeptos do luteranismo, que se ia difundindo em círculos laicos e eclesiásticos e ganhando visibilidade, inquietando as autoridades; (Álvarez e Medina 292-305) em Agosto, o arcebispo de Toledo, Bartolomé Carranza, que a rainha D. Catarina felicitara por carta, no ano anterior, pela sua eleição, era preso pela Inquisição. Este conjunto de acontecimentos evidenciava o clima espiritual e de endurecimento ideológico no mundo ibérico.

Bartolomé de Carranza (1503-1576), arcebispo de Toledo, cabeça da monarquia hispânica, fora um activo participante no Concílio de Trento, autor prestigiado de tratados teológicos de influxo tridentino acerca das virtudes e obrigações pastorais do bispo "ideal" preconizado por Trento. (Palomo 33) Muito estimado por Filipe II, integrara o selecto grupo de teólogos que o monarca levou consigo para Inglaterra quando casou com Maria Tudor. (Álvarez e Medina 302) Preso em 1559 por ordem do poderoso Inquisidor General Fernando de Valdès, fora denunciado por um grupo de luteranos de Valladolid. Acusado de proposições heréticas, o seu processo tornou-se um assunto de Estado para Filipe II e teve uma forte repercussão em todo o mundo católico. (Parker 129-134)¹⁵

15. Preso durante 9 anos nos cárceres da Inquisição, o Papa exigiu a sua ida para Roma, para ser julgado como bispo. A sentença final, decidida em 1579, foi leve, sendo libertado de pois de ter estado preso 17 anos. Morreu poucas semanas depois.

Os principais sacrificados dos autos-de-fé de Valladolid e Sevilha entre 1559 e 1562 foram protestantes e não judeus. Com estes autos-de-fé, visando estancar os focos de luteranismo na Península, “o protestantismo autóctone ficou praticamente extinto em Espanha”, e “grande parte dos que poderiam ter sido os reformadores espanhóis tinham emigrado para o estrangeiro”. (Kamen 99-100)

Em Portugal, em idêntico cenário de “confessionalização católica” e de afinamento dos mecanismos de controlo e de coerção dos poderes, (Palomo 17-55) esta situação e este alerta faziam-se também sentir, como poucos anos antes testemunhavam as denúncias na Inquisição, contra figuras de destaque na corte, como Damião de Góis, em 1545, o cronista e guarda-mor Fernão de Pina, em 1548, e os processos contra mestres do Colégio das Artes, como o escocês Jorge Buchanan e Diogo de Teive, em 1550. Neste contexto, o incidente na capela real em finais de 1552 ganhava uma outra expressão e significado.

Voltando ao memorial enviado por D. João III a Júlio III, o papa respondeu com um Breve de 1 de Abril de 1553, felicitando o rei pelo casamento do príncipe com a filha do imperador, e referindo o “horrrível e nefando caso, com o qual se espantou e ficou consternado”, (Pereira 604-605) mas congratulando-se pela piedade do rei e de todo o cristianíssimo reino, que haviam procurado reparar o sacrilégio cometido com orações e penitências. O monarca agradeceria vivamente o Breve ao pontífice, que o consolara da “gramde dor e sentimento que tive do caso que naquele tempo acontecio daquele abominavel ereje”. (CDP 220-221)

Desta forma soturna e triste acabavam as festas de casamento dos príncipes em Dezembro de 1552. Não faltou quem considerasse o que acontecera um presságio de futuras infelicidades, que pareceram concretizar-se a breve trecho. Na verdade, o herdeiro de Portugal, padecendo de diabetes juvenil, veio a morrer a 2 de Janeiro de 1554, com dezasseis anos de idade, poucos dias antes de a princesa dar à luz, em 20 de Janeiro, em ambiente de imensa consternação, tristeza e ansiedade o príncipe que nascia já herdeiro, a quem foi posto “nome Sebastião, tomado do dia em que nascera”. (Andrada 1192)

8. William Gardiner no *Book of Martyrs* de John Foxe

Voltando ao incidente protagonizado por Gardiner naquele domingo de 1552, de tal forma a comoção foi grande, num país profundamente crispado e temeroso pelo endurecimento ideológico, numa Europa religiosamente dividida e assolada pela intolerância, que a memória do acontecimento perdurou, bem como a memória individual de Gardiner, “do outro lado do espelho”. Na verdade, em 1563, pouco mais de dez anos passados sobre o sucedido, era dada à estampa uma das obras mais marcantes sobre os protestantes que haviam sucumbido pela violência em defesa da sua fé, o célebre *Book of Martyrs*¹⁶ (Fig.1). Nele surgiu, também, a figura de Gardiner.

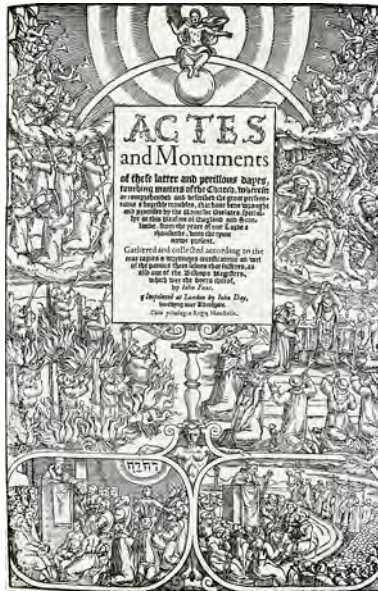


Fig.1 – Rosto da 1ª edição dos *Acts and Monuments* de John Foxe, 1563.

16. O título da obra de Foxe é *Actes and Monuments of these Latter and Perillous Days, Touching Matters of the Church*, mas passou à posteridade como *The Book of Martyrs*.

O seu autor era John Foxe (1516-1587), professor e pregador puritano.¹⁷ Fox começara a trabalhar na recolha de informações sobre o tema em 1545, quando abandonou as suas funções de lente no Magdalen College, em Oxford, devido às suas profundas e notórias convicções protestantes. Com a ascensão da católica Maria Tudor ao trono inglês em 1553, Foxe exilou-se na Europa e publicou em língua latina em 1554, em Estrasburgo, material sobretudo relativo às perseguições dos lolardos no século XV, em Basileia um apelo aos nobres ingleses contra a perseguição dos protestantes em Inglaterra, em 1557, enquanto continuava a recolher, de forma sistemática, informação sobre novos mártires do protestantismo, incluindo os muitos supliciados no reinado de Maria Tudor, publicando em 1559 uma obra que prefigurava a edição de 1563.¹⁸

Após a morte de Maria Tudor, em 1558, Foxe regressou a Inglaterra reinando Isabel I, restauradora da autoridade da Igreja Anglicana e da reforma protestante, continuando a preparar o seu *opus magnum* que dedicaria à rainha. Obra monumental, com cerca de 1800 páginas, impressa pelo mais prestigiado impressor inglês e fervoroso protestante, John Day, era um empreendimento sem precedentes e arriscado em termos financeiros. Embora com um foco particular na Inglaterra e na Escócia, Foxe procurou na sua ambiciosa obra reunir as vidas de todos os mártires do Cristianismo, desde os seus primórdios, incluindo os do proto-protestantismo – com destaque para John Wicliff e Jan Huss no século XIV, ou para o movimento dos lolardos – e protestantismo.

Foxe sustentava que a Igreja de Inglaterra, mais do que uma inovação ou uma ruptura, representava a genuína continuação da verdadeira e primitiva Igreja de Cristo, ao contrário da Igreja de Roma, que dela se afastara ao longo dos séculos. A obra de Foxe teve um grande impacto, a que não foi alheio o facto de ser escrita em inglês, bem como o de incluir as muitas gravuras ilustrando de forma gráfica a

-
17. V. The Editors of Encyclopaedia Britannica, actualizado por Kathleen Kuiper (senior editor) <https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2020.03.05) <https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2022.07.20) https://en.wikipedia.org/wiki/John_Foxe (consultado em 2022.07.20).
 18. "According to Carranza, royal officials imprisoned and burned more than 450 English heretics between February 1555 and November 1558, while at least 600 more fled abroad", (Parker 48) com a publicação de um gráfico sobre o número de execuções de protestantes na fogueira em Inglaterra neste período.

tortura e a morte dos defensores da “true faith”, alcançando quatro edições até 1583 e tendo sido sucessivamente aumentada. O *Book of Martyrs* foi determinante para a difusão, em Inglaterra, do conceito de mártir no campo protestante, e para o enraizamento do sentimento anti-católico na Inglaterra isabelina. O catolicismo perdia, com o *Book of Martyrs* de John Foxe, o “monopólio” do martírio.

Nesta obra, entre centenas de outras vidas daqueles que, desde Jesus Cristo, haviam sofrido a perseguição e o martírio na defesa da verdadeira fé, Foxe traça um breve esboço biográfico de Gardiner, da sua estada e da sua trágica morte em Lisboa. O conhecimento de Foxe acerca do suplício e morte de Gardiner em Lisboa, no final de 1552, com elementos suficientes para deles traçar uma breve narrativa no livro cuja redacção iniciara cerca de 10 anos antes, comprova, para além da incansável labuta na recolha de centenas e centenas de casos, uma notável e eficiente rede de recolha de testemunhos acerca dos mais recentes mártires do protestantismo um pouco por toda a Europa.

Naturalmente apologética, a narrativa (Foxe 185-186) diz-nos que Gardiner, oriundo de Bristol, recebera uma “tolerable education” – a que sabemos não faltou, no entanto, como vimos, a aprendizagem da língua latina –, sendo depois protegido por um conceituado mercador, de nome Paget, que o enviou, aos vinte e seis anos de idade, para Lisboa, como seu agente comercial. Aqui se familiarizou com a língua portuguesa, mantendo contactos em privado com “a few whom he knew to be zealous protestants”. Procurando manter-se discreto, evitando cautelosamente dar azo a algum reparo ou ofensa, Gardiner escusou-se sempre, no entanto, a frequentar celebrações religiosas em qualquer das muitas igrejas “papistas” da cidade.

A narrativa prossegue para o dia da celebração religiosa do casamento do príncipe herdeiro com a filha do imperador, que deve ser vista com precaução em termos factuais, uma vez que, em muitos aspectos, é já “para-martiriológica”. Segundo Foxe, Gardiner tinha plena e prévia consciência dos actos que ia praticar,¹⁹ preparando-se

19. “(...) he conceived, the rash design of making a reform in Portugal, or perishing in the attempt, and determined to sacrifice his prudence to his zeal, though upon the occasion he became a martyr.”

conscientiosamente para o sacrifício; abdicando de todos os assuntos mundanos e materiais da sua vida, pagou as suas dívidas, fechou os seus livros e desfez-se das suas mercadorias. No dia das cerimónias do casamento, entrando na capela do paço,²⁰ colocou-se junto ao altar, com o Novo Testamento nas mãos. No momento culminante da celebração – a Eucaristia – ou nas palavras de Foxe, “at that part of the ceremony when the people adore the wafer”, arrebatoou a hóstia ao oficiante e calcou-a com os pés.

A sequência narrativa é muito próxima da que encontramos nas fontes portuguesas: a perturbação e o choque colectivos, alguém que com um punhal se aproximou de Gardiner e o feriu num ombro, a intervenção do rei que impediu o seu linchamento imediato. Há, contudo, elementos novos, como a alegada interpelação do rei a Gardiner, perguntando-lhe pelos seus cúmplices, ao que o inglês teria respondido ter agido sozinho, apenas guiado pela sua consciência, prossequindo: “I would not hazard what I have done for any man living; but I owe that and all other services to my Creator”.

Gardiner foi preso e, de acordo com o relato, foi também ordenada a prisão de todos os ingleses residentes na cidade de Lisboa, com destaque para um que vivia na mesma casa que Gardiner, considerado possível cúmplice, sendo todos sujeitos a tortura. Esta referência à prisão e tortura de todos os ingleses residentes em Lisboa, em si inverosímil – embora seja certo que alguns deles estiveram no ponto de mira das autoridades – procurava enfatizar e ampliar na narrativa de Foxe o alcance do trágico destino de Gardiner enquanto membro de uma crença perseguida pelos “papistas”.

Condenado à morte, o excruciante tormento de Gardiner é assim descrito: acesa uma gigantesca fogueira, junto da qual estava uma forca, o condenado foi içado por roldanas acima do fogo, “but not so close as to touch it; so that he was burnt or rather roasted by slow degrees” até à morte. Após o suplício e morte de Gardiner, todos os ingleses que haviam sido presos foram libertados, com excepção do

20. No texto fala-se na catedral, o que é inexacto, pois o casamento teve lugar no paço da Ribeira.

que coabitara com Gardiner, que só recuperou a liberdade dois anos mais tarde. O breve relato que culmina no seu suplício em Lisboa difere, pois, em alguns aspectos, das fontes portuguesas.²¹

9. Uma Memória que Perdurou

Num sentido naturalmente oposto o acontecimento de 1552 era evocado na corte portuguesa em 1571, quase vinte anos depois do acontecido. No vibrante apelo que fazia ao rei D. Sebastião para que engrandecesse, em termos arquitectónicos, a cidade de Lisboa, Francisco de Holanda – que terá assistido ao incidente da capela real – exortava o jovem monarca, já quase em exclusivo voltado para a sua “monomania” africana, a fazer edificar “naquele mesmo lugar e sala (...)” onde, aquando das festas de casamento dos príncipes seus pais “o santíssimo Sacramento foi tão mal tratado de um torpe e abominável hereje”, “uma sumptuosíssima Igreja ou Capela em glória e exaltação e memória do Santíssimo Sacramento”, que permanecesse para os monarcas vindouros como Capela dos Reis. (Holanda 35)

Tal não veio a acontecer, e o fim da dinastia de Avis estava em 1571 singularmente próximo. E, de certa forma, na memória daqueles cruciais e duros anos de 1552-1554, o episódio protagonizado por William Gardiner, inglês de Bristol, na capela real por ocasião das festas de casamento dos pais de D. Sebastião acabou por se cruzar, simbolicamente, com o destino da monarquia portuguesa.

21. Agradecemos a Thomas Earle, da Universidade de Oxford, a referência a esta obra, e o acesso ao passo respeitante a Gardiner.

Obras Citadas

- Alves, Ana Maria. *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, [s/d.]
- Andrada, Francisco de. *Crónica de D. João III*. Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1976.
- Bataillon, Marcel. *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- Braga, Paulo Drumond. *D. João III*. Lisboa: Hugin, 2002.
- Buescu, Ana Isabel. "Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos". *Dicionário dos Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Dir. João Luís Inglês Fontes; coord. António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. 575-584.
- . *D. João III (1502-1557)*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- Carneiro, Pero de Alcáçova. *Relações de (...) Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*. Publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.
- Corpo Diplomático Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo desde o século XVI até os nossos dias*. VII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874.
- Corpus Documental de Carlos V*. Edición crítica, prologada y anotada por Manuel Fernández Álvarez. II. Madrid: Espasa Calpe, 2003.
- Correspondance (La) des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*. Ed. Charles-Martial De Witte, 2 vols.. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1980.
- Curto, Diogo Ramada. "A Capela Real: um Espaço de Conflitos (Séculos XVI a XVIII)". *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, Séculos XVI-XVIII*. Porto, 1993. 143-154.
- Danvila y Burguero. Alfonso. *Don Cristobal de Moura, Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1900.
- Deswarte-Rosa, Sylvie. "Espoirs et désespoir de l'infant D. Luís". *Mare Liberum*, 3, 1991. 243-298.

- Fernández Álvarez, Manuel e Ana Díaz Medina. *Historia de España*. Coord. Montenegro Duque, Ángel. Vol. 8 – *Los Austrias mayores y la culminación del Imperio (1516-1598)*. Madrid: Editorial Gredos, 1987.
- Foxe, John. *Book of Martyrs. A Complete and Authentic Account of the Lives, Sufferings, and Triumphant Deaths of the Primitive and Protestant Martyrs, in all Parts of the World*. Londres: William Tegg, 1863 (1ª ed. : 1563).
- Freeman, Thomas S. e Marcelo J. Borges. "A Grave and Heinous Incident Against our Holy Catholic Faith: Two Accounts of William Gardiner's Desecration of the Portuguese Royal Chapel in 1552". *Historical Research*, vol.69, nº 169. 1-17.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. V. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.
- Godinho, André Filipe Claro. *A Invenção do Triunfo: Memória, Saberes e Sensibilidades nas Entradas Régias Portuguesas (Séculos XVI-XVII)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos (policopiada) apresentada à NOVA FCSH, 2020.
- Greswell, William. *A View of the Early Parisian Greek Press, Including the Lives of the Stephani; Notices of Other Contemporary Greek Printers of Paris; and Various Particulars of the Literary and Ecclesiastical History of their Times*. Oxford: Printed by S. Collingwood for D. A. Talboys, 1833.
- Holanda, Francisco de. *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- Kamen, Henry. *La Inquisición Española. Una Revisión Histórica*. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 2011.
- Marques, A. H. de Oliveira. "Depois da Reconquista. A Cidade na Baixa Idade Média". *O Livro de Lisboa*. Dir. Irisalva Moita Lisboa: Livros Horizonte, 2004. 89-113.
- Meneses, Manuel de. *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, décimo sexto rey de Portugal (...)*. I – *Que contém os successos deste reyno, e conquistas em sua menoridade*. Lisboa: Officina Ferreiriana, 1730.
- Montenegro Duque, Ángel. *Los Austrias mayores y la culminación del Imperio (1516-1598)*. Madrid: Editorial Gredos, 1987.
- Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1987 (1ª ed.: 1551).

- Paiva, José Pedro. *Baluartes da Fé e da Disciplina. O Enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.
- Palomo, Federico. *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- Parker, Geoffrey. *Imprudent King. A New Life of Philip II*. New Haven/London: Yale University Press, 2015.
- Pereira, Isaías da Rosa. *O Desacato na Capela Real em 1552 e o Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa*. Separata dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, 29. Lisboa, 1984.
- Porto, Hugo Filipe Teles. *Os Cantores na Administração nos Reinados de D. Manuel e de D. João III*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos (policopiada) apresentada à NOVA FCSH, 2014.
- Stols, Eddy e Jorge Fonseca (coord.) *Lisboa em 1514. O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. *Cadernos de Cultura*, 8 [2ª série]. Lisboa: Húmus, 2014.
- Vasconcelos, Jorge Ferreira de. *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda, ao muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião, primeiro deste nome em Portugal, nosso Senhor*. Ed. conforme a de 1567. Prefácio, actualização, transcrição do texto e notas de João Palma-Ferreira. Porto: Lello Editores, 1988.
- Veloso, José-Maria de Queiroz. *D. Sebastião. 1554-1578*. 2ª ed.. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- Villacorta Baños-García, Antonio. *La Jesuita. Juana de Austria*. Barcelona: Ariel, 2005.

Web

- John Foxe British clergyman written by: The Editors of Encyclopaedia Britannica, actualizado por Kathleen Kuiper (senior editor).
<https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2020.03.05).
<https://www.britannica.com/biography/John-Foxe> (consultado em 2022.07.20).
https://en.wikipedia.org/wiki/John_Foxe (consultado em 2022.07.20).

Evocação dos 360 anos do Casamento Real Anglo-Português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra

Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco
(NOVA FCSH/CETAPS)

“Auiendole yo robado la mejor joya de su Corona para adorno de la mia, mas a trueque desta, emplearé la mia toda en defensa de la suya”.
(Carta de Carlos II a D. Afonso VI, 1662)

1.

No ano em que se assinalam os 650 anos da Aliança Luso-Britânica, a aliança diplomática mais antiga e ainda em vigor entre dois países, marcada pela assinatura do Tratado de Tagilde, em 10 de Julho de 1372,¹ faz igualmente sentido evocar um dos momentos mais marcantes desta aliança de

1. Os primeiros tratados entre Portugal e a Inglaterra remontam ao século XIV, destacando-se o Tratado de Tagilde, aliança entre D. Fernando de Portugal e Eduardo III de Inglaterra, considerado o preâmbulo da aliança que ainda hoje vigora. Este tratado foi consolidado com a assinatura do “Tratado de Paz, Amizade e Aliança”, ou Tratado de Londres, em 16 de Junho de 1373, com o objectivo primeiro de auxílio mútuo em tempo de guerra, não contemplando quaisquer cláusulas comerciais, como sucedera com o tratado de 1353, pelo período de cinquenta anos, entre comerciantes de Lisboa e do Porto (representados por Afonso Martins, comerciante do Porto, mais conhecido por “Alho”) com Eduardo III de Inglaterra. Poucos anos depois, a aliança foi reforçada com o Tratado de Windsor de 1386, de extraordinária importância na consolidação das relações anglo-portuguesas e com novas cláusulas relativas a aspectos políticos, militares e comerciais. Seguiu-se, em 1387, o casamento do Rei de Portugal com D. Filipa de Lencastre, dama inglesa que se tornou Rainha de Portugal, contribuindo, deste modo, para o estreitamento das relações de amizade entre as duas cortes. Posteriormente, foram sendo assinados outros tratados ao longo da história. Não deixa de ser pertinente mencionar que a aliança anglo-portuguesa, já vinha sendo preparada desde os primórdios da nacionalidade portuguesa com os contactos efectuados entre os primeiros reis portugueses e os cruzados ingleses a caminho da Terra Santa. Sobre a génese da aliança anglo-portuguesa pode ver-se Prestage 1936, Almada 1946 e Brazão 1955.

longa data: os 360 anos do casamento real anglo-português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra que se cumprem no presente ano.

O casamento de D. Catarina de Bragança, Infanta de Portugal, com Carlos II rei de Inglaterra em 1662 constituiu um acontecimento de grande alcance internacional e de extraordinária importância no século XVII, no âmbito das relações luso-britânicas, após um longo e complexo processo de negociações que se estendeu durante largos anos. Em 19 de Maio de 1661, teve lugar a comunicação pública e oficial do casamento por parte do monarca inglês ao Parlamento de Londres:

Hontem communicou elRey a nossa casa, a intenção, que tinha de se casar com a senhora Princesa de Portugal, (...). O Secretario Mauricio se levantou là de sima, & começou a relatar as **razoes, que haviaõ movido, a elRey, a se resolver a concluir esta alliança**, dandonos a entender, que S. Mag. não tinha sómente respeito à sua propria satisfação na escolha, que havia feito de huma senhora de tam rara belleza, & de tam grãde virtude; mas que tambem havia olhado para conveniencia publica, & bem comum de seu povo: **Que este casamento, não era hum simples casamento de elRey de Inglaterra, com a senhora Princesa, mas do Reyno de Inglaterra cõ o Reyno de Portugal.**"²

O casamento real, redigido em Tratado de 1661 e concretizado com a(s) cerimónia(a) religiosa(s) em Portsmouth em Maio de 1662, resultou de um conjunto de conversações diplomáticas, atentamente observadas – apoiadas ou rejeitadas consoante os casos –, pelas principais casas reinantes da Europa e pela diplomacia internacional. Tratou-se de uma conjugação de propostas e de uma intriga política em que as principais figuras intervenientes eram meros peões de um xadrez internacional, numa época em que “o sistema de casamentos era a forma mais completa e segura das alianças dos estados”. (Sousa 69)

2. Os acontecimentos deste dia foram observados por Thomas Higgins, ministro favorável aos interesses de Portugal, que os descreveu por carta a D. Francisco de Melo, embaixador de Portugal em Inglaterra, como se pode ver em “As particularidades que succedêrão no Parlamento, quando nelle se tomou este assento, (...)”. (Melo 1661)

Ao longo da História verifica-se, em geral, que os casamentos reais não são meras uniões individuais, mas alianças e compromissos de cariz diverso entre nações. A importância da aliança no contexto europeu da época, o casamento real anglo-português de 1662, os desenvolvimentos que levaram à sua concretização, a assinatura dos Tratados foram objecto de atenção, reflexão e comentários no seu tempo e na posteridade por historiadores, memorialistas, poetas e escritores.

Em 1661, por exemplo, um ano antes da chegada de D. Catarina ao seu novo país, já o poeta Henry Bold, num poema de felicitação ao soberano pelo seu aniversário natalício e aniversário da Restauração da Monarquia, referia encomiasticamente a nova rainha que vinha de longe, os seus atributos e a sua singularidade:

(...) Loe! a *Queen*
 Comming from farr! Fam'd *Beauties Magazin!*
 The *Wealth* oth' *World!* the *Glory* of the *Earth!*
Fair as the *Starr* that blaz'd at *Charles His Birth!* (...)
 We'll 'bate the Spice and Camells (Gifts too small)
 Bringing Her single Self, She gives Us All. (Bold 1661)

Em 1662, James Howell em *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances*, ao tecer algumas considerações sobre anteriores alianças diplomáticas e sobre o estreitamento das relações entre o Reino de Inglaterra e o Reino de Portugal, afirmou, recordando uma outra união que resultou também em casamento real: "By the former Alliance [1386], it may be said that Portugal married with England, by this England hath married with Portugal."³ (Howell 6)

3. Comentando os casamentos reais entre Portugal e Inglaterra, o autor conclui da seguinte forma:

King Charles the Second, married the Lady Catherine, sole Daughter to Don John the fourth King of Portugal, and Sister to Don Alonso the sixth now regnant, there was a matrimonial Alliance once before 'twixt the Bloof Royal of England and Portugal, which was about Ann. 1376. between John the first King of Portugal, and the Lady Phillippa Daughter to John of Gaunt Duke of Lancaster. As that former was the fortunatest Alliance that Portugal ever made, by their own Confession, to this Day; so may this prove to England! May all the Blessings of Heaven be poured down on it, according to the due and daily Devotions of all true-hearted Subjects, and particularly of J.H. (Howell 6)

Assim, são muitos e variados os aspectos a considerar relativamente ao processo que culminou com o casamento real de 360 anos atrás: a política portuguesa de alianças; os impulsionadores do projecto de casamento de Carlos II com a Infanta portuguesa; a política inglesa de alianças; o dote; os Tratados de Junho de 1661; o embarque, a viagem e a chegada de D. Catarina de Bragança a Inglaterra em 1662; o casamento religioso em rito católico e em rito anglicano; a viagem da Rainha de Portsmouth a Londres, passando por Hampton Court; e a recepção da Rainha portuguesa em Londres.

Na impossibilidade de abordar aqui todos estes conteúdos, pretende-se, com esta evocação, apresentar e perspectivar, especificamente, a política portuguesa de alianças no período pós-Restauração, salientando essencialmente alguns dos antecedentes que conduziram à concretização desta união real, a relevância do dote da Infanta D. Catarina para a consumação da aliança de duas nações recém-restauradas, cultural e religiosamente muito diferentes, mas necessitadas de auxílio mútuo, considerando, em particular, os Tratados de 1661 e o casamento religioso de 1662 em Portsmouth, à luz de anteriores e recentes estudos.⁴ A perspetivação destes factores permite encontrar ao longo do percurso da Infanta portuguesa, rainha de Inglaterra, uma visão recorrentemente dicotómica e controversa, desde a sua época até à actualidade, por parte de todos os que o observaram ou sobre ele se debruçaram.⁵

2. A Política Portuguesa de Alianças no Período Pós-Restauração

O casamento do Rei inglês com a Princesa portuguesa constituiu parte de uma aliança mais alargada entre Portugal e a Inglaterra, expressa no Tratado de 23 de Junho de 1661. Este acontecimento, de extraordinária importância no âmbito das relações luso-britânicas, teve grande

4. A este propósito pode destacar-se investigação por mim efectuada sobre esta matéria desde a apresentação da minha dissertação de Doutoramento intitulada *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa* (2005) e, ainda, outros trabalhos como Troni 2008, Madway 2012 e Flor 2015.

5. Cf. Castel-Branco 2006 e 2007.

repercussão internacional, claramente sublinhada e comprovada pelos persistentes e variados esforços da diplomacia espanhola para o impedir.

Variadíssimos autores se debruçaram sobre o casamento real de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, sobre a Aliança e o Tratado de 1661, mas nem sempre as opiniões são consensuais. Para uns o casamento foi um desastre, (Kenyon 115) para outros tratou-se de uma “desastrosa conjuntura”, (Tullio 26) chegando, também, a ser contestado; (Macaulay 187) outros viram-no como um acontecimento “of first-class historical importance” (Hill 229) ou, ainda, muito desejável e extraordinariamente vantajoso: “An alliance between England and Portugal would strengthen Portugal, anger Spain, delight France, and might result in some gain to England. Everything pointed to its desirability (...).” (Mackay 23)

A união matrimonial entre as duas cortes, apesar de diversas vezes contestada, era necessária e favorável aos dois países, dadas as circunstâncias em que ambos se encontravam. Para Portugal, sob ameaça castelhana constante, era fundamental reforçar e consolidar a independência conseguida com a Restauração, assim como obter, com a maior brevidade, o reconhecimento internacional da sua posição, e nada o sublinharia melhor do que o casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com o monarca inglês. Para Inglaterra, com uma monarquia recém restaurada, após décadas de grande conturbação e também com graves problemas financeiros, o dote que acompanhava a Princesa era uma oferta quase irrecusável.⁶ Assim o refere Virgínia Rau: “São muitas e importantes as razões que levaram D. Catarina a assentar-se no

6. “What finally decided Charles, if not his advisers, in favour of the Portuguese offer in late March 1661 was not its greater possibility of territorial and commercial gain, but the impressively large dowry. Thus, the cornerstone of the future British empire in India was not built on a farsighted vision of imperial glory or commercial profits but on just plain greed. Charles was desperate for a ready injection of hard cash and the Portuguese gave him an offer that he could not afford to refuse. Melo, moreover, ‘continued to lay a trail of cash through the Privy Council, which seemed to substantiate his promise that his Princess’s dowry would arrive with her, complete.’ The treaty which England and Portugal finally signed on 23 June 1661 was a compromise which favoured the financial and territorial terms which Portugal put forward and the military and commercial provisions which England wanted. The French were secret third parties to the treaty and agreed to pay for the cost of transporting troops and paying a subsidy for their levying as well. Louis XIV’s motives were purely selfish since he wanted to ensure that Spain was forced to continue an expensive and debilitating war while his forces had time to gather their strength.” (Madway, 82)
Sobre a situação económica da Inglaterra da Restauração, veja-se também Bryant 91 e seguintes.

trono inglês, mas sôbre tôdas uma surge sempre mais imperiosa que as outras, a necessidade de dinheiro, que tinha Carlos II, necessidade que o perseguiu durante tôda a vida." (25) As negociações que levaram à concretização deste tratado de paz e casamento não foram fáceis nem imediatas e estenderam-se por propostas e contra-propostas que correram, diversas vezes, o risco de malogro.

A consideração de momentos específicos do processo que deu origem a este enlace matrimonial pode contribuir para compreender melhor perspectivas tão díspares e opiniões tão controversas.

Depois da Restauração de 1640, Portugal necessitava de conquistar reconhecimento internacional, em que se incluía o de Roma. Para além de Inglaterra e de França, o reconhecimento e a ajuda das principais potências da Europa eram imprescindíveis. Nesse sentido, desde essa data foram sendo assinados vários tratados de aliança: em 1641 o tratado de aliança com a França, Suécia e Dinamarca; um tratado de tréguas com a Holanda; e em 1642 o tratado de paz e comércio com a Inglaterra. Com estas alianças, Portugal conquistava a posição de não ter estas nações como inimigas. (Tullio 25) No entanto, era necessário acrescentar a este apoio diplomático um auxílio mais concreto: ajuda militar, naval, munições, etc.. Por esta razão se enviaram embaixadores, membros do clero e representantes da coroa portuguesa às diversas cortes da Europa.

Em guerra com a Espanha e com a Holanda, refere Frederico Vidal, "era necessário, pois, deitar mão de todos os meios tendentes a reforçar a posição de Portugal no mapa político da Europa" (1) e, entre os meios utilizados na diplomacia, incluía-se os membros da família real. Estes serviam a política externa e as conveniências do país através de pactos matrimoniais que parecessem vantajosos. Como refere o mesmo autor, "as pessoas da família dos Soberanos eram então elementos com que êles contavam para a sua política. Assim, filhas, irmãs, sobrinhas, as Senhoras da Real Família, serviam, como também, aliás, os elementos masculinos, para o monarca se apoiar, geralmente na sua política externa." (1)

Deste modo, vários projectos de casamento se delinearam, após a restauração da independência portuguesa, começando pelo

casamento do primogénito de D. João IV, D. Teodósio, assunto que não será aqui desenvolvido. As mediações com França e Espanha para esse efeito (algumas delas com a colaboração do Pe. António Vieira) e para acabar diplomaticamente a guerra com o país vizinho não tiveram sucesso. Mais não foram os projectos de casamento para o herdeiro da coroa portuguesa, porque em 1653 D. Teodósio morreu prematuramente, com dezanove anos apenas.

As diligências para se conseguir a paz através de uma aliança matrimonial continuaram e as atenções recaíram sobre a Infanta D. Catarina. Não tendo uma coroa para oferecer, tinha a acompanhá-la um dote valioso de terras e riquezas. Vários foram os projectos de casamento e aliança que, “ao sabor da política”, como refere Virgínia Rau, (14) se delinearam para esta princesa portuguesa: D. João de Áustria, Duque de Beaufort, Luís XIV, Rei de França e Carlos II, Rei de Inglaterra.

A proposta de casamento com D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV, Rei de Espanha, surgiu muito cedo, tinha a Infanta apenas oito anos, e parece ter partido da corte de Madrid, com o objectivo de ajustar uma trégua de vinte anos com Portugal ou, caso esta não fosse aceite, conseguir que D. João IV fosse para o Brasil, onde governaria como soberano, ficando os consortes D. Catarina e D. João de Áustria com a coroa, em Portugal.⁷ O registo oficial desta proposta encontra-se em Paris, em documentos que o Visconde de Santarém reuniu na obra *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo, desde o Princípio da Monarchia Portuguesa até aos Nossos Dias*.⁸

7. Apesar de vulgarmente todos os escritores datarem esta negociação de 1647, quando D. Catarina tinha oito anos de idade, Virgínia Rau não apresenta a mesma certeza e, afirmando que não há documentos que revelem a verdadeira data desta proposta de casamento, estranha que “Jant, nomeado enviado extraordinário por Luiz XIV em Janeiro de 1655, e chegado a Lisboa em Abril do mesmo ano, ainda ligasse importância a êsse ‘diz-se’ que datava pelo menos de 1647.” (Rau 15-16) Sobre este assunto veja-se também Tullio 59 e Casimiro 49.

8. Este refere determinados parágrafos de ofícios dos ministros de França em Lisboa, F. Lanier e o Cavaleiro de Jant. Num ofício de 6 de Março de 1647, Lanier relata uma conversa com o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, na qual este último revela o interesse de Castela pelo casamento de D. Catarina com D. João de Áustria, e o ministro francês aconselha-o a advertir o Rei contra os que lhe fazem esta proposta. (Tombo IV, parte II, XV-XVIII)

Claramente, os governantes e ministros de França seguiam atentamente as conversações diplomáticas europeias. Jant, enviado extraordinário de Luís XIV e chegado a Lisboa em Abril de 1655, afirma igualmente ter tido conhecimento dessa proposta, tal como o Marquês de Chouppes, anos depois, em 1659.⁹ Estas conversações mais não foram que uma ideia vinda da corte espanhola e não surtiram grande efeito, dadas as circunstâncias de fragilidade que tal contrato acarretaria para Portugal.

Outro pretendente que se destinou à Infanta D. Catarina foi François de Vendôme, Duque de Beaufort, neto, por bastardia, de Henrique IV de França e primo co-irmão do rei Luís XIV de França. Opositor do Cardeal Mazarino, foi um proeminente militar, tendo-se destacado nas guerras das Frondes, entre outras. Foi nomeado Almirante, distinguiu-se nas lutas contra os turcos, e morreu em batalha. O mistério que rodeou a sua morte levou-o a ser considerado uma das “personagens que andam na lista dos nomes dados ao Homem da Máscara de Ferro”. (Rau 14) A hipótese deste enlace foi articulada em simultâneo com a proposta de casamento de D. Teodósio com Luísa de Orleães, sobrinha do rei Luís XIII, pretendendo reforçar ou facilitar as negociações com o governo francês. O facto de o casamento do primogénito de D. João IV não se ter chegado a realizar, para além da alegada bastardia do Duque de Beaufort, que nunca daria o título de majestade a D. Catarina, levaram a que também este projecto de casamento da filha de D. João IV não se concretizasse.¹⁰

9. Em Dezembro de 1659, o Marquês de Chouppes, enviado francês, num relatório enviado ao Cardeal Mazarino, de tudo o que se passara desde a sua chegada a Lisboa, relata que Pedro Vieira da Silva “lhe havia dito que ElRei d’Hespanha havia algum tempo mandara offerecer a ElRei de Portugal o Brasil, com a categoria de Reino, e de se fazer o casamento de D. João de Áustria com a Infanta de Portugal.” (Tomo IV, parte II, CXVI)

10. Este casamento não era do interesse do Duque de Orleães, que, para além de objectar contra o excesso de guerra em Portugal, guardava a sua filha para o exilado Carlos II, Rei de Inglaterra, então em Paris, levando o diplomata Francisco de Sousa Coutinho a comentar como “em França se entende que vale mais um rei de Inglaterra sem terra, que um príncipe de Portugal em posse de tantos reinos.” (“Correspondencia diplomatica. Manuscripto da Academia Real das sciencias de Lisboa”, *apud* Tullio 60)

Estas hipóteses de aliança não passaram despercebidas ao governo francês, nomeadamente ao Cardeal Mazarino que “não via com agrado a ameaça de um reforço do poderio de países que tradicionalmente rivalizavam com a França”, como refere Manuel Andrade e Sousa (6) na biografia sobre a Infanta D. Catarina. Assim se iniciou, segundo Tullio da Silva, a “mais ardilosa de todas as negociações que se entabularam para o casamento da filha del-Rei D. João IV.” (118)

Durante quatro anos se negociou o casamento da princesa portuguesa com Luís XIV, constituindo esta hipótese de aliança a principal ofensiva diplomática do Cardeal Mazarino no plano da política externa. Estas negociações nunca passaram de um projecto e, por parte de França, de um engodo, expressão utilizada por Virgínia Rau. (17) Esta artimanha foi uma forma manipulada pelo Cardeal de despertar as atenções e os receios de Espanha, caso o casamento e a aliança de Portugal e França se realizassem, o que seria, claramente, contra os interesses dessa nação.

Sucederam-se iniciativas, propostas secretas de casamento,¹¹ troca de Instruções entre as duas nações por via diplomática¹² fomentando

-
11. Larrey, autor de *Histoire de France sous le Regne de Louis XIV*, (Roterdão, 1783) citado por Silva Tullio no artigo sobre a Infanta D. Catarina já mencionado, refere que em 1652 a corte francesa enviou a Portugal Mr. Le Cocq com a proposta secreta do casamento do soberano francês com a filha de D. João IV, com a condição de Portugal ajudar o rei de França com três milhões de ouro e vinte e quatro navios de guerra para socorrer Barcelona, que se declarara pela França e estava cercada por D. João de Áustria. No entanto, diz o mesmo autor, “nenhum outro escriptor, que conheçamos, falla de tal enviatura; mas como este é coevo, pode ser que o soubesse de boa origem”.
 12. O que se sabe na realidade é que, depois de receber instruções sobre o que deveria fazer na corte portuguesa, em Fevereiro de 1655, o cavaleiro de Jant foi enviado por Mazarino a Lisboa, onde chegou em Abril desse ano. Fazia parte das suas instruções exigir a Portugal o incremento da guerra contra Espanha, doze navios de guerra armados e mantidos por Portugal, e um subsídio de dois milhões de cruzados, entre outros aspectos. Pela “Instrução Secreta”, o enviado deveria indagar sobre as principais influências na corte, as disposições dos ministros portugueses e, ainda, fomentar a ideia, junto da Rainha, de que o Cardeal tudo faria ao seu alcance para que Luís XIV considerasse as vantagens de uma aliança e casamento com Portugal. O texto da “Instrução” é explícito nesse sentido:

quant à l’infante sa fille (da Rainha) lorsque le Roi (Luiz XIV) sera en état de se marier, Son Eminence (Mazarin) fera tout son possible pour obliger Sa majesté de considérer l’avantage de son alliance. (...) Il (De Jant) remarquera bien particulièrement son esprit, son visage, sa taille et sa parole; il s’informerá, s’il se peut, de quelques domestiques, officiers servents ou esclaves, s’il n’y a rien à dire en sa personne ou en son corps par défautosité ou autrement; lesdites enquêtes étant faites avec grand secret et prudence, il rapportera deux portraits de l’infante l’un en grand et l’autre en petit, au naturel et sans artifice.

a ideia, junto da Rainha, de que o Cardeal tudo faria ao seu alcance para que Luís XIV considerasse as vantagens de uma aliança e casamento com Portugal.

Em 7 de Setembro de 1655, foi assinado de um tratado entre Portugal e França: Portugal obrigava-se a não celebrar a paz com a Espanha sem nela se incluir a França e, inclusivamente, a intensificar a guerra com o país vizinho; em contrapartida, a França não faria tratado algum com a Espanha sem que nele Portugal fosse incluído e facilitaria a contratação de oficiais, técnicos, material de guerra, que “S. M. Portugueza os poderia fazer vir de França à sua custa, ao que S. M. Christianissima se prestava de boa vontade.” (Santarém, tomo IV, parte I, 383)

Destas conversações participaram os ministros do reino e, também, Frei Domingos do Rosário.¹³ Como afirmou o diplomata Francisco de Sousa Coutinho, “não ha casamento se não entra n’elle um frade” (Tullio 118) e, na ausência do Padre António Vieira, a trabalhar no Maranhão, Frei Domingos actuou, não apenas como confessor da Rainha D. Luísa de Gusmão, mas como diplomata e político. Era frequente no século XVII a colaboração de membros do clero com os diplomatas e políticos e um procedimento muito comum nas cortes católicas:

It was the hour of the cloth in high places. Cardinals ruled their countries, intrigued with and against other countries, dispensed war, peace and royal nuptials, dictated to sovereigns, browbeat ambassadors and secretaries of state, assisted by bishops, by Jesuits, by confidential Capuchins and other friars. (Macaulay 51)

13. De nome secular, Daniel O’Daly, nasceu na Irlanda em 1595 e morreu em Lisboa em 30 de Junho de 1662. Em Lugo, na Galiza, recebeu o hábito de S. Domingos com o nome de Domingos do Rosário. Confessor da rainha D. Luísa de Gusmão, que o tinha em grande consideração, participou também activamente da política e da diplomacia portuguesas, tendo sido enviado duas vezes a França para negociar o casamento da infanta D. Catarina com Luís XIV. Foi um homem muito dedicado à família real portuguesa e fundou o colégio dos missionários ingleses, no Corpo Santo, e o convento do Bom Sucesso. Veja-se sobre este assunto Prestage 1926, Tullio 118-20 e, ainda, Macaulay 1990, 51-93, que, no entanto, apresenta datas diferentes das já referidas para o nascimento e morte deste frade inglês.

Os religiosos, com algumas vantagens sobre os leigos, serviam de enviados em missões diplomáticas pois, “como sacerdotes tinham entrada fácil nos paços reais, como confessores sabiam guardar sigilo, como membros de uma Ordem tinham por regra a obediência; não exigiam grandes ordenados e ajudas de custo e podiam viajar como simples particulares, dando a entender que iam a negócios de sua Ordem.” (Prestage 1)

De entre os membros do clero que representaram a coroa portuguesa, destaca-se particularmente, como já foi referido, o Padre António Vieira, incumbido de negociar vários casamentos de membros da família real. Embora não interviesse directamente nas negociações para o casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança, mostrou por diversas vezes o seu interesse e dedicação por esta princesa.¹⁴

Estranhamente, verificou-se que das conversações em Lisboa para redacção da aliança com o enviado de França, cujos registos se encontraram em cartas de D. João IV e D. Luísa para Luís XIV e para o Cardeal Mazarino em arquivos franceses, posteriores à partida de Fr. Domingos do Rosário para França, não há nenhuma alusão documentada ao possível casamento do Rei francês com a Infanta D. Catarina. No entanto, num despacho de Jant para o Cardeal, em Setembro de 1655, há referência a afirmações da Rainha de Portugal sobre o casamento de D. Catarina, num dos seus encontros com o ministro francês.¹⁵

14. Na sua vastíssima obra encontram-se dois poemas em latim sobre a Infanta, “Catharinae Lusitanae Britanae Reginae” e “Ad connubium felicissimum D. Catharinae cum rege Angliae, Carolo II”. Enviou-lhe, também, algumas cartas do Brasil e dedicoulhe um tomo dos seus *Sermões*.

15. “Que a França lhe fazia esperar, que quando se tratasse do casamento d’ElRei se teria uma consideração particular para com a Infanta, sua filha; que elle de Jant podia fazer conceito de sua beleza, pois a havia visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do Cardeal de dar a ElRei de França uma mulher de condição branda, submissa e obediente, era Catherina, sua filha, o abbreviado de todas as perfeições, d’um sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só d’um Rei de França; que todavia soubêra com bastante displicência que a frustravão d’aquella esperança, tomando por pretexto a conducta de Portugal, mas que de tudo nos deviamos consolar neste mundo; que se não houvesse para a Infanta, sua filha, Reis na Europa, não lhe faltarião em Lisboa conventos, onde ella por menos de dous milhões poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias.” (Santarém, tomo IV, parte I, 391-92)

Em Outubro de 1655, D. João IV enviou a França Frei Domingos do Rosário para obter a ratificação do tratado de aliança entre os dois países e tratar, simultaneamente, do casamento de D. Catarina com Luís XIV, como se pode ler explicitamente no artigo oitavo da “Instrução publica para Frei Domingos do Rosário na primeira missão a França (1655)”.¹⁶ No entanto, Frei Domingos foi recebido numa atmosfera hostil, o tratado não chegou a ser ratificado e apenas no fim do ano foi recebido pelo Cardeal Mazarino, que alegou que Jant excedera os poderes e instruções recebidas. (Santarém, tomo IV, parte II, XXXVII-VIII) Arrastando-se as negociações com o Cardeal, em que este, na opinião de Virgínia Rau, “com a sua astuciosa política, ora prometia, ora recusava, mostrando-se ainda interessado com o casamento de Portugal, quando já pensava na aliança com a Espanha”, (20) o enviado português regressou a Portugal em meados de 1656.

Pouco tempo depois, D. João IV, tendo conhecimento de que as negociações de paz entre França e Espanha não se concretizaram, enviou, mais uma vez, Frei Domingos do Rosário a Paris para, de novo, tratar da aliança e do casamento. Pode ler-se na “Instrução para Frei Domingos do Rosário na segunda missão a França”: “(...) vos encommendo muito queiraes voltar áquella côrte, com a maior brevidade que vos fôr possível (...) para concluirdes, assim o negocio da liga entre esta e aquella corôa, como o do casamento de El-Rei com a Infanta D. Catherina, minha muito amada e presada filha.” (Prestage 67) Na mesma “Instrução” é referido o dote que D. Catarina levaria consigo. Mazarino continuava com novas exigências e, mais uma vez, as negociações saíram malogradas. Segundo Silva Tullio, “não contentaram ao cardeal Mazarino estas clausulas, porque elle

16. Alguns ministros de França e outras pessoas de menor conta me fallarão por vezes em casamento de S. Mg.^{de} com a Infanta dona Catherina, minha muito amada e prezada filha (...) e advertindome agora que se effituasse a liga de que haveis de tratar, ha França de querer acrescentar áquelle vinculo o deste matrimonio, assy pelos grandes merecimentos da Infanta, não só do sangue, mas de sua pessoa tão merecedora de ser desejada e procurada, como pelas poucas Princezas que ha capazes do emprego de S. Mg.^{de} me pareceo mandarvos advertir por Pedro Vieira do que tem passado nesta materia e dizer-vos pessoalmente o como nella vos deveis de haver, se vola tocar algum ministro, para o que ma lembrareis ao tempo de vossa partida, e se não tivera em França outro negocio, he este de tanta importancia e fio tanto de vos, que só a elle vos mandára áquelle Reyno.” (*Apud* Prestage 63-64)

queria uma praça marítima em Portugal para ancoradouro das esquadras de França." (Tullio 119)

Frei Domingos do Rosário regressou a Lisboa em finais de Junho de 1657, acompanhado pelo Conde de Cominges, embaixador extraordinário de França. Este vinha apresentar os pêsames à Rainha Regente pela morte de D. João IV, falecido em 6 de Novembro de 1656, e, pensava-se então, trazer auxílio e negociar a tão desejada aliança e o casamento franco-português. Pelo contrário, Cominges vinha solicitar auxílio com exigências pouco razoáveis e, segundo alguns autores, mais do que negociar o casamento com a Rainha Regente, trazia nas suas Instruções uma indicação para alimentar apenas esse projecto, sem nunca o chegar a concretizar. (Tullio 166 e Beirão 469)

Dois anos se passaram em diligências, elogios exacerbados à beleza da Infanta através de cartas de Cominges dirigidas ao Cardeal e à Rainha viúva,¹⁷ pedidos de França de retratos de D. Catarina, (Tullio 166) e negociações que aumentavam a desconfiança do governo português, pois nem aliança, nem tratado, nem contrato de casamento chegavam a uma efectiva concretização. (Santarém, tomo IV, parte II, LVIII-IX) Veio a verificar-se que, ao mesmo tempo que o enviado de França em Portugal tratava, ou alimentava falsamente as esperanças, do casamento da Infanta de Portugal com o Rei de França, o Marquês de Lionne fazia em Madrid propostas para casar o mesmo soberano com a Infanta D. Maria Teresa, filha dos Reis Católicos, fazer uma aliança com a Espanha e desamparar Portugal.

Sem chegar a acordo, o Cardeal Mazarino mantinha as conversações com Espanha, que aparentemente corriam de uma forma positiva, e deu ordens ao Embaixador Cominges para que regressasse a França em Fevereiro de 1659 e, segundo Virgínia Rau, "para ganhar

17. "Refere o embaixador que achára a Infanta tão formosa que julgava não ser obra de um homem mas sim de Deos" (Santarém, tomo IV, parte II, XLVIII) e, também, "Cominges ao conhecer a Princesa, ficou muito bem impressionado e escrevia para a sua côrte que era mais bela do que a representava o retrato que se vira em França (levado por Rosário?); que, formosíssima e majestosa se estivesse bem penteada e bem vestida, poucas belezas da côrte de França poderiam igualá-la"; e que era as "delícias e o amor de todo o Reino" (Beirão 469).

tempo”, (Rau 23)¹⁸ pediu à Rainha D. Luísa de Gusmão que nomeasse alguém a acompanhá-lo, com plenos poderes para, aparentemente, concluir as negociações. Desta forma, Mazarino ia iludindo Portugal e Espanha, negociando com um e com outro, procurando aquele que seria o melhor partido e melhor aliado.

Em 13 de Abril de 1659, o Conde de Soure, nomeado embaixador extraordinário na corte de Luís XIV, partiu de Lisboa, mas, antes de chegar a França, tomou conhecimento em Plymouth e, posteriormente, de uma forma pormenorizada, no Havre em 2 de Junho, de que se ajustara a paz entre a França e a Espanha no princípio de Abril, e que Mazarino estaria presente nos encontros dos Pirenéus para tratar da paz e do contrato de casamento de Luís XIV com D. Maria Teresa, Infanta de Espanha. (Santarém, tomo IV, parte II, LXXI e 422 e seg.) Em 17 de Novembro foi assinado o Tratado de Paz dos Pirenéus, em que Portugal não era incluído, Mazarin não se aliou à causa de Portugal e as expectativas do casamento, de aliança e ajuda de França saíam completamente frustradas.¹⁹

Apesar desta conclusão desoladora e inesperada para Portugal, a viagem do Conde de Soure a Paris, onde chegou em 8 de Junho de 1659, não se revelou totalmente infrutífera: com a ajuda do Visconde de Turenne obteve, para além da colaboração de militares franceses, o apoio do Conde de Schomberg para vir servir em território português. Este regressou a Portugal com o Conde de Soure, passando por Londres, embarcando em navios emprestados pelo monarca inglês, por lhe ser proibido fazê-lo em França. Nessa breve passagem por

18. A mesma expressão foi utilizada pelo Visconde de Santarém: “recorreo a outro artifício para ganhar tempo no que respeitava os negocios de Portugal, em quanto adiantava a negociação com os nossos inimigos.” (Tomo IV, parte II, LXVIII)

19. Silva Tullio, no artigo já mencionado, refere de modo incisivo, o “logro” ou “cilada” em que Portugal se viu envolvido: “Tal foi o desenlace das negociações com que o treitento cardeal nos embaiu durante quatro annos, trazendo-nos engodados pela promessa do casamento da infanta D. Catharina com Luiz XIV”. (167)

A astúcia e audácia do Cardeal Mazarino eram de tal forma prepotentes que, em Dezembro de 1659, ainda enviou a Lisboa o Marquês de Chouppe com algumas propostas francesas, entre as quais a sugestão de que Portugal voltasse ao que era antes de 1640, a fim de cessar as hostilidades com o país vizinho. Imediatamente interrompido pelo Conde de Cantanhede, um dos homens nomeados pela Rainha Regente para ouvir o enviado francês, “se levantou, dizendo, que se a Nobreza, e o povo soubessem o que continhão as proposições, que se havião lido, que nenhum dos que estão presentes, estavam seguros naquelle lugar”. (*Historia de Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira *apud* Rau 95)

Inglaterra, segundo alguns autores, terá mencionado ao monarca inglês um eventual casamento com a Infanta portuguesa.

Fracassadas as negociações com França, Portugal precisava de assegurar outros apoios para manter a independência: os exércitos espanhóis ameaçavam o território português e Mazarino não podia oferecer auxílio abertamente depois da recente aliança de casamento franco-espanhola. Para Portugal, país iludido e abandonado por França, pressionado a ceder na sua soberania, as perspectivas não eram as melhores ou, como refere um autor de língua inglesa, “were rather gloomy”. (Goetz 44) De acordo com artigo de autor anónimo sobre D. Catarina de Bragança: “Achavase o Reino exausto de gente, e armas, e não era facil sem soccorros estrangeiros defender-se de todas as forças de Castella, unidas em um corpo”. (1884, 21)

São muito e variados os comentários a estes projectos em diversos artigos sobre D. Catarina de Bragança. Apesar de “ludibriado pelas potências estrangeiras que se moviam aos influxos de Madrid”, (Sarmiento [s.p.]) apesar da desilusão e do cansaço provocados por “intermináveis negociações de casamento”, (Soares 11) o governo português virou-se para a Inglaterra, antiga aliada e grande potência europeia, onde recentemente Carlos II fora proclamado Rei e onde se instaurara de novo a monarquia:

Após o tratado dos Pirinéus, o govêrno de D. Louisa de Gusmão, desiludido por êste lado, procurou naturalmente outra aliança. E a regente rejuvilou certamente, quando viu que as coisas se dispunham de modo a que a sua filha, havendo perdido o casamento em França, tivesse probabilidades de se ligar ao soberano duma outra grande potência – Charles II. (Ângelo Ribeiro *apud* Peres 87-88)

A Restauração de Inglaterra deu-se após mais de uma década da chamada “Puritan Revolution” (1642-1660), (Liversidge 12) anos de uma tentativa de governo republicano, que se seguiu a uma violenta e sangrenta guerra civil terminada em Janeiro de 1649 com a vitória de Oliver Cromwell, a condenação e execução de Carlos I e a abolição da monarquia em Fevereiro do mesmo ano. A Inglaterra foi declarada uma

República e governada pelo Parlamento e por um *Lord Protector*, Oliver Cromwell. O príncipe herdeiro, Carlos Stuart, vagueou pelas principais cortes da Europa, foi proclamado rei no exílio pelos seus apoiantes, coroado em 1651 em Scone, na Escócia, e fugiu ao exército puritano em 1651, depois da derrota do exército de facção realista, em Worcester. O regresso e Restauração da monarquia em Inglaterra deu-se em 29 de Maio de 1660, dia do seu trigésimo aniversário: Carlos II entrou em Londres com uma recepção apoteótica e calorosa, como se pode testemunhar em relatos e diários da época, como, por exemplo, o diário de John Evelyn.²⁰

Para além destas manifestações entusiásticas e exaltadas, também o esperavam dificuldades e problemas para resolver, como refere, o historiador e biógrafo Arthur Bryant:

(...) for beneath the surface the country was still bleeding from the wounds, religious and political, which for twenty years Englishmen had inflicted on one another; a vast national debt had to be liquidated; the Army and the Navy were several years in arrears of pay, and there was war with a foreign power. Such realities could only be forgotten in the first wild joy of release from captivity. (88)

Independentemente da complexidade da situação interna que a Inglaterra atravessava, para Portugal, uma aliança com a recém-restaurada monarquia inglesa e o auxílio militar daí potencialmente resultante, surgia como uma esperança para a consolidação da independência, dada a urgente necessidade de apoio motivada pela deslealdade de França no Tratado dos Pirenéus e pela grande actividade ameaçadora do exército castelhano em território português. Coincidentemente, quando se deu a Restauração da monarquia

20. "This day, his Majesty, Charles the Second came to London, after a sad and long exile and calamitous suffering both of the King and Church, being seventeen years. This was also his birth-day, and with a triumph of above 20,000 horse and foot, brandishing their swords, and shouting with inexpressible joy; the ways strewed with flowers, the bells ringing, the streets hung with tapestry; fountains running with wine; the Mayor, Aldermen, and all the Companies, in their liveries, chains of gold, and banners; Lords and Nobles, clad in cloth of silver, gold, and velvet; the windows and balconies, all set with ladies; trumpets, music, and myriads of people flocking, even so far as from Rochester, so as they were seven hours in passing the city, even from two in the afternoon till nine at night. I stood in the Strand and beheld it, and blessed be God." (Bray 341)

inglesa, D. Francisco de Melo, embaixador de Portugal em Londres,²¹ encontrava-se de partida da capital inglesa e estava pronto um navio para o trazer a Portugal. O embaixador dera por concluída a sua missão, pois já conseguira, em 18 de Abril de 1660, a assinatura de um tratado, como refere Edgar Prestage:

um tratado com o Conselho do Estado, que representava a República, pelo qual o Rei de Portugal era autorizado a alistar 12.000 soldados de Infantaria e a comprar 2.500 cavalos e armas. (...) As tropas deviam gozar da liberdade de culto na forma estabelecida pelo Tratado de 1654, o qual juntamente com os Seis Artigos de 1652 era dêste modo confirmado. (154)²²

Aproveitando a sua presença em Inglaterra, o governo português encarregou Francisco de Melo e Torres de felicitar o novo monarca e de lhe lembrar o apoio e a protecção sempre prestados pela corte portuguesa à família real inglesa, visando, entre outros aspectos, a ratificação do tratado que tinha sido elaborado entre ele e o governo anterior. Nesse sentido, o embaixador Francisco de Melo e Torres escreveu um memorial do qual distribuiu cópia às pessoas mais influentes,

-
21. Francisco de Melo e Torres, Conde da Ponte e Marquês de Sande, foi governador de Olivença e general durante as guerras da Restauração no Alentejo. Para além de embaixador de Portugal em Inglaterra, fez parte do Conselho de Estado e da Guerra. Depois do casamento da infanta D. Catarina com o rei inglês, foi encarregado de negociar o casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Alvo de invejas e intrigas políticas, morreu assassinado em 7 de Dezembro de 1667. Sobre a sua vida e obras que deixou, como cartas e outra documentação, veja-se a obra de Theresa M. Schedel de Castello Branco, já mencionada. Edgar Prestage em *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, 157), chama a atenção para o facto de nesta época se encontrarem quatro diplomatas com o mesmo nome: "1) Francisco de Melo, Conde da Ponte, Marquês de Sande; 2) D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, embaixador na Holanda e na Inglaterra e 3) seu primo D. Francisco Manuel de Melo, a que já se fez referência no Cap. II, Relações com a França; 4) D. Francisco de Melo, Conde de Assumar, português que continuou fiel a Filipe IV e foi governador de Flandres a partir de 1643." Sobre a cronologia das embaixadas dos representantes de Portugal em Londres veja-se Brazão 98 e stes.
22. Só em 10 de Julho de 1654 o Dr. João Rodrigues de Sá Menezes, Conde de Penaguião, embaixador de Portugal em Londres, conseguiu o Tratado de Paz e Aliança com Cromwell que, diga-se, trazia na realidade grandes vantagens para Inglaterra. Sobre este Tratado diz o mesmo autor: "O Tratado de 1654 representa para a República uma vitória diplomática, pois obteve de Portugal assinalados privilégios comerciais e religiosos, pretendidos de Espanha e que esta lhe recusara; em troca os portugueses só receberam as vantagens da paz e da mútua amizade. Um acôrdo tam unilateral acarretou o descrédito da Inglaterra, e foi para Portugal uma profunda humilhação; de resto era uma prova evidente da supremacia da Inglaterra, cujos súbditos, que negociavam com Portugal ou lá viviam, ficavam de futuro em melhor situação que os próprios portugueses." (Prestage 147)

onde resumia o historial das relações anglo-portuguesas e apresentava uma lista de serviços prestados ao Rei Carlos I e ao seu filho no exílio,²³ salientando que o novo Rei, por razões políticas e por gratidão, deveria auxiliar Portugal na sua luta contra a Espanha, aspecto abordado e analisado por inúmeros autores.²⁴ Conseguiu também que mais de duzentos comerciantes assinassem uma petição dirigida a Carlos II para manter o comércio com Portugal. Francisco de Melo pediu ainda uma audiência ao rei, que lhe foi concedida com aparente facilidade, pois essa audiência havia sido negada por Carlos II aos embaixadores de França e Holanda. Desta forma, tudo indica que o embaixador português terá sido o primeiro representante estrangeiro a ser recebido pelo novo monarca. Efectivamente, durante a passagem de Carlos II por Haia, ainda no exílio, pouco tempo antes do seu embarque para Inglaterra, a influência espanhola actuara em desfavor de Portugal. Enquanto o Conde de Miranda, representante de Portugal, viu ser-lhe recusada uma audiência, o representante de Espanha foi recebido publicamente com grandes mostras de apreço.

Dadas estas circunstâncias e considerando que não tinha instruções do seu governo sobre os procedimentos a seguir, D. Francisco de Melo achou-se na situação instável de ter que tomar decisões e actuar com iniciativa pessoal, ignorando se estaria alguém destinado para o substituir. Desde logo começou a fazer diligências, para as quais contou com a ajuda eficaz do padre Russell, intérprete da embaixada, que se tornou o seu braço direito nos contactos com as autoridades inglesas e com o apoio de Thomas Maynard, cônsul de Inglaterra em Lisboa. Sobre o primeiro, D. Francisco de Melo redigiu, em Setembro desse mesmo ano, um rasgado elogio: “O padre Richard Russell,

23. António de Sousa de Macedo, foi seu antecessor como representante de Portugal em Londres, onde se manteve alguns anos depois de ter terminado a sua missão diplomática. Amigo da família real inglesa, escreveu a Carlos II felicitando-o pela Restauração. Este, que não esqueceu como o “nosso residente em Londres quando Cromwell promovia o julgamento e morte de Carlos I, pugnou tanto a favor d’este infeliz monarcha, (...) tanto que subiu ao throno, remunerou os serviços do nosso ministro feitos a seu pae com o título de barão de Molingaria para todos os seus successores (os condes de Mesquitella), dizendo-se na carta régia d’esta mercê, que Antonio de Sousa de Macedo defendêra a dignidade real de Carlos I, até com imminente risco da sua vida.” (Tullio 190)

24. Sobre esta matéria pode consultar-se Ericeira tomo II, 306-308, Santarém tomo XVII, 122-24, Tullio 190, Beirão 473-74, Prestage 155, Rau 27 e, ainda, Branco 361-62.

Protonotário apostólico, serve a Vossa Majestade e conhece todos os ministros, o Rei, os Secretários (por sua via tenho dado os mimos que não tomariam por outro, a fim de que se não soubesse), por onde, além das suas muitas letras, línguas e mão que aqui tem é utilíssimo e inescusável nesta embaixada.” (Branco 360 e Ericeira tomo II, 308) Quanto a Thomas Maynard, aparentado com um dos conselheiros de Estado e primo do General Monck por via de sua mulher, ofereceu-se para ir a Londres ajudar as negociações portuguesas com as autoridades inglesas, servindo-se da sua posição e contando com o apoio da Rainha Regente de Portugal. Segundo Theresa Castello Branco, a sua presença foi extremamente útil ao Embaixador, pois colocou-o em contacto com Monck e, através deste, com William Morris, parente do General, nomeado Secretário de Estado a pedido deste, e precioso informador na condução das negociações com a Inglaterra. (Branco 359 e stes.) Em 2 de Agosto desse ano, teve lugar um acontecimento significativo para as relações entre os dois países:

(...) contra todas as expectativas, todas as previsões, e apesar de todos os manejos espanhóis, Francisco de Melo, que fora sucessivamente Embaixador de Portugal aos Protectores Oliver e Richard Cromwell, ao Parlamento e ao Conselho de Estado da República, era oficialmente recebido por Charles II. Dadas as circunstâncias, a recepção do representante português por um Rei a quem a Espanha considerava virtualmente seu dependente, representava uma extraordinária vitória diplomática. (Branco 366)²⁵

Em 15 de Junho, a Rainha Regente de Portugal escrevera ao Rei de Inglaterra em nome de D. Afonso VI, para sublinhar os poderes de D. Francisco de Melo e confirmar os tratados já existentes entre os dois países. Após conversações, em Outubro de 1660, foram confirmados e ratificados os tratados existentes entre Portugal e Inglaterra. Alguns autores afirmam que D. Francisco de Melo recebeu também instruções precisas da Rainha D. Luisa de Gusmão para propor o casamento

25. Sobre esta matéria veja-se também Clarendon vol.2, 145-46, Santarém tomo XVII, 124 e, ainda, Prestage 155.

do novo rei inglês com a Infanta D. Catarina e, dessa forma, conseguir uma aliança com a Inglaterra, devendo dirigir-se, para esse efeito, aos ministros mais próximos de Carlos II, como é referido, por exemplo, nas *Memórias* de Ablancourt:

Lors que les Portugais sceurent que les Anglois avoient rappellé leur Roi, ils chargerent Francisco de Mello de Torrez Comte de Ponte, & depuis Marquis de Sandes d'aller en qualité d'Ambassadeur Extraordinaire le feliciter sur son heureux retour, & la Reine lui recommanda d'entrer en conference avec le Chancelier Hyde, & le porter à déterminer le Roy son Maître à épouser l'Infante de Portugal. (73-74)

Não se sabe ao certo de quem partiu a ideia deste projecto de casamento. Sobre a sua efectivação, que resultou no Tratado de Aliança entre as coroas de Portugal e de Inglaterra, ou quem teve a iniciativa de o propor, encontram-se diversas opiniões. Apesar da intensa actividade e das negociações empreendidas por D. Francisco de Melo, embaixador português em Londres, os autores convergem na afirmação de que a primeira tentativa de negociação do casamento da Infanta D. Catarina não foi uma ideia emergente do contexto político de 1660 e que os primeiros contactos no sentido de unir a Inglaterra e Portugal através de um casamento são realmente anteriores. Para alguns, a ideia desta ligação matrimonial parece ter surgido no tempo em que o Dr. António de Sousa de Macedo era representante de Portugal em Londres, durante a Guerra Civil inglesa. No entanto, actualmente, conhecem-se outras propostas e negociações secretas da Rainha Regente relativas ao casamento da infanta D. Catarina anteriores à Restauração da monarquia inglesa. De acordo com Janet Mackay, uma delas foi dirigida ao General Monck²⁶: “With

26. George Monck, primeiro Duque de Albermarle, foi o homem que recebeu Carlos II na praia em Dover, em Maio de 1660, restituindo-lhe o trono. Militar de carreira, após servir sob Oliver e Richard Cromwell, e depois de todos os problemas existentes entre o Parlamento e o Exército, convenceu-se de que apenas o regresso do monarca impediria a anarquia no país. Durante dez anos serviu Carlos II, presidiu à dissolução de grande parte do exército de Cromwell nos meses a seguir à Restauração e, tal como na primeira guerra com os holandeses, este General comandou uma armada inglesa na segunda guerra com a Holanda. Cf. Hill 218-21 e Kenyon 107.

the death of Cromwell it had become evident to her that a restoration was approaching, and she sent secretly to General Monk, proposing her daughter in marriage with the exile, Charles." (21) Como se pode constatar, estas e outras questões de pormenor, mas não de somenos importância, relativas à política inglesa de alianças, os projectos de casamento para Carlos II e outras linhas de investigação, ultrapassam as possibilidades e âmbito deste breve ensaio.

Após múltiplas e variegadas propostas de casamento com o rei no exílio ou recém-restaurado, alguns membros do seu Conselho Privado manifestaram o desejo de encontrar uma rainha protestante para Carlos II, propondo um deles a filha do Príncipe de Orange, hipótese rejeitada, como tantas outras, pelo soberano, que invocou "unanswerable Reasons why He could not entertain that Alliance". (Clarendon vol. 2, 152) O Conselho concordou então por unanimidade que não havia princesa católica na Europa que pudesse oferecer mais vantagens que a Infanta de Portugal, pois o seu dote, em dinheiro apenas, era bastante superior ao que qualquer Rei de Inglaterra recebera alguma vez em casamento. Quanto às praças, Tânger e Bombaim, eram extraordinariamente importantes para o desenvolvimento do comércio inglês quer no Mediterrâneo quer na Índia: "the new Acquisitions of *Dunkirk, Mardike, Tangier, Jamaica, and Bombayne*, ought to be looked upon as **Jewels of an immense Magnitude in the Royal Diadem**; and though they were of present Expense, they were like in a short Time, with God's Blessing, to bring vast Advantages to the Trade, Navigation, Wealth and Honour of the King and Kingdom." (Clarendon vol. 2, 313) Se na globalidade destes territórios isto não se verificou, no que diz respeito a Bombaim o chanceler de Inglaterra não se enganou, pois tratou-se, efectivamente, da primeira pedra na construção do futuro império britânico no Oriente, a futura "jóia da Coroa". Com a aprovação e ordem do Rei, o Conselho iniciou as negociações com o embaixador português, mantendo em segredo a parte que se referia ao casamento e tornando públicas apenas as negociações relativas ao tratado de aliança e de comércio com Portugal, o que contou, por um lado, com a aprovação geral, por outro, com o desagrado e oposição do embaixador espanhol.

D. Francisco de Melo empenhou-se na condução de duas negociações paralelas com diferentes individualidades: uma, abertamente ligada à ratificação dos tratados anteriores, comunicando, para esse efeito, com o Secretário Morris; outra, relativa ao casamento do Rei com a Infanta com muita discrição e segredo, inicialmente tratada pelo lado inglês com o Conde de Manchester e o monarca e, pelo lado português, pelo próprio embaixador auxiliado pelo padre Russell.

Estas conversações exigiam também uma grande habilidade diplomática, pois a Inglaterra não pretendia entrar em conflito com outros países se o pudesse evitar, nomeadamente com a Espanha. D. Francisco de Melo tentou que Carlos II tomasse a protecção de Portugal e se compromettesse a declarar guerra ao país vizinho, tendo em conta o casamento, o dote, a entrega das praças e os seus interesses com Portugal. Mas o soberano inglês respondeu que não o faria por não se encontrar em situação de sustentar uma guerra e que, só se a Espanha declarasse guerra a Inglaterra, por causa do casamento e do socorro prometido a Portugal, se colocaria em posição de defesa. (Clarendon vol. 2, 153)²⁷

Relativamente ao dote, a tudo a coroa portuguesa deitou mão para conseguir completar o que havia prometido e que ficou estipulado no artigo 5º do Tratado: dois milhões de cruzados portugueses, dos quais uma metade seria entregue à armada inglesa que vinha buscar a Infanta, e a outra metade seria paga em Londres até um ano depois da chegada da princesa portuguesa a Inglaterra. D. Francisco de Melo informou ainda que iriam tomar outra medida, nunca antes utilizada, que, em sua opinião, assegurava todas as outras: como prova de confiança ao rei de Inglaterra, a Infanta embarcaria e viajaria na armada inglesa antes do casamento religioso e dirigir-se-ia a Inglaterra onde, então, a cerimónia teria lugar. Esta decisão foi, na realidade, uma habilidade diplomática destinada a ultrapassar a dificuldade da cerimónia religiosa do casamento. Assim o referiu Virgínia Rau:

27. Cf. *Ibidem*, 153.

Como Roma ainda não tinha reconhecido a independência de Portugal, nem os Duques de Bragança como seus legítimos Reis, a dispensa, que seria necessário pedir à Santa Sé para se realizar o casamento de D. Catarina em Portugal, com um príncipe protestante, só seria concedida à filha do Duque de Bragança e não à princesa real portuguesa. Realizando-se a cerimónia em Inglaterra, onde a Santa Sé não exercia jurisdição, o casamento podia-se fazer legalmente sem o consentimento formal de Roma, e dando a D. Catarina os títulos e tratamento a que tinha direito. (46)

Foi, de facto, esta a razão que levou o governo português a mostrar tal condescendência e a aceitar que a parte religiosa do casamento tivesse lugar apenas depois da chegada de D. Catarina a Inglaterra. O embaixador, revelando uma grande prudência, obteve um documento de Carlos II, com data de 22 de Junho de 1661, em que este declarava receber D. Catarina por sua esposa antes de o tratado ser assinado pelo Rei de Portugal:

CHARLES R.

Whereas his Majesty is resolved to declare under his Royal Hand and Seal the Most Illustrious Lady Infanta of Portugall to be his lawful wife before the Treaty shall be signed by the King of Portugall, which is to be done only for the better expiditing the marriage, without sending to Rome for a dispensation, which the laws of Portugall would require if the said most Illustrious Infanta were to be betrothed in that kingdome. (*Apud Davidson*, 70)²⁸

Com as cláusulas do Tratado já delineadas e interessado em concluir este assunto com Portugal, Carlos II reuniu com o Conselho Privado, no dia 9 de Maio, informou os seus membros do projecto que estava em curso, das diversas etapas das negociações já ultrapassadas, pedindo um parecer sobre essa matéria. Numa sessão que durou cerca de quatro horas, todos deram a sua opinião e por

28. Nesta declaração lê-se também que, se as cláusulas do tratado não fossem executadas tal como estava previsto, a declaração ficaria nula e sem efeito. Pode ler-se o texto português deste documento em "Codicilio ao tratado de casamento de Carlos II e D. Catharina de Bragança". (Branco 569-70) Sobre esta matéria veja-se também Prestage 1928, 164-65 e Rau 47.

unanimidade decidiram que o Rei deveria rapidamente e sem mais demora concluir o tratado: “it was very fit for his Majesty to embrace the Propositions, which were of great advantage to himself and the Kingdom”. (Clarendon vol. 2, 179)

No final de um discurso otimista, apelando à paz e à união, o Rei anunciou publicamente as suas intenções relativamente ao casamento e à aliança com Portugal, longo excerto que aqui se inclui, pela sua relevância pessoal e institucional:

I will not conclude without telling you some news that I think will be very acceptable to you; and therefore I should think myself unkind and ill-natured if I should not impart it to you. I have been often put in mind by my friends that it was high time to marry; and I have thought so myself ever since I came into England. But there appeared difficulties enough in the choice, though many overtures have been made to me: and if I should never marry till I could make such a choice against which there could be no foresight of any inconvenience that may ensue, you would live to see me an old bachelor, which I think you do not desire to do. **I can now tell you, not only that I am resolved to marry, but whom I resolve to marry, if God please... and, trust me, with full consideration of the good of my subjects in general, as of myself: it is with the daughter of Portugal.**

When I had as well as I could weighed all that occurred to me, the first resolution I took was to state the whole overtures which had been made to me, and in truth all that had been said against it, to my Privy Council; without hearing whose advice I never did, nor ever will, resolve anything of public importance. And I tell you with great satisfaction and comfort to myself that after many hours debate in a full council (for I think there was not above one absent)... my Lords, without one dissenting voice (yet there were very few sat silent), advised me with all imaginable cheerfulness to this marriage. Which I looked upon as very wonderful, and even as some instance of the approbation of God Himself; and so took my own resolution and concluded all with the ambassador of Portugal, who is departing with the whole Treaty signed, which you will find to contain many great advantages to the kingdom. And I make

all the haste I can to fetch you a Queen hither, who, I doubt not, will bring great blessings with her to me and you. I will add no more, but refer the rest to the Chancellor.²⁹

No entanto, para Charles Boxer, a aliança luso-britânica apresentou-se "(...) rather as a union of strange bedfellows than as a marriage of like minds", ([s. d.] 27) tendo em conta grandes diferenças culturais e religiosas entre os dois reinos, e que em Inglaterra coexistiam vertentes diversificadas de um protestantismo muitas vezes exacerbado, e Portugal era um país católico periférico.³⁰

3. Os Tratados de 23 de Junho de 1661

Em 23 de Junho de 1661, assinava-se em Whitehall o "Tratado de Paz e Aliança entre o Rei D. Afonso VI e o Rei Carlos II" e o "Tratado de Casamento entre o Rei Carlos II e a Infanta de Portugal, D. Catarina de Bragança". Este Tratado constava de 20 artigos públicos e um secreto e foi ratificado por Portugal em 29 de Agosto de 1661 e por Inglaterra em 20 de Setembro de 1661.

Nesse acordo de 1661 ratificavam-se e confirmavam-se todos os tratados assinados entre Portugal e a Inglaterra desde 1641, aumentavam-se os privilégios e imunidades dos comerciantes ingleses nos domínios portugueses, cediam-se ao Rei de Inglaterra todas as praças e fortalezas que os ingleses pudessem vir a recuperar dos holandeses e que tivessem sido pertença de Portugal, cedia-se para sempre a praça de Tânger, no Mediterrâneo, entregue, por exigência inglesa, antes de a Princesa embarcar para Inglaterra, e a Ilha de Bombaim,

29. Cf. "Speech to Both Houses at the First Session of the Second Parliament, May 8, 1661." (Bryant 111-12) O mesmo texto em versão portuguesa de 1661 encontra-se em Melo 1661. Esta *Relação* do embaixador constitui a Prova Num. 37 das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Sousa tomo IV, II parte, 493-502). Pode encontrar-se também em Clarendon 181-82 e Rau 5051.

30. Estas assimetrias levaram o mesmo autor a afirmar: "England and Portugal had gone diametrically opposite ways with the Reformation, when Portugal remained a staunchly Roman Catholic country and the Holy Office of the Inquisition (established at Lisbon in 1536) retained both power and popularity." (Boxer 1986, 23)

na Índia, com a condição de que se mantivesse o livre exercício da religião católica aos portugueses que aí quisessem continuar a residir.

A entrega de Tânger foi o principal obstáculo para o acordo final na redacção das cláusulas do tratado. Os ingleses insistiam que a sua entrega se fizesse antes do casamento, o que a parte portuguesa queria evitar, receando que algum problema na ocasião da entrega prejudicasse o tratado. Este problema foi resolvido por meio do codicilo, em que o Rei de Inglaterra declarava a “*Illustrissima Senhora Infanta de Portugal por sua legítima mulher antes do tratado se assinar por El-Rei de Portugal*”. O embaixador português levava consigo em segredo, para esse efeito, uma procuração da Infanta, autorizando-o a receber o Rei de Inglaterra como seu legítimo marido. (Castro tomo IX, 173) Desta forma, depois da entrega da cidade e fortaleza de Tânger, a armada inglesa encarregada de assistir a este acto, comandada pelo Almirante Sandwich, dirigir-se-ia a Lisboa a fim de receber a Infanta e a transportar ao seu novo país.³¹

A Infanta, como também ficou no acordo, levaria um dote de dois milhões de cruzados portugueses e, em Inglaterra, ser-lhe-ia garantido e a todos que a acompanhassem, o livre exercício da religião católica. O Rei inglês obrigava-se a fixar-lhe uma doação de trinta mil libras anuais, a assegurar-lhe um número de oficiais e criados convenientes à sua dignidade e a garantir-lhe um palácio para sua residência, que manteria no caso de o Rei morrer primeiro. Nesta situação, se a Rainha desejasse voltar para Portugal, ou qualquer outra parte, poderia fazê-lo, mantendo-se a doação de trinta mil libras e podendo levar consigo jóias, bens e móveis.

Em troca destas vantagens e concessões, o Rei inglês comprometia-se a “trazer no coração as coisas e conveniências de Portugal e de todos os seus domínios” (artº. XV do Tratado) ou seja, obrigava-se a defender Portugal e os seus territórios, tanto no mar como em terra, contra castelhanos e contra piratas. Comprometia-se, também, a enviar para Portugal, à sua custa, grupos de infantaria de mil homens cada um e dois regimentos de cavalaria de quinhentos homens cada; a auxiliar

31. Cf. Branco 402 e, também, Prestage 198, 164-65.

em caso de invasão com dez naus de guerra e ainda, se necessário, com todos os barcos que se encontrassem nas proximidades do local. No artigo secreto, o soberano inglês empenhar-se-ia em conseguir uma paz duradoira entre Portugal e os Países Baixos, empregando, se necessário, a força para protecção dos territórios portugueses.

Depois de vencidos muitos obstáculos e depois de conversações demoradas, em que intervieram, quer para o apoiar quer para o impedir, reis e embaixadores, ministros e cardeais, políticos e militares, leigos e membros do clero, católicos, judeus e protestantes. Com este Tratado, afirmou José de Almada, “iniciou-se um novo período nas relações anglo-portuguesas.” (vol. 1, 55)

Dada a sua repercussão internacional, o resto da Europa estava com os olhos postos nesta aliança, e no casamento do Rei inglês com a Infanta de Portugal. Esta união e tudo o que nela se jogou tem sido o aspecto mais salientado, e igualmente criticado, do Tratado. Diversos autores salientaram e, por vezes, lamentaram os territórios cedidos por Portugal,³² o dinheiro e o livre comércio que constituíram o dote da Infanta, acabando por minimizar o que Portugal recebeu em troca, ou seja, todos os aspectos relativos à assistência, protecção e auxílio militar por parte da nação britânica e, também, o reconhecimento da sua soberania, por toda a Europa, ao tornar Rainha de Inglaterra uma princesa portuguesa.

Tratou-se de uma aliança que, para além da controvérsia inicial em Inglaterra, suscitou sentimentos nacionais contraditórios. As muitas concessões feitas por Portugal, definidas no texto do tratado, terão levado o próprio governo a tomar algumas precauções na forma de as tornar públicas, tal como a substituição, já mencionada, dos governadores das cidades de Tânger e Bombaim, a fim de evitar problemas na cedência das praças, com receio de alguma resistência por parte das próprias autoridades locais.

32. São recorrentes em muitos autores expressões que revelam nostalgia ou tristeza pelas condições que Portugal aceitou com este tratado: “Assim se *perdeu* Tânger e Bombaim” (Ângelo Ribeiro *apud* Peres 90) e “O País ficava, desta maneira, *a trôco de pesados sacrificios*, é certo, com a sua independência garantida (...). Esta cessão [de Bombaim], *fortemente dolorosa* aos portugueses do Oriente (...)” (Sousa 79-80), ou ainda “este enlace à custa de *grandes sacrificios* do povo portuguez”. (Oliveira 271)

Embora seja compreensível um certo descontentamento relativamente à entrega das duas praças portuguesas e uma certa preocupação quanto à nova e diferente religião a que os residentes de Tânger e Bombaim ficavam expostos, esta aliança com Inglaterra, declarou Virgínia Rau, foi um triunfo diplomático: “Era preciso salvar a independência nacional, custasse o que custasse, e nenhuma potência na Europa estava disposta a ajudar a luta de vida ou de morte em que Portugal se debatia, sem daí receber grandes vantagens.” (57) O Secretário de Estado Gaspar de Faria Severim também recebeu instruções para omitir os artigos do tratado relativos à entrega de Tânger e Bombaim na sua leitura perante o Conselho de Estado, com receio de que fossem rejeitados, chegando mesmo o Conselheiro de Estado, Dr. Pedro Vieira da Silva, a ser “afastado para Évora por ter estranhado as condições do casamento, que causaram má impressão.” (Almada 43)³³

Nem toda a nação aplaudiu a concretização deste tratado. Segundo alguns autores, a primeira reacção foi de aplauso e de entusiasmo, que gradualmente se foi atenuando com as exigências e os sacrifícios pedidos para se cumprir o que estava prometido, como referiu Theresa Castello Branco: “a primeira reacção da população foi sem dúvida de entusiasmo, que esfriou, como habitualmente sucede, à medida que o facto ia perdendo novidade e que se começava a sentir tangivelmente, que havia alguma coisa a pagar por tanta boa fortuna”. (405) Para Silva Tullio, no entanto, o Tratado foi recebido com grande aplauso:

(...) pela rainha regente com o maior contentamento, e *differentes affectos* da nobreza e povo (diz o conde da Ericeira), porque a rainha a todo o custo lhe parecia barato conseguir o casamento da infanta em Inglaterra; e os povos sentiam vivamente a entrega de Tânger e Bombaim, por ficarem os moradores d’estas cidades expostos aos erros heréticos. (212)

Pelo contrário, de acordo com Eduardo Freire de Oliveira, houve muito descontentamento entre a população:

33. Veja-se também Prestage 1928, 167.

O tratado de paz e aliança com a Inglaterra foi muito mal recebido pela maioria da nação portugueza, que jámais se resignou com a cedencia de Bombaim e de Tanger, padrão de passadas glorias, nem se conformou com a enormidade do dote concedido ao licenciado noivo da infanta D. Catharina (...). O povo portuguez, que sofria os pesados encargos a que era forçado para sustentar a guerra da independencia, sentia com profundo desgosto que saíssem do reino dois milhões de cruzados (...). (237, 337)

Apesar da divergência de sentimentos e opiniões, de acordo com testemunhos da época, foram muitas e grandes as manifestações públicas de regozijo e entusiasmo por todo o Reino por ocasião do anúncio oficial da aliança e do casamento do monarca inglês com a princesa portuguesa. De entre os vários relatos, destacam-se dois folhetos do século XVII que descrevem pormenorizadamente em prosa e poesia os festejos que tiveram lugar em Lisboa em 1661 após assinatura dos Tratados e depois do anúncio oficial do casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança. Destacam-se *Festas Reays na Corte de Lisboa, Ao feliz Cazamento dos Reys da graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os, Touros que se correram no Terreiro do Passo em Outubro de 1661. Dedicadas a Europa Princeza de Phenicia. E Escritas Por Izandro, Aonio, e Luzindo, Toureiros de forcado*, publicado em Lisboa, em 1661, e *Relacion de las Fiestas que se hizieron en Lisboa, Con la nueua del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segvndo deste nombre, Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra*, publicado em Lisboa, em 1662.³⁴

Claramente, era necessária uma aliança estrangeira para manter a independência do reino recém-restaurado, e isso não se podia fazer sem sacrifícios ou concessões. Também Theresa Castello Branco comentou estes factos: “as vantagens imediatas e as que ainda se podiam esperar do Tratado, compensavam largamente – diga-se o que se disser – as desvantagens.” (404)

34. Trata-se de um texto em castelhano que, embora tendo sido publicado como anónimo, se atribui geralmente a António de Sousa de Macedo. Cf. Tullio 213 e Rau 62.

Ao ter conhecimento do avanço final na conclusão das negociações, a corte portuguesa, que via a aliança com Inglaterra como indispensável para o futuro de Portugal, rejubilou e rapidamente ultrapassou a ansiedade causada pelas anteriores cartas do Embaixador português em Londres, informando do frio acolhimento que tivera por parte do Rei inglês. Em carta de Thomas Maynard, cônsul de Inglaterra em Lisboa, para o Secretário de Estado inglês Nicholas, é possível notar a expectativa com que as notícias eram aguardadas:

About four days since arrived in this port three merchant ships, who brought the news of his majesty's intentions to make the Infanta queen of England (the welcomest news that ever came to the Portuguese people), and confirmed by the king's and by the chancellor's speeches. There is no doubt his majesty hath made both nations very happy in his choice. The Infanta is a lady of incomparable virtue, of excellent parts, very beautiful, and of an *indifferent stature* [middle height], *being somewhat taller than the queen, his majesty's mother.* (Apud Strickland 362)

Depois da assinatura do Tratado, D. Francisco de Melo, Conde da Ponte, embarcou para Portugal, em fins de Julho, levando consigo o tratado para ratificação e duas cartas de Carlos II, uma para D. Catarina outra para a Rainha D. Luísa, pondo fim à ansiedade que se vivia em Lisboa, relativamente à conclusão das negociações. Agnes Strickland refere o texto de ambas as cartas, datadas de 2 de Julho de 1661. A epístola dirigida à Infanta, aí referida como "the Queen of Great Britain, my wife and lady", pode considerar-se "one of the most elegant specimens of a royal love-letter ever penned by a king of Great Britain". (363) Em 5 de Agosto de 1661, acusando a recepção das epístolas, D. Afonso VI assinou um decreto tornando pública, "a nova de estar de todo ajustado o casamento e de ficar já recebida a Infanta D. Catharina, minha muito amada e prezada irmã, com el-Rei, meu bom irmão e primo". (Oliveira 286)

Nesse decreto o Rei português solicitava ajuda do Senado da Câmara para, "com amôr e demontrações", festejar pública e dignamente os acontecimentos que acabavam de ter lugar e, em ofícios de 5 e 6 de Agosto, davam-se indicações precisas sobre a forma de

iniciar os festejos,³⁵ que o autor de *Relacion de las Fiestas*, numa prosa cuidada, referiu da seguinte forma:

Los casamientos de los Principes son tan vtiles al comun, por el fin de la sucession, y por la amistad que concilian entre las naciones, que no es lisonja sino deuda el celebrarlos con fiestas publicas; y por la misma razon es cõueniente hazer relacion dellas, para comunicarlas a los amigos absentes, y para mostrar a todos, que no se ha faltado a lo que se deuia.

Llegado, pues, a Portugal auiso de estar concluido el casamiento de su serenissima Infanta Doña Catalina, con el serenissimo Rey de la Gran Bretaña Charles II. hizieron todas las Ciudades, y Villas pricipales, demonstraciones publicas del contento general con que lo recebian; mas porque seria muy largo el referir todas, diremos solamente lo que se passò en Lisboa cabeça del Reyno. (II,1-15)

Durante três dias seguidos houve iluminações, fogueiras, fogo de artifício e celebrou-se um *Te Deum* solene na capela do Palácio da Ribeira. Teve lugar uma procissão em acção de graças em direcção à Igreja de S. Domingos, encontrando-se as ruas por onde passava enfeitadas com tapetes e panos de seda e as janelas ornadas de “Damas, que entre las grandezas de Lisboa han sido siempre su mayor ornato, y esplendor.” (II, 58-60)

Teve lugar o cerimonial do beija-mão real à nova Rainha pois, desde a publicação da notícia de que estava ajustado o casamento e que Charles II a recebera por mulher, informações trazidas pelo Conde da Ponte, D. Catarina de Bragança tomou o título de Rainha de Inglaterra, com maior convicção ainda depois da ratificação do Tratado, passando a ser assim tratada.³⁶ Também em *Relacion de las Fiestas*, D. Catarina é assim mencionada:

35. Para mais pormenores, veja-se a “Portaria do secretario do expediente e mercês Gaspar de Faria Severim – 5 d’agosto de 1661”, a “Portaria do secretario do expediente e mercês Gaspar de Faria Severim – 6 d’agosto de 1661.” Cf. Costa e Oliveira 286-87.

36. Veja-se Rau 60-61 e Branco 408.

En los dias siguientes los Consejos, y Tribunales de la Corte, sus Ministros vestidos de gala, dieron el parabien, y besaron la mano a su Magestad Britanica, cuya presencia, verdaderamente digna de Imperio, alegrava a todos. (...) El mismo obsequio hizieron los Inglezes asistentes en Lisboa con su Consul, vestidos con mucho luzimiento, que su Reina les pagó con tanto agrado, que por él le confessaron otro nueuo titulo para deuer amarla, y obedecerla. (II, 39-50)

Também em Inglaterra, em 1661, a Infanta começou a receber o mesmo tratamento. Samuel Pepys, autor de um dos mais importantes diários do século XVII apontou esse facto: "25th [September 1661] The Queen of England, as she is now owned and called, I hear doth keep open court and distinct at Lisbon. (...) 10th [November 1661] (Lord's day). At St. Gregory's, where I hear our Queen Katherine, the first time by name as such, publicly prayed for". Também em cerimónias religiosas viria a ser incluída nominalmente nas orações pela família real como "Our gracious Queen Katherine." (Green 384)

Os meses que se seguiram foram vividos com verdadeiro entusiasmo e alegria por toda a nação. "Toda a nação" incluía, obviamente, os territórios além-mar. Em 1662, em Salvador, no Brasil, por exemplo, representaram-se peças de teatro, nomeadamente comédias, em honra do casamento de D. Catarina com o Rei Carlos II, sendo os artistas pagos pela Câmara Municipal. (Serrão e Marques 438) Não se pouparam as festividades relacionadas com a nova aliança e com a Rainha de Inglaterra D. Catarina de Bragança, como vem poeticamente sublinhado pelo já mencionado poema *Festas Reays*:

Chegou a noua certa, a noua boa
 A Corte de Lisboa Do Felix Cazamento dezejado
 De CATHERINA, & CHARLES celebrado,
 Da grão Bretanha Reys, com nouo espanto
 Que agora he digno assumpto a mayor canto. ("Dia Primeiro de Izandro", vv. 99-104)

Este poema apresenta, em versos emparelhados, a narração e descrição das touradas de gala que tiveram lugar, em Outubro de 1661, na praça do palácio, às quais assistiram os membros da família real, os oficiais da casa real, as damas da corte, o embaixador de Inglaterra e outros diplomatas de outros países, ministros, cavaleiros e todo o povo ou, como diz o autor de *Relacion de las Fiestas*, “**un Mundo abreuiado**”. Acrescente-se ainda a referência ao cortejo alegórico que teve lugar, com grande aparato pelas ruas de Lisboa, partindo do Rossio em direcção ao Palácio e, segundo os relatos da época, “**toda la naturaleza mostraua su contento**”.

Após a ratificação do Tratado em Portugal e em Inglaterra, o diplomata Sir Richard Fanshawe chegou a Lisboa, a bordo da nau inglesa *Princess*, em 30 de Setembro de 1661. Ao contrário do que se chegou a afirmar, não vinha para negociar o casamento real, pois este já havia sido ajustado, mas para trocar as ratificações do Tratado de Casamento, preparar a missão do Conde de Sandwich, ou seja, verificar o andamento dos aspectos preliminares ao embarque da Infanta, entregar a D. Catarina correspondência do seu noivo, trazer alguns presentes, como sedas e vestidos à moda inglesa, e um retrato de Carlos II, numa miniatura com moldura de diamantes. Como muitos autores comentaram, pensa-se que “a imagem que a Infanta concebia do futuro esposo teria sido alimentada por esta miniatura e pelos relatos de Fanshawe.” (Sousa 1994, 30)

Sir Richard Fanshawe teve, efectivamente, um papel importante no âmbito das relações anglo-portuguesas. Em 1635 foi nomeado embaixador de Inglaterra em Madrid, onde para além do domínio perfeito do castelhano terá tomado contacto com a língua portuguesa e com *Os Lusíadas* de Luís de Camões, obra que traduziu e publicou em 1655, *The Lusiad, or, Portugals Historicall Poem: Written in the Portingall Language by Luis de Camoens; and now newly put into English* (London: Humphrey Moseley). Desde sempre defensor da causa do Rei, tomou o partido de Carlos I, quando rebentou a guerra civil, desempenhara sob as suas ordens várias missões diplomáticas e juntou-se, mais tarde, a Carlos II no exílio, onde o acompanhou até se dar a Restauração em Inglaterra. Enviado a Portugal em Setembro

de 1661, de onde regressou no mês de Dezembro, foi entre 1662 e 1663 embaixador de Carlos II na corte de Lisboa. Tornou a regressar a Portugal em 1664 e 1665 cumprindo uma missão diplomática, vindo de Madrid, onde era então embaixador e onde faleceu.

Fanshawe era um emissário real de grande prestígio e um homem fluente em diferentes línguas. Na qualidade de enviado especial, deveria acompanhar a Infanta na sua viagem para Inglaterra, “a não ser que as exigências do real serviço o obrigassem a ficar em Lisboa na qualidade de embaixador residente.” (Prestage 1928, 166) No entanto, a armada encarregada de transportar e escoltar a Rainha a Inglaterra, e por todos esperada em Lisboa com grande expectativa, tardou em chegar e diziam já algumas vezes que o atraso era uma afronta à Infanta. Fanshawe viu-se obrigado a regressar a Inglaterra, em Dezembro, para “indagar pessoalmente da demora e insistir pela vinda dos socorros prometidos.” (Branco 409) A ratificação portuguesa já havia sido, entretanto, levada a Londres, em Outubro, pelo padre Russell.

Na realidade, a armada de *Lord Sandwich*,³⁷ o Almirante designado para transportar e escoltar D. Catarina de Bragança a Inglaterra, ficara retida em Tânger mais tempo do que se tinha pensado. Tal como ficara definido pelos Artigos Segundo, Terceiro e Quarto do Tratado, o Conde de Sandwich passou por Lisboa com a sua esquadra no mês de Setembro, onde esperava credenciais que lhe permitiriam tomar conta de Tânger, e assistiu à chegada de *Sir Richard Fanshawe*, com quem ultimou alguns assuntos relativos à entrega desta praça. Em 13 de Outubro partiu para o Mediterrâneo, tomando posse da praça em Janeiro de 1662,³⁸ sem qualquer incidente, ao contrário do que se temia, como

37. Edward Montagu, primeiro Conde de Sandwich (1625-1672), almirante e patrono de Samuel Pepys, autor de um dos mais importantes diários dos tempos de Charles, tornou-se seguidor da causa real em 1659, depois da queda de Richard Cromwell, tendo transportado no seu navio *Naseby* (mais tarde rebaptizado de *Royal Charles*) o rei Carlos II na viagem da Holanda para Inglaterra, no fim do exílio. Depois da sua embaixada extraordinária a Portugal em 1661 e 1662, foram-lhe atribuídas várias missões como almirante e como diplomata, vindo a falecer numa batalha da Terceira Guerra com a Holanda, no mar.

38. Sobre a entrega de Tânger aos ingleses veja-se D. Fernando de Menezes, Conde de Ericeira, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina* (Lisboa, 1732); *Sir Hugh Bart Cholmley, An Account of Tangier (...)* in *The Memoirs of Sir Hugh Cholmley (...)*, 1787; E.M.G. Routh, *Tangier: England's Lost Atlantic Outpost, 1661-1684* (London, 1912); e, ainda, a recensão crítica desta obra feita por Edgar Prestage (*Revista de Historia*, II. Lisboa, 1912, 59 e stes).

refere Theresa C. Branco: “bem que mais tarde fosse àsperamente censurada, não consta que na ocasião tivesse levantado os ânimos.” (411) Faltava apenas a esquadra que viria render a sua e que traria o novo governador, *Lord Peterborough*, o que se deu no final de Janeiro e causou alguma demora no regresso de *Lord Sandwich* a Lisboa.

Neste compasso de espera, foram chegando a Lisboa enviados da corte inglesa para prestar homenagem e acompanhar a Rainha na viagem: Hugh Cholmley, que trazia cartas do Rei para D. Catarina e se alojou em casa do cônsul inglês; Edward Montagu, nomeado estribeiro-mor da Rainha, que a visitava da parte do Rei, com um grande acompanhamento de criados; e Richard Talbot, irlandês, que veio juntamente como enviado do Duque de York, irmão do Rei, prestar homenagem à princesa portuguesa, como referido em *Relacion de las Fiestas*. (II, 427-441)

Em meados de Fevereiro, *Lord Sandwich* partiu de Tânger em direcção a Lisboa, onde chegou no princípio de Março, ancorando em frente aos Jerónimos, com uma esquadra de “quatorze naos de guerra, e cinco sumacas, e huma barca”. A bordo do *Royal Charles* foi saudado, segundo António Caetano de Sousa, na *Historia Geneologica*, pelo vedor da Casa Real e representante de D. Afonso VI, D. Pedro de Almeida, que aí lhe deu as boas vindas e a toda a tripulação, ao som de uma descarga de artilharia da armada britânica. (163)

Estando o Tratado Anglo-Português definitivamente ratificado, o Almirante assumiu o título e as funções de embaixador extraordinário. Depois de alguns dias passados a bordo, em que tratou dos preparativos para o desembarque, foi visitado pelo embaixador de Portugal em Inglaterra. *Lord Sandwich*, partindo do jardim do Conde de S. Lourenço, em Belém, onde chegara num rico bergantim, fez a sua entrada solene em Lisboa num coche da casa real, seguido por muitos outros. Foi inicialmente acompanhado por D. Duarte Castelo Branco, Conde de Redondo, e, depois, pelo Marquês de Gouveia, do Conselho de Estado e mordomo-mor do Rei.

À sua passagem e de toda a comitiva, feita ao som de trombetas, juntaram-se desde logo coches de fidalgos e mercadores ingleses residentes em Lisboa, sob o olhar de “un indecible concurso de pueblo,

que ocupava todas las calles”, dirigindo-se ao Palácio de Corte-Real, onde se alojaram os ingleses, num ambiente verdadeiramente festivo e de ostentação, como se lê em *Relacion de las Fiestas*. (II, 482-83) Os dias passaram-se em audiências, recepções, banquetes, entre o embaixador extraordinário inglês e as mais altas personalidades da corte, “todo con la mayor grandeza, y asseo que puede imaginarse” e houve distribuição de vinho por toda a cidade em honra da esquadra recém-chegada.

Num desses dias, *Lord Sandwich* foi recebido no Paço pela Rainha Regente, “a que el estado de viudez no consentia adorno festiuo”, a seguir pelo Rei de Portugal e, finalmente, por D. Catarina, com quem já tinha falado em privado e a quem entregou as cartas que trazia.³⁹ As salas estavam ricamente ornadas com tapeçarias bordadas a ouro e outros adornos, sempre ao som de clarins e sob o olhar de muitos titulares e cavaleiros da corte, damas, guardas reais e “**el concurso del Pueblo innumerable, y todo lo que se veía, y oía causaua alegría, e infundia respecto**”. (II, 524-25)

Aproximava-se o momento do embarque da Rainha de Inglaterra e, também, o momento de entregar a primeira prestação do dote e comunicar a *Lord Sandwich* que havia algumas dificuldades relativamente ao dinheiro que estava acordado. Pelo artigo 5º do Tratado, ficara estipulado em dois milhões de cruzados, dos quais mil iriam com a Infanta e outros mil seriam pagos no espaço de um ano em duas porções, metade passados seis meses de a Princesa estar em Inglaterra, a outra metade, passado um ano. Os primeiros mil cruzados deveriam ser levados para a armada inglesa antes de a Infanta embarcar, uma parte em dinheiro que ficaria à responsabilidade das pessoas que Carlos II destinasse para esse fim, outra parte em jóias, pedras preciosas, açúcar e outras mercadorias, que se transportariam até ao rio Tamisa a cargo de pessoas autorizadas pelo Rei de Portugal para esse efeito que, ao fim de dois meses, entregariam ao Rei inglês o que faltasse para completar um milhão.

39. Embora António Caetano de Sousa, (164) refira que o *Lord Sandwich* foi recebido pela Rainha D. Catarina apenas dois dias depois da audiência que teve com o Rei de Portugal, o autor de *Relacion de las Fiestas* afirma, no entanto, que o embaixador inglês tinha já sido recebido particularmente pela Rainha de Inglaterra: “fue a su Reyna (a la qual el dia de antes hauia hablado priuadamente) (...)”. (II, 515-169)

Duarte da Silva, judeu português que “acompanhou a desposada e a fazenda, incumbido de promover a liquidação, e pôr o resultante em mãos do tesoureiro régio”, referiu Lúcio de Azevedo, (281) tinha a missão de verter em dinheiro as mercadorias transportadas para Londres. Veio a revelar-se uma situação difícil e complexa pois, por intrigas de corte já em Inglaterra, o monarca pedia insistentemente o dote. Também Lillias C. Davidson comentou esse incidente que teve lugar já com D. Catarina em Inglaterra: “[he] actually threw into prison the Jew factor, Diego Silvas, because he had not yet paid into the Exchequer the promised money obtained for the sugar and spice of the dowry. This was most unfair, as the time set for payment was not due.” (140)

Na realidade, ao contrário do que por vezes se tem escrito, Portugal não se eximiu de entregar os dois milhões de cruzados no momento do embarque da Infanta limitando-se a enviar mil cruzados, pois, na realidade, havia que entregar, nessa altura, apenas metade da totalidade. O problema pôs-se quanto à forma de pagamento. Segundo Clarendon e o relato de *Lord Sandwich*, a Rainha Regente invocou os últimos avanços dos espanhóis e as despesas feitas para defender o país, tentando justificar algumas alterações relativamente à forma de entrega do dote, como descreveu Clarendon: “The Queen Mother with infinite Apologies told the Ambassador, ‘that the Streights and Poverty of the Kingdom were so great upon the late Advance of the Spanish Army, that there could at this present be only paid one Half of the Queen’s Portion (...)’.” (317)

De acordo com a documentação do Conde da Ponte citada por Theresa Castello Branco, D. Francisco de Melo acompanhado de alguns colaboradores, em reunião com *Lord Sandwich*, apresentou “o rol das parcelas com que se pretendia perfazer o primeiro milhão do dote”, o que não foi do inteiro agrado do embaixador inglês, “quando verificou que parte do pagamento seria feito por meio de letras, quando fora estipulado que se fizesse unicamente em dinheiro, jóias, açúcares e outras mercadorias.” (412) *Lord Sandwich* viu-se numa situação diplomaticamente inesperada e de difícil resolução, pois o não cumprimento de alguns dos artigos do Tratado poderia implicar a sua anulação. De acordo com Clarendon, “[He]

was much perplexed, not did easily resolve what He was to do". (316) Por um lado, as suas instruções incumbiam-no de receber o dote tal como estava estipulado no tratado; por outro lado, tinha tomado posse de Tânger, deixando lá o novo governador e as tropas e dificilmente poderia devolver o território. Não havia tempo para pedir novas instruções e tornou-se necessário tomar uma decisão. Junto do Marquês de Marialva, do Conde da Ponte, do Secretário de Estado e da Rainha, insistiu que o assunto se resolvesse, mas todos afirmavam que Portugal não podia pagar o milhão de cruzados de outra forma e, evitando uma ruptura indesejável entre os dois países, acabou por aceitar o que lhe ofereciam. Assim o sublinhou Theresa Castello Branco: "Sabe-se que acabou por levar somente uns 70 mil cruzados em dinheiro. O resto ia em açúcares brancos e mascavados, jóias e muitas pratas de casa e capela. Estas, avaliadas em 40 mil cruzados, e destinadas, tais como as jóias, a serem vendidas caso o Rei não preferisse dá-las a sua mulher." (412) Também sobre este assunto Edgar Prestage comentou o seguinte: "(...) owing to the poverty of the treasury, the last instalment was not paid until many years later; the dowries of Queens were, however, by no means always paid in full." (1971, 149)

Apesar dos contratemplos e contrariedades relativas à entrega do dote, seguiu-se o embarque e a viagem de D. Catarina de Bragança para Inglaterra, assunto já desenvolvido e abordado em outros contextos, motivo pelo qual se apresenta uma brevíssima descrição de alguns dos pormenores mais significativos. Acompanhada pelo Rei e pelo infante D. Pedro, o embaixador de Inglaterra e o estribeiro-mor da Rainha, o Marquês de Sande e os primeiros oficiais da casa real, D. Catarina passou ao bergantim preparado para a levar ao navio *Royal Charles*, decorado com tecidos de damasco e telas em carmesim, ouro e prata e uma bandeira com as armas reais em ouro. Muitas outras gôndolas e barcas pintadas rodeavam e acompanhavam no rio o bergantim real: umas transportavam a comitiva, de quem a Rainha de Inglaterra já se despedira em terra, acompanhando-a agora de barco, pelo rio; outras carregavam fogos de artifício, instrumentos de festa, e nelas se viam danças e outras representações. Outras embarcações

mais pequenas levavam o povo que assim acompanhou e se despediu muito de perto da sua Infanta.

Para além de relatos que descrevem a viagem de Lisboa a Londres, incluindo os momentos fundamentais de Portsmouth e Hampton Court, de narrativas poéticas, de exemplos de poesia em língua portuguesa e língua inglesa, a memória do espectáculo magnífico no Tejo ficou registada por Dirk Stoop, pintor holandês, que deixou sete gravuras de grande interesse, pelo pormenor da reprodução histórica, informação e pela qualidade e valor estéticos de diferentes momentos ligados às festas de Lisboa, embarque, viagem e recepção em Inglaterra de D. Catarina. À semelhança de representações literárias, estas gravuras contribuem para enquadrar, através do olhar, o percurso anglo-português de D. Catarina de Bragança.

Em 23 de Abril de 1662, dia de S. Jorge, a rainha e a sua comitiva embarcaram no *Royal Charles*, o mesmo navio que transportara para Inglaterra o exilado Carlos II quando se dera a Restauração da monarquia inglesa. Foi arvorado o estandarte real ao som de "Vivas" e "Boa viagem" dos membros da tripulação que, em sinal de alegria, atiravam os chapéus enquanto se ouviu uma salva de toda a esquadra quando a Rainha entrou a bordo. Esta, acompanhada pelos irmãos e por algumas damas,⁴⁰ foi conduzida a uma câmara interior luxuosamente decorada para essa ocasião e, pouco depois, chegou a hora de o Rei e de o Infante se retirarem e regressarem a terra no bergantim real.

A armada não pôde partir nesse dia, pois o vento não o permitiu; dessa forma, os festejos continuaram, acompanhando, assim, ininterruptamente, D. Catarina e toda a comitiva que se encontrava a bordo. Em terra e no rio Tejo podiam ver-se iluminações e fogos de artifício, ouviam-se músicas e canções, em honra da Infanta que partia. Estando ainda o vento contrário na segunda feira, dia 24 de Abril, D. Afonso VI e o Infante D. Pedro foram a bordo "a saber como Sua Magestade hauia passado a noite, & com ella foi até junto a Belém, aonde a Armada deu fundo." (*Relaçam Diaria da jornada* II, 19-20) Nessa noite

40. Veja-se a este respeito D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, 160.

ainda, o Rei tornou a visitar sua irmã trazendo “os seus Musicos da camera a dar as vltimas despedidas do mar a Sua Magestade, que se leuanteu a ouuir os tonos que lhe cantarão.” (II, 21-23) No dia que se seguiu, estando o vento finalmente de feição, a armada partiu em direcção à barra, sendo saudada por todas as fortalezas e navios com salvas de artilharia desde Belém até Cascais.

Do percurso de D. Catarina de Bragança de Lisboa a Inglaterra, com a primeira paragem em Portsmouth onde teve lugar o casamento religioso, existem documentos da época como o relatório do Marquês de Sande, o relato de *Lord Sandwich* e alguns folhetos, um em prosa já referido, publicado em Lisboa,⁴¹ outros em verso, publicados em Londres, escritos pelo padre Sebastião da Fonseca,⁴² e, ainda, alguns poemas em língua inglesa como *Iter Lusitanicum* que, embora publicado anonimamente, se atribui a Samuel Hynde, e *Britannia iterum beata: or, A poem-narrative of Her gracious Majesties departure from Lisbon with her thrice-welcome arrival at Portsmouth*, de W.W.⁴³

Foi, na realidade, uma viagem tormentosa, com o mar agitado, ventos fortes e tempestades que arrancaram algumas das velas das naus e espalharam medos e enjoos por alguns dos passageiros. Sobre a disposição e atitude de D. Catarina, o autor da *Relaçam Diaria* deixou escrito: “Foi notauel a constancia, & valor com que Sua Magestade se houue na tempestade, não sentindo mais que os primeiros dias aquelles ordinarios mouimentos do mar, que sentem ainda os mais

41. Trata-se da *Relaçam Diaria, da jornada (...)*, Lisboa, 1662, que inclui a *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout, & do que nella se te passado até Domingo 26 de Junho de 1662*, a *Relaçam da Sahida de Portsmout até o Palacio da Quinta de Hanptamcure* e, também, *Relaçam da Entrada de Suas Magestades em Londres, sahindo do Palacio de Hanptamcourt, em tres de Setembro de 1662*.

42. Trata-se de *Relaçam Dedicada A Serenissima Senhora Rainha da gram Bretanha da Jornada que fes de Lixboa the Por-ismouth*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1662; *Relaçam Dedicada As Magestades de Carlos e Catherina Reys da grande Bretanha Da jornada que fiserão de Portsmouth the Antoncourt e entrada de Londres*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1662; e, ainda, *Relaçam Das festas de Palacio, e grandesas de Londres, Dedicada A magestade da serenissima Rainha da Gran Bretanha*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1663.

43. Trata-se de *Iter Lusitanicum; or the Portugal Voyage. With what memorable Passages interven'd at the Shipping, and in the Transportation of her most Sacred Majesty Katherine, Queen of Great Britain, from Lisbon, to England. exactly observed By him that was Eyewitnesse of the same, Who though he publish this, conceals his name*, London, 1662.

experimentados nelle, & de que nem o proprio General se liurou.” (*Relaçam Diaria, da jornada (...)*, ll, 83-86) O mesmo autor afirmou que *Lord Sandwich* a visitava quase todas as noites velando pelo seu bem-estar e entretenimento: “por não faltar em cousa alguma à assistencia, & divertimento de S. Magestade, vinha as mais das noites á porta da sua camera com a sua musica de instrumentos, tocando pessoalmente muitos delles com toda a destreza, (...) para que sentisse menos o discomodo com que se passauão as noites.” (ll, 86-91) Durante a viagem, D. Catarina, com o parecer de *Lord Sandwich*, fez seguir adiante, na fragata *Princess*, Edward Montague, seu estribeiro-mor, com cartas para o Rei de Inglaterra e *Lord Clarendon*. Noutro momento, cruzaram-se com quatro naus inglesas que levavam cavalaria em auxílio de Portugal; por elas, D. Catarina enviou uma carta a sua mãe, a Rainha Regente.

Perto de Portsmouth avistaram uma pequena embarcação com o secretário do Duque de York, irmão do rei, que avisou a Rainha da visita do cunhado. Este chegou pouco depois num outro barco, acompanhado pelo Duque de Ormond, Vice-Rei da Irlanda e mordomo-mor do Rei de Inglaterra, o Conde de Chesterfield, seu genro, camareiro-mor da Rainha, o Conde de Suffolk, cuja mulher viria a ser sua camareira-mor, o Conde de Carlingford, irlandês e mestre de cerimónias de sua Majestade a Rainha, e muitos outros nobres. (ll, 243 55) Neste primeiro encontro com a nobreza inglesa e, em particular, com um membro da família real, D. Catarina, atenciosamente, vestiu-se à moda inglesa, como demonstração espontânea de cordialidade e interesse, e mostrou-se muito amável com o Duque:

S. Mag. o esperaua na sua Camera sentada, & vestida à Ingleza de tela cor de cana, guarnecida de rendas de prata, & quando entrou S.A. o sahio a receber tres passos fóra do docel; quiz o Duque beijarlhe a mão, & ella o leuantou nos braços, & tornando ao seu lugar, estiuerão em pè falando hum pouco, sendo interprete o Bispo Ruxel. Despois, instando S. Mag. cõ o Duque para que setasse em hua cadeira de espaldas, que para elle estaua, o não quiz fazer, & finalmente se sentou em hua cadeira raza, à sua mão esquerda fóra do docel, (...). (ll. 256-63)

Vieram então a beijar a mão à Rainha todos os ingleses que acompanhavam o Duque de York, e também a este D. Catarina apresentou os fidalgos que estavam com ela, continuando depois a conversar, em castelhano o Duque de York, e em português a Rainha, sempre com grande familiaridade. Enquanto as duas armadas se dirigiam para Portsmouth, trocaram-se visitas entre o Duque de York, que visitou D. Catarina “na sua Camera em visita particular, sem nenhuma cerimonia”, e entre os fidalgos ingleses, por um dos quais enviou uma carta ao Rei, e os portugueses que “com notavel agrado, & cortesia” foram recebidos pelo irmão do Rei no seu navio. Num destes encontros, o Duque de York pediu a D. Catarina que se vestisse à moda de Portugal e admirou depois o seu traje “que lhe pareceo mui bem”. Nesse mesmo dia, já muito perto do porto, diz o autor da *Relaçam Diaria*, D. Catarina de Bragança cumprimentou todos os oficiais da nau, que lhe beijaram a mão e deu ao capitão um colar de ouro no valor de dois mil cruzados, ao mestre e ao piloto mandou dar mil cruzados e pelo resto da tripulação repartiram outros tantos.

Em 24 de Maio, as duas Armadas entraram em Portsmouth e foram saudadas por salvas de artilharia e por barcos de ingleses que se lhes juntaram. Passando por uma ponte ao navio do Duque de York atracado à capitania, e daí para terra, ao som de uma salva de toda a armada, D. Catarina pisou pela primeira vez o solo inglês, onde foi aclamada pela população e onde era esperada por muitas personalidades: *Lord* Aubigny, o capelão e esmoler-mor que no dia a seguir celebrou Missa, o Conde de Manchester, camareiro-mor do Rei, e o magistrado da vila, que se lhe dirigiu, deu os parabéns e ofereceu os seus serviços. Foi conduzida num coche ao Palácio do porto – “pellas ruas principaes para se deixar ver do Pouo, que con notavel aluoroço a seguia” (II, 313-14) – onde estavam os aposentos preparados e onde a esperavam algumas damas inglesas que ficariam ao seu serviço. Retido em Londres por assuntos a tratar com o Parlamento, Carlos II demorou-se ainda alguns dias, durante os quais este “pequeno mundo português lançado em terras inglesas”, na expressão de

Theresa Castello Branco (424),⁴⁴ teve que aguardar e começar a adaptar-se a uma sociedade diferente e desconhecida.

No dia 30 o Rei chegou a Portsmouth aclamado pela multidão e por salvas de artilharia e dirigiu-se ao paço, onde era aguardado. Destes e de muitos outros pormenores se ocupa muito detalhadamente a *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout*. Neste relato, descreve-se o primeiro encontro de Carlos II com D. Catarina de Bragança, que padecendo de “hua dor de garganta com febre auia tres dias que estaua de cama” (II, 43-44) se viu obrigada a receber o Rei, dessa forma, doente e no seu leito. Carlos II entrou acompanhado apenas pelo Duque de York e alguns dos principais fidalgos ingleses e portugueses e, então, o Marquês de Sande entregou-lhe oficialmente a Rainha. (Branco 425) O autor da *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout*, ao descrever o primeiro encontro dos esposos, realça pormenores de delicadeza e de vontade de agradar de D. Catarina de Bragança:

Sentouse elRey junto da cama da Rainha em hua cadeira de veludo azul irmão da mesma cama em que ella estaua; assi estiuerão largo espaço fallando em Castelhana, sendo esta a primeira vez que a Rainha mudou de Idioma, porque, segundo tinha dito a Sua Alteza, queria fosse esta a primeira fineza que fizesse por seu marido. ElRey estaua mui alegre na visita, mostrandose mui pago da fermosura da Rainha, chegandosse o Embaixador a perguntarlhe se lhe parecia a Sua Magestade que elle o auia enganado? lhe respondeo: que si, que elle, & os Pintores o auião enganado, porque nem as informações, nem os Retratos erão tão fermosos como a Rainha. (II, 47-55)

Só então entraram muitos outros fidalgos a beijar a mão a D. Catarina e, durante o resto do dia e durante a noite, os festejos continuaram. Depois de uma ceia pública acompanhada por músicos e danças, o Rei tornou a visitar a Rainha e retirou-se então para os seus aposentos.

44. Esta autora refere também os problemas e dificuldades do embaixador português para guiar a Rainha de Inglaterra nos seus primeiros passos. (422-425)

4. Cerimónia(s) Religiosa(s) do Casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II

Our most gracious sovereign lord, Charles II., by the grace of God king of Great Britain, &c., and the most illustrious princess donna Catharina, infanta of Portugal, daughter to the deceased don Juan king of Portugal, and sister to the present don Alphonso king of Portugal, were married at Portsmouth, upon Thursday the 21st of May, 1662, being the 14th year of his majesty's Reign, by the right reverend father in God, Gilbert lord bishop of London, dean of his majesty's chapel-royal, in the presence of several of the nobility of his majesty's dominions and Portugal. (Strickland 380)

Este é o texto escrito em pergaminho, com letras douradas e caracteres ingleses do século XVII que consta do certificado original e registo da cerimónia religiosa do casamento de 1662 entre Carlos II e D. Catarina de Bragança. Encontra-se na actual catedral de Portsmouth, na altura a igreja de St. Thomas. Também aí se preservam algumas peças de prata de Tânger trazidas pela guarnição militar que tomou posse de Tânger. Existem deste documento posteriores traduções para português, nomeadamente a do Visconde de Santarém no "Registo do auto de assentamento do casamento de Carlos II com D. Catharina de Portugal." (Tomo XVII, 262-63) Este autor refere também a existência de um reposteiro com as armas dos reis de Portugal nessa igreja de Portsmouth, onde se vê bordada, talvez em memória do acontecimento, uma vista da cidade de Lisboa.

O casamento religioso do par real teve lugar em Portsmouth no primeiro dia em que se reuniram as condições para esse efeito. A rainha só viajaria até Hampton Court e posteriormente seria recebida grandiosa e festivamente em Londres após a cerimónia ter tido lugar. No dia 31 de Maio de 1662, encontrando-se D. Catarina em melhores condições de saúde, celebrou-se a cerimónia religiosa do casamento. Mais concretamente, tiveram lugar duas cerimónias religiosas de casamento. Este acontecimento suscitou alguma controvérsia em anos posteriores, e sobre essa problemática o autor da *Relaçam da chegada* afirmou o seguinte:

(...) se tinha litigado tanto entre os Catholicos, & Protestantes todos os dias precedentes à vinda del Rey; cada hum, querendo que fosse conforme os seus Rittos, & supposto que elles nesta parte sejam os mesmos, toda a duuida estava no Ministro que hauia de officiar este acto. Ajustado finalmente o negocio (que não pareceo de pequena consideração) depois de varias juntas se assentou, que elles estauão já casados por procuração (...).
(*Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* II,71-77)

Para D. Catarina, no entanto, não só não era aceitável um casamento apenas por procuração, nem um casamento religioso pelo rito anglicano exclusivamente, como também não viajaria por Hampton Court e subsequente entrada em Londres sem o casamento religioso. Com o pleno acordo do Rei, celebrou-se nesse dia de manhã, nos aposentos da Rainha por questões de privacidade e com o máximo segredo, uma cerimónia privada, oficiada pelo Rev. Padre D'Aubigny, irmão do Duque de Richmond, na qual o rei Carlos II e D. Catarina foram unidos pelo rito da Igreja Católica, tendo assistido o Duque de York, Philip, Cardeal Howard mais tarde, D. Francisco de Melo e não mais que cinco ou seis pessoas portuguesas. Todos ficaram obrigados ao mais estrito sigilo sobre o que tinham testemunhado, tendo em conta os preconceitos excessivos e antagonismos então existentes contra os católicos em Inglaterra.

Da parte da tarde, pelas três horas realizou-se a cerimónia religiosa de carácter público, ou seja, a confirmação do casamento pelo rito da Igreja de Inglaterra, presidindo à cerimónia o bispo de Londres, Gilbert Sheldon. D. Catarina foi conduzida pelo Rei a uma sala principal até um trono com duas cadeiras que fora preparado para os soberanos, acompanhados de perto pelo Marquês de Sande e por *Sir Richard Fanshawe*, destacados do resto da nobreza e das comitivas, que ali se aglomeravam para assistir. O Secretário de Estado Nicholas leu o "primeiro recebimento que se tinha feito em Londres", (I, 81) cuja cópia tinha sido enviada a Lisboa pelo embaixador português e, a seguir, o Secretário da Embaixada, Francisco de Sá e Menezes, leu o contrato em português que o mesmo embaixador entregara ao Rei em Inglaterra. Cumpridas estas formalidades, o bispo de Londres virou-se

para o público que estava a assistir e procedeu da seguinte forma: "(...) notificou como el Rey, & a Rainha estauão casados, segundo o que continhão aquelles papeis, & elle o fazia a saber assi a todos, para que ninguem o duuidasse, & elles se lograssem muitos annos, ao que todos responderão, *Amen*, com grandes vozes. (II, 85-89)

Lamentavelmente, este momento aplaudido por todos veio a ter consequências bastante graves anos mais tarde, quando alguns membros do Parlamento extremistas e antagonistas do Rei tentaram anular o casamento pelo facto de a Rainha ser católica e não assegurar a sucessão. Alegaram que o casamento religioso não tinha sido válido e, quanto à cerimónia anglicana, punham em dúvida se a Rainha, desconhecendo praticamente a língua inglesa, teria efectivamente pronunciado as palavras de consentimento.

Algumas das testemunhas que presenciaram o acto afirmam, como *Lord Sandwich* por exemplo, que depois da proclamação do casamento o Rei tomou D. Catarina pela mão e esta pronunciou as palavras do casamento na forma que a igreja anglicana exigia. De acordo com Theresa Castello Branco, *Lord Sandwich* terá dito também "as I think", (426) o que sugere alguma dúvida sobre as respostas na realidade dadas. De facto, mais do que a celebração religiosa do matrimónio segundo o rito anglicano, o que é efectivamente relevante é que naquele momento se concretizou uma "curta cerimónia da declaração do casamento" (Branco 426-27) com a presença do Bispo e por ele pronunciada e abençoada.

Carlos II conduziu depois a Rainha aos seus aposentos onde todos lhe beijaram a mão em ambiente de grande alegria e, de acordo com os hábitos de então, damas e fidalgos tiraram do vestido de D. Catarina, para recordação, os laços de fita azul que estavam presos ao tecido.⁴⁵ Encontrando-se ainda em convalescença, a Rainha de Inglaterra retirou-se acompanhada pelas damas que a assistiam e, ao fim do dia, "ElRey lhe fez o galanteio de cear com ella

45. Cf. *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout (...)*, Lisboa, 1662, II, 90-94 e *Lady Anne Fanshawe op. cit.*, *apud* nota 258.

sobre a cama, tocando-se entretanto os instrumentos, sem os quaes elle nunca come".⁴⁶

Também *Lady* Fanshawe, esposa de *Sir* Richard Fanshawe, descreveu o casamento e o costume inglês da época de distribuir fitas do vestido de noiva:

There was a rail across the upper part of the room, in which entered only the King and Queen, the Bishop of London, the Marquess Desande, the Portuguese Ambassador, and my husband: in the other part of the room there were many of the nobility and servants to their Majesties. The Bishop of London declared them married in the name of the Father, and of the Son, and of the Holy Ghost; and then they caused the ribbons her Majesty wore to be cut in little pieces, and, as far as they would go, every one had some. (144)

Nesse dia, chegou St. Albans, o estribeiro-mor da Rainha Mãe de Inglaterra, Henrietta Maria, trazendo uma carta desta com os parabéns e a promessa de uma visita. Charles II enviou alguns dos seus fidalgos a Hampton Court a fim de assegurar os preparativos necessários para a chegada e estada dos soberanos, ficando outros dos seus homens encarregados de hospedar e receber a comitiva portuguesa. Durante os dias que se seguiram, em Portsmouth, o Rei aproveitou as manhãs para caçar ou, como também referem os relatos da época, para ver lançar ao mar um navio baptizado com o nome de *Catherina*: "A menhã da sexta feira, depois del Rey visitar a Rainha sahio a ver lãçar ao mar hu nauio que estaua no estaleiro, & pella ocasião em que foi lançado, lhe chamãrão Catherina." (*Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* II, 154-56) As tardes eram ocupadas com sessões musicais, "porque o cuidado da Rainha pedia que se não apartasse muito tempo della", de acordo com a descrição feita pelo autor da *Relaçam* já citada:

46. *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* (...), Lisboa, 1662, II, 104-106.

Recolhido Sua Magestade do campo, gastou a tarde, como as mais, em assistir à Rainha sua mulher, fazendo que lhe cantassem pella interter o Duque de Boyningan, & Mada Murzilla Ligard Franceza sua toucadeira, que cantão muito bem ambos juntos, & a Rainha por lhe pagar este fauor, mandou vir os seus Musicos, que lhe cantarão alguns tonos, de que el Rey mostrou agradarse, dizendo, que lhe contentaua muito mais a nossa musica que a de Castela, porque os Castelhanos gritauão, & nòs cantauamos como os Italianos. (147-54)

Gradualmente, se foi desenrolando a necessária adaptação e aculturação de D. Catarina a um mundo desconhecido – uma nova corte, nova língua, novos espaços, nova cultura. Não faltaram festas e banquetes já com a presença de D. Catarina completamente restabelecida, em que esta, com um grande à-vontade e para satisfação de todos, trajava à moda inglesa: “A Rainha estaua vestida à Ingleza, & todos mui contentes de a verem naquelle trage, que lhe está mui bem.” (II, 204-205) A cidade de Portsmouth ofereceu-lhe um saleiro de prata e cristal e, dias depois, o casal real e toda a comitiva partiram para Hampton Court, onde se demoraram algum tempo antes da entrada pública e solene em Londres.

Muitos outros aspectos se poderiam abordar, no entanto a apresentação destes apontamentos sobre as principais etapas do longo e atribulado processo de negociações do casamento do reino de Portugal com o reino de Inglaterra, chegando à confirmação religiosa dessa união, pretendia evocar precisamente este momento. Pode concluir-se que o Tratado de Paz e Aliança de 23 de Junho de 1661, assim como o casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança, oficiado religiosamente em 1662, significaram mais do que a simples renovação da velha aliança política entre Portugal e a Inglaterra. Apesar de uma certa contestação ou impopularidade de que foi alvo desde a sua concepção, o casamento traduziu-se também em compensações de grande alcance para ambos os países. À Inglaterra proporcionou, para além das já mencionadas vantagens económicas imediatas, a Ilha de Bombaim, que se revelou muitas décadas mais tarde a “jóia” da coroa britânica no Oriente,

e a Portugal assegurou definitivamente, com o auxílio das tropas inglesas, a soberania e a independência. Em 1668, pelo Tratado de 3 de Fevereiro, com a intervenção do Conde de Sandwich, a Espanha reconheceu finalmente a independência do país vizinho. É, assim, esclarecedora e conclusiva a afirmação de Charles Boxer, a propósito do casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança: “With all its ups and downs, [it] symbolises both the vicissitudes and the enduring nature of the Anglo-Portuguese connection.” ([s.d.] 30)

Os Tratados de 1661 permitiram o fortalecimento e a solidificação das relações anglo-portuguesas que, não tendo sido interrompidas durante o regime de Cromwell, estiveram ocasionalmente fragilizadas pelo apoio dado por Portugal à causa do Rei de Inglaterra.

É essencial salientar o papel da própria Infanta D. Catarina de Bragança como “construtora da independência”, expressão utilizada por Eduardo Brazão. (*Op.cit.*, 129) Por um lado, a Infanta foi um peão no jogo internacional do século XVII e um instrumento na concretização de alianças entre casas reais; por outro, foi também uma figura individualizada, a mulher que, abdicando conscientemente da vontade própria em grande parte da sua vida, serviu com todas as vantagens e desvantagens a causa de Portugal.

D. Catarina de Bragança merece incontornavelmente um lugar próprio e de destaque no âmbito das relações anglo-portuguesas, e o seu contributo para a renovação das mesmas é indubitável. São também dignos de menção os textos literários que sobre ela se escreveram em língua inglesa, desde o século XVII até aos nossos dias, e que revelam o interesse do olhar inglês pela pessoa desta Rainha de Inglaterra e, por ela, um interesse por Portugal.

Obras Citadas

Anónimo. “D. Catharina, Infanta de Portugal, Rainha de Inglaterra”. *Universo Pittoresco*. vol. III, 1844.

Anónimo. *Relaçam diaria da jornada, que a Serenissima Rainha da Gram-Bretanha D.Catherina fez de Lisboa a Londres, indo já desposada com Carlos II Rey daquelle*

- Reyno. E das festas, que nelle se fizerão até entrar em seu Palacio.* Lisboa: na officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rey Anno de 1662.
- Anónimo. *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña), con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña, Carlos segundo deste nombre. Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra.* Lisboa, Com todas as licenças necessarias: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey, 1662.
- Ablancourt, Nicolas Frémont d'. *Memoires de Monsieur D'Ablancourt, Envoyé de sa Majesté Très-Chrétienne Louïs XIV en Portugal: contenant l'Histoire de Portugal depuis le Traité des Pyrenées de 1659 jusqu'à 1668, avec les revolutions arrivées pendant ce tems-là à la cour de Lisbonne, & un détail des batailles (...) sous les ordres & le commandement du duc de Schomberg.* Amsterdam: J-Louis de Lorme, 1701.
- Almada, José de. *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu estudo.* 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946.
- Azevedo, Lúcio de. *História dos Cristãos Novos Portugueses.* 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.
- Beirão, Caetano de Abreu. "As Negociações para o Casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, 1644-1661". *Anais.* vol. VII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1942.
- Bold, Henry. *Anniversary to the Kings Most Excellent Majesty, Charles the II. on his birth-&restoration-day, May 29, having resolv'd to marry with the Infanta of Portugall, May the 8th, 1661.* London: Printed for Henry Brome, 1661.
- Boxer, Charles R. "Second Thoughts on the Anglo-Portuguese Alliance, 1661-1808". *History Today.* vol.36. London, June 1986.
- . "Vicissitudes of Anglo-Portuguese Relations in the 17th Century." *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa. 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance.* Ed. Governo britânico, em associação com a British Broadcasting Corporation e com a Canning House, [s.d.]
- Branco, Theresa M. Schedel de Castello. *Vida de Francisco de Mello Torres 1º Conde da Ponte – Marquês de Sande Soldado e Diplomata da Restauração 1620-1667.* Lisboa: Livraria Ferin, Lda., 1971.
- Bray, William (ed.). *The Diary of John Evelyn.* 2 vols. London: J. M. Dent & Sons Ltd., 1936.
- Brazão, Eduardo. *Uma Velha Aliança.* Lisboa, 1955.

- Bryant, Arthur. *King Charles II*. Rev. Ed. London: Collins, 1960.
- Bryant, Arthur (ed.) *The Letters, Speeches and Declarations of King Charles II*. London: Cassell & Company Ltd., 1968.
- Castro, Visconde Borges de e Julio Firmino Judice Biker. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao Presente*. 30 vols. Lisboa, 1856-1879.
- Casimiro, Augusto. *Dona Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra Filha de Portugal*. Fundação da Casa de Bragança: Portugália Editora, 1956.
- Castel-Branco, M. Conceição Emiliano. *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH, UNL, 2005.
- . "D. Catarina de Bragança, filha de Portugal: singularidade da normalidade". *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*. n° 17. Lisboa: Edições Colibri/ UNL, 2007. 153-64.
- . "O Percurso Anglo-Português da Rainha D. Catarina De Bragança". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. n° 15. Lisboa: FCT, CEAP, FCSH, 2006. 155-203.
- Clarendon, Edward Earl of. *The Life of Edward Earl of Clarendon written by himself*. 3rd ed. Oxford, 1761.
- Costa, Mário. *Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra*. Separata de *Olisipo*. Ano XIX n°73, Janeiro 1956.
- Davidson, Lillias Campbell. *Catherine of Braganza Infanta of Portugal & Queen-consort of England*. London, 1908.
- Ericeira, D. Luis de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal Restaurado*, tomo II. Lisboa, 1698.
- Fanshawe, Lady. *Memoirs of Lady Fanshawe, wife of the Right Hon. Sir Richard Fanshawe, Bart. Ambassador from Charles the Second to the Court of Madrid in 1665. Written by Herself. To which are added, extracts from the correspondence of Sir Richard Fanshawe*. London: Henry Colburn, 1829.
- Flor, Susana Varela. "'Que las riquezas del mundo parecían estar allí cifradas': Catherine of Braganza's wedding festivities in the context of the Portuguese Restoration (1661-1662)". *Archivo Español de Arte*. 88, 350. Abril-Junio 2015. 141-156. HYPERLINK "<http://xn--archivospaoldearte-53b.revistas.csic.es/index.php/aea/article/view/893/928>"<http://archivospaoldearte.revistas.csic.es/index.php/aea/article/view/893/928>.

- Goetz, H. *The Baroda Portraits of Queen Catherine of Braganza*, [Baroda State Museum Bulletin, vol. I pt.1] [s.l.] [s.d.]
- Green, Mary Anne Everett (ed.) *Calendar of State Papers, Domestic Series, of the Reign of Charles II, 1661-1662, Preserved in the State Paper Department of Her Majesty's Public Record Office*. London: Longman, Green, Longman & Roberts, 1861.
- Hill, C. P. *Who's Who in Stuart Britain*. Rev. and enlarged edition. London: Shepherd-Walwyn, 1988.
- Howell, James. *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances, which the Kings of England have made from time to time since the year 800 to this present 1662. Collected by a Careful collation of History with Records*. London: for Hen. Brome, 1662.
- Izandro, Aonio, e Luzindo. *Festas Reays na Corte de Lisboa, Ao feliz Cazamento dos Reys da Graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os, Touros que se correram no Terreiro do Passo em Outubro de 1661. Dedicadas a Europa Princeza de Phenicia*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1661.
- Kenyon, J. P. *The Stuarts. A Study in English Kingship*. Glasgow: Fontana/Collins, 1970.
- Liversidge, Douglas. *The Restoration*. The Documentary History Series. Wayland Publishers Limited, 1977.
- Macaulay, Rose. *They Went to Portugal Too*. Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation, 1990.
- Macaulay, Thomas Babington. *The History of England from the Accession of James the Second*. vol. I. Leipzig: Bernh. Tauchnitz, Jun. 1849.
- Mackay, Janet. *Catherine of Braganza*. London: John Long Ltd., 1937.
- Madway, Lorraine. "Rites of Deliverance and Disenchantment: The Marriage Celebrations for Charles II and Catherine of Braganza, 1661-62". *The Seventeenth Century*. Vol. 27 Issue 1. Taylor & Francis Online. 2012 - 79-103. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0268117X.2012.10555682>
- Melo, D. Francisco de. *Relaçam da forma com que a Magestade del Rey da Graõ Bretanha, manifestou a seus Reynos, tinha ajustado seu casamento com a Serenissima Infanta de Portugal, a Senhora Dona Catherina. Como se colige das cartas originaes de Francisco de Mello Conde da Ponte do Conselho de Guerra del Rey Nosso Senhor, & Seu Embaixador extraordinario a S.Majestade Britanica que estão na Secretaria de Estado*. Lisboa: na Officina de Antonio Craesbeeck, 1661.

- Oliveira, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. 1ª parte, tomo VI. Publicação mandada fazer a expensas da Câmara Municipal de Lisboa, para comemorar o Centenário do Marquês de Pombal em 8 de Maio de 1882. Lisboa, 1891.
- Peres, Damião (dir.). *História de Portugal*. vol.VI. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1934.
- Prestage, Edgar. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Coimbra, 1936.
- . *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- . *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político (1595-1662)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- Prestage, Edgar (ed.) *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, Publishers, 1971. (1ª ed. 1935).
- Rau, Vírginia. D. *Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra*. Separata de *O Instituto*, vol. 98. Coimbra, 1941.
- Santarém, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo, desde o Princípio da Monarchia Portuguesa até aos Nossos Dias*. Tomos I-XVIII. Paris: J. P. Aillaud, 1842.
- Sarmiento, Alberto Artur. "D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra". *Ripas de Madeira*. Funchal, 1940. [s.p.]
- Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Vol. VII. Editorial Estampa, 1991.
- Soares, Ernesto. D. *Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra (Elementos Iconográficos)*. Lisboa, 1947.
- Sousa, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo IV, II parte. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1950.
- Sousa, Manuel Andrade e. *Dona Catarina, Infanta de Portugal; Rainha de Inglaterra*. Lisboa: Edições Inapa, 1994.
- Sousa, Carlos Hermenegildo. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus, [s.d.]
- Strickland, Agnes. "Catherine of Braganza". *Lives of the Queens of England from the Norman Conquest; with Anecdotes of their Courts*. Vol. VIII. London: Henry Colburn Publisher, 1845. 267-478.
- Troni, Joana de Almeida. *Catarina de Bragança (1638-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

Tullio, A. da Silva. "D. Catharina de Bragança". *Archivo Pittoresco*. XI, 60, 1868.
Vidal, Frederico Gavazzo Perry. "O Casamento de D.Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra. Notas e Algumas Gravuras que ao Facto se referem." *Revista dos Centenários*, 2 (22). Lisboa, 31 Outubro 1940.

Lisboa, 1755: Paisagens Sonoras e Olfactivas no *Thriller* Histórico *The Day of Atonement* (2014), de David Liss*

Maria Zulmira Castanheira
(NOVA FCSH/CETAPS)

“We see the city, we hear the city, above all, we smell the city.”
(Victoria Henshaw, *Urban Smellscapes: Understanding and Designing City Smell Environment*)

The *Day of Atonement*, publicado em 2014 pela editora Random House, é o oitavo romance do autor norte-americano David Liss (n. 1966), cuja obra se reparte também pelo *short story* e pela banda desenhada. Tendo-se estreado no ano 2000 com *A Conspiracy of Paper*, obra em que apresenta a personagem Benjamin Weaver, um pugilista nascido em Londres, de pais judeus sefarditas portugueses, que se torna *thief-taker*, ou seja, caçador de ladrões e detective privado, e que viria a figurar em romances posteriores, Liss depressa conquistou o sucesso junto do público leitor e da crítica porquanto logo no ano seguinte essa sua primeira obra venceu os prémios Barry, Macavity e Edgar para “Best First Novel”, e foi nomeada como um New York Times Notable Book. Seguiram-se *The Coffee Trader* (2003), *A Spectacle of Corruption* (2004), *The Ethical*

* O presente ensaio é uma versão ampliada da comunicação que apresentei na conferência internacional *Historical Fiction, Fictional History and Historical Reality*, que teve lugar em Lisboa, nos dias 5 e 6 de Março de 2020 (Universidade Nova de Lisboa, Campus de Campolide).

Assassin (2006), *The Whiskey Rebels* (2008), *The Devil's Company* (2009) e *The Twelfth Enchantment* (2011), que fizeram do autor um *bestseller*, traduzido para muitas línguas, incluindo a portuguesa.¹ Na sua maioria, trata-se de romances históricos, mais especificamente de *thrillers* históricos, decorrendo a acção na Londres de Setecentos (*A Conspiracy of Paper*, *A Spectacle of Corruption*, *The Devil's Company*), na Filadélfia e Nova Iorque também do século XVIII (*The Whiskey Rebels*) e na Amesterdão do século XVII (*The Coffee Trader*). Em *The Day of Atonement*,² Liss retoma essa mesma modalidade de ficção histórica, elegendo desta feita para cenário de um enredo de vingança, justiça e misericórdia a Lisboa do ano de 1755.

Género muito popular à escala global e que, nas últimas décadas, tem suscitado um crescente interesse nos meios académicos, o romance histórico, como salienta Jerome de Groot, é, por definição, híbrido, complexo, desdobrando-se em múltiplos formatos e sub-géneros, entre eles o *thriller*:

Historical writing can take place within numerous fictional locales: romance, detective, thriller, counterfactual, horror, literary, gothic, post-modern, epic, fantasy, mystery, western, children's books. Indeed, the intergeneric hybridity and flexibility of historical fiction have long been one of its defining characteristics. (2)

Recentemente, em 2021, Liss publicou *The Peculiarities*, uma fantasia histórica passada na Londres vitoriana. Neste seu último romance, o entretecer da ficção histórica com o sobrenatural constitui mais uma prova da elasticidade do género.

À semelhança de muitos outros romances em que a acção se desenrola no passado e os factos históricos se entrelaçam com a

-
1. *A Conspiração de Papel*, tradução de Sofia Moreiras. Parede: Saída de Emergência, 2004; *O Mercado Português*, tradução de Paulo G. Silva. Parede: Saída de Emergência, 2005; *O Grande Conspirador*, tradução de Isabel C. Penteadó e revisão de Rosa Vilaça. Parede: Saída de Emergência, 2006; *A Companhia do Diabo*, tradução de Ana Mendes Lopes e revisão de Jorge Palinhos. S. Pedro do Estoril: Saída de Emergência, 2011.
 2. *O Dia da Expição*, na tradução portuguesa de Inês Castro. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

ficção,³ *The Day of Atonement* é acompanhado de uma nota do autor, sob a forma de Agradecimentos (“Acknowledgments”), em que Liss reconhece as dificuldades enfrentadas durante o processo de investigação, já que praticamente nada conhecia da cultura portuguesa, e enumera sucintamente as fontes de que se socorreu para poder recriar, com rigor, a Lisboa anterior ao Terramoto de 1755. Tal paratexto concorre para estabelecer a autoridade e seriedade do romance de Liss como uma obra que resultou de aturada pesquisa acerca da capital portuguesa de meados do século XVIII:

All historical novels present their own challenges, but trying to recover eighteenth-century Lisbon, as it was before the earthquake, is one of the most difficult tasks I’ve undertaken as a writer. There were numerous books, both from the time of the earthquake as well as more contemporary studies, that helped me get a sense of the time and place, but I never could have written *The Day of Atonement* without insight into the period from the fantastic historian Paolo Scheffer, who walked me through contemporary Lisbon and helped me to see the city as it was. I am grateful as well to my Portuguese editor and fellow comics fan Luis Corte Real for helping me navigate the city, and for the many insights from the brilliant Portuguese novelist Pedro Almeida Vieira. I am also grateful to the many historians at the Lisbon Museu da Cidade who answered my endless questions, and to the kind people at the Conceição dos Cardais.⁴

A edição de *The Day of Atonement* em *paperback* da Ballantine Books, de 2015, inclui também um breve guia para o leitor (“A Reader’s Guide”, 369-375) que compreende a transcrição de uma conversa com Liss (“A Conversation with David Liss”, 370-373) conduzida pelo

-
3. Veja-se o aviso contido na ficha técnica: “*The Day of Atonement* is a work of fiction. Names, characters, places, and incidents are the products of the author’s imagination or are used fictitiously. Any resemblance to actual events, locales, or persons, living or dead, is entirely coincidental.”
 4. O autor refere-se ao Convento dos Cardaes, situado no Bairro Alto. Fundado em 1681 por D. Luísa de Távora (1609-1692) para acolher religiosas da Ordem das Carmelitas Descalças, resistiu ao Terramoto de 1755. Foi extinto em Abril de 1876 e cedido, no ano seguinte, à Associação de N^a. Sra. Consoladora dos Aflitos para aí ser instalado um asilo para cegas, ficando estas ao cuidado de Irmãs Dominicanas. Actualmente a Associação Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que cuida de mulheres invisuais e com outro tipo de necessidades especiais.

Random House Reader's Circle. Na referida entrevista, em que o autor confessa o seu fascínio pelo Terramoto de Lisboa de 1755 desde que estudara literatura britânica do século XVIII a nível de pós-graduação, ao perceber que aquele devastador desastre natural que arrasara uma das grandes cidades do mundo tivera um enorme impacto na intelectualidade europeia da época, Liss fornece informação importante quanto à génese e ao processo de composição de *The Day of Atonement*, bem como sobre o seu próprio método investigativo:

I began doing a little bit of light research on eighteenth-century Portugal in general to see if there was a story that would draw me in, and I became instantly fascinated with the political corruption, religious injustice, and economic ineptitude of the period. From there, I simply kept doing research until the story began to take shape. Originally I planned to write a sort of post-disaster novel in which I set up events for the earthquake fairly quickly, and then explored the aftermath in the bulk of the book. As I began writing the book, however, it became clear to me that it was Lisbon before the earthquake, not after, that really fascinated me. (...) Once I was fairly well steeped in the research for this book, I knew I wanted to write a revenge story, which seemed like a natural narrative for such an unjust society. Sebastiao took shape as I tried to figure out what sort of character would work best for this world. I liked the idea of someone who had been utterly broken by the injustice he'd suffered, so I began working from there. Revenge is always a losing proposition, of course, since it invariably leaves the seeker feeling empty afterward, so I wanted to write about someone who was looking for something more than justice. Sebastiao, troubled as he is, understands that vengeance is a process for him, not necessarily justice against those who have done wrong. (370-371)

The Day of Atonement narra a história de Sebastião Raposa, um cristão-novo nascido em Lisboa que em 1745, aos treze anos, se vê obrigado a fugir para Londres a fim de escapar às garras da Inquisição que injustamente prendera os seus pais. Na capital inglesa, sob a protecção de Benjamin Weaver (que nesta obra tem um papel muito secundário), vai crescendo nele um obsessivo desejo

de vingança contra a instituição católica que lhe roubara família, amigos, o seu primeiro amor (Gabriela) e bens. Dez anos depois, em 1755, regressa a Lisboa sob a falsa identidade do negociante inglês Sebastian Foxx (tradução literal do seu verdadeiro nome e simbólico da astúcia e ardileza da personagem), decidido a vingar o mal de que os seus pais e ele próprio haviam sido vítimas, mal esse corporizado na figura do inquisidor Pedro Azinheiro, o inimigo de contornos demoníacos a combater. Homem violento, endurecido por um implacável desejo de vingança (não se sente uma pessoa, mas a encarnação desse objectivo de acertar contas com quem o destruiu), determinado em fazer justiça pelas próprias mãos, Foxx encontra em Azinheiro, que odiava cristãos-novos e ingleses, um inimigo igualmente inexorável, perspicaz e astuto, movendo-lhe uma perseguição sem tréguas, mas tornando-se, ele próprio, também objecto da perseguição do inquisidor.

Na capital portuguesa, onde trava conhecimento com membros da Feitoria inglesa ali estabelecida e se cruza, disfarçado, com velhos amigos e conhecidos, Foxx irá enfrentar constantes situações de perigo, mentira, engano, traição e incerteza, perturbadores desencontros entre aparência e realidade. Tais circunstâncias, se por um lado põem à prova a sua inteligência e capacidades de fingimento, dissimulação e auto-defesa (pugilismo, manejo de armas) à medida que o seu disfarce vai sendo descoberto e fica de novo sob a suspeição dos agentes da Inquisição, por outro, colocam em risco os seus planos iniciais, ao ver-se envolvido em inesperadas causas e lutas de amigos e inimigos que fazem adiar o confronto final com Azinheiro.

De todos os imprevistos que contrariam as intenções vingativas de Foxx, o maior será o Terramoto que destrói Lisboa em 1 de Novembro de 1755 mas que, significativamente, colocará o protagonista no caminho de uma auto-reconstrução. Quando, no meio do caos causado pelo sismo e o tsunami, é capaz de gestos de abnegação, perdão e misericórdia, Foxx redescobre a sua própria humanidade, por oposição ao monstro raivoso em que os tormentos causados pela Inquisição o haviam transformado – “I would be the monster the Inquisition had created” (272) –, como diz na abertura

do capítulo 1: "I am not a kind person. (...) If I am a monster, however, then I am monster made, not born." (19)

Pelo modo como Liss, através de uma acção empolgante e excitante que decorre numa cidade controlada por forças de poder corruptas, gananciosas e criminosas e tolhida pelo medo da violência e arbitrariedade da Inquisição, consegue produzir um efeito narrativo que cria suspense e desperta sensações fortes no leitor, a obra configura-se, como já se disse, como um *thriller*, cujas origens remontam aos romances sensacionalistas e góticos dos finais do século XVIII e princípios do XIX. Essa mesma classificação é apontada na contracapa da edição da Ballantine de 2015, através da citação de excertos de recensões críticas vindas a lume na imprensa periódica norte-americana (*The Washington Post*, *San Antonio Express-News*, *The Wall Street Journal*) que funcionam como matéria promocional: "One of the masters of the historical thriller, Liss is back with yet another highly entertaining novel.... One of Liss's best books." (*Star Tribune*, de Minneapolis) Também a tradução portuguesa, na badana que contem informação biográfica sobre Liss, insere esta sua obra na mesma categoria: "Com *O Dia da Expição*, Liss continua a sua sequência de *thrillers* históricos 'envolventes' (*The Washington Post*), e 'inteligentes' (*Newsweek*), 'que agarram o leitor' (*The Baltimore Sun*)." No seu estudo *Crime Fiction*, um título que pretende abranger a prolífica e heterogénea ficção centrada em crime que de modo algum se esgota nas histórias de polícias e de detectives, John Scaggs define *thriller* da seguinte forma:

A term so vague as to be almost useless without further particularisation, the thriller can refer to any narrative structured in order to maximize tension, suspense, and exciting action. The origins of the thriller can be traced back through the sensational novel to the *Gothic Fiction* of the late eighteenth and early nineteenth centuries. (148)

David Glover, por seu turno, oferece-nos uma definição mais desenvolvida deste sub-género, que igualmente deita luz sobre a filiação do romance de Liss numa antiga tradição literária de histórias

de mistério, horror, morte, sobrenatural, com fortes representações do mal ou da vilania, por vezes desenvolvidas em torno de terríveis segredos, com consequências nefastas:

(...) the thriller was and still is to a large extent marked by the way in which it persistently seeks to raise the stakes of the narrative, heightening or exaggerating the experience of events by transforming them into a rising curve of danger, violence or shock. The world that the thriller attempts to realise is one that is radically uncertain in at least two major senses. On the one hand, the *scale* of the threat may appear to be vast, its ramifications immeasurable and boundless. Thus, the thriller trades in international conspiracies, invasions, wholesale corruption, serial killers who threaten entire cities or even nations (...). On the other, the thriller unsettles the reader less by the magnitude of the terrors it imagines than by the *intensity* of the experience it delivers: assaults upon the fictional body, a constant awareness of the physicality of danger, sado-masochistic scenarios of torture or persecution, a descent into pathological extremes of consciousness, the inner world of the psychopath or monster. (137-138)

Em *The Day of Atonement*, aos ingredientes convencionais de tal sub-género – o foco na acção violenta, o ritmo acelerado dos acontecimentos, que frequentemente apresentam súbitas reviravoltas e revelações inesperadas, um protagonista vulnerável, em luta, sozinho, contra uma poderosa, corrupta, sinistra e cruel organização religiosa, sempre em perigo iminente (“I was alone and vulnerable and in danger”, Liss 55), os cenários de torturas infligidas pela Inquisição às suas vítimas, perseguições, a ameaça do desconhecido – junta-se a temática da vingança como motor da acção. Neste sentido, o romance pode também ser incluído na subcategoria do *revenge thriller*, que tem no romance histórico *Le Comte de Monte Cristo* (1844-46), de Alexandre Dumas (Pai), um influente e popular antecedente, e é sobretudo devedor das tragédias de vingança (*revenge play*) isabelinas e jacobinas dos finais do século XVI e inícios do século XVII, aliás directamente referidas no romance de Liss. (233) Nestas, frequentemente um agente vingador procura fazer justiça contra um criminoso

que, por ocupar uma posição de poder, se coloca acima da lei e os crimes que cometeu poderão ficar impunes. Porém, nesse processo de fazer o criminoso pagar pelo mal infligido a inocentes – uma missão que a seus olhos se afigura plenamente justificada –, injustiças, violência e até mortes são também cometidas, tal como sucede ao longo da sanha vingativa de Foxx contra o padre jesuíta Azinheiro.

É sabido que o romance gótico britânico do período que se estende, grosso modo, entre 1760 e 1820 explorou a temática religiosa e serviu, nomeadamente, para expressar sentimentos anti-católicos e anti-clericais através de enredos confinados a espaços fechados de instituições religiosas situadas em países católicos, sob o jugo da Inquisição, com suas horríficas torturas e abusos de poder, enredos esses que permitiam, igualmente, abordar outros *topoi* do gótico, como a dissolução moral do clero e a transgressão sexual.

Tratando da corrupção e do mal existentes no seio de uma instituição eclesiástica (a Inquisição) – uma temática explorada, por exemplo, em *O Nome da Rosa* (1980), o romance histórico de êxito retumbante de Umberto Eco –, não temos, contudo, em *The Day of Atonement*, como muitas vezes sucede, o micro-mundo de um convento, abadia ou mosteiro, mas a cidade de Lisboa, onde se situa o Palácio da Inquisição,⁵ este palco de algumas cenas sombrias da obra. O espaço urbano lisboeta, caracterizado como violento e inseguro, contribui decisivamente para a atmosfera da narrativa e está intrinsecamente ligado à natureza dos crimes cometidos no passado que desencadearam os impulsos vingativos de Foxx. Heather Worthington chama a atenção para a estreita relação entre cidade e crime, como sucede no romance de Liss: “The physicality of the city, the very denseness of the mass of buildings, the miles of roads and streets, the urban sprawl, the huge populations and the anonymity conferred on the individual by the crowd, all lend themselves to the construction of the criminal and the creation of crime.” (2)

5. O Palácio dos Estaus, também conhecido como Paço dos Estaus ou Palácio da Inquisição, situava-se no topo norte da Praça do Rossio, no centro histórico de Lisboa, onde hoje se ergue o Teatro Nacional D. Maria II.

O protagonismo de Lisboa (sobretudo de Alfama, a parte mais antiga, pobre e perigosa), com as suas ruas estreitas, sinuosas, labirínticas, vielas escuras e perigosas, onde o poder do dinheiro se sobrepõe ao da lei, sempre vigiada pela toda-poderosa e tentacular Inquisição, é sugerido logo no Prólogo, onde se narram os acontecimentos que em 1745 levaram ao exílio forçado de Sebastião Raposa em Londres. Ao longo da obra, Liss amplia essa paisagem citadina (*cityscape*) povoada de gente de várias nações (ingleses, alemães, holandeses, suíços), padres ameaçadores e criminosos, mendigos, leprosos, ciganos, escravos fugidos, mouros sanguinários, ladrões, assassinos, gente traiçoeira, corrupta, pobre, desesperada, que para sobreviver é levada a praticar actos reprováveis, uma cidade onde as pessoas têm medo da própria sombra e os segredos e boatos podem ser fatais – especialmente os cristãos-novos, suspeitos pelas autoridades religiosas de praticarem o judaísmo em segredo –, uma Lisboa-cela de prisão, em que o Palácio da Inquisição se ergue na praça do Rossio como o edifício mais temido.

O Terramoto que abala Lisboa no ano de 1755 e a reduz a caos, desordem e ruínas no preciso momento em que Foxx, diante de Azinheiro, tem de decidir se mata ou não o inquisidor, acentua os contornos infernais da cidade: “Anyone who has ever dared to imagine hell has probably summoned a picture very like Lisbon on that day.” (Liss 312) Contudo, assim como Foxx se redime ao poupar a vida a Azinheiro, no espírito do Yom Kippur (Dia da Expição, ou do Perdão Eterno), também os habitantes da cidade diabolizada ao longo do romance, no meio da devastação e sofrimento, dão provas de capacidade de redenção através de gestos de generosidade e entre-ajuda: “Once I saw an old man stumble, and a stranger set down his pack and his own concerns to help him to his feet. The hour of Lisbon’s destruction was also its finest. Stripped of its wealth and corruption, its priests and its *fidalgos*, it was but a collection of human beings, with all their flaws and all its virtues.” (Liss 346)

Decorrendo quase toda a acção na Lisboa anterior ao Terramoto, Liss traça a grandes pinceladas quadros da cidade em que imagens visuais, sonoras e olfactivas se entrelaçam, como o que se segue, bem ilustrativo da interdependência dos sentidos na percepção dos lugares:

The city of hills smelled of the sea and fish and herbs and filth. The streets, as I recalled, rang with the sound of church bells and the sight of clergy – men and women – swarming like beetles in the many colors of their orders. Franciscan browns and Jesuitical black, of course, but also men in reds and blues and yellows and whites, and nuns in their wimples and robes. And among these clusters of clerics were workmen in their plain browns and Gypsies in their ragged finery. Mules and sheep and cattle had their run of the streets, which ran thick with their dung. (...) There were beggars – the sick and the wounded, the legless and the armless. (...) Here too were lepers with their tattered robes and tinny bells, shunned by all, sometimes pelted with stones by children or holy fools. (57-58)

Como seria de esperar, em *The Day of Atonement* predominam as paisagens visuais (*landscapes*),⁶ mas as sonoras (*soundscape*) e olfativas (*smellscapes*) desempenham também um importante e sugestivo papel na caracterização do espaço citadino. Popularizado pelo compositor e educador musical canadiano Raymond Murray Schafer, pioneiro da ecologia acústica, o conceito de *soundscape*, por este definido sucintamente como “the sonic environment”, (274) tem vindo a ser aplicado no campo literário:

O termo remete para os elementos sonoros presentes no texto literário, nomeadamente sons humanos (voz(es), música, ruídos industriais), naturais (clima, fenómenos naturais, natureza em geral) ou animais, entre outros. A *soundmark* literária encontra-se associada aos sons típicos de um período, de uma determinada zona geográfica ou de uma situação, e, de acordo com Emily Thompson (*The Soundscape of Modernity: Architectural Acoustics and the Culture of Listening in America, 1900-1933*, 2004: 1), “like a landscape, a soundscape is simultaneously a physical environment and a way of perceiving that environment. (Puga⁷)

6. “In the West the ear gave way to the eye as the most important gatherer of information about the time of the Renaissance, with the development of the printing press and perspective painting.” (Schafer 10)

7. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/soundscape-paisagem-sonora>

Na entrevista a Liss atrás referida, quando perguntado sobre o processo de escrita de um romance histórico, o autor reflecte sobre o necessário recurso à suposição e à imaginação para preencher as lacunas deixadas em aberto pela documentação factual, ainda que respeitando o princípio da verosimilhança: "When you write about periods of time before film or photography or sound recording, you have to make a lot of guesses about what life was like for your characters. They are often educated guesses, but you are still engaging in world-building and constructing an imaginative world for your reader to inhabit. (371)

As sugestões acústicas e olfactivas contribuem precisamente para a construção do "mundo" onde decorre a acção de *The Day of Atonement*, conferindo textura à capital portuguesa. Os sons criam ambiente, transmitem informação, provocam respostas emocionais, possuem simbologia; por isso, ao resumir o conteúdo do seu influente livro *The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World*, Schafer conclui: "Ultimately, this book is about sounds that matter." (12) A Lisboa de meados do século XVIII recriada por Liss é uma cidade povoada de sons, os quais, se aplicarmos a classificação proposta por Schafer, se distribuem por diferentes tipologias: naturais (o canto e esvoaçar dos pássaros, o zumbido dos mosquitos, o ladrar dos cães); humanos (falas, sussurros, boatos, risos, gritos, choro, gemidos, canções); da sociedade (domésticos, marítimos, de ofícios, música, o chocalhar das rodas das carruagens, cerimónias religiosas, os sininhos dos leprosos); e outros que funcionam como *indicadores* ("sounds as indicators", na categorização de Schafer), como o tiquetaque dos relógios e o tocar dos sinos das igrejas. Este último som, referido recorrentemente ao longo do romance, assume um lugar de destaque entre as várias camadas acústicas com que Lisboa é caracterizada. A cidade que Foxx é obrigado a abandonar em 1745 é descrita no Prólogo como um espaço por onde ecoa o constante toque dos sinos: "I emerged from a series of dark and winding alleys and onto my own street, wider and brighter, with attached houses covered with glittering tiles. All through the city, bells rang, as they always did, loud and clear and bright. They were the sound of home."

(Liss 5) Tal som surge, assim, associado à identidade do protagonista (“home”), ao mesmo tempo que contribui desde o início da obra para assinalar a centralidade da presença da Igreja Católica e do seu Tribunal do Santo Ofício na trama. Dez anos mais tarde, de regresso a Lisboa num paquete proveniente de Falmouth, a cidade natal que vai surgindo à distância é reconhecida pela sua arquitectura, as suas cores e o toque dos sinos, estabelecendo-se uma ligação entre passado e presente:

As we continued on our way, I had watched as the distant palaces and monasteries and cathedrals glittered into view. Then, as we had moved east into the Tagus, came my first glimpse of the white stone and blue tiles and the red terracotta roofs. There were the clusters of poor hovels in the Baixa and the Alfama. There were the flashes of green from the juniper and Mediterranean oaks and olive and lemon trees. There was the distant sound of a thousand churches ringing their bells at once. (Liss 21)

Os cânticos dos coros das igrejas e a música dos órgãos juntam-se ao tocar dos sinos, compondo aquilo a que Schafer chamou “Sacred Noise”, “all designed to make the deity listen.” (52) Mas em *The Day of Atonement* o espírito de comunhão associado a esses eventos acústicos é quebrado pelo foco na perseguição e nos crimes cometidos pela Inquisição contra os acusados de judaísmo ou de práticas judaizantes. Quando Foxx vai a uma missa na Igreja de S. Domingos, no Rossio, a pedido de Gabriela e para manter o seu disfarce, não só uma sensação de mal-estar se apodera dele, por a situação lhe recordar os primeiros treze anos da sua vida em que fora obrigado a participar em missas de uma religião que não era a sua,⁸ como por altura da homília, sobre a influência nefasta dos judeus em Portugal, toda a solenidade da ocasião se perde, instalando-se o confronto violento entre Foxx, que acabará por ser preso, e a multidão enfurecida.

8. “I felt a wave of uneasiness wash over me. (...) I had spent the first half of my life participating in a religion that was not mine, one that would not accept me. (...) I felt a kind of numbness wash over me. The candles, stained glass windows, statues, singing of the choir, cool of stone – they all brought me back to my boyhood.” (Liss 213-214)

A acção de *The Day of Atonement* tem por pano de fundo uma Lisboa populosa e multicultural, atarefada, de ruas barulhentas, em que uma profusão de sons se sucede ou sobrepõe, incontornavelmente. Ouvem-se vozes típicas das cidades pré-industriais, nomeadamente os pregões dos vendedores ambulantes, as súplicas dos pedintes,⁹ música popular, o ladrar dos cães vadios, as múltiplas línguas dos que acorriam, vindos de outras paragens, à buliçosa urbe lisboeta, virada para o Tejo e abrindo-se ao oceano: "I turned away from all I did not need to see, but there was no blocking out the sounds of the city – the cries of street vendors, hawking their goods in Portuguese and English; the snatches of Arabic and African and Brazilian languages; the strumming of guitars and mandolins, and the pounding of drums"; (46) mais adiante, enquanto percorre uma vez mais as ruas de Lisboa, Foxx, enquanto *earwitness*, capta a atmosfera babélica e eventualmente cacofónica que o rodeia: "Vendors cried out to me in broken English or, more optimistically, in Portuguese. (...) People spoke in a half dozen languages. The wild dogs never ceased their barking. And the singing – everywhere they sang their dark and gloomy songs in a hodgepodge of languages, bemoaning their fate, their *fado*." (83)

Mas é o Terramoto de 1755 (seguido de maremoto) que abalou Lisboa e causou a deflagração de múltiplos e igualmente destrutivos incêndios, o acontecimento que é objeto da mais rica descrição, em termos acústicos, no *thriller* histórico em análise. Inserindo-se na categoria dos *sons naturels* distinguida por Schafer, os sons do terrível tremor de terra assumem proporções apocalípticas, pelas suas associações ao fim do mundo.¹⁰ O momento do embate entre Foxx e o inquisidor Azinheiro no Dia de Todos os Santos coincide com o primeiro abalo, comparado ao rugido de "a great beast hidden in the

9. "Before the Industrial Revolution the streets and workshops were full of voices, and the farther south one went in Europe the more boisterous they appeared to become. (...) Why do the voices of South Europeans always seem louder than their northern neighbors? Is it because they spend more time outdoors where the ambient noise level is higher? (...) But the streets of all major European towns were seldom quiet in those days, for there were the constant voices of hawkers, street musicians and beggars." (Schafer 64)

10. "In the imagination of the prophets the end of the world was to be signalled by a mighty din, a din more ferocious than the loudest sound they could imagine: more ferocious than any known storm, more outrageous than any thunder." (Schafer 28)

earth, groaning in pain.” (281) O cenário de destruição resultante do súbito e devastador desastre natural é descrito em termos visuais (edifícios a colapsar, fendas a abrir-se no chão, as águas a avançarem sobre a baixa da cidade...), mas abundam as sugestões sonoras de queda de estruturas e objectos, do barulho ensurdecido do maremoto, e, sobretudo, do sofrimento pungente que se abateu sobre a capital portuguesa: guinchos de terror, gritos de dor causados pela perda de vidas, gemidos dos feridos e moribundos, chamamentos angustiados de mães por seus filhos desaparecidos ou mortos, choro e preces, num lamento colectivo. Às vozes humanas juntavam-se as dos animais: “Horses and donkeys brayed. Dogs barked and howled.” (283)

Lisboa – “which had only minutes – seconds! – before been a glittering jewel, the pride of Portugal and the envy of Europe” (Liss 282) – transformara-se num inferno e Foxx, tornado demónio pela sua sede de vingança, estava finalmente em casa: “My broken soul was made for this. I was a devil, and this was the pit. Everything in my life had led me here, to this moment, when the world around me at long last was a fit place in which I might dwell. I had come home.” (295) Desde o primeiro momento em que o som ensurdecido do violento terramoto se começa a fazer ouvir a associação ao inferno é estabelecida: “It was like the voices of the damned, breaking free of hell, a deep and awful rumbling”; (281) e, no final dos sucessivos abalos que sacudiram violentamente a cidade (para os quais muitos avançaram explicações morais e religiosas, nomeadamente a de que a catástrofe significava um castigo de Deus pelos pecados dos habitantes¹¹), a destruição em redor parecia “a landscape of hell”. (282) Toda a cidade, como o inferno, era agora um lugar de fogo, penas e

11. “(...) logo houve considerações morais e teológicas, com ‘juízo da verdadeira causa’ da catástrofe, que não estava em cometas, em estrelas, nem em vapores ou exalações, em fenómenos físicos ou causas naturais – ‘mas tão unicamente [nos] nossos intoleráveis pecados.’ (...) Sim, afirmava outra voz anónima, era a vaidade, a soberba, a ira e a luxúria, os quatro vícios que correspondiam aos quatro elementos em fúria, o fogo, o ar, a terra e a água, ‘que compeliram a justiça divina a este lamentoso estrago’ que dos elementos se servira ela para ‘mostrar a sua indignação a este povo!’” (França 342)
No romance de Liss, Foxx também especula sobre as possíveis razões dos abalos sísmicos: “Was this earthquake the work of an avenging God, or was its joy and misery distributed merely by random chance? I had to believe the latter. The idea of a God that would wipe out an entire city – a city of vile Inquisitors and *fidalgos*, yes, but also one of beggars and children – was too dark to contemplate. I wanted no part of such indiscriminate violence. I much preferred the idea of justice narrowly delivered.” (317)

tormentos, mas há muito que para os judeus que caíam nas malhas da Inquisição Lisboa era uma câmara de tortura. À figura do inquisidor Azinheiro, consentaneamente, atribuem-se características satânicas, num processo de demonização do inimigo.

Para além dos sons, também os cheiros complementam e intensificam a imagem visual das cidades. Estas apresentam misturas complexas de aromas, agradáveis uns, desagradáveis outros. Tal como os sons, têm significado: caracterizam lugares, pessoas, actividades, objectos. Nos planos moral e religioso, os odores agradáveis são frequentemente associados ao bem e à virtude, enquanto os pestilentos surgem relacionados com o mal, a decadência, o vício, a corrupção, o pecado, a morte, o inferno.¹²

Na sua representação da Lisboa de 1755, Liss demonstra possuir aquilo a que Avery Gilbert, no seu interessantíssimo estudo *What the Nose Knows: the Science of Scent in Everyday Life*, chama "olfactory imagination", resultante da consciência de que o cheiro, literal e simbólico, concorre para a caracterização de espaços e de indivíduos, e até de estruturas de poder (veja-se o estudo de Hans J. Rindisbacher sobre o fedor do nazismo¹³), sendo as paisagens literárias olfactivas capazes de evocar e despertar emoções: "At the core of olfactory imagination is skill at mental imagery. We can bring to mind an odor the same way we imagine a visual scene." (Gilbert 131) A investigação sobre o cheiro que se tem vindo a desenvolver desde meados dos anos oitenta do século passado nos domínios da história, da ciência e da literatura, como sublinha Drobnick na sua introdução ao volume *The Smell Culture Reader*, que subintitula "Olfactocentrism" (Drobnick 3-4), tem em J. Douglas Porteous um dos seus nomes de referência. Este docente e investigador da University of Victoria, British Columbia, Canadá, a quem se deve importante bibliografia sobre a geografia do cheiro, concebeu o conceito de *smellscape*

12. "For great numbers of the population, in both Global North and South, scents signified individual and group identity in a morally constructed universe, where the good smelled pleasant and their opposites reeked. Although recognized as fallible, smell has been relied upon throughout history to provide essential knowledge to which there seemed no other means of access." (Reinartz 18-19)

13. "The Stench of Power". *The Smell Culture Reader*. Ed. Jim Drobnick. Oxford/New York: Berg, 2006. 137-147.

(paisagem olfactiva) que definiu da seguinte forma: “The concept of smellscape suggests that, like visual impressions, smells may be spatially ordered or place-related.” (91)

Liss atribui a Lisboa cheiros característicos, na sua esmagadora maioria desagradáveis, fétidos mesmo. Se, como sublinha Porteous, muitas das paisagens olfactivas possuem, por natureza, um carácter passageiro, porque se esvaem, se dissipam (“fragmentary in space and episodic in time”, 91), no caso da capital portuguesa retratada em *The Day of Atonement* os maus odores adquirem antes um cariz de empedernida permanência.

Victoria Henshaw, ao referir-se às cidades do passado pré-industrial, lembra que estas eram lugares que libertavam maus cheiros muito fortes, configurando paisagens olfactivas bastante diferentes da realidade de hoje:

From the ‘intolerable odours’ of nineteenth century Paris and the ‘monstrous city’ of London (...), pre-industrial towns and cities across Europe were extremely smelly by today’s standards. Strewn with excrement, mud, decomposing animals, meat, vegetables and blood, the pigs that rooted around in the street for organic matter offered only small comfort in reducing the filth among which urban dwellers went about their daily lives. Traditional industries such as tanneries, breweries and tallow-chandlers were located cheek by jowl with residences. Diseases, believed to be carried in the air through foul smells, were rife, and fears of odorous miasmas rising from the ground were heightened during epidemics. (11)

Em *The Day of Atonement*, os cheiros repartem-se por sugestões agradáveis e convidativas e outras, em muito maior número, geradoras de sensações desagradáveis e repugnantes. As primeiras estão associadas a casas e personagens femininas virtuosas, desejáveis e sedutoras, de estatuto social elevado por casamento e posses, e que exercem fascínio sobre o protagonista. Gabriela, o amor de infância de Foxx que este tem esperança de recuperar no seu regresso a Lisboa, o que não vem a suceder, é lembrada durante os dez anos de ausência da capital portuguesa através de um lenço dela que guardara

durante todo aquele tempo. O odor da amada há muito que se evaporara, mas Foxx continuava a perfumar o lenço, numa tentativa de preservar a memória dessa sua relação afectiva do passado. Quando, em 1755, volta inesperadamente a encontrá-la, quando a julgava morta, a primeira impressão que o atinge é precisamente o aroma floral que dela emana e o entontece: “A rich floral scent, perfume or natural, struck me suddenly and made me light-headed.” (Liss 172) Como observa Reinharz, é antiga a crença de que os perfumes anunciam a presença feminina e arrebatam “male noses” como o de Foxx. (114-115)

Roberta Carver, por seu turno, a bela inglesa que Foxx começou por tomar erradamente por uma mulher coquete e predadora e por quem acaba por se apaixonar, também o seduz e enebria através do perfume, o que traduz a dimensão erótica de que as fragâncias e aromas se podem revestir. Mesmo o hálito desta personagem feminina é qualificado como “sweet”, (Liss 158) por oposição ao bafo a peixe, vinho e tabaco de figuras masculinas de baixo estatuto social e moralmente corruptas com que Foxx se cruza. O cheiro funciona, assim, como um marcador de diferença moral e social.

Separados logo após o terramoto, Foxx e Roberta Carver voltam a encontrar-se em Londres, em Abril de 1756. Ao caminhar em segurança pelas ruas da capital inglesa, ao encontro da inglesa, podendo finalmente assumir a sua verdadeira identidade e sentindo-se livre, a primeira sensação registada pela personagem que cinco meses antes experienciara os cheiros a queimado, a morte, a podridão da Lisboa do Terramoto é o aroma agradável a flores da primavera londrina, associado à ânsia de alcançar um novo amor correspondido: “The spring air was beginning to warm but was still brisk, and the scent of flowers was everywhere.” (364) Imagens acústicas interligam-se com sonoras na última cena do romance, contribuindo para o ambiente de expectativa com que a obra termina. Prestes a rever Roberta, e temeroso de que ela possa rejeitá-lo, Foxx escuta a voz e o som dos passos da mulher amada a aproximar-se, e depois o de uma porta a abrir-se, que simbolicamente funciona como a possibilidade de um recomeço feliz:

I heard voices in the distance, a servant and a woman's voice. Roberta's. (...) From outside the room, a woman walked upon the floor, her shoes tapping the wooden planks as she approached. I listened to each step, and then the slight squeak of the slow twist of a doorknob. Terrified and hopeful, I turned to look upon her face and to hear what she had to say. (365)

Não é que as sugestões odoríferas agradáveis estejam de todo ausentes da representação dos espaços físicos da Lisboa de 1755 apresentada em *The Day of Atonement*, porquanto, para além dos já referidos perfumes femininos, há alusões a cheiro a maresia, a alecrim queimado que invadia as ruas, para limpar e purificar o ar, a pão acabado de fazer, a canela, a citrinos; mas estes são aromas que passam fugazmente pela narrativa. O que se torna recorrente é uma imagística olfactiva que sugere um mundo de pobreza, doença, falta de higiene, sofrimento, vício, de que Foxx é *nosewitness*. Abundam referências ao cheiro da sujidade que corria pelas ruas a céu aberto, ao suor das personagens das classes baixas, aos odores corporais dos corpos imundos, a carne em decomposição, ao curtimento de peles, ao fedor a excrementos, urina, vômito e comida podre da prisão que existia na cave do Palácio da Inquisição: "We walked down the hall and found the heavy wooden door that led to the prisons. (...) When I opened the door, I was struck by the stench of the prison below – the stink of sweat and piss and shit and rotten food." (304) Os cheiros a comida que se soltam da vida quotidiana da cidade (peixe assado, cebolas cozidas) e das casas pobres e prostíbulos de Alfama, por sua vez, parecem impregnar a cidade e causam-lhe repulsa física: "Everything smelled rank, from the filth that ran openly to the unwashed bodies to the odors of food from the homes of Africans and Brazilians and Saracens." (83) Note-se como os cheiros atribuídos a determinados grupos sociais e povos são um marcador de *diferença* e desencadeiam uma reacção discriminatória.

O cheiro a velas e a incenso da Igreja de S. Domingos ("The air was thick with incense and the odor of unwashed bodies", 214-215), onde vai assistir a uma missa, como já mencionado, provoca-lhe igualmente mal-estar por lhe trazer memórias de infância, quando

fora obrigado a professar o Catolicismo. Muitos dos elementos olfactivos presentes no romance concorrem, pois, para tornar abjecta a capital portuguesa, onde estava sedeada a Inquisição que Foxx tanto odiava e a que surgem associados cheiros fétidos e traumáticos, metaforicamente correlacionados com tirania e injustiça.

O Terramoto, por seu turno, vem desencadear novos cheiros que acrescentam diversidade às paisagens olfactivas de Lisboa. Na manhã do dia 1 de Novembro, antes da catástrofe, o ar cheirava a pão, fruta, flores e velas, enquanto se ouviam cânticos. Após o primeiro abalo sísmico, ficou empestado de pó e fumo, tornando-se opressivo: "The air smelled heavy with dust from the broken brick and ceramics, and smoke from the fires that were burning everywhere." (284) Quando, finalmente, Foxx parte para Espanha e dali para Inglaterra, deixa para trás uma cidade cujo ar fuliginoso "stank of death and rot and a broken and burning city." (357)

Em *The Day of Atonement*, Liss complementa assim as profusas paisagens visuais da Lisboa ao tempo do Terramoto de 1755 com imagens acústicas e olfactivas que servem o propósito de retratar uma cidade infernal, "podre", dominada pela tirania da Inquisição e a corrupção moral e religiosa. As múltiplas *sensescapes* (Howen 143) que se entretecem na representação da capital portuguesa neste *thriller* histórico põem em evidência o modo como a experiência do meio circundante é mediada pelos sentidos. As percepções sonoras e olfactivas concorrem para a construção de paisagens geográficas, mas também socio-culturais e políticas; moldam a imagem do espaço físico e podem ir para além das sensações em si mesmas, desencadeando respostas emocionais positivas ou negativas.¹⁴ Os lugares têm sons e cheiros próprios, característicos, que os identificam e perduram na memória.

14. "Smell is not simply a biological and psychological phenomenon (...) Smell is *cultural*, hence a social and historical phenomenon." (Classen, Howes and Synnott 3)

Obras Citadas

- Classen, Constance, David Howes and Anthony Synnott. *Aroma: The Cultural History of Smell*. London/New York: Routledge, 1994.
- De Groot, Jerome. *The Historical Novel*. London/New York: Routledge, 2010.
- Drobnick, Jim (ed.) *The Smell Culture Reader*. Oxford/New York: Berg, 2006.
- Forshaw, Barry. *The Rough Guide to Crime Fiction*. London: Rough Guides, 2007.
- França, José-Augusto. *Lisboa – História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Gilbert, Avery. *What the Nose Knows: the Science of Scent in Everyday Life*. New York: A Synesthetics, Inc. Book, 2014.
- Glover, David. "The Thriller". *The Cambridge Companion to Crime Fiction*. Ed. David Glover. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 2003. 135-153.
- Henshaw, Victoria. *Urban Smellscape: Understanding and Designing City Smell Environments*. New York/London: Routledge, 2014.
- Howes, David (ed.) *Empire of the Senses: The Sensual Culture Reader*. London/New York: Routledge, 2005.
- Liss, David. *The Day of Atonement*. New York: Ballantine Books, 2015 [2014].
- Porteous, J. Douglas. "Smellscape". *The Smell Culture Reader*. Ed. Jim Drobnick. Oxford/New York: Berg, 2006. 89-106.
- Priestman, Martin (ed.) *The Cambridge Companion to Crime Fiction*. Cambridge, UK/ New York: Cambridge University Press, 2003.
- Puga, Rogério. "Soundscape (Paisagem Sonora)". *E-Dicionário de Termos Literários*. Ed. Carlos Ceia. <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/soundscape-paisagem-sonora>
- Reinarz, Jonathan. *Past Scents: Historical Perspectives on Smell*. Urbana, Chicago, and Springfield: University of Illinois Press, 2014.
- Schafer, R. Murray. *The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World*. Rochester, Vermont: Destiny Books, 1994.
- Scaggs, John. *Crime Fiction*. London/New York: Routledge, 2005.
- Worthington, Heather. *Key Concepts in Crime Fiction*. Basingstoke, Hampshire, UK/ New York: Palgrave Macmillan, 2011.

An Anglo-Portuguese Romantic Encounter during the Shelley-Byron Circle's Intertextual Summer in Geneva: The Identity of the Mysterious Portuguese Lady

Rogério Miguel Puga
(NOVA FCSH/CETAPS)

The end of the Napoleonic Wars allowed the British elite to travel to the Continent once again and cities like Geneva were popular destinations where the transformation from aristocratic Grand Tour to the beginnings of mass tourism took place.¹ The idea that in 1816, the year without a summer, the Swiss city was crowded with English travellers is a “self-perpetuating discourse, burgeoning without reference to demographic evidence”, (Buzard 32)² but, like three hundred other British travellers between May and September 1816, a famous group of young British writers met in Geneva during the so-called ‘intertextual summer’.³

John William Polidori was twenty years old when he became Lord Byron’s personal physician and travelled with the poet to Geneva in

-
1. V. Vincent, “British” 567. For a list of English guidebooks on Switzerland (1780-1914), see Tissot 44-51.
 2. Based on Swiss records, Vincent concludes that only around 218 British tourists visited Geneva in 1816, stating that the fact that Byron’s private physician, Polidori, the editor John Gifford, or the pastor and geologist William Conybeare “chose not enter their profession [when registering in Geneva] reminds us of the social stigma that was still attached to working for a living (...). The British travellers (...) temporarily transform[ed] the city into a London gentleman’s club, and enabling a social calendar on a par with that of Europe’s capitals. In what was still a provincial town, Europe’s patrician classes could enjoy a feeling of exclusivity that no doubt felt salutary after two decades of revolutionary wars”. (569) See also Heafford 25-47 and Stock 39-64.
 3. Regarding the Byron-Shelley circle’s intertextual summer in Geneva, see Puga, “O Desafio Gótico” 19-106.

April 1816. Before they left London for the Continental tour, Byron's publisher John Murray offered the doctor £500 to write and publish a travel diary. However, Polidori was fired in September and returned to England. He died in 1821 after claiming *The Vampyre* (1819) as his own and publishing *Ernestus Berchtold, or the Modern Oedipus* (1819). His diary manuscript was passed to his sister, Charlotte Lydia Polidori, who transcribed it, removed all erotic excerpts and destroyed the original. The surviving shorter version would only be published in 1911 by the author's nephew, William Michael Rossetti, and is one of the few first-hand accounts of the 1816 summer in Geneva.

In May 1818, Mary Wollstonecraft Godwin, her stepsister Claire Clairmont and Percy Bysshe Shelley met Lord Byron and Polidori in Sécheron, Switzerland.⁴ At the Villa Diodati this "party of young people", as Percy Shelley (Shelley and Shelley iii) calls the group, read *Fantasmagoriana* (1812) and Coleridge's *Christabel* (1816) and around 16th June their host, Byron, set them a challenge: "We will each write a ghost story", Mary informs us in her 1831 introduction to *Frankenstein*. Byron started a vampire novel ("August Darvell: Fragment of a Novel") with a plot that Polidori developed in *The Vampyre*, while Percy Shelley probably wrote his short gothic workshop-poem "A Shovel of His Ashes Took", also known as "Fragment of a Ghost Story". (Puga 2022) In August, after Matthew Lewis' arrival, the group's male members enjoyed their second ghost evening, listening to Lewis' horror tales. However, Polidori and Byron also socialized with several Genevan intellectuals (Charles Victor de Bonstetten, Marc-Auguste Pictet, Doctor de Roche and Pellegrino Rossi) and attended a number of parties and dinners at the villas of Madame de Staël and Countess Bruce, who resided on the opposite (north) side of Lake Lemman in Genthod, which resembled a village and "was to Geneva what Versailles was to Paris". (Naef 130)

Polidori's hostess, of whom little is known, was Countess Catherine de Bruce (1776-1829), born in St. Petersburg and the only daughter of Count James Bruce (1732-1791), a Russian general of Scottish

4. On British tourism in Switzerland during the nineteenth century, see Hefford 25-47.

descent (Clan Bruce), and Countess Praskovya Aleksandrovna Bruce (*née* Rummyantseva, 1728-1785), a Russian lady-in-waiting and confidante of Catherine the Great. According to Polidori, the lively Russian aristocrat was in her forties and had “two husbands, one in Russia, one at Venice; she acted plays at the hermitage under Catherine. Not being able to get a divorce, she left Russia, went to Venice (...) married (...) and separated”. (Polidori 141)⁵ Catherine Bruce married Count Vassili (Basile, Basilius) Moussine-Pouchkine (1773-1836)⁶ of St. Petersburg in 1793 and after their divorce she lived in the Maison d’Abraham Gallatin, (D’Almagro 59; Dolgoroukow 180-181) also known as Le Grand-Saugy, (rue du Village, Genthod)⁷ between 1815 and 1822 where *The Vampyre’s* manuscript remained until it was sent to London and published. The Countess entertained her guests in her property’s “summer houses, porticoes, and baths; neatly planned; an Island with a ditch around it; a Tower of babel round the trunk of a Chestnut; a summer house by the roadside of a Moorish construction” (Polidori 141-142) and the English doctor amused his hostess by telling and writing stories about Byron and dancing in such an extravagant manner as to be considered a “fool” by other guests. (Polidori 145) The families of the Countess’ neighbours, intellectuals and visitors like Polidori met once a week at her villa to be entertained and a mysterious married Portuguese lady, ‘Madame Brélaz’, her two daughters and other guests participated in amateur theatre plays, dances and charades. (Polidori 142-143, 152) At Le Grand-Saugy, the young English diarist seems to have flirted with his hostess, Madame Cleman “who excites love in every young man’s breast” and with the affluent Mademoiselle Jacquet: “half in love with her, –, no, her 8000 a year; her face and bad singing exposures cured me”. (Polidori 145)

-
5. Polidori also states that the “Countess is very good-natured, laughs where others calumniate and talk scandal with prudish airs, kind to all. The society is extremely pleasant; generally dancing or music”. (42)
 6. In November 1796, Vassili Valentinovitch Moussine-Pouchkine was allowed to add Catherine’s surname to his own, and henceforth be called Count Moussine-Pouchkine-Bruce.
 7. Concerning the villa built in the early eighteenth century (c. 1722) and previously owned by the banker Abraham Gallatin (d. 1722), see Brulhart 394; Amsler 239-251, and Lescaze 5, who informs: “le domaine de Saugy tire son nom de celui d’une des parcelles qui composent actuellement la propriété, appelée ‘Au Saugy’, qui s’étendait le long de l’actuel chemin qui mène de Genthod au Creux”.

He also confessed to being in love with Madame Brélaz, who was older than him: "Brelaz [*sic*], Portuguese lady, –in love with her; I think fond of me too; imprudent; her daughter also against me on account of it; shows it too much publicly; very jealous; her daughters, sprightly good-looking girls". (Polidori 145-146) Byron's physician must certainly have met the Portuguese lady and her daughters a few times but the romance may have been the fruit of his imagination and so, when he told Byron about his feelings, his employer and Percy Shelley mocked him. (Ellis 97)

In order to be able to enter Villa Diodati late at night to meet Byron, Claire sent him a note asking: "Pray if you can send M. Polidori either to write another dictionary⁸ or to the lady he loves. I hope this may be his pillow & then he will sleep; for I cannot come at this hour of the night & be seen by him; it is extremely suspicious". (Marchand 627) Polidori usually rowed across the lake, met Madame Brélaz and other friends at the Countess' villa before returning home late at night and on 16th September, before leaving Geneva, he bid them farewell and 'Madame B.' cried. (Polidori 152) Madame B. might be Countess Bruce or the Portuguese Madame Brélaz whose letters he received during his return trip near Meillerie: "Read Madame Brelaz's verses. Wept – not at them, but at the prose". (Polidori 153) She later answered his letter: "Got a letter from Brelaz; well written in composition and in letters, but sadly spelled", (Polidori 168) and this lasting 'intimacy' suggests that the crying Madame B. was the emotional Portuguese lady. In Italy, Polidori learnt that Madame Brélaz was involved with another young man called Bertolini (Polidori 155, 182) and we read no more about the Portuguese lady. In the early months of 1818, two years after Polidori's (imaginary?) flirt, Madame Brélaz was still attending parties in Geneva and was being courted by other younger men as "queen of the ball", as some contemporary journals reveal: "Mme Brélaz de Genthod, à laquelle un des princes faisait assez la cour, était la reine du bal". (Suès 239)

8. It was John's father, the Italian scholar Gaetano (Cajetan) Polidori (1763-1853), who had published *A New Pocket Dictionary of the Italian, French, and English Languages* (1806), not the doctor.

Biographers and literary scholars have not identified the Portuguese lady mentioned by Polidori, Byron, Shelley and Claire. Vincent ("Truth" 131) mentions the "Portuguese lady", Macdonald indicates that "the attachment does not seem to have been serious: Polidori doesn't say much about her", (94) while Hobbler and Hobbler mention her as Polidori's "one-time lover", (228) and Edwards and Edwards refer to the doctor's friend as "a certain Madame Brelaz", (105-106) who (the authors suppose) may have sent *The Vampyre's* manuscript to London. Stott suggests that it is difficult to know how involved Polidori and the lady were and that they were primarily friends as "although a keen observer of women, his journal shows that every time he had the chance to interact with them, he became mannered and self-conscious, his feelings mediated by the stiff and scripted language of courtship". (172-173) Stott then concludes: "The lady's identity remains unknown, although she may have been local – there was a George Brélaz living in Lausanne in the late nineteenth century". (366, n. 172) My research, based on Portuguese and Swiss sources,⁹ establishes that the Portuguese lady was Henriette (Portuguese: Henriqueta) Lassence (1780-1848),¹⁰ the wife of a Swiss trader probably born in Lisbon, Pierre Nicolas

9. I consulted, among other, Portuguese and Swiss printed sources, namely (auto)biographical texts (Dolgoroukoff 1867; Biéler 1934; Biéler, B. *et al.* 2005), such including diaries, (Suès 1913) Portuguese and French periodicals (*Supplemento da Gazeta de Lisboa* 05-007-1805; *Revue Encyclopédique ou Analyse Raisonnée des Productions les plus Remarquables* 1830; *Crónica Constitucional do Porto* 1833; Bertram 82-83) and genealogical studies, (Pinto and Baena 1883) family memories, (Shelley and Shelley 1817; d'Almagro 1843; Naef 1943; Lescaze 1976; Barde 1978; Brulhart 1993; Amsler 1999; Duchemin 2003) and official documents published by the Portuguese government *Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. I. Legislatura. Sessão Ordinária do Anno de 1828*, all listed on the first section of this article's bibliography ("sources").

10. Henriette's parents – the French arms trader Louis Lassence (Grâce-Berleur, Liege: 1733-Lisbon: 1796) and Birgitt Shee (Lisbon: c.1747-Lisbon: c.1797) – married in Lisbon on 7 February 1768 and the young girl is mentioned in Portuguese sources as "Henriqueta Lassence" and her husband as "Pedro Brelaz, from Germany". (Pinto and Baena 65; see also Labourdette 557) Henriette died on 31st March, 1848, in Geneva; she had 2 brothers and 7 sisters, all born in Lisbon.

Brélaz (1767-1835).¹¹ Henriette and Pierre Nicolas married in Lisbon in 1800¹² and had six children – four daughters, Charlotte (1801-1867), Marianne (Marie Anne, 1807-1855),¹³ Clémence (Clémentine, 1811-1892)¹⁴ and Eugénie¹⁵ Brélaz (1813-1893), and two sons, Alfred (b. 1800) and Louis Brélaz (1802-1870).¹⁶ The two unidentified daughters mentioned by Polidori in his journal are Charlotte and Marianne Brélaz.

In 1801, Pierre Nicolas Brélaz bought Maison Maurice, now known as *campagne de Marignac* (Domaine Antoine Maurice), in Genthod from Jean-Frédéric Théodore and around 1807, perhaps due to the Napoleonic invasion of Portugal in November of that year, the Brélaz-Lassence family left Lisbon and settled in Genthod. Owing to the family's Portuguese business, Pierre and members of his family still spent several months a year in Lisbon (Biéler *et al* 310) and these absences may have given Madame Brélaz greater freedom to attend the parties at the Countess' villa. In Genthod, the Brélaz family attended the "chapelle du Témoignage" and the church of Satigny (Biéler 1934) and Henriette and her daughters joined the Swiss Protestant revival movement called *Réveil*, which first appeared in Francophone Switzerland in Geneva. (Stewart 41-114, 147-228) The troubled political situation in Lisbon during the first three decades

-
11. The son of Jean Étienne Brélaz (1737-?) and Agathe Constance Eck (1741-1797), from Vevey, married in 1765. He was born in Lisbon, or perhaps in Lutry, canton of Vaud in Switzerland, where he was christened that same year. His sister Angélique (1769-1852) and brother Jean Daniel Brélaz (b. 1772) were born in Switzerland. He is called Pedro (Nicolau) Brelaz in Portuguese sources. (*Crónica Constitucional do Porto* 1833, 211; Pinto and Baena 65) In 1805, Pedro Brelaz lived at number 13 on Travessa das Portas de Santa Catarina (nowadays Travessa da Trindade) and was selling farms in Setúbal and Palmela, (*Supplemento da Gazeta de Lisboa* [n.p.]) and he also sold books printed in France. (*Revue Encyclopédique* 217) The possessions that were taken away from him were given back by the Portuguese government on March 1827. (Cf. "Orçamento" *Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* 469)
 12. On the Brélaz Swiss family descendants in Lisbon, see Pinto and Baena 65 and Bertram 82-83.
 13. On 22nd October 1829, Marianne, born in Lisbon (17-02-1807), married the Brussels pastor and historian Jean-Henri Merle d'Aubigné (1794-1872) in Santigny. She died in Geneva in 1855 and her husband published the homage book *Souvenir des Derniers Jours de Marianne Merle d'Aubigné née Brélaz* (Geneva: no publisher) 1855; see Barde 234. On the couple's first meeting and marriage, see Biéler 1934 and Duchemin 2003.
 14. The painter was born in Lisbon and in August 1850 married the Protestant pastor Jules François Lenoir (1825-1867). She died in Neuchâtel in 1892. See Bertram 32-33.
 15. In 1833, she married the Neuchâtel trader Louis Ferdinand du Pasquier (1805-1851).
 16. In 1837, Louis married Liberta Maria da Cruz in Lisbon. Between 1843 and 1870 he was Swiss consul in Brazil (Pará).

of the nineteenth century (the Peninsular War, Liberal Revolutions) affected the family business and in 1831 Pierre sold his Genthod villa to the Russian princess Caroline Galitzine (Golitsyn), *née* Walewska (Biéler 1934), to whom Balzac dedicated his short story "Un Drame au bord de la Mer". (1834)

Little else is known about the family and of the Portuguese lady but my research, based on Portuguese and Swiss sources, has allowed me to solve the Anglo-Portuguese mystery regarding the Shelley-Byron creative community's¹⁷ intertextual summer in Geneva by identifying the mysterious Portuguese lady, Henriette (Henriqueta) Brélaz, and her two daughters mentioned by the poets and Polidori, especially in the latter's journal. The end of the Napoleonic Wars which had forced the Brélaz family to leave Portugal and settle in Geneva around 1807 at the very beginning of the Peninsular War allowed Polidori to meet 'Madame Brélaz' and her two daughters, Charlotte and Marianne Brélaz, in Switzerland.

WORKS CITED

1. Sources

- Almagro, Comte d'. *Notice sur les principales familles de la Russie*. Paris: Institut de France, 1843.
- Amsler, Christine. *Maisons de campagne genevoises du XVIIIe siècle*. Geneva: Domus Antiqua Helvetica, 1999.
- Barde, E. *Anciennes maisons de campagne genevoises*. Geneva: Slaktine, 1978.
- Bertram, "Coleções de Estampas: Apontamentos Bibliográficos." *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* 7 (1926): 82-83.
- Biéler, Blanche. *Un fils du refuge: Jean Henri Merle d'Aubigné, ses origines, sa vie, son oeuvre*. Paris: Editions Labor, 1934.

17. On the wider implications and ramifications of the Byron-Shelley circle's social interactions and cultural (literary/textual) networks in Geneva, see Higgins 681-683, 685-690 and Puga 2021, 19-106.

- Biéler, B. et al. *Une famille huguenote, de Genève à l'Amérique: les frères Merle d'Aubigné*. Saint-Pierre-de-Vassols: Editions Familiales, 2005.
- Brulhart, Armand. *Ville et canton de Genève*. Geneva: Weber, 1993.
- Dolgoroukow, Pierre. *Mémoires du Prince Pierre Dolgoroukow*. Geneva: Cherbuliez, 1867.
- Duchemin, Antoine. *Six maisons aux rasses*. Orthez: Talje-Hèr-ICN, 2003.
- Lescaze, Bernard. *Le saugy*. Geneva: [no publisher], 1976.
- Naef, Henri. "Une commune genevoise: Genthod." *Heimatschutz* 38 (1943): 130-139.
- "Orçamento, e Contas de Receita, e Despeza". *Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. I. Legislatura. Sessão Ordinária do Anno de 1828*, vol. 2. Lisbon: Imprensa Régia, 1828. 469.
- Pinto, Albano Silveira and Augusto Sanches de Baena. *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal 2*. Lisbon: F. A da Silva, 1888.
- Revue Encyclopédique ou Analyse Raisonnée des Productions les plus Remarquables*, vol. 47. Paris, July-September 1830.
- Shelley, Mary and Percy Shelley. *History of a Six Weeks' Tour through a Part of France, Switzerland, Germany, and Holland*. London: T. Hookham, 1817.
- Suès, Marc Jules. *Journal de Marc Jules Suès, pendant la Restauration Génoise, 1813-1821*, vol. 1. Geneva: Julien, 1913.
- Suplemento da Gazeta de Lisboa*, n. XXVII, 05-07-1805.

2. Studies

- Buzard, James. "The Uses of Romanticism: Byron and the Continental Tour." *Victorian Studies* 35.1 (1991): 29-49.
- Edwards, Andrew and Suzanne Edwards. *His Master's Reflection: Travels with John Polidori, Lord Byron's Doctor and Author of The Vampyre*. Eastbourne: Sussex Academic Press, 2018.
- Ellis, David. *Byron in Geneva: That Summer of 1816*. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.
- Heafford, Michael. "Between Grand Tour and Tourism: British Travellers to Switzerland in a Period of Transition, 1814-1860." *The Journal of Transport History* 27.1 (2006): 25-47.

- Higgins, David, Cassandra Ulph and John Whale. "A Literary Studies Perspective: Creative Communities, 1750-1830." *The Palgrave Handbook of Creativity and Culture Research*. Ed. Vlad Petre Glăveanu. London: Palgrave Macmillan, 2016. 681-699.
- Hobbller, Dorothy and T. Hobbller. *Mary Shelley and the Curse of Frankenstein*. New York: Little, Brown and Company, 2006.
- Labourdette, Jean-François. *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790: entre Colbertisme et libéralisme*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988.
- Macdonald, D. L. *Poor Polidori: A Critical Biography of the Author of The Vampyre*. Toronto: University of Toronto Press, 1991.
- Marchand, Leslie Alexis. *Byron: A Biography 2*. London: John Murray, 1957.
- Polidori, John William. *The Diary of Dr John William Polidori*. London: Elkin Mathews, 1911.
- Puga, Rogério Miguel. "A Estética do Medo no Poema-Workshop Gótico 'A Shovel of his Ashes Took' (1816), de Percy Bysshe Shelley." *Anglo Saxónica* 20.1 (2022). <https://www.revista-anglo-saxonica.org/articles/10.5334/as.51>. Acesso: 02-07-2022.
- Stewart, Kenneth J. *Restoring the Reformation: British Evangelicalism and the Francophone 'Réveil' 1816-1849*. Milton Keynes: Paternoster, 2006.
- Stock, Paul. *The Shelley-Byron Circle and the Idea of Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- Stott, Andrew McConnell. *The Vampyre Family: Passion, Envy and the Curse of Byron*. London: Cannongate, 2013.
- Tissot, Laurent. "How Did the British Conquer Switzerland? Guidebooks, Railways, Travel Agencies, 1850-1914." *The Journal of Transport History* 16 (1995): 44-51.
- Vincent, Patrick. "British Travellers in Geneva in 1816: A Demographic Reappraisal." *Notes and Queries* 64.4 (2017): 566-569.
- . "'Truth of Soul's Life' or 'Distorted Optics'? A Historiography of the Genevan Summer of 1816." *The Keats-Shelley Review* 30.2 (2016): 122-141.

O País Vinhateiro do Alto Douro: Olhares dos Viajantes Ingleses na Primeira Metade do Século XIX

Didiana Fernandes

(Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, Instituto Politécnico de Viseu/ CIAC - Centro de Investigação em Artes e Comunicação/ CITUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo)

Introdução

O tema que se propõe tratar é a figuração do “Paiz Vinhateiro” do Alto Douro português, na primeira metade do século XIX, através dos olhares dos viajantes ingleses. Chamavam-lhe “wine-country” ou “wine-district”, ou seja, “Paiz do Vinho” e ainda “Upper Douro” dado ser esta a vulgar designação do território de Cima Douro onde se produzia vinho: o Alto Douro Vinhateiro.

O objetivo deste artigo é o destacar de uma entre as várias possibilidades de leitura dos relatos produzidos por ingleses que visitaram este território na primeira metade do século XIX. Ao registarem as suas impressões falam de si, das experiências vividas e da relação que estabeleceram com o território visitado. Desta forma, os textos encontram-se impregnados de momentos de representações pessoais o que nos permite reter informações acerca do espaço e, ainda, acerca do que se ouvia dizer sobre o País do Vinho. Mas, mais do que a indagação das histórias de viagem, a investigação inscreve-se na retrospectiva,

a partir das anotações dos viajantes, de alguns aspetos que hoje são fundamentais na divulgação do espaço do Alto Douro: a Demarcação do Alto Douro e o contraste entre as “gentes”, a aristocracia duriense e a figura inglesa na região, que ainda hoje se sente.

Sabemos que, nos primeiros anos do século XIX, a região demarcada do Alto Douro tinha já uma dimensão bem superior à estabelecida aquando da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756,¹ que definiu a região produtora de vinhos para exportação,² denominados “vinhos de embarque” ou de “feitoria”, mais tarde vinhos do Porto.

Durante a primeira metade de Oitocentos decorreu um vasto processo de expansão vitícola e conseqüente transformação na organização espacial. Este período tem muitos altos e baixos, no que respeita à produção e comércio de vinhos, não se podendo desprezar a guerra contra as tropas napoleónicas aquando das Invasões Francesas, a que se seguiram as perturbações da Guerra Civil, que implanta o liberalismo constitucional no nosso país. Com a vitória dos liberais, em 1834, terminou a função reguladora da Companhia Geral, embora o número de quintas e de exportadores ingleses não cessasse de crescer. No entanto, a abolição da demarcação e dos mecanismos de controlo do vinho conduzem a fraudes e falsificações, o que leva à restauração da Companhia em 1838 por mais 20 anos. E, a par desta Instituição, intervém a Feitoria Inglesa,³ a retratar a persistente presença inglesa em todo o processo de construção do Vinho do Porto, levando a que o interesse pelo país do vinho fosse maior por parte dos indivíduos

1. V. Sousa 2006.

2. A Demarcação Pombalina da Região do Douro, levada a efeito entre 1758 e 1761, pelos Deputados da Junta de Administração da Real Companhia Velha, consagrava cerca de 40 mil hectares. Hoje, a área inscrita na lista do património mundial, como paisagem cultural evolutiva viva, é o Alto Douro Vinhateiro, designado por Alto Douro (24.600 hectares). Esta zona é considerada representativa da vasta Região Demarcada do Douro, com 250.000 hectares, dos quais, cerca de 48.000 estão cultivados com vinha.

3. O primeiro regulamento da Feitoria Inglesa do Porto surge em 1727, porém esta já existia desde o século XVII, sendo mais tarde convertida em British Association (1814). Esta foi, por excelência, a grande testemunha da Aliança Anglo-Lusa, uma vez que foi construída devido à necessidade sentida na altura, por parte dos comerciantes de Vinho do Porto que se encontravam na Rua Nova dos Ingleses, hoje Rua do Infante D. Henrique (localização da Feitoria Inglesa), para aí estabelecerem as suas trocas comerciais.

desta nacionalidade. Na verdade, os viajantes que se deslocavam a Portugal não visitavam o país vinhateiro e os que o faziam eram maioritariamente de origem britânica.

Por sua vez, a par desta prevalência de relatos de origem britânica, são dados à estampa os estudos e mapas⁴ do comerciante Joseph James Forrester, que conheceram assinalável divulgação, apesar da sua imagem controversa, particularmente entre os seus pares.

1. Os Viajantes

E qual o universo de viagens a que nos referimos? Qual a posição de Portugal face às correntes de viajantes? Nesta etapa aventurámo-nos um pouco pela realidade das jornadas em Portugal e pela apresentação dos autores e das obras observadas.

A primeira metade de Oitocentos foi um período de intensificação das viagens de estrangeiros ao nosso país, cruzando-se com as Invasões Francesas e com a Guerra Civil. (Coelho 119) Trata-se de um período conturbado da História de Portugal, repleto de crises e ruturas políticas. Portugal contrastava com outras potências europeias, que se afirmavam economicamente, e via-se confrontado com os testemunhos do Antigo Regime, com a fidelidade à aliança Inglesa, com os ideais da revolução Francesa e com as correntes da modernidade que daí advinham. (Mathias 32-33) As clivagens e ruturas agravavam-se entre os poderes, o que culmina primeiro na Guerra Peninsular e depois na Guerra Civil, nos anos trinta, (Mathias 33) etapas para as quais a produção de relatos foi vasta, particularmente no primeiro caso, com centenas de relatos de militares britânicos, entre memórias, narrativas, diários e correspondência.

Apesar do período das Invasões Francesas ter sido quantitativamente, como dissemos, o mais frutuoso no que se refere a relatos estrangeiros, pela necessidade de justificar a escolha metodológica

4. *Mapa do paiz vinhateiro do Alto Douro, de 1843 e O Douro portuguez e paiz adjacente contando do rio quanto se pode tornar navegavel em Espanha, de 1848.*

face a um número de obras tão elevado, os relatos associados às campanhas do exército britânico ficaram afastados da análise, até porque, são sempre testemunhos de guerra. Ora, o que se procurou foi encontrar relatos que revelassem visitas conotadas a escolhas pessoais e ao lazer e não a algum carácter de obrigatoriedade.

Nesta etapa, ao estabelecermos parâmetros definidores para a escolha de autores, as próprias obras, ditaram, pelos conteúdos, o nosso grau de atenção sobre elas. A nossa opção passou pela observação mais demorada dos textos escritos por viajantes que, de facto, se deslocaram até ao Alto Douro: cinco escritores. A generalidade dos autores analisados exclui esta região dos seus circuitos.

Apesar da razoável dimensão dos relatos estudados, quase todos acusam apenas estadas de três a quatro dias (excluindo a incursão de William Henry Giles Kingston, que dura, na sua primeira visita ao Alto Douro, cerca de dez dias). Passemos então a apresentar o grupo de autores que observaram de forma direta esta região. Costigan⁵ viajou pelo Douro no virar do século XVIII, Carnarvon e Kinsey, durante o período da Revolução Industrial e, os restantes, Kingston e Oldknow, já no final da primeira metade do Século XIX.

As cartas de Costigan, que compõem uma obra de grande circulação, publicada pela primeira vez em Londres em 1787, revelam-nos uma viagem pelo território português, que passa pelo país vinhateiro, no regresso de Almeida, por S. João da Pesqueira, tecendo breves considerações acerca da viagem empreendida e do território duriense.

Terminadas as Invasões Francesas e com o cidadão estrangeiro habituado a ler sobre Portugal, dada a proliferação de narrativas surgidas neste período editadas em Inglaterra e em França, a necessidade de dar a conhecer o povo português e suas características vai gradualmente diminuindo. Porém, com a Revolução Liberal, as obras de literatura de viagens ainda surgem e a presença inglesa em Portugal

5. Arthur William Costigan escreve *Sketches of Society and Manners in Portugal*, 1787, traduzido e editado em Paris, em 1811. A verdadeira identidade do autor está envolta em polémica, tal como a sua obra, extremamente crítica face à nação portuguesa, sendo atribuída por Aquilino Ribeiro a James Ferrier, escocês que havia dado entrada no exército português, porém sem certezas acerca de qual seria o seu pseudónimo e qual o verdadeiro nome. Para mais informação acerca do autor veja-se Sousa 1992, 79-104; e Castro 2004.

leva à necessidade de atualizar a informação acerca de um país em mutação. Na generalidade, os relatos votados à época das lutas liberais excluem-se de pormenores ligados aos costumes e descrições paisagísticas, porém, o Conde de Carnarvon, na verdade Henry John George Herbert, deixa-nos uma obra⁶ relativa a uma viagem que empreende em Portugal durante o ano de 1827, onde alude às tradições e ao carácter dos portugueses e tece considerações pessoais interessantes, nomeadamente no seu trajeto entre a cidade do Porto, o Marão e Lamego. O Conde de Carnarvon, feito prisioneiro, segundo o mesmo, apenas pelo facto de ser inglês e partidário de D. Pedro, foca, sempre que pode, o afeto dos transmontanos por D. Miguel, do qual era particularmente crítico.

Deve-se, igualmente, destacar William Morgan Kinsey, um eclesiástico da Igreja Anglicana que percorre Portugal durante as lutas miguelistas e liberais, escrevendo, durante o ano de 1827, uma obra⁷ repleta de informação e que, face à região em estudo, se debruça sobre os vinhos, a história da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e a navegabilidade do rio, empreendendo a viagem ousada de barco, pelo Douro, no seu regresso da Régua ao Porto.

Já numa data mais tardia, William Henry Giles Kingston redige os seus *Lusitanian Sketches*,⁸ em momentos diferentes dos dois anos de residência no Norte de Portugal – 1844 e 1855 – tal como é mencionado no prefácio da obra. Nela são dedicados vários capítulos a “on a visit to the wine Districts of the Alto Douro”, cenário tido como único, ao método de preservação e tratamento do vinho e à *Oporto Wine Company*. Kingston terá sido um dos responsáveis pelo lançamento de um periódico de língua inglesa, intitulado *The Lusitanian*,⁹ publicado no Porto entre Outubro de 1844 e Julho de 1845, que

6. *Portugal and Galicia: With a Review of the Social and Political State of the Basque Provinces*, 1836.

7. *Portugal Illustrated*, 1828. Sobre a obra e o autor ver Martins, 1987.

8. *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, London, 1845, 2 vols. Tratava-se de um abastado comerciante e membro de uma das famílias mais influentes da comunidade britânica do Porto. Sobre o autor consultar Kingsford, 1988.

9. Acerca desta publicação ver Silva, 2001.

desejava funcionar como um foco divulgador de Portugal e da sua cultura junto de uma comunidade britânica reservada, mormente através de relatos de viagem, descrições e *sketches*. (Silva 1998, 45)

O livro de Oldknow, dos primeiros anos da década de 1850,¹⁰ reflete uma curta estada em Portugal, cerca de um mês, percorrendo, no entanto, grande parte do território, nomeadamente o eixo Mesão Frio – Régua – Lamego, embora de uma forma mais apressada, sintética e crítica do que as demais obras revistas. Sendo pastor da Igreja Anglicana, Oldknow estaria mais interessado no estudo de antiguidades eclesíásticas e vocacionado para a recolha de informação acerca das igrejas portuguesas, aspetos decorativos dos altares, estilos e vestes dos clérigos, do que no que nos retém – o espaço.

Joseph James Forrester¹¹ havia chegado à cidade do Porto durante a Guerra Civil para trabalhar com um seu tio, exportador de Vinho do Porto. Para além da sua faceta mais conhecida, a de cartógrafo, Forrester escreve obras divulgadoras da região do Douro e, auto titulando-se “viajante”, percorre terras que naturalmente já eram suas conhecidas. Porém, desta vez, com o objetivo de as desvendar, através de crónicas – “Viagens ao Douro” – publicadas num periódico da época, *O Comércio*.¹² Esta visão de um estrangeiro com interesses comerciais no Douro, mas com uma visão distinta e muitas vezes divergente da dos seus conterrâneos, apresenta-se como um contraponto às demais visitas em análise e à opinião generalizada dos ingleses sobre o Douro.

10. *A Month in Portugal*.

11. Nasceu em Hull, Escócia, em 1809 e veio para o Porto, em 1831, para ajudar o seu tio no labor da sua casa comercial, uma das mais importantes que, ao tempo, se dedicavam ao negócio e à exportação do Vinho do Porto para Inglaterra. Tratava-se da firma *Offley, Webber, Forrester & C.ª*, respeitável instituição fundada em 1761, largamente cotada na praça do Porto e dando continuidade a um negócio já bem estabelecido.

12. O *Comércio* era um jornal trisemanário (2.ªas, 4.ªs e 6.ªs), publicado de junho a dezembro de 1854, que passou a publicação diária em janeiro de 1855. Será em 1856 que surge como *Comércio do Porto*.

2. A Figuração do Espaço e dos seus Intervenientes

Mesmo elegendo relatos alusivos ao mesmo período temporal e a um mesmo espaço geográfico, surgem diferentes olhares e diferentes escritas. Esta heterogeneidade cria novos lugares, novos conteúdos, novas leituras. Neste ponto pretendemos analisar o interesse que o Alto Douro suscitava aos viajantes, desde os centros de poder, na primeira metade do século XIX, particularmente o negócio do vinho e as relações de correlação e dependência desta região, face aos agentes situados no Porto e ao mercado britânico.

Aceita-se que dificilmente se chegará a uma resposta acerca da motivação que fez com que alguns dos viajantes se deslocassem até esta região “distante” ou da desmotivação que não permitiu a sua deslocação. O que se procura estará mais próximo dos objetivos das viagens que, pontualmente, vão surgindo nas entrelinhas, ou seja, da intenção subjacente a cada visita. A busca de aventura? O contacto com um povo do interior português? Conhecer o “wine-country”? Esta última será a mais verosímil.

Ante os relatos constatamos que predominam expectativas associadas à paisagem e ao processo de produção e comercialização do vinho e que escasseiam expectativas face aos aspetos sociais e culturais da região. Apenas Carnarvon procura aproximar o leitor de campos que considera “pouco explorados, nomeadamente do estado feudal ainda prevalente em Trás-os-Montes.” (xi-xii) A vontade de observar os vinhedos do Alto Douro e a azáfama da vindima surgem como causas para a visita a empreender. Carnarvon comprova-o, afirmando que a visita estava a começar e o autor estava há muito interessado em explorar a região nesta época do ano: “The vintage was now commencing, and as I had no long intended to explore the wine district, which appears to its greatest advantage during that season”. (78)

Outros viajantes escolheram também esta época do ano, o que se denota nas suas “pinturas” das vindimas e explicações acerca da produção do vinho. Este impulso foi sentido por Kingston dado que, apesar de se encontrar muito bem hospedado em Lamego, transparece ansiedade por presenciar a vindima que estava prestes

a começar à data da sua primeira visita ao Alto Douro. (146) O autor, no seu primeiro volume, considera que o Douro por si só seria merecedor de um *sketch* e que os habitantes das suas margens deveriam sentir-se orgulhosos da sua beleza: "The Douro is worthy of a sketch to itself; and well may the inhabitants of its banks be proud of their beautiful stream, possessing, as it does in its course, every variety of lovely scenery (...)." (51)

Torna-se real esta consideração na medida em que Kingston reserva um segundo volume ao país do vinho. Não se encontra em qualquer outro viajante uma vontade expressa de regressar ao Alto Douro. O autor evidencia, para além do desejo de conhecer alguns locais que não lhe havia sido possível visitar, a intenção de visitar os seus amigos, senhores do vinho, em Lamego. (328) Mais, perante a crise latente na atividade vinícola, em 1845, Kingston encara a débil situação económica da região vinhateira como uma das causas para a sua segunda incursão ao "Paiz do Vinho". Estava ansioso por avaliar o estado deste "Paiz", que lhe havia sido descrito como estando em estado deplorável. (328)

Na generalidade, a paisagem vitícola funciona mais como um pretexto da viagem do que como motivo da mesma, dado que, para os autores, a verdadeira razão estaria igualmente no exame do dinamismo do sector produtivo do Vinho do Porto e da posição inglesa neste negócio. Este facto, aliado à recolha que os autores iam fazendo, leva ao surgimento de ideias pré-concebidas face à Companhia e à situação vivida no Alto Douro. Curiosamente, mesmo perante olhares muitos distintos, todos eles observam a realidade circundante de forma muito similar, principalmente no que toca às questões institucionais e à legislação imposta na região: todos revelam descrédito pela Companhia e pelas suas restrições. É aqui que se constata a procura de um equilíbrio entre o "viajante" e o "inglês", por um lado fascinado com o que observava, mas por outro tentando explicar e defender a posição dos ingleses no negócio do vinho do Porto e, conseqüentemente, no Alto Douro.

Embora a região do Alto Douro chegasse a ser esboçada como isolada de Trás-os-Montes, como uma comunidade regional, nunca

chegou a ter um quadro político-administrativo unitário. A sua história a partir das demarcações evoluiu no sentido de criar um distrito ou um país figurado, que os ingleses apreenderam como o “wine-district of the Alto Douro”. Carnarvon, em 1827, confina sempre o “wine-district” como parte integrante de Trás-os-Montes, mas Kinsey, em 1828, mais documentado, vai construindo o seu texto sobre o “wine-country do Alto Douro” e os “Upper Douro wines”, tal como Kingston, em 1845, que chega a apelidar o distrito como “Vine country”. Estas expressões inglesas seriam as que dariam título ao mapa de Forrester: *Map of the Wine District of the Alto Douro*.

E, de volta a casa e relendo as suas anotações, o viajante tratará de colocar em ordem a sua informação, para explicar como era o “Paiz do Vinho”, sem dar-se conta de que apenas havia observado o que estava preparado para ver. Todos queriam participar, embora com intensidades diferentes, no debate acerca do Alto Douro, do Vinho do Porto, da sua projeção ou da sua decadência, da criação de riqueza, dos impostos, das obras públicas e da compatibilidade da Companhia com a ação inglesa.

O que estes viajantes observaram e relataram, juntamente com a visão que Forrester desejou que transparecesse para o exterior, através das suas obras cartográficas e literárias, foi cimentando em muito do que ainda hoje transparece. Todos os viajantes tentam transmitir ao leitor a dimensão do comércio do vinho do Porto. Na generalidade, todos demonstram muito reconhecimento pelos comerciantes ingleses e pelo seu papel na intensificação desta cultura. Havia unanimidade em relação às grandes quantidades exportadas e ao facto de a maior porção destas ser para domínios ingleses.

O Porto era o ponto nevrálgico das trocas comerciais entre Portugal e Inglaterra, onde teria sido estabelecida a *British Factory*. As casas comerciais inglesas seriam à volta de trinta, mas, para além destes comerciantes estabelecidos, outros ingleses por lá passavam em negócios respeitantes ao tráfego marítimo. (Conder 329) Em todos os relatos se confirmam os carregamentos anuais de muitos milhares de pipas, logo, a comunidade inglesa estava instalada e a Companhia, embora contestada, não lhes perturbava verdadeiramente os negócios.

Esta contestação leva a que os autores analisados considerem que a atuação da Companhia reguladora do comércio fosse a causadora das adulterações sofridas pelo vinho do Porto. Ficava esquecida a ideia segundo a qual a feitura do vinho do Porto e a adição da aguardente (uma décima parte do mesmo) seria um processo como que gerado pelo gosto dos ingleses por bebidas embriagantes. Os autores confirmam que os melhores vinhos do Alto Douro nunca chegavam ao mercado britânico. O que chegava era uma mistura adocicada pela adição de *brandy* ou baga de sabugueiro e que a situação era do conhecimento do governo.

Esta polémica seria avivada por Forrester, não sendo compreendido pelos seus pares, pois lança-se numa campanha de propaganda de defesa da qualidade do vinho do Porto, contrariando velhos hábitos e costumes difíceis de alterar. A evolução dos vinhos mais secos, sem aguardente, para bebidas mais fortes, impõe-se durante o século XIX, e Forrester surge como um defensor do processo tradicional. O comércio começa a falhar, o vinho acumula-se e não se consegue vender. Forrester acusa os seus compatriotas de exportarem vinhos inferiores e os adulterarem.

Kingston, em 1845, condena esta posição e esta distorção da verdade, (1845 II, 307) defendendo que o papel dos ingleses da *British Factory* era irrepreensível face ao aperfeiçoamento do sector dos vinhos, acusando Forrester de instigador de querelas para proveito próprio. (*Ibidem*)

Mas todos os viajantes eram igualmente críticos relativamente aos métodos utilizados para a seleção de vinhos. A Companhia dividia a província do Alto Douro em distritos que produziam vinhos de feitoria. Os melhores, destinados à exportação, e os distritos que produziam vinhos de ramo, destinados a consumo interno ou das colónias, mas, unanimemente, esta segmentação estaria desacertada no terreno. A este propósito Kinsey clarifica o processo de seleção, próximo da Primavera de cada ano:

The Royal Company of the culture of the wine in the Upper Douro, instituted by the Marques Pombal 1756, determine for home consumption

and exportation the classes of the Feitoria wine, or Vinhas de Feitoria, and the Ramo, or Vinhas de Ramo; arrange the prices to be paid the farmers, and make their own exclusive purchases. (307-308)

Os viajantes consideravam que, sob o pretexto de que os agricultores adulteravam o vinho, a Companhia, composta por inspetores com poderes despóticos, decidia os vinhos a exportar e detinha o privilégio de selecionar o melhor para si, ao melhor preço. Apenas os eleitos de uma classe beneficiavam com a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro: aqueles que tinham cargos nela e onde faziam fortuna. (Kingston II, 305) Esta ideia clara de que as leis seriam promulgadas para favorecer interesses privados havia sido amplamente exposta por Costigan e subtilmente perceptível em todos os relatos analisados.

Esta posição do lado dos lavradores existia, fundamentalmente, com o intuito de defender os interesses dos ingleses, ambos prejudicados por este monopólio. A propósito, Kingston escreve: "abominable monopoly, more injurious even to the farmer than to the Merchant, but extremely prejudicial of both (...)". (305)

Perante esta análise, podemos tentar avaliar a relação estabelecida entre lavradores durienses e os comerciantes ingleses, efetivada na feira do Peso da Régua. Começava em fevereiro, quando os comerciantes se deslocavam ao Cima Douro, onde alguns tinham estabelecimentos, acompanhados pelos seus comissários, empregados e tanoeiros, montados em mulas e acolitados por uma tropa de serventes a pé, visitando diferentes quintas onde o vinho era guardado. Forrester apresenta-nos a visão destas visitas à região: "Many of the English merchants, when on their way to the wine country, are followed by their establishment of servants, with sumpter mules, carrying beds, provisions for the journey, wine, knives and forks, glasses, &c.". (*Portuguese Scenery*)

Relativamente ao papel dos lavradores durienses neste sistema, Kinsey conta-nos que era frequente avistá-los no mercado da Régua na ânsia de encontrar compradores para os seus vinhos: "(...) the wine growner is often seen at the fair of Pezo da Regoa running about

in hand and with earnest entreaties imploring the members of the Factory and the English merchants, or their agents, to buy his wines". (337) Muitos destes agricultores eram, de facto, muito pobres e, como não possuíam meios de adquirir pipas, muitas vezes, viam-se na contingência de levar as suas uvas à prensa de outro agricultor, deixando os vinhos a seu cargo, especialmente nos casos em que as uvas estavam fora dos limites da demarcação definida pela Companhia do Vinho. (Kinsey 337-338)

Como vemos, nesta metade de século a estratégia dos ingleses era fundamentalmente comercial e a produção de vinhos em propriedades inglesas era uma minoria, quando comparada com a totalidade de vinho produzida pelos lavradores durienses. Na verdade, para além da sujeição dos produtores de vinho face aos comerciantes ingleses, também estes dependiam dos agricultores. Eventualmente poderiam adiantar dinheiro aos lavradores para estes assegurarem produção de vinho e, terminada a vindima, iam-na buscar. (Ribeiro 28) Só mais tarde, com a filoxera e a dificuldade na compra de vinhos, os ingleses avistam mais um bom negócio, adquirindo quintas a excelente preço. Tornam-se assim mais independentes face aos produtores portugueses e naturalmente uma presença mais sentida no Alto Douro.

Mas, para o período em análise, as inúmeras páginas dedicadas pelos viajantes ao papel da Companhia e dos ingleses no sector dos vinhos não correspondem de todo ao contacto dos autores, em terras do Alto Douro, com estas duas dimensões.

Denota-se a ausência de personagens inglesas nos relatos dos viajantes aquando das suas incursões ao alto Douro até porque os viajantes permaneceram hospedados em casa de famílias portuguesas e nunca de proprietários ingleses. O sistema e a presença da Companhia Geral da Agricultura, embora visíveis, não causavam qualquer transtorno aos viajantes: se eram muitos os pontos de fiscalização dentro da região demarcada, os viajantes, após umas breves palavras com os oficiais da instituição, prosseguiam sem mais obstáculos.

Sabe-se que existiam grandes disparidades entre os senhores das vinhas e as outras classes sociais e, os viajantes, embora de forma ténue, também o denunciam, porque descrevem o Alto Douro como

uma paisagem marcada pelas grandes propriedades, das designadas famílias ricas e pela miséria das habitações de xisto dos povoados. Sendo a abundância de vinhas a imagem mais repisada pelos viajantes, constatamos que havia grandes casas senhoriais que indicavam a presença de nobres ou de ricos proprietários do campo. Os viandantes avistam sempre, nas vizinhanças assentes nas montanhas e pelos vales, mansões pertencentes aos donos das vinhas circundantes, sendo tidas como quintas¹³ de razoável dimensão, (Oldknow 73) que coexistiam com pequenas vinhas de pequenos lavradores.¹⁴

Estas exceções, de saudáveis proprietários, gozavam de grande conforto, formando um grande contraste com os seus desventurados vizinhos. Porém, embora as dificuldades e uma vivência miserável, o povo duriense encarava os senhores da terra com grande respeito e deferência, quase com submissão. Carnarvon, em Lamego, repara na simpatia sincera da população pelos fidalgos aí residentes, especialmente por aqueles cujos nomes foram passando de pai para filho, através de várias gerações. (99)

Um dos factos que mais impressiona os viajantes é o pouco interesse que os durienses, mesmo os mais abastados, pareciam mostrar por viver confortavelmente: o interior das casas era frio, mal dividido, desprovido de lareiras e com decorações que os deixavam atónitos, pela amálgama de ornamentos. Mas, relativamente ao modo de estar dos senhores do Douro, os estrangeiros eram muitas vezes surpreendidos: os durienses eram cultos, instruídos e falavam outras línguas. Todavia, apesar da conversa fluente, sustentada, entre assuntos diversos, esta retinha, segundo Carnarvon, “a character peculiar to the time and country”. (101)

A amabilidade para com os estrangeiros é notória. De facto, os senhores do Douro desdobravam-se em atenções para com os seus hóspedes e os viajantes, na partida, mostravam-se muito reconhecidos. O povo duriense era tido como muito humilde e educado.

13. Em 1843, Forrester assinala no seu mapa do País Vinhateiro cerca de oitenta quintas.

14. Sobre esta posição intermédia de categoria de lavrador entre a de proprietário e de jornaleiro no Alto Douro, veja-se Parkhurst 1997, 183-191.

A tripulação dos barcos do Douro era tida como respeitosa e, como era vulgar andar perdido pelos caminhos e atalhos da região, dadas as dificuldades nos acessos dentro da mesma, muitas vezes, os viajantes foram auxiliados por camponeses que, prontamente os ajudaram e os conduziam até aos seus destinos.

Apesar da vasta cultura vitícola, supostamente organizada, encontraram perigosas montanhas, difíceis acessos e íngremes socalcos. Esta paisagem, a par da falta de alojamento e comida do seu agrado, cria-lhes um cansaço no olhar. Consideram a visão do Alto Douro imponente, mas pouco gratificante para um visitante, ou seja, a existência no País Vinhateiro revelara-se pouco consentânea com a sua reputação exterior. Deste modo, focavam tanto as debilidades descobertas como a fertilidade aguardada, o que, para coadjuvar, Forrester nos resume assim:

In a Word, the beautiful Alto-Douro wine-district, which ought to be the greatest source of public and private prosperity, and which is naturally the richest portion of the entire kingdom, is an abandoned wilderness whose population lives in penury and wretchedness. They have abundance of wine, but they have no bread, nor the ordinary necessaries of live. (*The Oliveira Prize Essay on Portugal* 98)

Considerações Finais

Será interessante reter alguns padrões na linha de pensamento e de escrita dos viajantes: a incompreensão da demarcação das áreas produtivas e do papel da Companhia dos Vinhos, particularmente na relação com o comerciante inglês; o carácter fechado e singular do povo residente, ainda em muitos aspetos, quase feudal, porém com uma positiva salvaguarda dos valores aristocráticos; a inexistência de retratos de ingleses na região e a peculiar gestão da região transversalmente a partir da cidade do Porto.

Constantemente analisam o que a região não possuía em face do conforto necessário ao viajante, centrando-se nas dificuldades da

viagem: as estradas quase não existiam e as estalagens permaneciam no seu estado primitivo; o afazer da viagem especialmente por estas regiões mais recônditas era difícil de conceber, a não ser por quem o vivenciava.

Os viajantes apenas esquecem o movimento das mulas, já que eram estes os animais apropriados para circular na região acidentada do Alto Douro, e os forçosos percursos a pé, quando entram num barco rabelo com destino ao Porto. Mas mesmo esta viagem era combativa e difícil.

A imagem do alto Douro surge, portanto, composta de duas orientações de escrita: por um lado, as impressões pessoais dos viajantes acerca do que observavam e das jornadas diárias, sendo o autor o centro das narrativas e, por outro, uma forte componente informativa, acerca de tudo quanto puderam recolher sobre a região que muitas vezes se sobrepôs às suas próprias impressões. Em ambas as orientações, nem sempre as ideias ou opiniões dos viajantes eram agradáveis. Porém, dão-nos um contributo importante para a reconstrução histórica do Alto Douro Vinhateiro, desempenhando um papel vital na divulgação de expectativas diferentes das vividas nesse "Paiz Vinhateiro".

Talvez se esperasse uma visão mais próxima do maravilhoso que usualmente se veicula sobre o Alto Douro. Curiosamente, Forrester, embora ciente da dura realidade duriense, traça-nos a visão mais romântica, expressa nos seus mapas de grande beleza, que ainda hoje se mantêm em inúmeras paredes de casas das quintas da região.

A permanente cedência aos interesses ingleses ajudou-nos a compreender que a representação do Alto Douro por parte destes viajantes retrata a visão dos grupos sociais mais poderosos que, exatamente por esta razão, reuniam condições para impor o seu entendimento do espaço em relação aos demais.

Obras Citadas

Fontes Primárias

- Carnarvon, Earl of (Henry John George Herbert). *Portugal and Galicia: With a Review of the Social and Political State of the Basque Provinces*, 2 vols.. London: John Murray, 1836.
- Conder, Josiah. *Spain and Portugal*. London: James Duncan, 1831.
- Costigan, Arthur W. *Sketches of Society and Manners in Portugal (1778-1779)*, 2 vols.. London: T. Vernor, Birchinn-alne, Cornhill, [s.d.], [1787].
- Forrester, Joseph James. *O Douro Portuguez e Paiz Adjacente Contando do Rio Quanto se Pode Tornar Navegavel em Espanha*. Sculp. W. Hughes. Londres: [s.n.]1848 (BN: C. Par 5 – assinado pelo autor e C. enr. 12).
- . *Mappa do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*. Grav. James Wyld; ded. a Senhora D. Maria II. Porto: António Maria de Magalhães, 1843 (BN: C.C.d. 145 R).
- . *The Oliveira Prize Essay on Portugal; with the Evidence Regarding that Country Taken Before a Committee of the House of Commons, in May 1852, and the Author's Surveys of the Wine Districts of the Alto-Douro*, 1853 (BPMP: N°2-100).
- Forrester, Joseph James. "Viagem para o Douro". *O Comércio*. Porto, 1854: Setembro e Outubro (n.º 43, 11 Set., pp. 1-2; n.º 46, 18 Set, p.1; n.º 47, 20 de Set., pp. 1-2; n.º 50, 27 de Set., p. 1; n.º 52, 2 de Out., p.1; n.º 54, 6 de Out., pp. 1-2; n.º 55, 9 de Out., pp.1-2; n.º56, 11 de Out., pp.1-2; n.º 58, 16 de Out. p.1; n.º60, 20 de Out., pp. 1-2; n.º 62, 25 de Out., pp.1-2; n.º 64, 30 de Out., p.1).
- Kingston, William Henry Giles. *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, 2 vols. London: John W. Parker, 1845.
- Kinsey, William Morgan. *Portugal Illustrated*. London: [s.n.], 1828.
- Oldknow, Joseph. *A Month in Portugal*. London: Longman & Co, 1855.

Fontes Secundárias

- Castro, Catarina Crespo Coelho Correia de. *Sketches of Society and Manners in Portugal: Um Livro Negro acerca do Portugal Setecentista*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

- Chaves, Castelo Branco. *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.
- Coelho, Maria Teresa Pinto. "John Pemble, *The Mediterranean Passion*. Victorians and Edwardians in the South". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 2, 1992. 117-125.
- Kinsford, Maurice Rooke. *The Life, Work and Influence of William Henry Giles Kingston*. Toronto: Ryerson Press, 1947.
- Martins, Isabel Oliveira. *William Morgan Kinsey – Uma Ilustração de Portugal (1788-1851)*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- Mathias, Leonardo. "Portugal e o Contexto Político Internacional no Início do século XIX". *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*. Congresso Instituto da Defesa Nacional. Lisboa: Tribuna da História, 2002.
- Parkhurst, Shawn. "A Região na Aldeia, uma Etnografia sobre a Produção Local de Regionalidade, no Alto Douro". *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I (1), 1996 (1.º). 119-175.
- Pereira, Gaspar Martins. "As Demarcações Vinhateiras na História do Alto Douro". *Estudos Transmontanos*. Vila Real, n.º 7, 1997.139-152.
- Ribeiro, Jorge Martins. *A Comunidade Britânica do Porto durante as Invasões Francesas, 1807-1811*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado), 1987.
- Silva, João Paulo Ascenso Pereira da. "An Episode in the life of Don Sebastian of Portugal: A Fortuna de uma Personagem Mítica na Encruzilhada de Duas Tradições Literárias". *Revista de Estudos Anglo-portugueses*, INIC, n.º7, 1998. 37-137.
- . *Temas, Mitos e Imagens de Portugal numa Revista Inglesa do Porto: The Lusitanian (1844-1845)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.
- Sousa, Fernando de (coord.) *Real Companhia Velha 1756-2006*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006.
- Sousa, Maria Zulmira Bandarra de. "O Relato de Viagem de Costigan sobre Portugal". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, INIC, n.º2, 1992. 79-104.

A Mulher em Jane Austen e Júlio Dinis: a Antecipação da Futura Emancipação Feminina

Ana Cláudia Salgueiro da Silva
(CIAC-UAlg / CEL-UEÍ)

Introdução

Considerada uma das escritoras mais lidas do mundo, Jane Austen (1775-1817) é uma autora original, capaz de enfatizar as relações pessoais e sociais através do elogio do casamento, tido como um dos principais pilares da sociedade britânica de finais do século XVIII e primeira metade do século XIX. Esta originalidade terá repercussões em autores, como Júlio Dinis (1839-1871), cuja obra privilegia a ligação entre amor e casamento, contemplando a vida social portuguesa, assim como a domesticidade inseparável das relações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes das intrigas.

Precusores do romance moderno, por representarem o ser humano comum nas suas diversas facetas, Jane Austen e Júlio Dinis criam obras singulares que ganham uma importância decisiva, quanto ao entendimento do indivíduo, nomeadamente, acerca do papel das mulheres do seu tempo. Para tal, os autores utilizam um estilo fluente, mantendo viva a atenção dos leitores através do encadeamento da ação e cujo eixo narrativo se centra, essencialmente, no percurso efetuado pelas personagens femininas que, para alcançarem a sua felicidade, têm que ultrapassar diferentes obstáculos até à consubstanciação do casamento.

Configurando um subgênero literário inovador – o romance matrimonial –, Jane Austen e Júlio Dinis demonstram, deste modo, as relações estabelecidas nas experiências vivenciais dos seres humanos numa determinada época e num determinado local, ligando os valores, os significados e as formas de expressão literária.

1. O Modelo Britânico: os Romances de Jane Austen

Jane Austen, escritora britânica que marca a transição do século XVIII para o século XIX, nasce em 1775, em Steventon, e morre em 1817, em Winchester. Não escolhendo casar-se, a romancista dedica a sua vida à escrita, centrada no mundo das mulheres e no modo como elas percorrem o caminho, marcado por barreiras de natureza familiar ou social, para alcançarem o matrimônio.

Assim, nos romances em estudo – *Sense and Sensibility* (1811) e *Emma* (1815)¹ –, Jane Austen dá ênfase à ação e à construção das personagens, surgindo este gênero literário como “algo novo”, por constituir um novo tipo de representação que versa a peculiaridade de cada indivíduo e as suas experiências vivenciais. Nas palavras de Irwin Stern,

Jane [Austen] foi das primeiras escritoras inglesas a apresentar o mundo romanesco visto por olhos femininos. O seu desejo foi pôr em foco o papel da mulher na sociedade e mostrá-la como ser racional e capaz de múltiplas tarefas, além dos deveres de mãe e *housewife*. (66)

A autora publica todos os seus romances durante o período da Regência do futuro George IV (1811-1820),² não desconhecendo

-
1. Outras obras da escritora: *Juvenilia* (escrito entre 1787 e 1793); *Lady Susan* (entre 1793 e 1795); o romance, que não conclui, *The Watsons* (1804); os romances *Pride and Prejudice* (1813), *Mansfield Park* (1814), *Sanditon* (1817), *Persuasion* (1818) e *Northanger Abbey* (1818).
 2. Marcando a transição entre a era georgiana (de George I [1660-1727] a George IV [1762-1830]) e a era vitoriana (rainha Victoria [1819-1901]), a Regência é caracterizada pela elegância, pelo requinte e por grandes e numerosas construções arquitetônicas, como é o caso do Pavilhão de Brighton, residência real com influências asiáticas situada na costa sul de Inglaterra, e da Regent Street, em Londres, o primeiro exemplo de planejamento urbano.

as mudanças decorrentes da Revolução Industrial (1750) e das Revoluções Norte-Americana (1776) e Francesa (1789), bem como a corrente artística do Romantismo (1780-1830), as quais promovem a difusão de novas concepções, novas mentalidades e novos comportamentos por todo o mundo ocidental.

Decorrentes das transformações sucedidas a partir da Revolução Industrial, que surge por volta de 1750 em Inglaterra, operam-se melhorias na produtividade, na alimentação e na higiene, progressos na ciência e aumento demográfico em todo o mundo ocidental moderno. Como consequência destas modificações, resulta uma alteração da paisagem, visível nas novas construções que vão sendo edificadas a par das fábricas, efetuando-se variadas obras públicas como pontes, estradas e linhas de caminho de ferro, as quais começam a atravessar, paulatinamente, as zonas rurais.

Os novos meios de transporte e de comunicação implementados, ao facilitarem a mobilidade das pessoas e das mercadorias, possibilitam, ao mesmo tempo, a implementação de novos hábitos, de novas ideias e informações, o que conduz a que um número cada vez mais elevado de pessoas, designadamente das cidades, se comece a interessar pelos acontecimentos do mundo em que vive, promovendo-se, deste modo, o aumento de publicações e o desenvolvimento do gosto pela leitura de jornais, pelo teatro e pelo romance, este último conquistando um vasto público-leitor.

O século XIX marca, assim, o domínio da classe burguesa, que institui um sistema de valores, baseado na poupança e no trabalho, no progresso, no patriotismo e no culto do prazer, evidenciado, por exemplo, na valorização da música, do teatro e da literatura.

Caraterizada pela instauração do liberalismo económico e pela democracia burguesa parlamentar, visando a garantia da ordem e a harmonia da sociedade, a Inglaterra é pioneira da revolução industrial e urbana, que se estende a todo o Ocidente. O país apresenta uma rápida expansão, representada pelos progressos técnicos e pelo alargamento dos mercados, o que possibilita o crescimento económico e demográfico, advenientes do desenvolvimento e das melhorias implementadas: "The Englishman's horizon, both geographical

and intellectual, was expanding with great rapidity, and curiosity grew with what it fed upon". (Plumb 28) Tal êxito resulta da mobilização eficaz dos recursos de que o país dispõe, o que, no seu conjunto, contribui para a consolidação da Inglaterra como potência mundial.

Efetivamente, tais mudanças provocam modificações a diferentes níveis, traduzindo-se numa política mais liberal; na introdução de novos produtos; na modernização das técnicas e na apologia de uma estrutura de bem-estar social, baseada nos direitos e nos deveres dos cidadãos, considerados livres, respeitando-se os valores da igualdade e da fraternidade. Deste facto decorre uma cultura mais aberta e mais independente, sendo que, na literatura, se privilegia o romance, o qual se coaduna com os gostos concretos e comuns do novo público-leitor – a burguesia.

Os temas centram-se, pois, na representação do quotidiano, dos costumes e das práticas sociais, das relações que se estabelecem e das vivências individuais, sendo notório o aumento de livros publicados, o que dá origem a um crescente número de escritores profissionais, entre os quais, mulheres, que conseguem, através da escrita, alguma independência económica, embora o façam, muitas vezes, usando o anonimato.

Tal é o caso de Jane Austen, que recorre à expressão *By a Lady*, porquanto, sendo a literatura dominada pelos homens, é impensável, à época, que uma mulher seja escritora, pelo que, devido a estas restrições, a maioria das autoras se esconde sob pseudónimos ou publica anonimamente as suas obras.

Com efeito, o período de transição de século assinala transformações no campo da expressão feminina, não obstante a existência de conflitos e tensões, sendo que uma das principais conquistas consiste no facto de se começar a aceitar as mulheres como escritoras, designadamente, em Inglaterra. Segundo Peter Mathias, "a Inglaterra foi extraordinariamente favorecida no princípio do século XIX (...). A estrutura social inglesa tinha-se tornado mais flexível (...) do que em qualquer outro país". (19)

2. Júlio Dinis na Ficção Portuguesa de Oitocentos: o Romance Matrimonial

Mestre da representação das cenas e dos caracteres, Júlio Dinis, nascido no Porto em 1839, onde falece em 1871, apresenta, nos seus romances, a exaltação dos valores fomentados pela estabilidade e pelo otimismo, decorrentes do progresso ocorrido em Portugal durante o período da Regeneração.³

Portugal atinge, no século XIX, um progresso considerável, favorecido pela ideologia liberal, difundida nesta época, embora de modo lento e tardio: à instabilidade existente durante as primeiras décadas, segue-se uma política de estabilidade e de progresso, promovida pela passagem de um político empreendedor, Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Defensor de melhoramentos como condição para a construção de um Portugal moderno, Pereira de Melo desenvolve diferentes ações a favor do desenvolvimento da sociedade portuguesa oitocentista, pelo que tal política ficou conhecida por *fontismo*. Esta modernidade é apenas alcançada durante o período da Regeneração, durante o qual o país assiste à expansão industrial, financeira e mercantil, tornando-se o século XIX o século de ouro da burguesia, que vê reforçados os seus poderes e a sua afirmação social.

“Consequência do antecedente e preparação do ulterior”, (240) como refere Oliveira Martins, a Regeneração promove a criação de uma nação moderna, civilizada, assente numa organização institucional, económica e política, que contribui para o despertar de uma nova mentalidade em que predomina a moral familiar e a valorização das relações, tendentes à harmonização e ao progresso da sociedade.

Com efeito, não se trata somente de recriar a vivência da época, com os avanços e os recuos próprios do desenvolvimento, as dificuldades e as consequentes conquistas, mas a obra romanesca dinisiana

3. Período que decorre entre 1851 e 1868, com melhorias a nível político (estabilidade governativa), económico (desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria), social (ascensão e afirmação da burguesia) e cultural (fomento da instrução, da publicação de livros e da imprensa), caracteriza-se como um novo ciclo na construção da modernidade da nação, o que contribuiu também para a alteração de mentalidades e comportamentos.

também pretende veicular os valores que o autor considera imprescindíveis para a evolução da sociedade. São valores que estão na base do progresso individual e social e que se manifestam, principalmente, na realização e na consolidação do matrimônio, sustentado por diferentes vetores que se complementam e que proporcionam o equilíbrio e a solidez, impulsionadores desse desenvolvimento: um amor firme e autêntico, realizado no casamento, como paradigma da felicidade e, conseqüentemente, da harmonia; a família, como base nuclear da realização dos indivíduos no seio da sociedade; o trabalho, como reflexo do mérito individual e como promotor da evolução social; o respeito e a tolerância.

Para tal, e à semelhança do que sucede na obra romanesca austeniana, que exerceu “influência na obra dum dos mais relevantes escritores portugueses – Júlio Dinis”, (Stern 61) o ambiente escolhido por Júlio Dinis é, preferencialmente, o cenário campestre, o ambiente rural sereno e pacificador, que conserva as tradições e que promove a regeneração individual, refletida no desenvolvimento da sociedade, revelando-se ainda fundamental para a preservação dos laços familiares, como elos de sustentação do crescimento material e do aperfeiçoamento moral do país.

Nesta dimensão, os romances de Júlio Dinis remetem para o regresso ao ambiente bucólico, cenário de idílios amorosos, concretizados na ambiência do espaço natural, fazendo, inclusivamente, alusão à teoria de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), ao representar algumas personagens masculinas, de certo modo adulteradas pela sociedade, mas que conseguem regenerar-se no espaço da natureza e pela intervenção delicada e eficaz das personagens femininas que evidenciam as qualidades dos seus pares. Citando Cecília Meireles, a presença feminina na obra de Júlio Dinis manifesta-se “na constância com que êle faz sobressair as mulheres no argumento de seus livros; na delicadeza com que desenha cada tipo principal; na importância que lhes atribue, confiando-lhes sempre o desempenho completo da obra (...). Sempre a mulher presente”. (33, 40)

Por outro lado, a produção literária dinisiana enaltece as classes populares e apresenta-as como base de evolução da sociedade, ao

transmitir uma mensagem nova e concretizável, construída na possibilidade de mobilidade social através de matrimónios entre indivíduos de classes sociais diferentes.

Virados para o futuro, para a construção de um novo mundo, os romances de Júlio Dinis, em análise – *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867) e *A Morgadinha dos Canaviais* (1868)⁴ –, são obras que privilegiam a contemporaneidade de Oitocentos, descrevendo ambientes e personagens, situações e práticas sociais.

Situada entre os movimentos literários do Romantismo (1825-1860) e do Realismo (1867-1890), a produção ficcional dinisiana apresenta especificidades distintas de uma corrente, antecipando características de outra, pondo, simultaneamente, em evidência uma estética reformadora que aponta para uma nova dinâmica de relações pessoais e sociais: “Júlio Dinis demonstra aguda capacidade de observação na notação de ambientes e pormenores sociais e pitorescos e ainda um certo modo irónico que constituem, na literatura portuguesa, características inovadoras”. (Ideias 96)

3. A Representação da Mulher em Jane Austen e em Júlio Dinis

Ao longo do tempo, o papel da mulher na literatura foi sendo modificado, ora apresentando-se como figura que se inicia no universo amoroso, ora surgindo como figura idealizada e distante. A dicotomia entre realidade e imaginação torna-se a matriz literária de representação da figura feminina assente em duas conceções: a uma criatura angelical e intocável, segue-se a mulher carnal e atraente, perspectivas que originam os conceitos de amor romântico e de paixão amorosa, difundidos, principalmente, no século XIX.

Se, por um lado, a literatura reflete o paradigma da mulher-anjo, divinizada, por outro lado, a mulher é representada como

4. Outras obras do escritor: os romances *Uma Família Inglesa* (1868) e *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871); as novelas/contos, publicados em *Serões da Província* (1870); *Poesia* (1874); *Inéditos e Esparsos* (1910); e *Teatro Inédito* (1946-1947).

arquétipo da degenerescência de valores, particularizada na frivolidade, na superficialidade e na infração das leis relativas aos bons costumes e à moral.

Contudo, surgem também narrativas em que as personagens femininas são descritas como figuras doces, delicadas e, ao mesmo tempo, ativas e concretas, representativas da sua psicologia individual e do seu comportamento social, configurando-se como anjos “com os pés assentes na Terra”, (Lopes 326) tal como sucede com as protagonistas dos romances de Jane Austen e de Júlio Dinis. À valorização da beleza física, acresce a posse de qualidades morais, capazes de promover a regeneração das personagens masculinas que acabam por corrigir os seus erros, possibilitando o desfecho dos romances com o casamento.

Ao longo dos séculos, o casamento e a noção de vida privada sofrem diferentes modificações, reconfigurando-se as relações entre os elementos constituintes. Maioritariamente realizado segundo a celebração canónica e, mais tarde, instituído como casamento civil, o matrimónio marca o início da vida conjugal e da instituição da família.

Assim, o casamento surge como resultado do consenso entre os elementos contraentes, apresentando, principalmente, duas configurações: sacramento católico indissolúvel e contrato com efeitos civis, ao nível dos direitos e dos deveres, sendo que o casal se torna, em ambas as situações, “foco central onde se concentram as esperanças dos indivíduos, também porque se constitui como novo modelo cultural”. (Torres 126)

O casamento católico exalta a igualdade dos elementos constituintes do casal, enaltecendo os sentimentos verdadeiros existentes entre ambos. Reportando-nos à Sagrada Escritura, no Antigo Testamento, é feita referência à união conjugal através dos relatos da criação do homem e da mulher. Em *Génesis*, refere-se o seguinte: “Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: ‘Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra’”. (Gn 1, 27-28) A união do homem e da mulher aparece como uma comunhão elementar,

exigida pela própria natureza do ser humano, submetida à fidelidade e visando o aperfeiçoamento individual e a fecundidade do casal, um dos aspetos primordiais subjacente ao fundamento do casamento cristão.

Nas descrições feitas na Bíblia, refere-se que a mulher deve ser virtuosa, realizando, por exemplo, diversas atividades domésticas, mas destaca-se também o facto de o marido completar as ações da esposa, evidenciando uma complementaridade entre os elementos do casal e, conseqüentemente, uma equidade entre ambos: “A cultura católica do século XIX fundamenta a valorização do papel materno nos comportamentos de piedade sentimental típicos da devoção feminina”. (Giorgio 230)

No que diz respeito ao Novo Testamento, os evangelhos transferem para Jesus a denominação de esposo e comparam o Reino dos Céus a umas bodas – por exemplo, o episódio das bodas de Caná. O casamento surge como concretização santificada por Jesus Cristo, que escolhe esta cerimónia para realizar o seu primeiro milagre, abençoando a união entre os noivos. A novidade da mensagem de Jesus consiste, deste modo, na sua doutrina sobre a unidade e a indissolubilidade do matrimónio, cuja pureza primitiva deve ser recuperada, evitando-se o divórcio, considerado proibido. O vínculo conjugal é mais forte do que a vontade do ser humano, pelo que este não o pode dissolver, visto que se trata de um sacramento.

Ao transformar a vida de cada cônjuge, que passa a estar aplicada à realização da personalidade do outro elemento do par, de modo que cada uma das partes só deve atuar na medida em que realize também a outra, o matrimónio, como comunhão integral de existência, constitui uma realidade ética. Tal afirmação advém do facto de o casamento ser visto, não só como sagrado, mas também como uma realidade civil/social, o que nos remete para os pressupostos do casamento protestante, considerado um ato civil decorrente da escolha de cada cônjuge. Neste âmbito, o casamento não é um sacramento, sendo que a cerimónia religiosa no templo concede uma dimensão espiritual à união, tida como instituição divina, na qual se pede a bênção de Deus e que é formalizada diante da comunidade.

Distinto do catolicismo, o protestantismo⁵ tem a sua origem no século XVI, consistindo num movimento antagónico ao que consideravam “erros” da Igreja Católica, diferenciando-se ambos em vários aspetos: interpretação da Bíblia (se, para os católicos, a Sagrada Escritura é vinculativa, assim como a tradição católica romana, para os protestantes, a Bíblia é a única palavra inspirada por Deus); visão da Igreja (a Igreja Católica considera-se a única Igreja verdadeira, em todo o mundo; as Igrejas emergentes da Reforma têm várias denominações, compondo a Igreja Cristã); ou ainda os sacramentos (no catolicismo, há sete atos sagrados, entre os quais o casamento, enquanto no protestantismo, há apenas dois: o batismo e a eucaristia).

Com efeito, “desde os seus primórdios, o protestantismo considera a vida secular e a vida conjugal como os quadros privilegiados onde se realiza a ‘fidelidade cristã’”, (Baubérot 239) pelo que os fundamentos subjacentes ao matrimónio protestante diferem do matrimónio católico: para os protestantes, o casamento não é um juramento, mas sim um compromisso assumido pelo casal que presta homenagem entre si e cuja cerimónia é destituída de ritos tradicionais, contrariamente ao que acontece no casamento católico, em que o mútuo consenso dos elementos contraentes forma a matéria do casamento, o qual tem de revestir certa forma solene, constituída, fundamentalmente, pela manifestação da vontade perante uma autoridade competente e mediante certas formalidades.

Dadas as diferenças, o papel da mulher também foi sendo alterado, uma vez que o individualismo religioso se vai aplicar aos dois sexos, ou seja, ao afirmar a primazia da consciência do indivíduo e o sacerdócio universal de todos os crentes, a reforma protestante promoveu o questionamento das mulheres que defendem a sua igualdade com o homem: tornando-se agentes ativos na transformação da sua condição, estas mulheres passam a integrar o ministério protestante, assumindo posições de liderança, ao mesmo tempo que lhes é

5. Tendo início na Alemanha, em 1517, quando Martinho Lutero (1483-1546) publica a sua lista de proposições (95 *Teses*) contra os abusos na venda de indulgências por parte da Igreja Católica, o luteranismo espalhou-se pela Europa, chegando inclusivamente a Inglaterra, onde a separação política da Igreja relativamente ao Papa, sob o reinado de Henrique VIII (1491-1547), originou o anglicanismo.

conferida uma possibilidade intelectual assente na educação a todos os níveis, resultante da necessidade de todos os membros poderem ler a Bíblia:

A difusão dos novos ideais de educação humanista-cristã permitirá uma melhoria do estatuto social da mulher. Como cidadã, a mulher sentir-se-á mais estimulada para exprimir as suas convicções, lutar pela defesa da sua liberdade de consciência e reivindicar o direito à voz pública. Como esposa, deixará de ser vista como um fardo a suportar, passando a ser considerada como *helpmeet* do marido e “joint governor of the family”. (Abreu 64)

Na verdade, até ao século XIX, o casamento é visto, nas sociedades ocidentais, como um simples acordo comercial entre duas famílias, baseado em questões de foro material ou de afirmação social, sem ter em consideração a opinião dos intervenientes ou a adequação das idades, simpatias, gostos e caracteres⁶: “Se os desejos dos jovens fossem completamente ignorados e eles fossem casados com a pessoa que melhor conviesse às ambições dinásticas dos pais, o afecto e o sentimento achar-se-iam ausentes”. (Shorter 151)

Ainda que, no século XVIII, se prenuncie alguma liberdade por parte dos nubentes, principalmente, por parte da mulher, que começa a poder escolher o seu par, esta autonomia é apenas aceite plenamente na época oitocentista. A imagem do casamento por conveniência (aquisição de riqueza ou ascensão social) é alterada, sendo substituída pela conceção de casamento por amor, como afirmação da personalidade individual. Citando Irene Vaquinhas, “os amores contrariados pela oposição paterna são uma constante ao longo do século XIX, sendo, cada vez mais numerosos aqueles que querem fazer coincidir casamento com amor e felicidade.” (138)

6. Em 1753, a Inglaterra promulgou uma lei chamada Lei do Casamento, que regulava e padronizava os casamentos em todo o país. O ato ordenava que os noivos tivessem pelo menos 21 anos de idade; caso contrário, o consentimento deveria ser dado pelos pais. Em 1793, a prática de arranjar casamentos durante a infância já não era tão popular, sendo imperioso que as jovens comessem a considerar as suas perspetivas matrimoniais quando chegavam à adolescência.

Os sentimentos dos esposos são reconhecidos como válidos para a realização de uma união conjugal, fundamentada não só na doutrina religiosa, mas também nas regras civis,⁷ evidenciando-se, em qualquer dos casos, o respeito dos bons costumes e da moralidade. Orientada pela religião, mas revelando igualmente as concessões estabelecidas pelo sistema liberal, decorrentes da evolução da sociedade moderna, a união entre dois indivíduos consolida-se, assim, na vontade de ambas as partes, configurando-se novas relações sociais, advenientes da adequação aos novos tempos.

Neste âmbito, fundamentadas na diretriz que privilegia o amor e o matrimónio como relação paradigmática de sucesso (quer individual, quer coletivo), as obras literárias de Jane Austen e Júlio Dinis procuram enaltecer o papel das mulheres, inscritas em sociedades condicionadoras, criticadas pelos romancistas, com o objetivo de valorizar as vivências e as experiências pessoais e interpessoais.

Ambos os autores evidenciam, nas suas obras, a oposição entre casamento por amor e casamento de conveniência: o primeiro, concretizado nestes romances, constitui uma novidade nas sociedades coevas; o segundo, muito divulgado na época, é o modelo das sociedades regidas por convenções que menosprezam as vertentes morais e sentimentais. Por isso, as obras romanescas austenianas e dinisianas visam uma humanização da mulher, apresentando personagens femininas jovens que, ao entrarem na idade adulta, efetuam um percurso gradual em que superam dificuldades e preconceitos, sendo capazes de cativar o interesse dos seus pares. Este processo, normalmente iniciado por simples conversas ou por relações de amizade, evolui através da realização de visitas, da troca de olhares ou gestos que vão consolidando a afeição entre as personagens.

Alinhando os enredos com esta nova visão da figura feminina, os episódios, que vão sucedendo ao longo das diegeses, expressam

7. Sujeito às condições da lei civil, o casamento civil é, de certo modo, de difícil aceitação, visto que vem modificar costumes e mentalidades, enraizados no espírito e nas tradições religiosos. Em Portugal, por exemplo, desde 1867 (mais propriamente, desde 1878, pois a implementação do código é lenta, devido à resistência do poder), com a criação do Código Civil, o casamento civil é reconhecido como uma alternativa legalmente aceite e autenticada.

o envolvimento e os sentimentos das personagens, com experiências quotidianas num tempo, que é de mudança. A individualidade e o respeito pelas particularidades da mulher passam a ser contemplados, destacando-se a fusão de classes através do casamento e, sobretudo, a concretização dessas uniões com base no amor, o que permite ao leitor comum identificar-se com os intervenientes e com as circunstâncias que os mesmos experienciam. Decorrente do amor na sua mais nobre expressão, o casamento aparece, segundo Helena Buescu “não só como uma *união* do que à partida parecia ser divergente, mas como a *criação* de algo novo, representado pelos futuros filhos, *síntese* de dois princípios que, antes, ou não se cruzavam, ou se combatiam mesmo”, (24) surgindo a proposta de um mundo a fazer, sugerida pelos autores e concretizado na confluência do privado (amor) com o público (casamento).

Ao refletirem os novos ideais, estes romances vêm reagir contra o conservadorismo da época, através do protagonismo concedido à figura feminina e à representação do casamento por amor, assente nos valores do afeto, da amizade e do respeito. Segundo Hazel Jones, “these fictional women and their spouses, like real-life wives and husbands who respected and loved each other, find their ultimate fulfilment in marriage, true contract of mutual agreeableness”. (136)

Na verdade, para além das práticas domésticas, alicerçadas no papel de esposas e mães, as mulheres começam a desenvolver novos saberes, tornando-se agentes dinâmicos na consolidação da sua posição. São personagens autoconfiantes e determinadas, constituindo-se como modelos de virtudes, de que se destacam as qualidades morais, promotoras do reequilíbrio amoroso, familiar e social. Estas mulheres deixam de ser inatingíveis para se tornarem figuras consistentes, intervindo na vida da comunidade, exprimindo as suas ideias e opiniões, fazendo, livremente, as suas escolhas e, conseqüentemente, decidindo com quem querem casar, porque já não se submetem à vontade de outrem, mas aos seus próprios desejos.

Deixadas durante muito tempo na sombra da História, (Duby & Perrot 7) as mulheres começam a assumir, em finais do século XVIII e início do século XIX, uma relevância expressa na produção literária,

a qual começa a interessar-se pela figura feminina com as suas características sociais, psicológicas e morais, enfatizando o seu papel na sociedade e dando início ao processo de emancipação feminina.

Com efeito, Jane Austen e Júlio Dinis redefinem o papel das mulheres, concebendo personagens femininas que demonstram uma progressão da sua autoconsciência e autodeterminação: para além da nobreza de sentimentos e da retidão moral, estas mulheres desenvolvem capacidades intelectuais e comportamentais que possibilitam a sua realização pessoal, construindo e consolidando o seu lugar, não só na vida privada, mas também na vida social e pública, onde a mulher começa a aceder. Segundo Lopes Praça, a mulher é “um ser consciente, social, racional e progressivo”, sendo que “no dia em que for lícito à mulher interrogar-se sobre a sua própria natureza começará o prefácio de uma nova *Iliada* da emancipação futura”. (16)

Esta conquista começa a ganhar contornos com a participação das figuras femininas no espaço social, como é o caso de Emma e de Madalena, através de obras de beneficência, ou de Margarida, que intervém na comunidade através do trabalho como professora. Alheando-se das manipulações masculinas e das convenções que estereotiparam a mulher como ser submisso, estas mulheres assumem a sua singularidade, o que virá, mais tarde, a consolidar-se através da emancipação feminina que, na opinião de Teresa Cunha, “tem três características definidoras dominantes: a garantia da igualdade formal entre mulheres e homens, a plena participação na vida dos seus países e comunidades e, por fim, a ausência de violência e o controlo dos seus corpos e subjetividades”. (99)

Alguns dos pressupostos defendidos foram sendo adquiridos ao longo do tempo, sendo que as obras dos referidos autores anunciam a assunção de mulheres que descobrem novos rumos para a sua condição. De facto, o caminho está aberto para a construção de uma nova imagem da mulher, baseada nos futuros ideais da causa feminista (desenvolvimento da personalidade, influência positiva da educação e postulado de direitos iguais) e sintetizada, por exemplo, na expressão do olhar presente no autorretrato da pintora luso-chilena

Aurélia de Sousa (1866-1922) que pode ser interpretado como “Sou uma mulher e *sei* para onde vou”.

Defendendo a não submissão das mulheres, mas, pelo contrário, a sua afirmação, numa tomada de consciência e numa ação que procuram corrigir os obstáculos ao pleno desenvolvimento de cada mulher, estes romances são indícios do que se vai seguir, na segunda metade do século XIX, nomeadamente, nos anos de 1880-1910, marcados por

une série de lois favorables à l’émancipation des femmes. Parmi celles-ci, la loi sur le divorce en 1884 (le divorce esta majoritairement demandé par les femmes); la loi instaurant, en 1893, la pleine capacité civile pour la femme «séparée de corps»; la loi de 1907 autorisant la libre disposition de son salaire pour la femme mariée. Parallèlement, la scolarisation des filles entraîne une offre importante d’emplois féminins dans l’enseignement. (Dubesset 105)

4. A Construção das Personagens Femininas Austenianas e Dinisianas

Juntamente com as restantes categorias da narrativa – ação, espaço, tempo, narrador –, as personagens constituem, segundo Vítor Manuel de Aguiar e Silva,

um elemento estrutural indispensável da narrativa romanesca. Sem personagem[s] (...), não existe verdadeiramente narrativa, pois a função e o significado das ações ocorrentes numa sintagmática narrativa dependem, primordialmente, da atribuição ou da referência dessas ações a uma personagem. (*Teoria e Metodologia Literárias* 251)

Sobressai, neste âmbito, a importância que é atribuída às personagens femininas que se tornam, nas obras de Jane Austen e de Júlio Dinis, figuras concretas e participantes, representando uma mudança que diminui as pressões coletivas sobre as escolhas individuais.

As mulheres tomam consciência da sua condição e começam a lutar pelos seus direitos, bem como pela obtenção de um novo estatuto, pelo que, estabelecendo a relação entre realidade e literatura, estes romancistas destacam a figura feminina como autêntica e real. São mulheres que sofrem, sorriem e sonham como qualquer mulher comum, agindo, positivamente, na vida familiar e social, ao contribuir, de modo profícuo, para o estabelecimento de relações amorosas bem-sucedidas. Nas palavras de Júlio Dinis, “o instinto feminino é o mais próprio para descobrir o lado acessível de certos caracteres azedos e para movê-los sem os magoar”. (*Pensamentos* 45)

Por conseguinte, as heroínas austenianas e dinisianas sabem amar, revelando formação intelectual e moral que lhes permite demonstrar iniciativa e participar em diversas tarefas, sabendo tirar proveito das suas atividades. Como tal, começam a corresponder aos seus propósitos individuais, assumindo relevância, quer no domínio doméstico, quer no domínio público, através da sua participação na comunidade.

Neste sentido, os romances de Austen e de Dinis contemplam todas as funções da mulher, realçando, em particular, o equilíbrio adveniente do matrimónio: “O casamento é o momento por excelência desse oscilar, da virgem à esposa-e-mãe, da rapariga à mulher”. (Heinich 28) Tal enlace permite à jovem assumir a sua feminilidade, num encontro consigo própria, construindo e mantendo a confiança da sua virtude e da fidelidade ao seu par, num encontro exclusivo com o outro, correspondendo às aspirações amorosas de ambos.

Consequentemente, se, por um lado, as protagonistas das obras em estudo são conscientes e ponderadas, como Elinor (*Sense and Sensibility*), Margarida (*As Pupilas do Senhor Reitor*) e Madalena (*A Morgadinhas dos Canaviais*), por outro lado, são apresentadas personagens menos prudentes e mais impulsivas, como Marianne (*Sense and Sensibility*), Clara (*As Pupilas do Senhor Reitor*) e Emma (*Emma*). No entanto, todas são detentoras de afetos positivos, determinadas e corajosas, porque assumem as suas identidades, constituindo modelos exemplares, expressos na visibilidade revelada na concretização dos seus relacionamentos.

4.1. Emma Woodhouse e Madalena Mesquita

Neste contexto, surge, no universo romanesco austeniano, Emma Woodhouse, protagonista do romance epónimo, o qual representa uma jovem bonita, inteligente, vaidosa e muito assertiva. Favorecida pela fortuna, Emma é a verdadeira gestora do lar de Hartfield, a única, dentre as heroínas de Jane Austen, que aparece como a mentora feminina da sua comunidade:

Emma Woodhouse, handsome, clever, and rich, with a comfortable home and happy disposition, seemed to unite some of the best blessings of existence; and had lived nearly twenty-one years in the world with very little to distress or vex her. She was the youngest of the two daughters of a most affectionate, indulgent father, and had, in consequence of her sister's marriage, been mistress of his house from a very early period. (*Emma* 3)

Gerindo o lar, onde reside apenas com o pai, ressalta a sua autoridade, não só no espaço doméstico, mas também sobre os indivíduos com quem se relaciona; é uma jovem imatura, egocêntrica e egoísta, protagonizando todas as situações, sem ser censurada. Emma não pretende casar-se e, tal como é habitual na época entre as mulheres das classes superiores, não possui ocupação profissional, pelo que, dada a “clausura e, até certo ponto, a insatisfação e o tédio face a uma comunidade restrita”, (Fernandes 151) a jovem Woodhouse se empenha em arranjar casamentos. O primeiro casamento que Emma enaltece, por ter sido ela a arranjar, é a aliança entre *Miss Taylor* (a sua precetora) e *Mr. Weston*, cuja união, baseada no amor, resulta do conhecimento consolidado ao longo do tempo. Apesar do desagrado do pai relativamente ao facto de a filha arranjar casamentos, o que, na sua opinião, afastava as pessoas de quem ele gostava e quebrava as relações entre os seres humanos, a sua teimosia de casamenteira persiste: a atenção de Emma vai centrar-se na recente amiga, *Harriet Smith*, aquando do encontro num serão promovido pela personagem principal. Trata-se de uma jovem que facilmente se impressiona, por oposição a Emma, uma exímia persuasora, revelando alguma

fragilidade comparativamente à racionalidade e à determinação da protagonista, que impõe a sua personalidade.

As peripécias sucedem-se, desencadeando a interação de Emma com novas personagens que vão surgindo, como é o caso de Jane Fairfax, sobrinha de duas convidadas habituais dos serões com Mr. Woodhouse, e que a protagonista considera sua rival (por achá-la perfeita), ou ainda, Frank Churchill, filho do primeiro casamento de Mr. Weston e por quem Emma nutre um certo interesse que, afinal, se revela fugaz.

Ao apresentar liberdade de ação e de expressão, o que constitui uma exceção na época, a protagonista faz as suas reflexões, o que favorece o seu desenvolvimento, tornando este romance de aprendizagem (*bildungsroman*), porque revela a interioridade e as preocupações da personagem que alcança a sua maturidade. É a partir da percepção e do percurso efetuado por Emma, no sentido da concretização do amor, que a formação do seu carácter se evidencia, visto que, ao descobrir que está enamorada, a protagonista reconhece, gradualmente, os seus erros e tenta corrigi-los.

Emma constitui-se, deste modo, como romance de formação, uma vez que “narra e analisa o desenvolvimento espiritual, o desabrochamento sentimental, a aprendizagem humana e social [da heroína]”. (Silva, *Teoria da Literatura* 730) Ao permanecer no seu meio natural, a jovem propõe-se conquistar o estado de felicidade, conhecendo-se a si própria e aos que a rodeiam, resultando uma aprendizagem das suas experiências individuais e sociais até à obtenção de um nível equilibrado.

Centrando o processo de desenvolvimento interior da personagem principal em confronto com acontecimentos exteriores, o romance de formação ou de aprendizagem enfatiza a individualidade e, por conseguinte, a vida privada da protagonista face à sociedade em que a mesma se insere. Como tal, são proporcionados diferentes contactos com diversas experiências sociais, fundamentais para o aprofundamento do percurso de autoconhecimento por parte da personagem que aprende com as experiências pelas quais vai passando, sendo de salientar que, no caso concreto do romance *Emma*, a

personagem central da intriga é uma figura feminina, contrariamente ao que ocorria na época, em que as narrativas eram protagonizadas por jovens do sexo masculino. Como se refere adiante, tal situação irá repercutir-se na obra de Júlio Dinis, nomeadamente, no romance intitulado *A Morgadinha dos Canaviais*, cuja protagonista também é uma figura feminina.

Retomando a questão respeitante ao romance de aprendizagem, pode citar-se *Wilhelm Meisters Lehrjahre* (1795) de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), que surge como o paradigma do conceito de *bildungsroman* e que serve de referência a muitas outras obras literárias, como sucede com a produção ficcional de Jane Austen, em particular, com *Emma*: “O *Wilhelm Meister* tornou-se no modelo dos futuros romances de formação e evolução na Alemanha. A sua influência literária faz-se sentir até ao século XX, mas é particularmente evidente nos contemporâneos de Goethe”. (Beutin *et al.* 257)

A posição social de Emma concilia-se plenamente com o seu carácter livre e independente, sendo que as convenções sociais tê-la-iam impedido de assumir um papel tão predominante. Contudo, casando-se, o seu lado mais racional e objetivo é fortalecido pelo seu par, pelo que, nas palavras de Marilyn Butler, *Emma* “has been called the first and one of the greatest of psychological novels”. (273) Ao casar-se com George Knightley, Emma define o seu papel de líder, devido ao envolvimento ativo e à partilha de titularidade com o seu par na vivência social, sendo a sua posição preservada, pois é Knightley que se muda para a residência da esposa, ao contrário do que é comum na época, o que constitui um momento de autoafirmação da condição individual feminina. Como tal, Jane Austen é pioneira no modo como aborda assuntos que não são apresentados até à data da publicação da sua obra, como é o caso da educação da mulher.

Do mesmo modo, Madalena, a protagonista do romance dinisiano, *A Morgadinha dos Canaviais*, apresenta-se como figura independente, determinada e autónoma. Na verdade, o título atribuído à personagem principal aponta, desde logo, para uma situação de elevação social que, no entanto, é extemporânea, dado que advém do facto de

Madalena, a morgadinha dos Canaviais, o ter herdado da madrinha e de, naquele momento, já ter ocorrido a referida extinção.⁸

Madalena é uma jovem de vinte e três anos de idade, de trato afável e insinuante, meiga, de sentimentos generosos, inteligente e sensata. Estamos, pois, perante uma personagem bastante forte que revela, não só qualidades físicas, mas também qualidades morais, ao defender sempre os bons princípios e revelando-se apaixonada por tudo o que é nobre, caridoso e justo. É o “anjo” da família e da aldeia pelas suas atitudes, pelos seus gestos e pela presença de espírito com que age:

Era uma mulher muito nova ainda. Uma graciosa figura de mulher, suave, elegante, distinta, um desses tipos que insensivelmente desenha uma mão de artista, quando movida ao grado da livre fantasia; a cor, essa cor inimitável, onde nunca dominam as rosas, mas que não é bem o desmaiado das pálidas, encarnação surpreendente, a que ainda não ouvi dar nome apropriado (...). A estatura esbelta, sem ser alta; o corpo flexível, sem ser lânguido; um vulto de fada, enfim, com a majestade, com a graça que deviam ter estas criações da poesia popular. (Dinis, “A Morgadinha dos Canaviais” 267)

O retrato da morgadinha revela, por conseguinte, uma figura delicada, mas segura, presente em todos os momentos oportunos, para os poder resolver. Apesar de apresentar traços românticos, Madalena é uma mulher vincadamente forte, que luta pela sua felicidade e pela felicidade dos outros, revelando-se pragmática, ativa e decidida. Ela atua em conformidade com os bons costumes e os nobres sentimentos, intervindo na comunidade, através do seu sentido de responsabilidade e de caridade para com as famílias mais pobres, o que confere uma perceção positiva à personagem.

8. A extinção do morgadio data de 1860 e tornou-se definitiva em 1863, sendo que este romance é publicado em 1868. O morgadio constituiu, até àquela data, uma forma de organização familiar, que cria uma linhagem, com os seus sucessores, estatutos e comportamentos, tratando-se de domínios inalienáveis e indivisíveis. Este facto implica, assim, que o conjunto de bens de um morgado estivesse vinculado à perpetuação do poder económico da família, ao longo de várias gerações.

À semelhança de Emma, Madalena é uma mulher diferente, porque, para além de se assumir como a gestora do lar e educadora (no domínio privado), ela também se autoafirma no seio do grupo a que pertence, ao qual não se impõe pela superioridade, mas pela singeleza, antecipando a função que as mulheres podem desempenhar a favor de uma comunidade (domínio público).

A intriga desenrola-se a partir da saída de Henrique de Souselas de Lisboa em direção à quinta de Alvapenha, situada numa aldeia do Minho, propriedade da sua tia, onde o jovem procura alívio para a saturação da vida citadina. É numa das suas visitas pela aldeia que Henrique vê Madalena, num episódio peculiar, que desperta nele uma impulsividade amorosa relativamente à jovem, a qual, apercebendo-se dos seus sucessivos galanteios, o trata com indiferença. A sua atitude revela, pois, uma mulher determinada e consciente das suas convicções, não se deixando iludir por aparências efémeras e que, vencendo as ideias estabelecidas pela sociedade, vai desconstruindo o conceito estereotipado da figura feminina, ao possibilitar o desmontar de consciências preconceituosas que reflete uma sociedade em mudança.

Madalena revela, pois, maturidade e educação esmerada, em contraposição com as jovens da aldeia onde habita, expressando a crítica movida pelo autor à ausência da educação por parte das mulheres das classes populares. O excerto que se transcreve é elucidativo desta situação:

Um grupo de crianças e de mulheres do povo escutavam em pleno ar e com religiosa atenção, a leitura que uma senhora jovem e elegante lhes fazia das cartas, que elas para esse fim lhe davam. A senhora estava montada, não como romântica amazona, mas modesta e simplesmente num digno exemplar daqueles pacíficos animais, a que Sterne [1713-1768] não duvidou dedicar algumas palavras de simpatia nas suas páginas mais humorísticas (...), em uma possante e bem aparelhada jumenta (...). Lia com voz agradável e sonora. (Dinis, "A Morgadinha dos Canaviais" 266)

Detentora de energia varonil, mas também de sensibilidade e intuição femininas, Madalena é o símbolo do triunfo de uma nova mentalidade, alheia a preconceitos: mais uma vez, a protagonista

assemelha-se a Emma, ao lutar pelo seu amor, sobrepondo-o a conveniências económicas ou sociais. Com efeito, a jovem morgadinha enceta um novo rumo em Portugal, ao antecipar a emancipação das mulheres que devem usufruir dos mesmos direitos dos homens, cumprindo os seus deveres e preconizando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Este facto decorre da união de Madalena com Augusto, um mestre-escola, que, tal como George Knightley, se muda para a Quinta do Mosteiro, a residência da morgadinha, o que denota a afirmação da figura feminina. É ela que se declara ao seu par, indo contra a vontade do pai que, inicialmente, se opõe ao casamento entre ambos, devido ao seu preconceito relativamente à diferença de estratos sociais. A resolução de Madalena define a sua personalidade, ao afirmar a sua identidade, quebrando o estereótipo dos casamentos por conveniência ou por imposição paternal. Ao pôr em causa a autoridade do pai, ela assume uma atitude pioneira para a época por anular determinadas convenções limitadoras da condição feminina. A imagem da mulher submissa é, pois, substituída pelo novo estatuto da figura feminina que, desta forma, altera a sua condição num universo maioritariamente masculino. Representando a desconstrução de ideias pré-estabelecidas, Júlio Dinis está interessado

no mundo feminino querendo a dignificação da mulher (...). Quase que, mais que *romance campesino*, ele nos entrega um *romance feminino* – na constante presença da Mulher que o vivifica (...). Madalena é ela mesma quem oferece o seu amor à humildade de Augusto (...). Apesar de já saber que era amada, Madalena teve a coragem de *escolher, deliberar*. (Araújo)

4.2. As Irmãs Dashwood e as Pupilas do Senhor Reitor

Com *Sense and Sensibility*, Jane Austen apresenta as mulheres na sua domesticidade, lendo, fazendo labores ou costura, pintando ou tocando piano. São elas as irmãs Dashwood: Elinor e Marianne.

Elinor é uma rapariga de dezanove anos, sensata, moderada e reservada. É cautelosa, objetiva, possui clarividência de pensamento

e é comedida na expressão dos seus sentimentos. Nela sobressai o papel de educadora e de gestora do lar, revelando um sentido prático da domesticidade e fundamentando os seus valores e atitudes na razão e no equilíbrio:

[Elinor] possessed a strength of understanding, and coolness of judgment, which qualified her (...) to be the counselor of her mother (...). She had an excellent heart; – her disposition was affectionate, and her feelings were strong; but she knew how to govern them. (Austen, *Sense and Sensibility* 6)

Em oposição, Marianne, com cerca de dezassete anos, é uma jovem romântica em excesso, espontânea e imprudente, que vive intensamente a vida, numa explosão de sentimentos, podendo ser considerada a personificação da estética romântica, em que a individualidade se sobrepõe à sociedade. No fundo, a jovem é “sensible and clever; but eager in everything; her sorrows, her joys, could have no moderation. She was generous, amiable, interesting; she was everything but prudent.” (Austen, *Sense and Sensibility* 6)

Relatando a mudança de Mrs. Dashwood e das filhas para uma nova casa, mais simples e distante (o que decorre do facto de Henry Dashwood ter falecido e a propriedade da família passar para o único filho do sexo masculino), o romance narra os conhecimentos que as personagens travam com outros intervenientes, o que dá origem a novas relações que acabam por influenciar as suas vidas de maneiras diversas. Embora o coração impaciente de Marianne a deixe vulnerável aos sofrimentos de amor, as qualidades opostas de Elinor também não a protegem dos problemas emocionais: Elinor fica transtornada quando descobre que Edward (a pessoa por quem esta apaixonada) está secretamente noivo de outra mulher, enquanto Marianne conhece Willoughby, pelo qual desenvolve sentimentos mais fortes, descobrindo, mais tarde, que o jovem pretende casar-se com outra mulher.

Por isso, para Jane Austen é necessário que a individualidade seja, paulatinamente, descoberta, no sentido da procura de um autocohecimento, pelo que critica o romantismo exagerado, valorizando o

bom senso e visando o equilíbrio entre o lado sensível e o lado racional. Tal como sucederá no romance dinisiano, *As Pupilas do Senhor Reitor*, a oposição de personalidades entre as duas irmãs vai sendo esbatida ao longo da narrativa, assumindo, quer uma, quer outra, características de ambos os conceitos (sensibilidade e bom senso), construindo uma personalidade individualizada que começa a diferenciar o papel das mulheres na sociedade.

Com efeito, nesta época, educar para casar é o lema da sociedade que estabelece diversas regras, cujos princípios não concedem liberdade às mulheres, as quais possuem menos direitos e menos privilégios relativamente aos homens, recorrendo, muitas vezes, ao casamento de conveniência para poderem beneficiar de algum apoio financeiro que permita a sua sobrevivência, assim como a garantia de posição social.

A falta de bom senso revela-se, conseqüentemente, um grande risco, sendo aconselhável a escolha de um futuro favorável, pelo que, segundo a autora, as mulheres devem adquirir novos conhecimentos para poderem formar conscientemente a sua personalidade, promover a sua educação e participar, de forma ativa na sociedade, afirmando-se perante os outros e decidindo por si próprias.

As mulheres começam, assim, a articular as funções de esposas e mães com novas práticas, sendo que, em *Sense and Sensibility*, Jane Austen define o seu caminho e o seu estilo, ao representar a experiência humana numa sociedade onde as tensões e os conflitos são variados; porém, evidencia o amor e o casamento, o que torna esta obra “um bom romance inglês – pela criatividade, pelas novas possibilidades abertas para a arte do romance, pelas novas possibilidades abertas para uma inteligência humana da vida”. (Pina, “Sense and Sensibility” 106)

Expondo as características que as jovens devem adotar, os romances austenianos constituem, tal como Nancy Armstrong os classifica, “the female conduct books”, (137) manifestando uma conceção pro-feminista. Tal conceito fundamenta-se no facto de serem apresentadas figuras femininas independentes e autónomas, que conseguem libertar-se do meio familiar e conquistar os seus objetivos, decidindo,

livremente, com quem querem casar e cujo percurso antecipa a emancipação feita pelas feministas no século XIX⁹ e a que a autora alude na sua ficção romanesca. Curioso notar que Jane Austen é contemporânea de Mary Wollstonecraft, transpondo, para as suas personagens, a rebeldia de quem ansiava por um mundo regido pelo verdadeiro afeto e não pelo calculismo, recorrendo aos seus romances como arma mordaz contra os costumes da época: ao criticar a posição dependente da mulher, a autora também ataca o rígido sistema das classes sociais, influenciando a obra de Júlio Dinis que refletirá os mesmos propósitos.

De referir, assim, que o núcleo irradiador do feminismo foi a Inglaterra, sendo que as reivindicações se centravam na obtenção de igualdade jurídica – direito de voto, de instrução e de exercer uma profissão. Por exemplo, em *Sense and Sensibility*, apesar das objeções da futura sogra, Elinor Dashwood casa-se com Edward Ferrars e, no romance *Emma*, a protagonista é uma mulher livre e decidida, que atua segundo as suas convicções.

Existe, por conseguinte, um “crescendo” na formação destas personagens que, não deixando de representar a mentalidade e os costumes da sociedade contemporânea, revelam, antecipadamente,

9. Em 1791, a escritora francesa Marie Gouze (1748-1793), conhecida por Olympe de Gouges, redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, onde exigia *status* de completa assimilação jurídica, política e social para as mulheres. Para tal, baseou-se na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, proclamada em 1789. A declaração foi rejeitada até ser republicada em 1986, pela romancista e jornalista francesa Benoîte Groult (1920-2016). Baseada nos ideais da Revolução Francesa, é publicada, em 1792, em Inglaterra, por Mary Wollstonecraft (1759-1797), a obra *A Vindication of the Rights of Woman: With Strictures on Political and Moral Subjects*, obra em que, pela primeira vez na História de Inglaterra, a igualdade política, civil e económica das mulheres é exigida de forma clara e objetiva. O seu objetivo principal é levar ao reconhecimento de que é às mulheres que compete escolher o seu destino, o que inspirará as futuras gerações feministas. Em 1920, é declarado, nos Estados Unidos da América, o sufrágio feminino; em 1945, é reconhecida internacionalmente a igualdade de direitos entre homens e mulheres através da *Carta das Nações Unidas*; em 1951, é aprovada, pela Organização Internacional do Trabalho, a igualdade de remuneração entre trabalho masculino e feminino para função igual; em 1993, ocorre, em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em que os direitos das mulheres e a questão da violência contra elas recebem destaque, gerando a *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher*.

indícios de independência que, nos anos subsequentes, se concretizam nas lutas feministas por direitos iguais.¹⁰

Também Júlio Dinis representa duas irmãs, preparando-as para o seu futuro papel como esposas e mães – “the angel in the house” (Langland 8) –, atribuindo-lhes, no entanto, uma significação distinta e reforçando a ideia da importância adveniente do equilíbrio entre sensibilidade e sensatez. Baseado na história de duas raparigas da aldeia, o enredo de *As Pupilas do Senhor Reitor* apresenta aos leitores do século XIX valores que lhes são queridos, ao exaltar as virtudes cristãs e ao fazer a apologia da vida simples no campo. É através deste romance que o autor encontra a sua trajetória de escrita, descobrindo a sua técnica criativa e desenvolvendo o seu processo literário, ao contemplar a necessidade de reconhecer a liberdade individual das mulheres, numa inter-relação entre individualidade e comportamento social. Nele são comparadas as crenças e as condutas das protagonistas, a fim de se encontrar uma variante equilibrada: se, por um lado, Margarida representa a emocionalidade e a doutrina da civilidade, por outro lado, Clara reproduz a imagem do individualismo e da espontaneidade.

Com efeito, distanciando-se das peripécias e dos caracteres fantasiosos e excêntricos e opondo-se à representação da degenerescência

10. O filósofo francês Charles Fourier (1772-1837) é creditado por ter inventado, em 1837, a palavra “feminismo”. Os vocábulos “feminismo” e “feminista” apareceram, pela primeira vez, em França, e nos Países Baixos em 1872; no Reino Unido, na década de 1890, e nos Estados Unidos da América, em 1910. O objetivo é baseado em direitos iguais e libertação de padrões opressores; na igualdade entre homens e mulheres e na promoção dos direitos das mulheres e dos seus interesses. Defendendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres, os movimentos feministas efetuaram mudanças na sociedade ocidental, incluindo o sufrágio feminino, um maior acesso à educação, salários equitativos e o direito de propriedade. Embora estas “lutas” se tenham iniciado no século XIX, em que as mulheres exigiam que os direitos conquistados pela Revolução Francesa não ficassem restritos aos homens, o feminismo começou a popularizar-se, apenas, nas primeiras décadas do século XX, sendo que o movimento feminista contemporâneo surgiu nos Estados Unidos da América, na segunda metade da década de 1960, centrando-se na “libertação” da mulher através da afirmação da sua diferença. O primeiro país a reconhecer, às mulheres, o direito de voto foi a Nova Zelândia (1893); depois, a Austrália (1902), a Finlândia (1906), a Noruega (1913) e a Inglaterra (1918). Os movimentos feministas contemplam todos os movimentos a favor da obtenção dos direitos da mulher, sendo que a sua história se divide em três momentos: o primeiro (desde o século XIX até ao início do século XX) lidou, principalmente, com o sufrágio das mulheres, os direitos ao trabalho e à educação; o segundo (década de 60-80) focou-se no combate às desigualdades sociais, culturais e políticas; e o terceiro (fim da década de 80-começo da década de 2000) é visto como a continuação do segundo momento e como uma resposta às falhas nele contidas.

de valores e da dissolução de costumes, Júlio Dinis enfatiza o protagonismo da mulher, numa complementaridade entre a descoberta de si própria enquadrada nos padrões de uma sociedade em transformação que vai vivenciar as mudanças que os novos tempos exigem.

Margarida é a filha mais velha do primeiro casamento do pai, um carpinteiro, que, mais tarde, se casa com uma mulher rica. Tendo ficado órfã de mãe, Margarida fica sujeita aos maus tratos da madrasta, pelo que o sofrimento vai ser uma constante na sua vida. Bondosa, casta, carinhosa e prudente, é o amparo e a conselheira da meia-irmã Clara. Simples e sensível, é, simultaneamente, firme nas suas convicções, é crente e sincera, sofrendo em silêncio as angústias que marcam a sua vivência, sendo descrita como

uma simpática figura de mulher (...). Não se podia dizer um tipo de beleza irrepreensível, mas havia em toda aquela fisionomia um ar de afabilidade e de meiguice tal, que nem avultavam essas pequenas incorrecções, só reveladas a exame minucioso e indiferente; mas a primeira, a grande, a invencível dificuldade era conservar esta precisa indiferença ao vê-la. Os olhos, sobretudo, negros como poucos, sabiam fixar-se com tanta penetração e bondade, que, só a contemplá-los, esquecia-se tudo o mais. (Dinis, "As Pupilas do Senhor Reitor" 44)

Segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, no *Dicionário dos Símbolos* (1982), o olhar carrega todas as paixões da alma, sendo dotado de um grande poder e constituindo um instrumento de revelação. O mundo é compreendido como sendo o próprio jogo do olhar de Deus e a revelação dos seus atributos, pelo que os olhos são o símbolo da percepção intelectual, configurando um carácter integral.

Por seu turno, Clara, "de cintura estreita, mãos pequenas, formas arredondadas, vivacidade de lavandisca, (...) rosto oval e regular, (...) [sacudindo], com um movimento cheio de graça, a trança mais indomável", (Dinis, "As Pupilas do Senhor Reitor" 29-30) é uma jovem imaginativa, imatura e impulsiva, cuja rebeldia é revelada pelo adjetivo "indomável". Alegre, sociável e extrovertida, gosta de cantar e de se divertir, de viver a vida sem refletir nos seus atos. É afável

e compadece-se com o sofrimento da irmã, pela dureza de coração e pela violência de génio da sua mãe. Irrefletida, Clara é, tal como Marianne, a personagem antitética de Margarida, a qual, por sua vez, recebe o respeito e a confiança de todos: Margarida é a professora das crianças da aldeia sem aceitar nada em troca, ao mesmo tempo que auxilia e vigia pela saúde do seu velho mestre, o que remete para o seu papel como esposa, mãe, educadora e enfermeira.

Destas peculiaridades, destaca-se a questão da educação, fulcral para a formação da personalidade das jovens mulheres. As preocupações com o ensino da mulher decorrem, pois, do interesse pela promoção da cultura e da instrução, ressaltando o facto de muitas figuras femininas terem acesso a uma formação intelectual, através do desenvolvimento das aptidões, dos conhecimentos e das ideias. Segundo Jane Austen e Júlio Dinis, a educação merece lugar de destaque, promovendo a valorização da mulher, ao considerá-la um ser livre ao lado do homem livre, numa igualdade conducente à harmonia conjugal.

Por isso, a educação da mulher, da perspectiva destes autores, é imprescindível para todas as mulheres, devendo ser liberal, no sentido de a figura feminina se tornar independente das diferentes habilidades prescritas pelas normas sociais vigentes, assegurando a sua maturidade física e psicológica, como acontece com Margarida que demonstra capacidade para educar as crianças, porque “ensinar era aprender, ensinar era amar”. (Dinis, “As Pupilas do Senhor Reitor” 40)

Possuidoras de uma cultura semelhante à dos seus pares, o que contribui para a aproximação do casal, as protagonistas dos romances matrimoniais austenianos e dinisianos não se encontram desenraizadas, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas, pelo que a instrução é “a porta que abre os caminhos à mulher, para que ela se possa integrar na sociedade em pleno”. (Rafael 36)

Conclusão

Destacando a individualidade das mulheres e enfatizando o seu papel na sociedade, Jane Austen e Júlio Dinis, através dos seus romances, privilegiam a temática feminina, concedendo às figuras femininas uma relevância até então ignorada.

Na verdade, as regras da sociedade em vigor no início de Oitocentos e que uniformizam as mulheres, vão sendo progressivamente desfeitas e os papéis das figuras femininas multiplicam-se, construindo histórias em que elas surgem como protagonistas e já não como figurantes. Sujeitas a casamentos de conveniência, para preservação da linhagem, para consolidação da posse de terras e de poder político através do dote, assim como de posição social, as mulheres eram consideradas meros recursos. Contudo, com o advento do século XIX, que “assinala o nascimento do feminismo (...), [surgindo como] o momento histórico, em que a vida das mulheres se altera, ou mais exactamente, o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade”, (Fraisse & Perrot 9) as mulheres passam a ser representadas de forma distinta, designadamente na literatura. Nela se começa a expressar a antecipação da futura emancipação feminina, porquanto as mulheres já não surgem como figuras ideais ou como alvo de contemplação do homem, surgindo, sim, como seres consistentes, numa convergência paradigmática entre a missão como esposas e mães, preservando o espaço privado, e a sua participação na comunidade como sujeitos ativos, que intervêm na esfera social.

Assim, as mulheres austenianas e dinisianas assumem posições “modernas” relativamente àquelas que são convencionais na época, apresentando uma visão crítica, afirmando a sua identidade, validando a sua liberdade de escolha e rejeitando preconceitos familiares e sociais: são “imagens positivas de carácter modelar”, (Oliveira 106) que aliam sensibilidade e bom senso, determinação e coragem, substituindo a imagem da mulher vulnerável, submissa e resignada dos séculos precedentes, pela afirmação de uma posição independente. Estas heroínas efetuam as suas trajetórias de descoberta, assumindo especial relevância na construção das diegeses, pelo que os romances

de Jane Austen e de Júlio Dinis podem integrar a categoria dos primeiros contributos literários a um movimento feminista ainda tímido, mas que ulteriormente se repercutirá.¹¹

Como tal, estas narrativas concedem um relevo singular às figuras femininas, atribuindo-lhes uma forte complexidade que, anteriormente, não existia, (Pina, “Introdução ao Estudo Crítico” 24) uma vez que elas conseguem reconhecer os seus erros, aprofundando o conhecimento que têm de si próprias e dos outros e participando na sua realização pessoal e na dos seus pares. Protótipos de uma nova imagem, que já não se restringe a um mero papel figurativo e em que o enfoque da narrativa é concedido à sua perspetiva, estas mulheres assumem, na opinião de Nathalie Heinich, “as suas individualidades diferenciadas, cada uma com as suas qualidades e defeitos”, (57) promovendo uma viragem na configuração da condição feminina.

Obras citadas

- Abreu, Maria Zina Gonçalves de. *A Reforma da Igreja em Inglaterra: Acção Feminina, Protestantismo e Democratização Política e dos Sexos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- Araújo, Matilde Rosa. “A Mulher na Obra de Júlio Dinis”. *Suplemento Cultura e Arte de “O Comércio do Porto”*, Ano 20 (n.º 21), 1971.
- Armstrong, Nancy. *Desire and Domestic Fiction: A Political History of the Novel*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- Austen, Jane. *Emma*. Oxford: Oxford University Press, 1998 (1815).
- . *Sense and Sensibility*. London: Penguin Books, 1995 (1811).
- Baubérot, Jean. “Da Mulher Protestante”. *História das Mulheres no Ocidente: Século XIX*. Ed. Geneviève Fraisse & Michelle Perrot. Vol. IV. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 239-255.

11. As Nações Unidas instituíram o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, homenageando, ao mesmo tempo, as operárias de uma fábrica têxtil, em New York, que, em 1857, morreram queimadas numa ação policial, porque reivindicavam a redução da jornada de trabalho e o direito à licença de maternidade. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 1975 como o Ano Internacional das Mulheres; em 1979, foi promulgada a *Carta Internacional dos Direitos da Mulher* contra todas as formas de discriminação.

- Beutin, Wolfgang; Klaus Ehlert; Wolfgang Emmerich; Helmut Hoffacker; Bernd Lutz, et al.. *História da Literatura Alemã: Das Origens à Actualidade*. Vol. I. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- Bíblia Sagrada*. Gn 1, 27-28. Lisboa: Difusora Bíblica, 1978.
- Buescu, Helena Carvalhão. "Apresentação Crítica, Notas e Sugestões para Análise Literária". *Uma Família Inglesa*. Júlio Dinis. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985. 11-41.
- Butler, Marilyn. *Jane Austen and the War of Ideas*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- Chevalier, Jean & Alain Gheerbrant. *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Editorial Teorema, 1982 (1969).
- Cunha, Teresa. *Never Trust Sindarella*. Coimbra: Edições Almedina, 2014.
- Dinis, Júlio. "A Morgadinha dos Canaviais". *Obras de Júlio Dinis*. Júlio Dinis. Vol. I. Porto: Lello & Irmão Editores, [s/d.] [1868]. 233-588.
- . "As Pupilas do Senhor Reitor". *Obras de Júlio Dinis*. Júlio Dinis. Vol. I. Porto: Lello & Irmão Editores, [s/d.] [1867]. 1-232.
- . *Pensamentos*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editora, 1923.
- Dubesset, Mathilde. "Femmes et Pouvoirs dans la France des XIX^{ème}-XX^{ème} Siècles". *Actas dos 3^{os} Cursos Internacionais de Verão de Cascais – A Mulher e a Sociedade*. Vol. I. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1997. 99-111.
- Duby, Georges & Michelle Perrot. "Escrever a História das Mulheres". *História das Mulheres no Ocidente: Século XIX*. Ed. Geneviève Fraisse & Michelle Perrot. Vol. IV. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 7-8.
- Fernandes, Isabel. "Emma". *Jane Austen*. Ed. Álvaro Pina. Lisboa: Edições Colibri, 1994. 143-160.
- Fraisse, Geneviève & Michelle Perrot. "Introdução: Ordens e Liberdades". *História das Mulheres no Ocidente: Século XIX*. Ed. Geneviève Fraisse & Michelle Perrot. Vol. IV. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 9-15.
- Giorgio, Michela de. "O Modelo Católico". *História das Mulheres no Ocidente: Século XIX*. Ed. Geneviève Fraisse & Michelle Perrot. Vol. IV. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 199-237.
- Heinich, Nathalie. *Estados da Mulher: A Identidade Feminina na Ficção Ocidental*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Ideias, José António Costa. "Conto". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Caminho, 1997. 94-98.

- Jones, Hazel. *Jane Austen and Marriage*. London: Hambledon Continuum, 2009.
- Langland, Elizabeth. *Nobody's Angels: Middle Class Women and the Domestic Ideology in Victorian Culture*. London: Cornell University Press, 1995.
- Lopes, Graça Videira. "A Mulher e a Literatura do Século XIX". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Caminho, 1997. 325-328.
- Martins, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. Lisboa: Guimarães e C^a Editores, 1977 (1881).
- Mathias, Peter. *A Primeira Nação Industrial: Uma História Económica da Inglaterra (1700-1914)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1968.
- Meireles, Cecília. "Presença Feminina na Obra de Júlio Diniz". *Ocidente*, IX (24), 1940: 3245.
- Oliveira, Maria Teresa Martins de. *A Mulher e o Adultério nos Romances "O Primo Basílio" de Eça de Queirós e "Effi Briest" de Theodor Fontane*. Coimbra: Livraria Minerva, 2000.
- Pina, Álvaro. "Introdução ao Estudo Crítico de Jane Austen". *Jane Austen em Portugal: (Con)textos*. Coord. Rogério Miguel Puga. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2017. 15-32.
- . "Sense and Sensibility". *Jane Austen*. Ed. Álvaro Pina. Lisboa: Edições Colibri, 1994. 91106.
- Plumb, John Harold. *England in the Eighteenth Century*. London: Penguin Books, 1950.
- Praça, José Joaquim Lopes. *A Mulher e a Vida: Ou a Mulher Considerada Debaixo dos seus Principaes Aspétos*. Coimbra: Manuel de Almeida Cabral, 1872.
- Rafael, Gina Guedes. "A Leitura Feminina na Segunda Metade do Século XIX em Portugal: Testemunhos e Problemas". Dissertação de Mestrado em Edição de Texto, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.
- Shorter, Edward. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar, 1995 (1975).
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 2011 (1967).
- . *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
- Stern, Irwin. "Jane Austen e Júlio Diniz". *Colóquio/Letras*, 30, 1976: 61-68.
- Torres, Anália. *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Vaquinhas, Irene. "A Família, essa 'Pátria em Miniatura'". *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Ed. José Mattoso e Irene Vaquinhas. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011. 118-151.

“Lysia y Iberia Libertadas”: Britain and Portrayals of the Liberal Triennium in Portuguese Poetry (1820-1823)*

Gabriela Gândara Terenas
(NOVA FCSH/CETAPS)

“Ibéria o trilho mostra da ventura
Lysia não mais hesita;
Nella a paz, e a fortuna agora habita,
E perpetua opulência o Fado augura.”
(Fernandes 3-4)

1. Introduction: Portuguese Journalism and Poetry in the Early Part of the 19th Century

The main aim of this paper is to examine the way the Spanish Liberal Triennium was portrayed in the Portuguese poetry of its day and the role played by Britain in this process. Before analysing the poems which focussed on Spain and the Spanish people, it would be useful to point out the principal characteristics of the poetry written in Portugal during the first few decades of the nineteenth century together with those of the periodicals in which most of the poems appeared.

* Two versions of this paper were presented at two international conferences: *Mapping Anglo-Iberian Relations: Stereotypes, Alliances & Fictions* (28 May 2021) and *The Liberal Revolutions of 1820 and their Impact on Literary Culture* (14-15 July 2022).

After the Revolution of 24th August 1820, and more particularly in the period which followed the establishment of the Liberal Regime, there was an exponential increase in the number of periodicals, which, freed from previous constraints, were now able to support and promote the revolutionary movement. The surge was unprecedented in the history of Portuguese journalism, not just in terms of volume but also in a new identification between the press and its readership as far as politics and public opinion was concerned. According to José Tengarrinha, between the 24th August 1820 and the counter-revolutionary coup known as the Vila-Francada (May-June 1823), no fewer than 112 new newspapers were launched, in mainland Portugal alone. (320)

Unreservedly liberal in character, such newspapers, which were published essentially in Lisbon and Oporto, strove to encourage open debate whilst promoting the Constitutionalist cause and stimulating the political awareness of their readers. In fact, for the liberals of the day, freedom of expression and the unrestricted flow of ideas through a free press were crucial to the containment of despotism and the survival of the Constitutional Regime.

Whilst advocating education as a way to free citizens from what they saw as absolutist obscurantism, they propagated liberal ideals which emphasised the role of tolerance and concord in society. This concern with moral and humanistic values was almost always accompanied by liberal propaganda which originated in the Patriotic Associations.¹

One of the hotbeds of liberal ideas, for both Portugal and Spain, was situated abroad, in England. In fact, two of the principal periodicals in which poems allusive to the Triennium are to be found, were published in London: *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e*

1. Without doubt, the most important (and also the most numerous) of the Patriotic Associations during the Liberal Triennium was the Sociedade Literária Patriótica de Lisboa. Founded in January 1822, its main aim was to influence public opinion in favour of the Constitutional system through a wide variety of publications. Civic values and patriotism were considered essential qualities for those who wished to be admitted. The Association boasted Almeida Garrett amongst its members as well as other poets who celebrated the Liberal Triennium, such as José Liberato Freire de Carvalho, Nuno Álvares Pereira Pato Moniz e Joaquim Alves Maria Sinal.

do Povo: Jornal Político, Publicado Todos os Quinze Dias para Advogar a Causa e Interesses de Portugal (London, 1819-1821) and *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária* (London, 1820-1826) (Fig. 1):

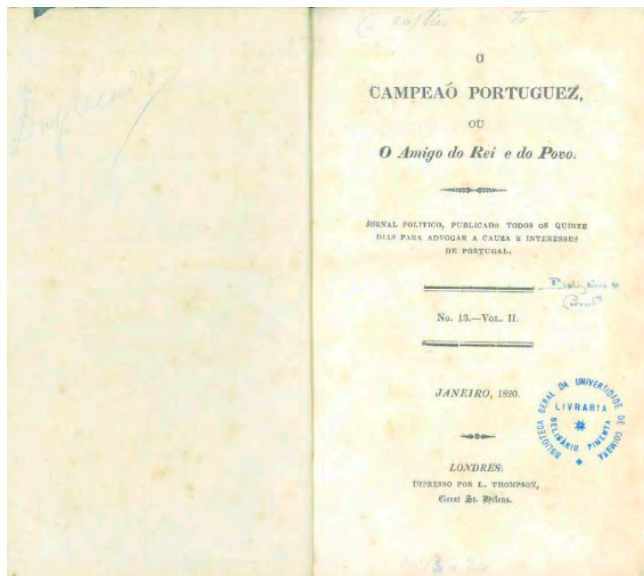
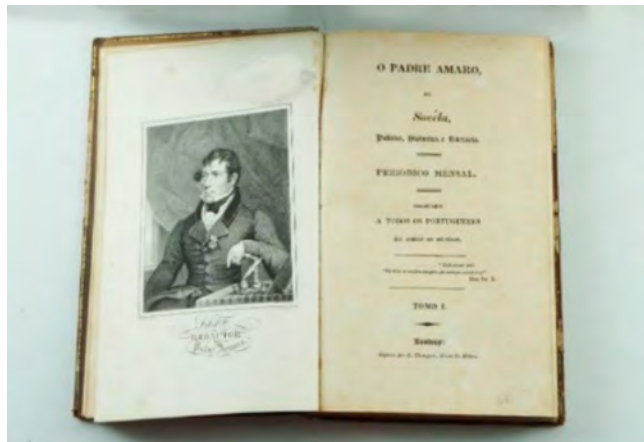


Fig. 1

The former, edited by José Liberato Freire de Carvalho,² played an important part in preparing public opinion for the 1820 movement whilst defending the need for an Iberian Union in the struggle against absolutism. The latter carried out a vital role both in the creation of other liberal periodicals as well as in the resistance to censorship which was introduced in Portugal after the Vila-Francada.³ Edited by Father Joaquim Ferreira de Freitas,⁴ *O Padre Amaro* enjoyed a certain degree of benevolence on the part of the Censor, and published poems which exalted the victory of Constitutionalism in Spain.

From 1821 onwards, however, many of the newspapers which had had liberal origins began to adopt a critical attitude towards the Government, contributing to the growing rift in political life represented by periodicals of different factions, which not only affected the liberal camp, but also created favourable conditions for the expansion of the absolutist press, notably in 1823.

The political, social and propagandistic content of these newspapers was also a feature of the Portuguese poetry written in the first

-
2. After the French invasion, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855), a journalist, member of Parliament and author, lived in exile in London, where he became the editor of the *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário e Político* (London, 1811-1819). The periodical was highly influential, not merely amongst the local Portuguese community but in Portugal, itself, as the *Campeão Português* would also be. On his return to Lisbon he founded the *O Campeão Português em Lisboa: ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional* (Lisboa, 1822-1823), a paper in which he published a number of politically-inspired articles. After the Vila-Francada he was banished to Coimbra, returning to the capital only after the proclamation of the Constitutional Charter. Selected from a vast body of work, the present study focusses on his *Discurso Pronunciado na Sessão da Sociedade Literária Patriótica de Lisboa em 24 de Julho de 1822, Comemorativa dos Espanhóis Mortos em Madri de a 7 de Julho do Dito Ano em Defesa da Constituição* (Lisboa, 1822).
 3. On May 27th 1823 at Vila Franca, near Lisbon, D. Miguel led a revolt against the Liberal Regime with the support of his mother, D. Carlota Joaquina and the military commanders Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda and Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real. Ultimately intended to overthrow D. João VI, the so-called Vila-Francada, also known pejoratively as the "Dust Campaign", was, first and foremost, a demonstration of the military strength of the political opposition to Liberalism. Having been warned of the coup by his advisors, the King also marched to Vila Franca, where he forced the Prince to submit to his authority. It was there that he appointed a new government and, in a gesture of appeasement, gave the command of the army to D. Miguel, restoring, at the same time, the royal prerogatives which had been withdrawn from the Queen and ordering the release of political prisoners.
 4. From 1820 until his death, the journalist Joaquim Ferreira de Freitas (1781-1831) lived in exile in England, where he frequented the Portuguese immigrant community, published the periodical *Padre Amaro*, and became a celebrated figure in the local political sphere. In 1826, the periodical was suspended and relaunched under the title *Apêndice ao Padre Amaro* (London, 1826-1830). The series, which consists of twelve volumes of the former title and six volumes of the latter, are a valuable resource for the Portuguese history of the day.

decades of the nineteenth century. Alive to the events taking place around them, both in Portugal and Spain, many of the poets became involved in the struggle (sometimes in person), often propagandizing in favour of one or other of the two factions (liberal or absolutist).

It was in this environment that revolutionary poems acquired an important role, leading to the appearance, especially in the major cities, of a flood of poetry which quickly spread across the whole of the nation. Poets sang the praises of Liberty, the Constitution and the Fatherland, whilst exalting the examples of the heroes of the Revolution and the role of the Parliament (*Cortes*) and its members. In theatres, Patriotic Associations and political banquets, poetry invariably accompanied the music and speeches. Indeed, it can be argued that it is here that the origins of Portuguese Romanticism are to be found, although, at this time, many of its defining features were associated with neoclassicism – mythological figures, allegory, imitation, the adoption of Greco-Latin and sixteenth century models – in a conjugation which I would define as “pre-Romantic arcadism”.

In this context, it is a curious fact that to celebrate the victory of liberalism in Spain, the editors of London-based papers turned, on several occasions, to the verses of Luís Vaz de Camões (1524-5?-1580), generally considered to be Portugal’s greatest poet. Such is the case of Canto 3 of *The Lusiads* (1572) in which the following example is paradigmatic:

Ouvido tinha aos fados, que viria
 Huma gente fortíssima de Hespanha
 Pelo mar alto, a qual sujeitaria
 Da India tudo quanto Doris banha;
 (...)
 Eis aqui se descobre a nobre Hespanha,
 Como cabeça allí da Europa toda;
 Em cujo senhorio, e gloria estranha
 Muitas voltas tem dado a fatal roda. (Camões, *apud* [Carvalho] 133-134)⁵

5. See also Camões *apud* Freitas 188; Camões 1572; and Camões *apud* Carvalho 56.

On the other hand, the absolutist periodicals, the majority of which appeared in 1823, tended to adopt a more satirical stance. Hence, irrespective of their literary merits, the texts under study are of significant historical and cultural value, as, up to a certain point, it is possible to reconstruct the chronology of the two Triennia through their poetic evocations.

Thus, the poetry of the period, whilst conjugating neo-classical taste and new pre-romantic trends with the social and political impact of the Revolution, either praised the Spanish heroes in markedly liberal terms, or adopted a critical attitude towards them, as I will demonstrate.

2. Poetic Portrayals of Spain and the Spanish People during the Liberal Triennium

Given that the Spanish Triennium occurred at the same time as the Portuguese Liberal Revolution, it is not surprising that the evocation of Spanish figures and events in the Portuguese poems under study was accompanied by and, not infrequently caused by developments in Portugal. It should be remembered that the Constitution of Cadiz was proclaimed for the second time in January 1820, the same year as the Liberal Revolution broke out in Oporto on August 24th. The revolutionary movement gained the support of the capital on September 15th 1820, and was followed by religious and secular celebrations which led to the publication of numerous poems, in which the situation in Portugal was equated with that of Spain.

In January 1821 the Constitutional Assembly (*Cortes Constituintes*) was inaugurated, and discussions concerning the foundations of the Constitution began, leading to its promulgation in November 1822 and to the sworn allegiance of the King, D. João VI, who had returned from Brazil in July 1821. Spain was now seen by the Portuguese liberals as a model worthy of emulation. The poems not only praised the fact that, like their neighbours, the Portuguese people had shown courage in their struggle for the proclamation of a Constitution, but even raised the possibility of an Iberian union.

2.1. Spain and its Heroes: Models to be Emulated

A significant number of the poems glorified neighbouring Spain and its heroes, where the liberal revolution had succeeded, was published as an example to be followed by Portugal. Outstanding, in this context, is a memorial tribute entitled “Aos Mortos no Campo d’ Honra em Madrid (1822)” (Fig. 2) written by one of the best-known Portuguese writers, Almeida Garrett.⁶



Fig.2

-
6. João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), a leading name in Portuguese Literature, was a pioneer of the great technical and formal changes which gave substance to Portuguese romanticism, though in the early phase of his poetry there are still traces of arcadic conventions. At the time of the Liberal revolution he was a law student at Coimbra University, where, from the outset, his Liberal convictions were apparent. Garrett composed odes, narrative poems, tragedies, farces and enthusiastic essays in favour of Liberalism and against obscurantism and tyranny. The majority of these poems, which are arcadic in form but with touches of romanticism, are to be found in *Lírica de João Mínimo* (1829). He saw the Liberal revolution as a sign of hope for the rebirth of the nation, particularly as far as culture was concerned. In 1824, after the ascension of D. Miguel to the throne, Garrett was forced to seek exile in France and England. It was on his return to Portugal in 1836, however, that he truly began to leave his mark in the fields of literature, journalism and politics. Whilst still in exile, however, he had already published the lyric-narrative poems *Camões* (1825) and *Dona Branca* (1826), which are generally considered to be landmarks in the development of Portuguese romanticism, despite the fact that they still contain many arcadisms, as mentioned earlier. Whilst in England he “discovered” Shakespeare and ancient ballads, developing a particular liking for Byron and Walter Scott, who would influence his writing.

The poem was first presented at an extraordinary session of the Sociedade Literária Patriótica de Lisboa on July 24th 1822 and later published in the Society's journal.⁷ In these verses, which were drawn up as a tribute to the Spanish citizens killed on July 7th of that year in a clash in the Plaza Mayor between the Guarda Real and the Milicia Nacional (as can be seen in Fig.2), Garrett laments the tragic events caused by the failed absolutist coup, whilst celebrating the heroic acts of the liberals and the citizens of Madrid who had taken up arms against the rebels:

E sois escravos, Hespanhoes briosos?
 Não, que forças não ha que valhão tanto.
 Como ousa pois, como se atreve a norte
 A hastear a fouce nos terrões da Hesperia? (Garrett 420)

The poet also recalls the fact, which gives the poem its title, that, after a truce had been agreed, the Guarda Real had treacherously and cowardly opened fire upon the militia, and that many of the wounded were stabbed to death, becoming martyrs to the liberal cause:

He bem duro morrer por mãos de escravos,
 Mas pela pátria, sobre o campo d'honra,
 Martyres della... Oh! Gloria, e gloria excelsa! (Garrett 423)

In this poem Garrett also evokes the celebrated figure of Rafael del Riego y Flórez (1784-1823) who rebelled in Cabezas de San Juan, on January 1st 1820 and proclaimed the Liberal Constitution of 1812,

7. It should be noted that other texts alluding to the incidents appeared in the *Jornal da Sociedade Literária Patriótica de Lisboa*, as, for example, a speech by José Liberato Freire de Carvalho or correspondence with the *Sociedade Constitucional de Madrid* and with the Spanish chargé d'affaires in Lisbon, which demonstrates just how attentive the Portuguese were to events in neighbouring Spain.

which became known as “A Pepa”.⁸ The new, liberal Government demanded a new oath of allegiance to the Cadiz Constitution and conferred the rank of Field Marshal upon Riego who later held a series of important military and civilian posts, his name becoming a symbol to all liberals.

As a consequence, Riego had become a popular hero and a symbol for the liberals. Notwithstanding the fact that on July 7th it was General Ballesteros⁹ who had led the militia in the defence of the Constitutional Regime, in this poem, Garrett chooses to place the laurels for the resistance against the outrageous absolutist attack, upon Riego’s head:

Onde, ó monstros? Onde ó gente indigna?
 Ao alcáçar da augusta liberdade?
 Que! Pensaes que de assalto heis-de tomallo?
 Julgais que dormem os heroes que o guardão?
 Tem mil Camillos por um Brenno a Hespanha,
 E por cem vis punhaes milhões de espadas,
 Que alerta velão, que rompentes correm,
 “Alerta, alerta” de Riego soa
 Brado libertador, a voz d’honra, e gloria:
 E à voz de Riego batalhões se apinhão,
 E de Morillo á voz campeões se adunão,
 Crescem, redobião co’frequente povo. (Garrett 422)

-
8. The “Hino de Riego”, which was sung at the time by his comrades, became the anthem of the Spanish liberals, and was reproduced much later by Alberto Pimentel, in Spanish, in *A Musa das Revoluções* (1885). It is curious that, at the time (1820-1823), there was no Portuguese translation or publication of the song. This may be due to two factors: either the Portuguese were more interested in their own affairs at the time than in patriotic songs from other countries or, as referred to in note 1, contemporary Portuguese poetry continued to be inspired by a preference for neo-classical themes whilst the romantic taste which might have appreciated the popular tone of the anthem had still not developed. Hence, it was only in 1885, when a taste for the romantic was widespread amongst Portuguese readers, that Alberto Pimentel (1849-1925) published the “Hino de Riego” in his anthology of popular, political-ly-inspired poetry. V. Pimentel 34-36.
9. After refusing to accept Wellington as the supreme commander of the Spanish Army during the Peninsular War, Francisco Ballesteros (1770-1832) was arrested at Ceuta. However, when the Liberal Revolution of 1820 broke out, he was called to Madrid, where together with his comrades he forced Fernando VII to sign the Constitution. During the Triennium he was vice-president of the *Junta Provisória*, closed down a number of the prisons of the *Santa Inquisição* and on July 7th 1822 he defeated the Guarda Real, so preventing a coup against the Constitution. In 1823, he fought against the Duque de Angoulême’s forces in Navarra and Aragon but was forced to surrender, later fleeing to Paris, where he died.

Still on the subject of eulogies of Spain and its heroes, reference should be made to poems in Spanish and to translations of poems originally written in English, which appeared both in Portuguese periodicals published in England, such as *O Padre Amaro*, and in Lisbon papers. The following two examples are paradigmatic.

On April 26th 1820 a group of Spanish emigrés, apparently met in a London tavern to celebrate the successes of the movement in their home country. One of the members of the group, Hilario Ramon, about whom little is known, ended his speech with a patriotic anthem which was warmly applauded by those present and was later published in the previously-mentioned Portuguese periodical. The anthem begins as follows:

Sonó la voz: en las Españas
Resuena; Libertad, Amor!
Despavoridos los malvados,
El reino fina del error. (Ramon 286)

In a news item concerning a banquet which took place in London on March the 8th 1823, in honour of the Portuguese and Spanish Legations, an anonymous contributor to *O Censor Lusitano*, relates that the Spanish Minister had concluded that the gathering represented a happy prelude to a cordial friendship between Spain and Britain. It was followed by the well-known "Patriotic anthem":

Soldados, la Patria
Nos llama a la lid!
Juremos por Ella
Vencer, ó morir. (Anonymous 584)

A note followed which added that, inspired by the words of the song, the Spanish people would resist every challenge. The publication of these poems, which were written originally in Spanish and not translated, is of great interest, as, on the one hand, it demonstrates how Spanish and Portuguese liberal emigrés in England identified

a common cause, and on the other, how closely Portuguese journalists followed events in Spain, a concern which undoubtedly corresponded to the expectations of their target readership.

As regards those poems originally written in English and later translated into Portuguese, an aspect which is of great importance from the viewpoint of Anglo-Iberian relations, the translation of the verses written by General Sir Robert Thomas Wilson (Fig.3) is of particular significance.



Fig.3

Well-known in Portugal as the commanding officer of the *Leal Legião Lusitana*¹⁰ during the Peninsular War, in May 1823 Wilson enlisted in the National Militia of Vigo to fight on the side of the Liberals against the Absolutist forces. To commemorate the occasion, he wrote a poem which offers an extremely positive image of Spain and the Spanish, who are portrayed as demonstrating great

10. Originally constituted by Portuguese immigrants in England, the Legion was made up by 2500 Portuguese volunteers commanded by Sir Robert Wilson. For more on the subject see Terenas 217-219.

heroism in their resistance against tyranny and, as such, a model to be emulated by other nations:

Filhos da Iberia, não ouvis de perto
 Esse clarim de guerra, que vos chama
 Os ferros empunhai, correi velozes,
 Se inda prezaes as liberdades vossas.
 (...)
 Valentes Hespanhoes, olhai, que a sorte
 Occasião vos presta, em que o Universo
 Pasmе de vossas ínclitas façanhas.
 Mostrai-lhes que jamais se ataca impune
 A dôce Liberdade; (...)
 A Nação, que *não quer viver escrava*,
 Sempre *livre* será. Depressa Hespanha,
 A generosa causa que defendes
 Há de inflamar de um polo a outro polo
 A quantos prézão a liberdade, e honra.
 Essas Nações, que ao jugo inda se acurvão
 Da tyrannia atroz, suas cadêas
 Em breve quebrarão; e ao teu heroísmo
 O mundo deverá ser sempre livre. (...) (Wilson 918)

2.2. In Favour of an Iberian Union

On the subject of the two Triennia, certain of the poems speak out in favour of the union of the two Iberian nations under the flag of Liberal Constitutionalism, describing them as two valiant and fortunate brothers-in-arms or “two heroic nations, two free nations”. (Anonymous, 1821) The idea echoed what those countries in favour of “liberal regenerationism” had decided in 1822, or that there should be an alliance between the nations against their rulers and that this should start in the Iberian Peninsula, which had been considered the land of freedom since the Napoleonic Wars.

2.3. Spanish Heroism, on the Subject of Portuguese Heroism

Although, as I have endeavoured to show, the revolution in Spain, which would inaugurate the Triennium, was put forward as a model to be emulated in Portugal, it should be noted that in the great majority of cases the poems were dedicated not to Spain and the Spanish, but rather to Portugal and the Portuguese people. However, at the same time as they praise the Portuguese heroes and their struggle for freedom, the poets recognise that Spain had first shown the way to their neighbours and to the rest of the world, as can be seen in the excerpt from “Ode Pindárica, Quando os Bravos Heróis do Mundo Espantam”, written by Francisco Senna Fernandes (at the time, a law student at Coimbra University) as well as in an epodic ode dedicated to the first members of the Parliament (*Cortes*) – Francisco Simões Margiorchi, Francisco Xavier Monteiro, Alves do Rio and Borges Carneiro – which was published anonymously (but attributed to José Pinto Rebelo de Carvalho) in the Coimbra literary paper *O Cidadão Literato. Periódico de Política e Literatura*. In his eulogy of the great Portuguese heroes of the Liberal revolution, the poet recalls that the cry of freedom was first heard in Spain, where there were those who had tried, in vain, to silence it:

(...)
 Dessa *Arvore* celeste, que primeiro
 Brotou no chão d’Hesperia
 Tentou de balde derruba-la inteira
 Astucia cavilosa,
 E dar-te a nuvem a abraçar por Juno...
 Tentou com vão fantasma
 Tuas esp’ranças iludir, ó crime!
 E de novo entregar-te
 A Aritocratas vís, á Tyrannia...
 (...) (Carvalho [?] 102-104)

Whilst a picture is painted of the heroism and courage of the Spanish people in their fierce struggle against tyranny, the pretext for the portrayal is to be found in the events taking place in Portugal or in a comparison with leading figures at the time of the Portuguese Liberal revolution. Consequently, the Spanish Liberal triennium was seldom the principal motive or fundamental justification for the existence of the poems, but rather what was going on at home. Spain and the Spanish people were introduced whenever it was appropriate, precisely because they were facing the same situations.

In an eminently patriotic poem entitled “Elogio. Por Ocasião da Feliz Restauração de Portugal em 1820”, written by João António dos Santos on the occasion of the establishment of the Liberal regime in Portugal, there is a brief reference to Spain, which shared with Portugal the same sense of jubilation. A poem by Gonçalo José de Araújo e Sousa,¹¹ dedicated to the Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, which was instituted in 1820, also carries a brief reference to Spain, which, like Portugal, had freed itself from the absolutist yoke.¹² In his poem dedicated again to the members of the Junta, João António Neves Estrela¹³ rejoices in the new Constitution and compares the courage of the Portuguese with that of the Spanish, whilst a poem by an unidentified author celebrates the Portuguese Constitution at the same time as that of Spain.¹⁴

11. After abandoning his intended ecclesiastical career to join the army, Gonçalo José de Araújo e Sousa (1769-1839) would attain the rank of Brigadier-General.

12. V. Sousa 1820. A single poem.

13. A poet and member of the Academia das Belas Artes or Nova Arcádia who wrote under the pseudonym of Jónio Scalabitano (due to his having been born in Santarém), João António Neves Estrela (1755-1823-24?) was the author of several poems in the neo-classical style, at times in favour of Liberalism, and at others of Absolutism.

14. See Estrela 1820, a single poem; and Comunicadas [?] [4]. See also Forjô [4].

2.4. Defending Absolutism: The Attack Against the Spanish Liberals and Praise for the Restoration of Absolutist Spain

As previously mentioned, the period under study was also characterised by the opposition between liberals and absolutists, an aspect which is apparent in the Portuguese poetry and in its portrayal of Spain. In effect there are poems, written by liberals, which are highly critical of the Spanish absolutists, whilst at the same time there are others, written by supporters of D. Miguel and D. Carlota Joaquina de Bourbon¹⁵ which launch a fierce attack on liberalism, in both Portugal and Spain. These include texts published at the end of the Triennium in the period corresponding to the brief reign of D. Miguel, in 1823. Hence, in an antiliberal poem written by José Daniel Rodrigues da Costa¹⁶ and dedicated to D. Miguel, the poet laments the way the Portuguese and Spanish peoples had been contaminated by liberalism, which had only brought disgrace upon them, whilst praising D. Carlota Joaquina who had always refused to sign the Constitution and had always supported her absolutist son against D. Pedro and the

-
15. Constantly taking part in conspiracies against her husband, the King, and against the Constitutionalists, D. Carlota Joaquina (1775-1830), was always one of the leading figures the counter-revolutionary movement headed by her son D. Miguel. In effect the Queen played a fundamental role in nineteenth-century Iberian politics, demonstrating, from very beginning, her ambition to rule in Portugal or Spain, or both. However, her daughter D. Maria Teresa de Bragança (1793-1874) was widely acclaimed upon her arrival in Lisbon and her passage through Elvas on her way to Spain in August 1822. On this festive occasion, D. Maria Teresa was presented with a copy of the Constitution and the *Diário do Governo* published two anonymous poems, in which the *Princesa da Beira*, was portrayed as a symbol of Portugal's newly-conquered freedoms, which she should take with her to Spain. After refusing to swear allegiance to the Constitution, D. Carlota was forced to retire to the Quinta do Ramalhão, in Sintra, which became an important gathering point for absolutists who were discontent with the liberal Government and it was there that she began to plan the counter-revolution.
16. Although trained as a soldier, José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832) followed a literary career from an early age, rapidly achieving widespread popularity. In view, of the political turmoil of the Liberal triennium in Portugal, the author revealed a remarkable ability to adapt to the changing circumstances, writing at different times in favour of the Liberal cause and in favour of Absolutism. In effect, his engaging character and above all his good humour – which is apparent in certain of the titles, such as *Pimenta para as Más-Línguas* ou *Papeis Contra Papeis*, or *Queixas de Apolo para Açoite de Mãos Poetas* – ensured that he enjoyed lasting friendships in the literary, social and political spheres. However, it was in the satirical theatre that his contribution was outstanding, demonstrating a unique ability to create lively dialogues between his characters whilst capturing the features of the most ridiculous personalities of his day. Curiously, this talent for the stage can be found in the poetry under analysis, particularly in “*Pimenta para as Más-Línguas*” (1822). Costa belonged to the Nova Arcádia, under the bucolic pseudonym “*Josino Leiriense*”, due to having been born in Leiria. Amongst the outstanding works published during this time, *Portugal Convalescido* (1820) is worthy of particular mention.

King. In the poem, Spain is criticised (like Portugal) for having sadly followed the path of liberalism whilst D. Carlota is praised for her character and firm resistance to the new regime:

Ao povo Portuguez chamado infame;

Aos Hespanhoes o mesmo;

Por não seguir-se o tal Liberalismo,

Da doutrina do *novo cathecismo*

(...)

Oh Inclita Rainha, sempre sejas

Do Ceo abençoada!

(...)

Hum Coração Magnanimo te alenta

No centro dos desgostos:

Tens hum character firme, és Heroína,

A ter virtude assim he que se ensina.

(...) (Costa [s.p.])

Within the same category are the poems which jubilantly celebrate the end of the Spanish and Portuguese Liberal Triennia. Such are the cases, for example, of “A Rebelião Fulminada. Ode”, by Joaquim José Pedro Lopes¹⁷ and “Na Queda de Cadiz” by José Daniel Rodrigues da Costa.¹⁸ Both celebrate the end of Liberalism and the restoration of the absolutist monarch, Fernando VII, associating the Portuguese people with the victory of absolutism over liberalism. Emphasis is given to the way the Spanish people, like the Portuguese, succeeded in freeing themselves from their oppressors (the liberals) and imposing peace, liberty and restoring the throne once again, with the help, in the case of Spain, of its former enemy, France:

17. Joaquim José Pedro Lopes (1781-1840), a journalist, writer, poet, translator and bibliophile, was the editor of *Semanário de Instrução e Recreio* (Lisboa, 1812-1813) and the *Gazeta de Lisboa* (Lisboa, 1715-1833) between 1813 and 1831 and the *Gazeta Universal* (Lisboa, 1821-1823), as well as other periodicals. His critical appreciation of the liberals, who are denounced as freemasons, is clearly demonstrated in his ode “A Rebelião Fulminada”, where they are portrayed as heinous impostors.

18. V. Costa 1823. A single poem.

Se Hespanhoes generosos
 Armão leaes seu braço
 Contra o Bando oppressor, e ao Throno querem,
 E ao Altar acudir, potente auxilio
 Presta *Luiz* á honra,
 Contr'essa iniqua turba...
 Oh prodígio! O Francez, que perturbára
 Da Hesperia outr'ora a paz com vís algemas,
 Hoje a paz lhe assegura, a liberdade,
 E o legitimo Throno,
 E lhe firma de hum Deos o sacro Culto!
 (...) (Lopes 1724)

Riego, who was earlier described as a hero, is now identified as “a monster”. In fact, when confronted by the French invasion, “the one hundred thousand sons of St. Louis”, Riego attempted to resist but was betrayed and taken prisoner. Rodrigues da Costa dedicated two sonnets to his arrest and sentencing to death for treason, both in 1823. In one of them, the poet jubilantly proclaims the defeat of the liberal Government in Spain and the restoration of absolutism under Fernando VII, whilst ironically celebrating Riego’s demise:

Era huma vez Hum homem, que queria
 Subir a Dictador, como hum Romano;
 (...) Pobre *Riego!* Ficou na grande empresa,
 Qual Ratazana de lutar cançada,
 De sete Gatos, entre as unhas, a preza. (A Single Poem)

In the other, the poet, whilst defending Fernando VII, attacks all of Riego’s deeds, accusing him of treason and overambition and blaming him for all the evils which had fallen upon Spain. In these verses Riego is termed the “monster of Spain” and identified with one of the heroes of Portugal’s Liberal revolution, Luís do Rego¹⁹:

19. A hero of the Peninsular War, Luís do Rego Barreto, 1º Visconde de Geraz do Lima (1777-1840), was appointed Military Governor of the Province of Minho in 1822 and Commander-in-Chief of the forces which, in 1823, overcame the absolutist insurrection led by the Conde de Amarante.

Dize, louco Hespanhol, *Riego* infernal,
 Que mal Fernando Setimo te fez?
 Seria a escolha dessa tão má rez
 Para ser das Hespanhas General?
 Eu, que em bruxas não creio, acho fatal
 Juntarem-se dous *Regos* desta vez;
 Hum em Hespanha assolou, e de hum revez
 Outro perder queria Portugal:
 Se por tua maléfica ambição
 Fizeste do teu Rei hum Santo Job,
 Pondo os Vassallos seus em confusão:
 Quem de ti, *Riego* infame hade ter dó?
 Se nada vingar póde huma traição,
 Inda fazendo-se o traidor em pó. (Costa, A single poem)

3. Final Thoughts

In summarising, then, it can be said that, centred, as it was, on the Portuguese Liberal Triennium, the Portuguese poetry of the day rarely focussed upon the events which were taking place in Spain at the same time, or to be specific during the Spanish Liberal triennium. Having said that, it is clear that the Portuguese poets not only recognised the exemplary role of Spain in acting as a stimulus for the Liberal Revolution but also kept themselves informed about developments in Spain whilst singing the praises of the Liberals' deeds. Curiously, in the case of both Portugal and Spain, England was always in some way present in these poetic evocations, so doing justice to the theme of Anglo-Iberian(/Portuguese) studies. At the end of the two Triennia, particularly in 1823, when the absolutists celebrated poetically the counter-revolutionary rebellions in Portugal, they also referred with jubilation to the end of Liberalism in Spain. The country was thus portrayed as "a sister" of Portugal in the vicissitudes which had left their mark on the years from 1820 to 1823.

To conclude, the Portuguese poets commented simultaneously on events in Portugal and Spain, and their respective protagonists, expressing attitudes which were either favourable or antagonistic in accordance with their political leanings and/or the periodical in question, as well as the moment at which the piece was written. In either case, the relationship between the two Iberian nations, "Hespanha and Lysia", was always very close, with England often in the background.

Works Cited

I) Primary Sources

- Anonymous. "Canto na Solidão". *Poesias que se Distribuíram no Jantar Constitucional da Sala de Risco do Arsenal da Marinha, no Primeiro Aniversário de 15 de Setembro de 1820*. [Lisboa], 1821.
- Anonymous. "[Contai aos Hespanhoes]". *Diário do Governo*, nº209, 1822. 1557.
- Anonymous. "Hymno Patriótico". *O Censor Lusitano ou o Moderador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos*, nº68, 1823. 584.
- Anonymous. "[Prima Vergonteia, Predilecta Augusta]". *Diário do Governo*, nº209, 1822. 1558.
- Carvalho, José Liberato Freire de. "Resumo das Novidades do Tempo". *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, vol. III, nº25, 1820. 56.
- . "Unindo-se por Contractos Amigáveis com Hespanha". *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, vol. III, 1820.133-134.
- Carvalho, José Pinto Rebelo de. "Ode Epódica. Aos Ilustríssimos Senhores Margiorchi, Monteiro, Alves do Rio e Borges Carneiro". *O Cidadão Literato. Periódico de Política e Literatura*, vol. I, nº2. 102-104.
- Comunicadas [?]. "A Lusa Constituição". *Astro da Lusitânia*, nº107, 1821. [4].
- Costa, José Daniel Rodrigues da. "Ao Monstro de Espanha. Soneto", 1823. A Single Poem.
- . *Na Queda de Cadiz. Soneto*. Régia Tipografia Silviana, 1823. A Single Poem.
- . "A Prisão de Riego. Soneto", 1823. A Single Poem.
- . *O Temporal Desfeito ou os Impostores Naufragados. Esta Obra, he Dedicada ao Serenissimo Senhor D. Miguel, Infante de Portugal*, 1823. [s.p.]

- Estrela, João António Neves. *O Jubilo dos Lusos na Chegada dos Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Membros da Junta do Governo Supremo do Reino a esta Cidade no dia 1º d'Outubro do Corrente; ou Ditirambo Oferecido aos Mesmos Excelentíssimos Senhores Governadores*, 1820.
- Forjó, Padre José Teotónio Canuto de. "Ode. Dia 15 de Setembro de 1821". *O Patriota. Suplemento Extraordinário ao Patriota*, nº281, 1821. [p.4].
- Fernandes, Francisco Senna. "Ode Pindárica. Quando os Bravos Heróis do Mundo Espantam". *Mnemose Constitucional*, nº 67, 1820. 3-4.
- Freitas, Joaquim Ferreira de. "Reino Constitucional de Espanha". *O Padre Amaro ou Svela Política, Histórica e Literária*, vol. I, nº3, 1820. 188.
- Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. "Aos Mortos no Campo d'Honra em Madrid". *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*, nº18, 1822. 420.
- Lopes, Joaquim José Pedro. "A Rebelião Fulminada. Ode." *Gazeta de Lisboa. Appenso à Gazeta de Terça-Feira, 18 de Novembro de 1823*, nº273, 1823. 1724.
- Ramon, Hilario. "Á Nação Hespanhola Gloriosa, e Magnanima em a Reivindicação de seus Direitos". *O Padre Amaro ou Svela Política, Histórica e Literária*, vol.I, nº4, 1820. 286.
- Santos, João António dos. "Elogio. Por Ocasião da Feliz Restauração de Portugal em 1820", 1820. 1-4. A Single Poem.
- Sousa, Gonçalo José de Araújo e. *Aos Ilustríssimos e Excelentíssimos Membros da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, no Dia 12 de Outubro de 1820*, 1820. A Single Poem.
- Wilson, Sir Robert Wilson. ["Versos"]. *Diário do Governo*, nº122, 1823. 918.

II) Secondary Sources

- Buescu, Helena Carvalhão (Ed). *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- Carvalho, Rómulo de. *O Texto Poético como Documento Social*. 3rd ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Cidade, Hernâni. *História de Portugal. Implantação do Regime Liberal – Da Revolução de 1820 à Queda da Monarquia*. Lisboa: Quidnovi, 2004.
- . *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*. 2nd vol.. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

- Coelho, Jacinto do Prado. *Dicionário de Literatura*. 3rd edition. Porto: Figueirinhas, 1979, 5 vol.
- Diccionario biográfico del Trienio Liberal*. El Museo Universal, 1991.
- Lopes, Óscar, and António José Saraiva. "Irradiação e Evolução da Poesia Arcádica" and "Almeida Garrett". *História da Literatura Portuguesa*. 2nd Edition. Porto: Bloco Gráfico, 1973. 689-721 and 749-783.
- Peralta Garcia, Beatriz and Gabriela Gândara Terenas. "*Contadles a los españoles*": *Poesía portuguesa del Trienio Liberal. Estudio crítico y corpus bilingüe anotado*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2019.
- Pimentel, Alberto. *Musa das Revoluções*. Lisboa: Viúva Bertrand & Ca., 1885.
- Tengarrinha, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- Terenas, Gabriela Gândara. "O Batalhão Académico de Coimbra e a Leal Legião Lusitana". *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. 217-219.
- Torgal, Luís Reis and Isabel Nobre Vargues. "Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político". *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. João Lourenço Roque and Luís Reis Torgal. *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5. 57-76.
- Vargues, Isabel Nobre. "O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: a Revolução de 1820". *O Liberalismo (1807-1890)*. Ed. João Lourenço Roque and Luís Reis Torgal. *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5. 41-55.

Carlos Van Zeller (1811-1837): Um Militar-Artista Anglo-Português nas Guerras Liberais Ibéricas

Rui Moura e José Norton
(Independent Researchers)

Prólogo

Carlos Van Zeller¹ nasceu em 31 de julho 1811, na cidade de Londres. No entanto era cidadão português, filho de pais portugueses. Foi batizado em 1 de agosto de 1817, na Real Capela Portuguesa de Londres, pelo capelão William Victor Fages, tendo por padrinho Arnaldo Van Zeller e madrinha D. Maria Browne. (Lima 179) A sua educação foi tipicamente britânica, quer na casa de família, quer nos diversos colégios que frequentou, tendo como primeira língua o inglês e uma formação anglo-saxónica, nas letras, nas artes e nos negócios.

1. O nome de Carlos Van Zeller é também registado em diversos documentos da época com outras formas ortográficas. O nome de batismo surge em versão portuguesa ou inglesa, Carlos ou Charles. O apelido Van Zeller (Van Zeller 1833, Braga 1938, Valente 1942 e Lima 1943) surge com diferentes variantes: Vanzeler, Vanzeller, (Knight 1834 e Barreiros 1904) Van-Zeller, (Torres 1831 e Torres 1838) Wanzeller (*Lista Geral*, 1835) ou até C.V.Z. (Van Zeller 1837) ou Vancellor.

1. Família Van Zeller

Os seus pais, ambos nascidos no Porto, terão saído de Portugal para fugirem ao invasor francês² ou para estabelecer um novo negócio, em Inglaterra? Não o sabemos.

O pai de Carlos, José Pedro Van Zeller (1756-1857) e a sua mãe, Genoveva Clamouse-Browne (c. 1785-1864), eram descendentes, respetivamente, de famílias católicas holandesas, de Roterdão, de irlandesas, de Killarney, e de francesas, de Toulouse. (Braga 169) Carlos foi o filho primogénito, entre nove irmãos.

O apelido Van Zeller está ligado a Portugal desde o século XVII. Os primórdios da ligação da família Van Zeller a Portugal começam com João Van Zeller (1665-1734), cônsul do Rei da Prússia junto da corte em Lisboa, casando na cidade do Porto, em 1687, com Maria Francisca Piper de Moura, com geração que deu continuidade ao apelido. Um dos filhos do casal João e Maria Francisca, Pedro Francisco Van Zeller (1709-1760), foi militar do Exército português, Coronel de Dragões e Governador do Forte de S. Neutel, em Chaves. (Torres 135)

Um sobrinho de João Van Zeller, Arnaldo João (1702-1766), também veio a estabelecer-se no nosso país, na cidade do Porto, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, com numerosa prole, que manteve o apelido. Arnaldo João era o bisavô de Carlos Van Zeller.

Por sua vez, Rolando Van Zeller (c. 1645) pertence a um terceiro ramo Van Zeller que se fixou em Portugal, parente dos anteriores e também oriundo da Holanda, casou em 1670, em Lisboa, com Joanne Marie Antoniette Venimet van Praet (c. 1640), sempre com geração a dar continuidade ao apelido Van Zeller até que José Aleixo Falcão Gamboa Fragoso Van Zeller (1762-1835) apenas teve descendência feminina, perdendo o apelido nas gerações seguintes.

2. Na primeira invasão francesa, liderada por Junot, o Porto foi ocupado, em dezembro de 1807, por tropas espanholas das divisões dos generais Taranco, oriundas da Galiza, e do general Carrafa, oriundas de Valência de Alcântara. Em abril de 1808, o general francês Quesnel toma posse do governo do Porto, devido à morte do general Taranco. Em fevereiro de 1809, o Porto foi tomado e ocupado pelo Marechal Soult, após uma invasão oriunda da Galiza.

O ramo da família de Arnaldo João Van Zeller, bisavô paterno de Carlos, veio para Portugal durante o reinado de D. João V, estabelecendo-se no Porto com muito sucesso no negócio do vinho. (Reis 289) Arnaldo João, nascido em Roterdão, casou-se no Porto em 1735, foi elevado a Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo (1757), por D. José I, e casou-se com Ana Francisca Henckell (1720-1801), também natural do Porto. Tiveram quinze filhos, onze rapazes e quatro raparigas. O décimo primeiro filho, teve o mesmo nome do pai, Arnaldo João Van Zeller (1751-1822) e veio a casar-se com Anne Eleanor Wittenhall (c. 1760-1802), nascida em Avintes, Vila Nova de Gaia. É interessante saber que o seu irmão mais velho, Pedro Van Zeller (1736-1802), era casado com Maria Isabel Wittenhall (1749-1819), irmã de Anne Eleanor, cujo pai era um abastado comerciante de Vinho do Porto.

O tio-avô de Carlos, o primogénito da família, foi igualmente Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo (1768), Cônsul da Rússia no Porto e fidalgo de Cota d'Armas (1786). A sua mulher, Maria Isabel, foi pioneira da vacinação contra a varíola em Portugal, no início do século XIX, tendo pessoalmente vacinado mais de 13 400 pessoas, apesar dos pareceres contrários da Igreja e da classe médica, (Van Zeller 2004, 118) o que lhe valeu o reconhecimento pela Academia das Ciências. Os Van Zeller viviam na Rua dos Ingleses no Porto e na sua Quinta de Fiães em Avintes. (*Idem* 117)

Pelo lado da sua mãe, Carlos era descendente dos Clamouse-Browne. Os Browne, família nobre irlandesa, tinham-se refugiado em Portugal, fugindo das guerras religiosas que assolavam a sua ilha natal, no século XVIII, estabelecendo-se no Porto. Andrew Browne, natural de Killarney, condado de Kerry, Irlanda, foi pai de Pedro Browne, Cavaleiro da Ordem de Cristo, que casou, no Porto, em 1740, com D. Francisca Xavier de Clamouse (1723), filha de Bernard de Clamouse, natural de Toulouse, cônsul de França no Porto e de sua mulher, D. Genoveva Hartsoeker. Pedro Browne e Francisca Clamouse tiveram como filho varão Domingos de Clamouse Browne, fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição. Domingos, que viria a ser o avô materno de Carlos Van Zeller, foi cônsul de França no Porto.

Os Van Zeller tinham ligações familiares, quer no Porto, quer em Lisboa, e a sua elevada posição na sociedade da época fez com que fossem nobilitados como fidalgos da Casa Real e a professar na Ordem de Cristo. O Tomo II do livro *Árvores de Costados das Famílias Nobres dos Reinos de Portugal*, publicado em 1831, que inclui um extenso repertório das famílias nobres da província de Entre Douro e Minho, menciona cinco Van Zeller: Joaquim, (143) Ricardo, (152) Roberto, (153) Arnaldo (231) e Henrique. (234) Todos eles eram descendentes de Arnaldo João (bisavô de Carlos).

Carlos Van Zeller tinha ascendência notável e nobilitada, oriunda dos Países-Baixos, da Irlanda e de França. As respetivas famílias tinham-se radicado em Portugal e pertenciam ao grupo dos homens de negócios abastados, sediados em Lisboa e no Porto, cuja atividade comercial lhes permitira um estatuto social diferenciado. Por aliança de casamento, os Van Zeller ligaram-se aos Brownes e aos Clamouses,³ constituindo-se, assim, no decorrer dos anos, famílias portuguesas, de origem estrangeira, com elevado estatuto junto da Corte.

2. Estudos em Inglaterra e França

De acordo com Vasco Valente, que transcreve o diário⁴ do pintor, em Londres “as janelas do quarto de brincar (*nursery*) de Carlos van Zeller deitavam para a parada dum quartel de ‘Life Guards’” e “isso

3. Outro ramo familiar ligou ainda os Van Zeller aos Kopke, família de Hamburgo, sedeadada no Porto. Em 1794, Henrique Pedro Van Zeller (n.1752) casa no Porto com Maria Juliana Kopke (1765-1830).

4. O diário de Carlos Van Zeller, do qual se detalhará no ponto “Um Álbum que foi Diário”, é referido por Vasco Valente, no seu artigo publicado em 1942 no *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Citando Valente: “por uma feliz casualidade, foi-nos dado examinar, primeiro, o Diário, autógrafo, deste artista, volume in folio, barbaramente truncado, pois, além de algumas folhas arrancadas, tem outras, infelizmente, muito incompletas, por delas terem sido recortados os desenhos e aguarelas que o ilustravam, e, últimamente, um pequeno álbum em que foram coladas algumas dessas produções. O Diário é documentado com desenhos à pena, todo escrito em inglês e pertence hoje ao Snr. Coronel Alexandre Van Zeller, sobrinho de Carlos Van Zeller (...). O álbum é propriedade do Snr. Rodrigo de Castro Pereira, também parente do Artista, e tem, coladas, muitas aguarelas, algumas interessantes e documentais, outras cheias de movimento, de observação e de espírito crítico.” As tentativas, levadas a cabo pelos autores, de aceder a este diário não tiveram sucesso, apesar da ajuda de vários elementos da família Van Zeller, que agradecemos, e por isso aceitamos de boa-fé as referências e transcrições de Vasco Valente.

influiu decisivamente na sua vida, inculcando-lhe a paixão militar.” (49) É também por informação registada no seu diário que ficamos a saber que frequentou durante dois anos um colégio de Shefford, Bedfordshire, a norte de Londres. Esta era uma escola católica fundada e regida pelo capelão Mr. John Potier (aliás Jenison), padre católico. Seguidamente, prosseguiu estudos no Oscott College, ou St Mary’s College, um seminário da Igreja Católica Romana da Arquidiocese de Birmingham, entregue aos cuidados de Ricardo Van Zeller, seu primo, que estudava para padre.

Em 1825, com apenas quatorze anos, prosseguiu os estudos em Paris, onde frequentou o colégio de Mr. de Sadler. (Valente 49) Valente acrescenta ainda que “tendo manifestado sempre grande propensão para o desenho, nele recebeu as suas primeiras lições dum padre Inglês, Mr. Reishon”. (*Idem*)

3. Vida Infeliz no Comércio

Com cerca de dezassete anos, em 1828, regressou a Inglaterra para se dedicar à vida comercial, na empresa de seu pai, a Joseph Van Zeller & Co. A empresa dedicava-se, em Londres, ao negócio de importação e exportação de bens para o Brasil, onde possuía uma delegação na cidade da Baía. As principais importações do Brasil eram café, açúcar, couros, tabaco e algodão. (*The Baring Archive*, 2.358) Os laços comerciais em Lisboa eram efetuados pela empresa de James Finnie Esq. (Joseph Van Zeller & Co.) Ainda de acordo com o seu diário, Carlos “levava vida opulenta, dispendendo [*sic*] de 4 a 5.000 libras anuais”,⁵ (Valente 49) o que, dado a sua juventude, era uma quantia de dinheiro muito considerável.

Com quase dezoito anos, em maio de 1829, Carlos viaja em negócios com o seu pai para Lisboa, no vapor *Duke of Kent*, sendo esta a primeira vez que vem a Portugal. Era igualmente passageiro neste navio

5. Um valor anual superior a meio milhão de euros de 2022. (Conversão de libras esterlinas de 1828 em euros através de dados históricos de inflação. V. <https://www.in2013dollars.com/uk/inflation/1828>)

o reverendo W. M. Kinsey, autor de *Portugal Illustrated: In a Series of Letters* (1828), um livro com várias gravuras de paisagens portuguesas, de diferentes autores. De acordo com o seu diário, Carlos Van Zeller acompanhou o reverendo Kinsey nas suas visitas ao Porto, ao Norte de Portugal e ao Douro, antes de voltar a Lisboa, tendo apenas regressado a Londres no final de setembro. No relato do seu diário descreve o trajeto da viagem do Peso da Régua até ao Porto, efetuada num barco rabelo, que surge acompanhado por uma aguarela sobre o tema (Fig. 1):



Figura 1 – *Embarcking Porto from Pezo da Regoa* (Carlos Van Zeller, Álbum).

O regresso a Inglaterra significou voltar a uma vida de trabalho burocrático, fechado num escritório, “once more among the big books, blotting paper, pens, ink black and red (...)” (Valente 50) O seu espírito aventureiro e gosto por conhecer Mundo, terá sido provavelmente despertado pelos cinco meses de viagens em território português, que decerto terá extremado a sua aversão aos negócios. É assim que propõe a sua ida para o Brasil, ao serviço de uma companhia de exploração mineira de ouro, com vista a explorar o interior desse grande território da América do Sul. Mas como os negócios familiares se encontravam em crise, Carlos Van Zeller é enviado ao Brasil com a missão de se

inteirar dos problemas da filial da empresa de família na Baía. Esta viagem ao Brasil foi decisiva para sua tomada de posição de abandonar a atividade comercial, que lhe tinha sido traçada pela família, seguir a sua vocação militar e correr o mundo em aventuras. Chega mesmo a ponderar o alistamento num regimento de cavalaria brasileiro ou, até, incorporar-se num regimento inglês e partir para a Índia.

No regresso a Londres, em setembro de 1830, Carlos encontra o negócio da família em profunda crise, descobrindo que, entretanto, o seu pai havia embarcado em direção ao Brasil para tentar salvar a empresa. Este facto é para si preocupante, pois a ausência do pai inviabilizava a incorporação no Exército britânico, por falta de autorização paterna, uma vez que ainda era menor de idade. Mas a sua nacionalidade portuguesa constituía uma barreira intransponível à sua tão desejada entrada no exército britânico, por isso, de pouco lhe valeu a autorização paterna, o que o levou a aproveitar uma oportunidade inesperada que, entretanto, lhe surgiu.

4. Voluntário no Exército de D. Pedro

Os partidários de D. Pedro procuravam, por essa época, voluntários em Inglaterra para formar unidades de combate que pudessem constituir a expedição a Portugal, com o objetivo de libertar o país da governação de D. Miguel, que usurpara os direitos reais e se constituíra como monarca absoluto. Esta era a oportunidade que Carlos tinha para fugir aos negócios da família e abraçar a profissão militar que tanto ambicionava, oferecendo-se como voluntário para o serviço da Rainha D. Maria II.

Esta unidade de voluntários ingleses recrutados em Londres e organizada sob o comando do Coronel George Lloyd Hodges, concentrou a sua força em Belle Île,⁶ para onde também se dirigiram

6. Belle-Île-en-Mer é a maior ilha da costa da Bretanha, situada no golfo da Gasconha, próxima da foz do Rio Loire e do Cabo de Quiberon. Curiosamente tinha sido igualmente o local de concentração das forças portuguesas fiéis a D. António, Prior do Crato, que, em 1582, partiram para uma tentativa de conquista dos Açores, que redundou no insucesso da batalha naval de Vila Franca do Campo, em 26 de julho de 1582.

os partidários de D. Pedro, exilados da pátria, para partirem, rumo à Terceira, nos Açores, bem como o próprio D. Pedro IV e os seus mais fiéis seguidores. Enquanto unidade auxiliar não tinha qualquer ligação ao Exército britânico e era composta, de acordo com o seu primeiro comandante, “of the most motley and heterogeneous elements”. (Hodges vol. 1, 147) Sem dúvida que alguns dos oficiais, e mesmo sargentos e praças, tinham experiência militar prévia, devido à sua participação nas guerras napoleónicas, mas para muitos era a primeira vez que envergavam um uniforme, ou mesmo disparavam uma arma.

Como Hodges refere, o recrutamento tinha atraído: “strolling players, ballad-singers, chimney-sweepers, prize-fighters, the wig-dresser of his late Majesty, attorneys’ clerks, medical students, painters, engravers, printers, poets, all variously animated with the love of fame and liberty, or the fear of want”. (*Idem*) A posição privilegiada de Van Zeller, quer pela sua escolaridade, quer pelo seu estatuto económico, permitiu-lhe ser incorporado como oficial.

Após a chegada aos Açores, o batalhão inglês aquartelou-se na Vila da Praia, na ilha Terceira, onde se preparou e treinou para a futura campanha. Foi aqui que recebeu as armas e os equipamentos vindos de Inglaterra e que uma amálgama de “most motley and heterogeneous elements” se transformou numa unidade de combate treinada. O batalhão foi incorporado no “Exército Libertador”, este último sob o comando do General Conde de Vila Flor,⁷ por despacho do Ministro da Guerra, de 5 de maio de 1832. Hodges agradeceu a confiança e apresentou os cumprimentos a Vila Flor afirmando, “I have further the satisfaction to state to your Excellency, that the British battalion is ready to embark at the shortest notice”. (Hodges Vol. 1, 302)

7. General António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (1792-1860), 7º Conde de Vila Flor, mais tarde Marechal e 1º Duque da Terceira.

5. O Cerco do Porto

O Batalhão britânico, do qual fazia parte Carlos Van Zeller, integrou a expedição liberal que, sob o comando militar de Vila Flor e com a presença de D. Pedro e do seu governo, se dirigiu ao Porto, em julho de 1832, desembarcando na Praia do Mindelo no dia 8. Contavam-se 49 navios e cerca de 8300 homens, transportados numa esquadra sob o comando do Almirante George Rose Sartorius (Freire 1834). Contrariando a vontade de D. Pedro, o Batalhão inglês, também conhecido por Batalhão de Marinha, foi o primeiro a desembarcar, como nos relata o autor do livro *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*:

A guarnição do Brigue de Guerra Conde da Vila Flor foi a primeira, que, saltando em terra, cravou a Bandeira da senhora D. Maria II no ponto de desembarque, e, logo depois dela o General Conde de Vila Flor com todo o seu Estado Maior, uma parte do Batalhão de Marinha com os seus Chefes respectivos, foram os primeiros que conseguirão [*sic*] saltar na Praia. (...) O Batalhão de Marinha, foi estabelecer-se em Perafita. (55)

A unidade de Carlos Van Zeller foi uma das mais ativas nas operações que decorreram em defesa do Porto e nas sortidas contra as posições miguelistas, entre julho de 1832 e julho de 1833. O Coronel Hodges escreveu um interessantíssimo livro, em dois volumes, *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832: Under the Orders of His Imperial Majesty, Don Pedro, Duke of Braganza* (1833), no qual relata a campanha, incluindo a descrição das dificuldades do recrutamento de voluntários, a forma sub-reptícia como tiveram de sair de Inglaterra, os problemas de transporte para Belle Île e daí para a Ilha Terceira, a preparação e o treino na Vila da Praia, a expedição em direção ao continente, bem como o desembarque no Mindelo e o Cerco do Porto. Embora o nome de Van Zeller, nunca seja referido pelo autor, esta descrição detalhada das operações do Batalhão britânico, permite-nos perceber qual foi o contributo deste militar na tomada deste ponto estratégico aos absolutistas.

Não obstante a ausência do seu nome na escrita de um oficial superior que tinha acesso aos Comandantes do Exército Libertador e, até, a D. Pedro, Van Zeller é mencionado em três ocasiões na obra *The British Batallion at Oporto* (1834), escrita pelo cabo Knight, que descreve as campanhas em Portugal, vistas por um soldado. Knight, militar experiente, do 3.º batalhão do *95th Regiment of Foot*, mais tarde *Rifle Brigade*, com presença nas campanhas da Holanda (1813-1814) e de Waterloo (1815), tinha sido dispensado em 1818, na sequência da redução do exército britânico após as guerras napoleónicas. Em outubro de 1831, após anos de trabalho braçal na construção, em Londres, tomou conhecimento de um recrutamento secreto que ocorria para constituir uma unidade de voluntários para o serviço da rainha de Portugal e logo se ofereceu, farto que estava de uma vida pouco aventureira: “I was now tired of quiet work, and wanted to have a little of the old game” (36). Obviamente que, para além da aventura, as promessas de glória e de um bom pré ajudaram à decisão, sendo um dos primeiros duzentos homens recrutados para servir como fuzileiros navais. Embarcados em Inglaterra foram inicialmente para Belle Île, de onde partiram para os Açores, a 10 de fevereiro, após D. Pedro e oficiais portugueses se juntarem à Expedição. (49)

A primeira ocasião em que Knight refere Carlos Van Zeller é quando descreve a situação em que o jovem tenente prestava serviço como chefe de destacamento de piquete, e que, precisando de um apoio para dormir, lhe “confiscou” a mochila para servir de almofada:

A short time before the affair of the 16th September [1832], being on piquet duty on a hill near Bom Fim, on a very wet night, Lieutenant Vanzeller led the men to some huts on the left for shelter. Before lying down he borrowed my knapsack for a pillow, saying, ‘Corporal, keep a sharp look-out on the sentries’ of whom there were seven (...). (81)

Numa outra referência, acerca de uma tempestade que se abateria, uma semana e meia depois do primeiro relato, Knight conta-nos que “when on piquet duty on the night of the 27th, there was a most tremendous storm of rain, thunder, and lightning, and

Lieutenant Vanzeller, the officer of the guard, got out of the small house made of boughs, under an oak tree, into the open field, to be safe from the lightning (...)." (93)

A história sobre Van Zeller, porventura a mais interessante, que o autor menciona no seu livro, descreve os efeitos devastadores que o ataque miguelista do dia 29 de setembro de 1832 teve no batalhão britânico e o facto extraordinário de Van Zeller ter sido o único oficial que não foi morto ou ferido: "our little battalion was terribly cut up on the 29th of September; (...) every officer, with the exception of Lieutenant Vanzeller, being killed or wounded" (98) Na realidade, na guerra também é preciso contar com o fator sorte. O tenente Van Zeller tinha sido colocado ao comando de dezoito homens numa trincheira, enquanto todo o resto da força se encontrava em espaço aberto aquando do ataque miguelista. (Shaw vol. 2, 192)

O combate nas Linhas do Porto, no dia 29 de setembro de 1832, foi provavelmente o dia mais sangrento de toda a Guerra Civil. O dia terminou com um total de 823 baixas no exército liberal, entre mortos e feridos. A unidade mais causticada foi, de longe, o Batalhão de Marinha inglês, com um total de 262 baixas, praticamente todo o efetivo. Nesta ação, a unidade de Van Zeller registou 68 mortos, entre eles quatro oficiais – o Tenente-coronel Burrell, os tenentes Souper e Buston e o Alferes Campbell (*Lista Geral* 122-123) –, e ainda 194 feridos, dos quais nove oficiais: o Coronel Hodges, o Major Shaw, o ajudante Brown, os capitães Chinnock e Mitchel, os tenentes Weick, Jenkins e Walsh, e o Alferes Woobridge. (*Idem* 136)

A força inglesa destacada, com cerca de duzentos e cinquenta homens, sob o comando do Tenente-coronel Burrell, defendia as baterias do Bonfim e do Fojo quando foi atacada por uma coluna miguelista, constituída por cerca de dois mil soldados, que avançou pela estrada de Valongo. (*O Cerco do Porto em 1832 para 1833*, 74-75) A luta que se seguiu foi sangrenta, com pesadíssimas baixas na força defensiva, que teve de retirar para dentro das linhas. (Bollaert vol. 1, 45)

Foi durante o cerco do Porto que Carlos Van Zeller pintou, no ano de 1833, uma panorâmica da cidade invicta e do Douro, vista a partir da Serra do Pilar, em Gaia. Essa panorâmica, dedicada a D. Pedro, Duque

de Bragança, foi gravada por Robert Havell e impressa em Londres, a 20 de setembro de 1833 (Fig. 2), contendo a seguinte legenda, em português e inglês: “Esta vista da cidade do Porto foi tomada do Convento da Serra durante as ocorrências de 1833 dedicada a S.M.I. o Senhor D. Pedro Duque de Bragança e mandada publicar por ordem do Mesmo Augusto Senhor”.



Figura 2 – *View of the City of Oporto*, drawn by Captain Charles Van Zeller, British Brigade. [engrav. Robert Havell]. Londres, 1833.

Não é, pois, de admirar que, com este elevado nível de atrição, Carlos Van Zeller tenha sido promovido rapidamente a capitão e, depois, a major, pois as promoções eram necessárias para substituir oficiais mortos ou gravemente feridos. Recrutado como alferes foi promovido a tenente quatro meses depois, a 1 de dezembro de 1831, ainda em Inglaterra, e, em menos de dois anos e meio, Van Zeller foi promovido de tenente a major. (Lima 179) É promovido a capitão, cinco meses depois do desembarque no Porto, em 18 de dezembro de 1832, sendo colocado no comando de uma

companhia e integrado no Regimento da Brigada Real de Marinha, sob o comando do Coronel graduado Robert Williams, no sector da Foz. (*Lista Geral* 100) Finalmente, é graduado a Major do Regimento de Granadeiros Britânicos, sob o comando do Coronel Daniel Dodgins, em maio de 1834. (Portugal. SENG)

6. A Tomada de Lisboa

De acordo com o seu diário, a 17 de julho de 1833, juntou-se ao Esquadrão de Lanceiros ingleses, sob o comando do Capitão John Griffiths, na Messejana, aquando da Expedição ao Algarve do Duque da Terceira, quando este marchava sobre Lisboa. (Valente 52) Carlos está, assim, presente no combate de Setúbal, em 22 de julho de 1833, na Batalha da Cova da Piedade, no dia seguinte, e na entrada em Lisboa, a 24 de julho. (*Lista Geral* 119)

Durante as ações do Cerco e Defesa de Lisboa, assume funções de ajudante-de-campo de oficiais superiores portugueses. Assim, a 5 de setembro, na ação de defesa perante o ataque miguelista às linhas de Lisboa, foi ajudante de campo do Coronel graduado Francisco Xavier da Silva Pereira,⁸ comandante da valorosa unidade de Caçadores 5. Nos meses subsequentes foi ainda ajudante-de-campo do Coronel, graduado em Brigadeiro, Domingos Melo Breyner, encarregado de um dos distritos de defesa de Lisboa, e do General Bernardo António Zagalo, comandante da brigada constituída pelas unidades de Caçadores 5, Caçadores 12 e Voluntários da Rainha.

8. Pela ação distinta na defesa de Lisboa, no dia 5 de setembro, o Coronel Silva Pereira (1793-1852) foi feito Barão das Antas, a 7 de setembro. Mais tarde foi Visconde e Conde das Antas e Tenente-general. Iniciou a carreira militar como Alféres da Leal Legião Lusitana (1808) e terminou a Guerra Peninsular como Capitão do Batalhão de Caçadores n.º 7, aos 21 anos.

7. No Exército Português

No Arquivo Histórico Militar encontra-se um processo de habilitação de herdeiros de Carlos Van Zeller, assinado por Joseph Van Zeller e D. Genoveva Van Zeller, seus pais, com o n.º 2022. Este documento foi remetido à Comissão Mista Luso-Britânica, em setembro de 1843, por Francisco Inácio Van Zeller, representante dos pais em Lisboa, junto da Comissão Mista e do governo português (PT/AHM/DIV/1/19/162/20, 19) (Fig. 3):

Name of the Soldier	Rank	Regiment	Date of Entry	Date of Discharge	Remarks	Signature
Moussier	Private	1st Regiment of Foot Guards	31 Aug 1831	1832
Bastard	Private	1st Regiment of Foot Guards

Figura 3 – Documento de habilitação de herdeiros no AHM (PT/AHM/DIV/1/19/162/20).

No requerimento de habilitação de herdeiros podemos verificar que Carlos foi recrutado a 31 de agosto de 1831, em Londres, debaixo do *Sartorius Contract*, prestou serviço à causa de D. Maria II no Regimento de Marinha (Marines) e nos Granadeiros Britânicos, tendo servido sucessivamente sob as ordens dos Coronéis Hodges,

Williams e Dodgins. (*Idem*) A sua curta carreira constou dos seguintes postos, datas de promoção e tempo em cada posto:

Posto	Data de promoção	Tempo de posto	Cálculo de pagamento ⁹
Alferes	31 de agosto de 1831	123 dias	
Tenente	31 de dezembro de 1831	384 dias	323 dias
Capitão	19 de dezembro de 1832	525 dias	525 dias
Major	28 de maio de 1834	1286 dias	437 dias
Falecimento	4 de dezembro de 1837		

Verificamos também neste documento que Carlos foi considerado ao serviço de Portugal numa unidade estrangeira, para efeitos de pagamento dos seus serviços, até ao início do mês de setembro de 1835.¹⁰ Durante o seu serviço recebeu prês no montante de mais de 1021 libras esterlinas e os seus herdeiros reclamaram um montante adicional de mais de 433 libras de vencimentos devidos de acordo com o contrato. (20)

Apesar da sua origem britânica e do seu recrutamento se ter verificado nas circunstâncias já referidas, Van Zeller não deixava de ser um cidadão português que tinha participado nas Guerras Liberais, ao serviço de D. Maria II, embora integrado numa unidade inglesa, pelo que, sentindo a sua comissão de oficial em perigo, por dissolução do seu regimento, efetuou um requerimento, datado de 18 de dezembro de 1834, no qual solicitava à Rainha ser integrado no Exército Português, com o posto de major, alegando que:

9. Valores reclamados pela família ao Governo português relativos ao serviço prestado em unidades britânicas. (PT/AHM/DIV/1/19/162/20, 19)

10. De acordo com as regras estabelecidas, o cálculo de vencimentos estava limitado a novembro de 1835. V. "Article VI – Object of Claim and Period of Claiming, das General Rules for the Reception, Classification, and Adjudication of Claims by the Commissioners forming the 'Mixed British and Portuguese Commission', approved by Her Britannic Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, and Her Most Faithful Majesty's Minister Plenipotentiary at the Court of St. James's". *The London Gazette*, no 19994, Tuesday, June 29, 1841: 1684.

(...) julgou o Sup.e [suplicante] do seu dever como Subdito Portuguez que era não só o offerecer-se a Sua Magestade Imperial para todo, e qual-quer serviço mas não escolher nem designar o Corpo em que desejava servir; foi o Sup.e mandado para o Batalham Britanico no qual fez grande parte da Campanha merecendo pelos seus serviços ser promovido até ao posto de major graduado, e porque receoso que agora ou mais para o diante se possa dissolver o Regimento no qual actualmente está servindo seria injusto ficar o Sup.e sem emprego, quando he Subdito Portuguez, e não lhe competia escolher Corpo, e so hia servir no Corpo que se lhe nomeasse.

Pede a V. Magestade a graça de lhe conceder passage a Classe dos Officiaes do Exercito na patente em que se acha. (Lima 180)

A verdade é que Carlos Van Zeller passou realmente ao corpo de oficiais do Exército português, com o posto de Major, e foi nesse posto que passou a servir no Estado Maior do Corpo de Exército de Observação sob o comando do Tenente-general Visconde do Reguengo, Jorge de Avillez,¹¹ como adido à repartição do ajudante-general do mesmo Corpo. (Pereira 1938, 88)

Após o fim da guerra civil em Portugal, o governo português, em cumprimento do tratado da quádrupla aliança, preparou e enviou para Espanha uma divisão expedicionária para apoiar as forças que defendiam os direitos da jovem rainha Isabel, representante da causa liberal, contra o seu tio D. Carlos que simbolizava os princípios do absolutismo, regime que este pretendia restaurar em Espanha. Uma situação muito semelhante à que se tinha passado em Portugal, anos antes, com a igualmente jovem rainha D. Maria II e o seu tio D. Miguel.

As unidades do Exército de Observação foram sediadas em Chaves, Vila Real, Bragança e Almeida, ficando o comando e o estado-maior em Chaves, comandado pelo Brigadeiro António Vicente Queiroz,

11. Jorge de Avillez Zuzarte de Sousa Tavares (1785-1845), 1.º Visconde do Reguengo, 1.º Conde de Avillez, Tenente-general e Par do Reino. Herói das Guerras Peninsulares no comando do Batalhão de Caçadores n.º 1 e do Regimento de Infantaria n.º 2. Governador de Montevideu e Governador das Armas da Corte e Província do Rio de Janeiro.

comandante da 2.^a Brigada,¹² em virtude de o Tenente-general Jorge Avillez ter recolhido a Lisboa, a 23 de maio de 1835, devido a assuntos de saúde pessoal. (Pires 80)

O Major graduado Carlos Van Zeller encontrava-se adido à repartição do ajudante-general do estado-maior do Corpo de Exército, sendo nomeado para o quartel-general a 16 de fevereiro de 1835, no qual se apresentou a 17 de março, não sem antes ter efetuado diversas viagens pelo país. Em janeiro de 1835 visitou Marvão, Castelo de Vide, Alter do Chão, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Aldeia-Galega,¹³ e para se apresentar no seu local de colocação passou por Rio Maior, Leiria, Figueira, Mortágua, Viseu, Lamego, Régua, Entre-os-Rios, Guimarães, Braga, Salamonde, Montalegre e Chaves. (Valente 54) Entre fevereiro e março de 1835, Carlos foi enviado à Galiza para fazer uma viagem de reconhecimento, passando por Límia, Orense, Santiago de Compostela, Lugo e Betanzos. A 19 de março, regressou ao seu estado-maior, em Chaves, e apresentou um relatório das suas observações.

8. Nas Guerras Carlistas

Por Ordem do Exército n.º 28, de dia 29 de junho de 1835, (Portugal SENG) determina-se uma licença registada concedida “Ao Major Graduado do Regimento de Granadeiros Britânicos, Carlos Wanzeller, dous mezes para ir a Gibraltar”, para passar a incorporar a Divisão Auxiliar à Espanha. Não mais voltaria às suas funções no estado-maior do Exército de Observação. (Pereira 1938, 88) Entre junho e julho desse ano passou por Braga, Porto, Valladolid, Logroño, Miranda e Burgos, regressando, em agosto, a Porto e Lamego, (Valente 55) para o voltarmos a encontrar em Burgos em outubro.

12. A 8 de Agosto apresentou-se em Chaves o Brigadeiro Victorino José d’Almeida Serrão, comandante da 1.^a Brigada, que assumiu o comando do Corpo de Exército, voltando o Brigadeiro Queiroz ao comando da 2.^a Brigada.

13. Povoação hoje conhecida por Montijo.

A 10 de outubro, o Coronel Velez Barreiros,¹⁴ em Burgos, escreve no seu diário: “Chegou Wanzeller para as minhas ordens”, (322) acrescentando, a 9 de junho de 1836: “Marchou Wanzeller para Lisboa; tencionando ir por Saragoça, mudou, no momento da marcha, e seguiu por Burgos.” (*Idem* 329)



Figura 4 – *Soldiers of the British Legion on the Spanish Service* (Carlos Van Zeller, Álbum).

O jovem coronel Barreiros, tendo rapidamente ascendido, durante a guerra civil, havia sido enviado para Espanha, em novembro de 1834, como comissário do nosso governo junto do general em chefe do exército de Isabel II, e aí permaneceu até fins de 1837, devido ao

14. Joaquim António Velez Barreiros (1802-1865), futuro General de Divisão, 1.º barão e 1.º visconde de Nossa Senhora da Luz.

envolvimento português na Primeira Guerra Carlista. Esta foi uma guerra civil, travada entre 1833 e 1840, entre os partidários do infante Carlos Maria Isidro de Borbón, conhecidos como carlistas e partidários de um regime absolutista; e os de Isabel II, partidários de um regime liberal e denominados cristinos por apoiarem a regente Maria Cristina. Tal como na guerra civil em Portugal, múltiplos corpos de mercenários estrangeiros participaram no conflito, designadamente ingleses (Fig. 4) e franceses, bem como grupos de guerrilhas (Fig. 5). Todos foram objeto da pena de Van Zeller, considerado um artista incontornável na representação desta guerra: “um dos melhores. (...) nos seus desenhos aparecem representados populares e carlistas com os seus comandantes, mas também cenas cheias de ação, como o assalto de tropas francesas a uma fortaleza carlista, (...) hospitais improvisados ou enterrando os mortos.” (Yusta 99)



Figura 5 – Guerrilheiros Bascos, Partidários Carlistas (Carlos Van Zeller, *Álbum*).

A participação de Van Zeller na campanha decorreu principalmente no País Basco espanhol, no apoio às tropas portuguesas, mas também fazendo a ligação com a “legião inglesa”. (Barreiros 328) Nesta missão, Van Zeller distinguiu-se em diversos combates contra os carlistas, “granjeando, pelo modo como se comportou, a estima e os louvores de muitos generais da nação vizinha.” (Pereira 1911, 124-125) Carlos participa nas ações de 21 a 24 de maio, recebendo a Medalha espanhola da Cruz de 1ª Classe de São Fernando. (Lima 181)

Após a sua participação nas guerras carlistas e regressado a Lisboa, Van Zeller pediu uma licença por dois anos, mas a vontade de cumprir um sonho antigo levou-o à Índia. Quis o destino que este sonho fosse a sua derradeira viagem. Depois de ter sobrevivido a tantos combates, uma doença fatal, contraída em Mossul, no norte do Iraque, ceifou-lhe prematuramente a vida aos vinte e seis anos de idade. (*Idem*)

9. Litografias em Desenhos de C.V.Z.

Como vimos, Carlos Van Zeller morreu em Mossul, cidade da Mesopotâmia, no ano de 1837. Durante a sua curta vida poucos foram os seus trabalhos artísticos dados a público. Para além da gravura (*mezzotinto*), executada por R. Havel, sobre desenho seu, representando uma vista da cidade do Porto, tomada do alto da Serra do Pilar em 1833, apenas foi publicado por J. Dickinson (n.º 114, New Bond Street), em Janeiro de 1837, em álbum, um conjunto de 12 litografias executadas por J.W. Giles e impressas pelo “impressor da rainha”, J. Graf, sob o título *Civil War in Spain: Characteristic Sketches of the Different Troops, Regular and Irregular, Native and Foreign, Composing the Armies of Don Carlos and Queen Isabella, also Various Scenes of Military Operations, and Costumes of the Spanish Peasantry*. Não temos dúvidas de que o autor indicado dos desenhos originais, “Major C.V.Z.”, foi Carlos Van Zeller, e que são dele também as legendas, explicações e descrições de cada litografia. Foram apenas publicadas 12 litografias em duas séries, de um total previsto de seis séries (seriam 36 litografias?):

Primeira série:

Plate 1 - Don Carlos, Zumalacareguy and the Staff

Plate 2 - The Carlist Cavalry

Plate 3 - Carlist Infantry and Encampment

Plate 4 - New Square of Vitoria

Plate 5 - The British Legion

Plate 6 - The Chapelgorris

Segunda série:

Plate 1 - Spanish Staff Officer & his servant going to the Army

Plate 2 - Burying the dead after a Battle

Plate 3 - French Legion Storming a Carlist intrenchment

Plate 4 - Queens Infantry

Plate 5 - Guerrillas of Martin Zubano

Plate 6 - The Hospital

Neste álbum, Carlos Van Zeller teve o cuidado de se dirigir aos leitores com as seguintes palavras introdutórias:

Having for a considerable period been attached to the Staff of the Spanish Army. I amused myself, during my leisure hours, in sketching the variety of costumes and military scenes which I have frequently witnessed. These trifling outlines I proposed placing in my private album; but by the earnest persuasion of my friends I have been induced to publish them. (Van Zeller 1837)

A originalidade e qualidade dos desenhos é inexcelsível e os temas são fundamentais para um melhor conhecimento dos acontecimentos e das personagens da época, bem como dos uniformes, dos trajes e hábitos locais da época, uma vez que muito poucas publicações originais coevas reproduziram este período da história da Península e, por certo, nenhuma com o mesmo detalhe e precisão. Mas Carlos era uma pessoa muito reservada e modesta, pedindo “every indulgence” aos seus leitores e terminando com um pedido: “I only request that all, under whose inspection these Sketches may fall, will please remember that the author is merely an Amateur”. (Van Zeller 1837) Também as descrições e explicações sobre as gravuras deverão ser de

Carlos. A título de exemplo apresenta-se o comentário sobre a gravura nº 4 da primeira série, *The New Square of Vitoria* (Fig. 6):

No. 4, The New Square of Vitoria. No. 1, Recruits, generally known by the name of the Mendizabals, belonging to the 100,000 new troops that Minister ordered to be raised, but of which only 20,000 ever appeared at the army; they are all remarkable small men, and perfect boys. No. 2 A Soldier of the Light Troops, of the Province of Aragon, called Minones. No. 3 a Lady with the mantilla, the universal dress of Spain. No. 4 Peasants from the valley of Paz, in the neighbourhood of Sant'Ander, who cross the country occupied by both armies, selling butter and lemons, and serving as spies to both the Queen's and Carlist Generals. No. 5, Maid Servants of Navarra and Biscaya. (*Ibidem*)



Figura 6 – *The New Square of Vitoria* (Carlos Van Zeller, lit. J.W. Giles, W.R.D.).

Para além destes extraordinários *sketches* não se conhecem outras publicações com base em desenhos de Carlos Van Zeller, ainda que o artista tenha deixado para trás, ao abandonar Espanha, alguns desenhos de uniformes das tropas carlistas, de que foram executadas, pelo

menos, seis gravuras na Litografia de Jean Marie Ligny, em Paris, na rue de Quincampoix, 38. Destas litografias numeradas de um a seis, com título bilingue, em inglês e francês, podemos encontrar atualmente um conjunto completo no Museu Carlista de Madrid e três na Biblioteca Regional da Bizcaia (Bizkaiko Foru liburutegia), em Bilbao:

- No. 1 – Infantry of the Line | Soldat d’Infanterie de Ligne Carlisle
- No. 2 – Cavalry of the Province of Alava | Soldat de Cavalerie Carlisle de la Province d’Alava (Fig. 7)
- No. 3 – Light Infantry of the line | Soldat d’Infanterie legere Carlisle
- No. 4 – Cavalry of the Province of Navarra | Cavalier Carlisle de la Province de Navarre
- No. 5 – Doineiro or Guerrilha | Douanier ou Guérrille Carlisle
- No. 6 – Cavalry of the Province of Guipuscoa | Cavalier de la Province de Guipuscoa



Figura 7 – Soldado de Cavalaria Carlista da Província d’Alava (Carlos Van Zeller, Lit. Ligny).

10. Um Álbum que foi Diário

Durante quase cem anos, o público não ouviu falar de Carlos Van Zeller. O silêncio foi quebrado por um parente, Rolando Van Zeller, quando publicou na *Revista Portucale* de 1934 um artigo intitulado “Subsídios para o Estudo do Traje em Portugal no 2.º Quartel do Século XIX”, um texto muito curto, que fez acompanhar de reproduções de oito desenhos à pena, incluindo um em que o autor se autorretrata de chapéu alto, montando uma mula e acompanhado por um criado. O artigo começava assim:

Estas notas para a história do traje em Portugal foram colhidas num jornal de viagem de Carlos Van Zeller, jornal iniciado em 1834, depois de dissolvido o Regimento dos Reais Granadeiros Britânicos onde a essa data ocupava o posto de major.

Não receando as dificuldades de transporte, percorreu todo o País escrevendo e felizmente ilustrando com primorosos desenhos à pena as suas impressões de viagem.

Apesar de esse diário se apresentar incompleto, ainda consegui reunir uns oito desenhos que mostram bem qual o traje popular dessa época. (Van Zeller 1934)

O diário de Carlos Van Zeller estaria incompleto e parcialmente legível, pois o articulista reproduziu um comentário do artista sobre um dos desenhos: “The walking dress of the female of Coimbra is ridiculous in the extreem. The mantilha is in every aspect the same as that of Oporto except the cape which projects to an extraordinary length beyond the face so as nearly to hide it, ending in a sharp point which bends downwards nearly as fan (far?) as the chin”. (Van Zeller 1934) Mais quatro ou cinco curtos parágrafos com considerações sobre os trajes populares terminavam o artigo, sem mais nenhuma referência a Carlos Van Zeller, o seu “journal”, desenhos ou aguarelas (Fig. 8):



Figura 8 – Figuras de Portugal (Carlos Van Zeller, *Álbum*).

Em 1939 apareceu no livro de Luís Chaves, *Os Pelourinhos. Elementos para o seu Catálogo Geral*, um desenho à pena atribuído a Carlos Van Zeller com a representação do pelourinho das Caldas da Rainha. Passaram-se poucos anos e, em 1942, Vasco Valente, então diretor do Museu Soares dos Reis, publicou, no nº 11 do *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, um artigo intitulado “Carlos Van Zeller, Artista Português da Primeira Metade do Séc. XIX”. (48-57) Escreveu este autor, logo no início do seu texto:

Por uma feliz casualidade, foi-nos dado examinar, primeiro, o Diário, autógrafo, deste artista, volume in folio, barbaramente truncado, pois além de algumas folhas arrancadas, tem outras infelizmente muito incompletas, por delas terem sido recortados os desenhos e aguarelas que o ilustravam. (48)

Parece inquestionável que se trata do *Diário* anteriormente referido, só que, segundo este autor, estava, naquela data, na posse do Sr. Tenente-coronel Alexandre Inácio de Barros Van Zeller (1876-?). Desse diário retirou Vasco Valente uma série de dados biográficos sobre o militar-artista, permitindo-nos concluir que, além das entradas diárias, algumas também reproduzidas no artigo, conteria

memórias mais antigas e recordações de Inglaterra e de França, onde Carlos Van Zeller estudara. Vasco Valente não indica, contudo, a data em que começou a ser escrito o diário, nem refere dados mais precisos. Curiosa é a sua menção, no diário, às lições de desenho que recebera de um “Sr. Fonseca” acabado de regressar de Roma, que bem podia tratar-se do pintor António Manuel da Fonseca (1796-1890).

Retomando o início do artigo de Vasco Valente, este também afirma ter visto, além do incompleto e retalhado diário, “um pequeno álbum em que foram coladas algumas dessas produções” (1942, 48) recortadas do mesmo. Mais à frente precisou que o álbum tinha “muitas aguarelas, algumas interessantes e documentais, outras cheias de movimento de observação e de espírito crítico”. (1942, 49) Informou-nos ainda que o Álbum era então propriedade do Sr. Rodrigo de Castro Pereira, “também parente do Artista”. No mesmo artigo reproduziram-se as seguintes obras:

- Vista do Porto e Serra do Pilar tirada da margem esquerda do rio Douro. Desenho. Legenda do autor: “View of Oporto from the Quinta of Manuel Salgado”. Desconhece-se a origem e paradeiro do desenho.
- Sete apontamentos à pena de castelos: Alfeizerão, Montalegre, Vila Nova de Ourém, Buarcos, Sousel, Alter do Chão e Crato.
- Aguarela representando uma cena com populares e militares no Cais da Ribeira, com a Serra do Pilar em fundo.
- Uma liteira transportada por dois burros.
- Aguarela. Vista panorâmica de Lisboa tirada do jardim de S. Pedro de Alcântara (Fig. 9).
- Desenho à pena.



Figura 9 – Vista Panorâmica de Lisboa tirada do Jardim de S. Pedro de Alcântara (Carlos Van Zeller, *Álbum*).

Por último, o autor do artigo faz alusão à possível existência de outros trabalhos que faziam “parte das colecções do Sr. Alberto de Sousa e herdeiros de Frederico Pinto Basto”, mas dos quais nunca mais se ouviu falar.

O interesse em Carlos Van Zeller foi espicaçado pelo artigo de Vasco Valente e, em 1943, o Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, na época Diretor do Arquivo Histórico-Militar (AHM) publicou um artigo, no 13º volume do *Boletim do AHM*, intitulado “O Major Carlos Van Zeller, desenhador de uniformes militares da época das lutas liberais”, no qual acrescentou algumas notas biográficas sobre Van Zeller e deu a conhecer três trabalhos do artista que estariam, à época, no dito Arquivo, mas que infelizmente não nos foi possível localizar. São eles:

- Um desenho à pena representando um soldado que aproveita as calças de um cadáver para substituir as suas, com o seguinte comentário do autor “Exchange not Robbery!!”
- Uma aguarela com soldados portugueses intitulada “Portuguese Light Infantry”.

- Uma aguarela mostrando uma praça, com o título “Square of Almoester”.

Finalmente, no nº 5 do 2º ano da revista *A Cidade de Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo* (1943) foi publicado um artigo intitulado “Um Subsídio Importante para a História do “Templo de Diana””, cujo autor assinou com as iniciais F.C.. (Branco 40-41) Nele se reproduz um desenho à pena do referido monumento emblemático da cidade de Évora. O desenho não está assinado, mas é possível identificar na legenda – “Templo de Diana, Évora, Julho” – a caligrafia do seu autor, Carlos Van Zeller.

Seria bem parco o resultado da investigação se terminasse aqui o percurso que empreendemos através da memória das obras de Carlos Van Zeller. Uma dúzia de desenhos e aguarelas e uns rápidos apontamentos de castelos. Aconteceu que, por volta de 2008, um dos autores deste artigo (JN) teve a oportunidade de consultar e fotografar na íntegra o que pensa ser o álbum atrás mencionado! Essa oportunidade foi-lhe oferecida pela boa vontade e simpatia de um amigo, Rodrigo Ulrich de Castro Pereira (1945-2019), seu proprietário naquela data e filho do anterior possuidor atrás referido.

O álbum não é “pequeno” nem alberga apenas “algumas produções”, como primeiro escreveu Vasco Valente. É uma verdadeira coleção, uma vez que nas suas páginas estão colados cento e trinta e seis desenhos e aguarelas. Além disso, deita luz sobre as declarações dos autores atrás citados sobre a existência de um “Diário”. De facto, na folha de rosto foi escrita, por alguém certamente próximo da família, uma curta introdução sobre a vida do artista, onde a certa altura se lê: “Muitas destas viagens foram relatadas por Carlos Van Zeller num Diário que ilustrou sendo deste Diário a maioria dos desenhos apresentados que do mesmo foram recortados por alma impiedosa que julgou ‘pouco convenientes’ certas passagens”. Quem escreveu estas palavras preferiu assinar a denúncia da impiedade com as iniciais P.N.A.M., deixando o enigma da sua identidade à espera de algum espírito arguto que o resolva.

Resumindo e clarificando, Carlos Van Zeller terá escrito um diário, com início em 1834, que foi ilustrando com desenhos e aguarelas

alusivas aos acontecimentos por ele relatados e às terras por ele visitadas. Alguns dos autores que, nos anos trinta e quarenta do século XX, se debruçaram sobre a obra do artista terão visto esse diário, mas, infelizmente, já incompleto por dele terem sido retiradas partes da escrita e desenhos que foram colados num álbum. Em 2008 este documento foi visto e fotografado por um dos autores deste artigo, sendo ponto assente que o mesmo se encontra atualmente na posse de representante mais direto da família Van Zeller. Não foi, contudo, possível, apesar dos esforços dos autores e de vários membros da família a quem se aproveita para agradecer, saber se ainda existe e aonde estará o que restou do diário depois de ter sido truncado das imagens que constituem o álbum e doutras partes que alguém, em tempos, considerou inconvenientes. O álbum será assim, pelo menos em parte, o testemunho vivo do que resta do diário.

Falta-nos apenas fazer uma espécie de inventário das obras de Carlos Van Zeller contidas neste álbum e tentar, na medida do possível, relacionar esse conteúdo, disposto de forma mais ou menos aleatória, com a cronologia biográfica revelada na primeira parte deste artigo.

No álbum encontram-se seis desenhos e onze aguarelas sobre Portugal, sete desenhos e noventa e seis desenhos e aguarelas sobre Espanha e quatro desenhos e doze aguarelas indeterminadas. Nas obras sobre Portugal, à parte algumas vistas urbanas ou de edifícios, os temas são maioritariamente etnográficos e num caso temos um retrato de mulher, "Anna da Castanheira". Quanto a Espanha, dividem-se os temas em partes semelhantes, entre etnográficos e militares, estes relacionados com o episódio das Guerra Carlista que se vivia em Espanha naquela época. Na maioria dos desenhos, a pena do artista representou cidades onde viveu ou paisagens que viu durante as suas deslocações neste país. Em muitos dos desenhos e aguarelas é perceptível a caligrafia de Van Zeller, no reverso da folha, mais uma prova, se necessário fosse, da existência do diário. Mas sem descolar os recortes não se poderá desvendar os segredos que lá se escondem.

Apoiados nos resultados da investigação biográfica é possível, através das imagens do álbum, seguir parte das suas andanças pela Península Ibérica. Assim, a sua presença no Alentejo, em julho de

1834, (Valente 56) está documentada no Álbum pelo desenho de um carro puxado por bois e inconfundivelmente carregado de palha de trigo. A sua estada no Porto, nesse mesmo ano, estará marcada por uma aguarela representando uma tranquila cena de populares e soldados no Cais da Ribeira, com a serra do Pilar em fundo, aguarela que está reproduzida, a preto e branco, no artigo de Vasco Valente.

Segundo este autor, em outubro desse ano, Van Zeller terá andado pela zona do Oeste descendo depois para Santarém. Lá encontramos no álbum um grupo de populares e um soldado pintados com o castelo de Leiria em fundo, com a legenda escrita pelo artista "Alcobasa - Leria - and South" (Fig. 10), e outra aguarela, com populares junto a um pelourinho e a legenda "South of Coimbra" (Fig. 11). Poderá ser desse passeio a aguarela que representa um campino junto ao seu cavalo guardando um touro: "The Campino - Towards Vila Franca". O percurso até Chaves, em 1835, está documentado por uma aguarela da torre de S. Bento em Guimarães, precioso testemunho deste monumento, demolido anos depois.



Figura 10 - Alcobasa, Leria and South (Carlos Van Zeller, Álbum).



Figura 11 – *South of Coimbra* (Carlos Van Zeller, Álbum).

De Espanha existem muitos mais desenhos e pinturas, que correspondem às duas viagens que o artista fez neste país. Não é possível distinguir qual das viagens pertence a cada uma das obras, uma vez que o percurso de ambas foi semelhante. O que o álbum nos permite concluir é que além dos locais em que, segundo Vasco Valente, Van Zeller terá passado ou permanecido, devemos juntar a região de Madrid, da qual o artista nos deixou bom número de aguarelas, ainda que apenas sobre costumes e figuras populares. Existem ainda alguns retratos.

É, porém, relativamente ao nordeste de Espanha, País Basco e Navarra, onde o pintor esteve de fins de 1835 até julho de 1836, que o álbum nos oferece um maior número de trabalhos. Neste período, Carlos Van Zeller pintou conjuntos de militares de ambas as fações em conflito, das unidades estrangeiras, francesas e inglesas, que participaram na guerra e dos grupos irregulares, que apoiavam uma e outra facção.

Tal como tinha feito com Portugal, Carlos proporcionou-nos ambientes da vida comum, com populares nos seus trajes e costumes, tendo muitas vezes o cuidado de indicar a respetiva localização. Deixou ainda cuidadosos desenhos de paisagens rurais e urbanas. Destacamos, entre estes últimos, um pormenorizado desenho à pena da Plaza de la Virgen Blanca (Fig. 12) na cidade de Vitória, como não se voltará a ver, pois o seu traçado foi alterado anos depois:



Figura 12 - Plaza de la Virgen Blanca em Vitoria, Espanha (Carlos Van Zeller, *Álbum*).

O espaço de que dispomos para este artigo é naturalmente limitado e são poucas as reproduções que aqui damos a conhecer. Tentámos, de qualquer forma, contribuir para um melhor conhecimento da vida e obra deste artista, de formação britânica, e da sua profunda relação com a história de Portugal e Espanha, no conturbado período das guerras liberais. O seu extraordinário testemunho

artístico das cenas de batalha, dos trajes e costumes, dos uniformes e das armas usadas em combate, permite recriar os acontecimentos mais emblemáticos desta época.

A notável coleção das obras de Carlos Van Zeller, militar português de alma inglesa, que serviu a causa liberal ao serviço de Portugal, encerra um valor artístico e histórico, cujo estudo e divulgação urge fazer.

Obras Citadas

- The Baring Archive. Series Hc2. Statistics of General Trade. 2.358. Disponível em: https://baringarchive.org.uk/materials/the_baring_archive_hc2.pdf (consult. 13/05/2022).
- Barreiros, Eduardo M. *Os Papeis de meu Pae*. Lisboa: M. Gomes, 1904. Vol. 1.
- Bollaert, William. *The Wars of Succession of Portugal and Spain, from 1826 to 1840: With Résumé of the Political History of Portugal and Spain to the Present Time*. London: E. Stanford, 1870. Vol. 1, Portugal.
- Braga, João. “Uma Carta de Brasão de Armas de El-Rei D. Fernando”. *Prisma: Revista de Filosofia, Ciência e Arte*. A. 2, n. 3 (dezembro, 1938): 163-173.
- Branco, Fernando Castelo. “Um Subsídio Importante para a História do Templo de Diana”. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. A. 2, n.º 5 (1943): 39- 40.
- O Cerco do Porto: Em 1832 para 1833*. Porto: Faria & Silva, 1840.
- Chaves, Luís. *Os Pelourinhos: Elementos para o seu Catálogo Geral*. Lisboa: José Fernandes Júnior, 1939
- Freire, Agostinho José. *Relatório do Ministro da Guerra, 1828-34* (excertos). Disponível em: https://web.archive.org/web/20120619045041/http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1834_rel_freire.htm (consult. 01/05/2022).
- Hodges, G. Llyod. *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832: Under the Orders of His Imperial Majesty, Don Pedro, Duke of Braganza*. London: J. Fraser, 1833.
- Joseph Van Zeller & Co. Price Current. Bahia, the 23 July 1825*. Disponível em: <https://www.veranunesleiloes.com.br/peca.asp?ID=2941319> (consult. 01/05/2022).
- Kinsey, W. M., Rev. *Portugal Illustrated in a Series of Letters: Embellished with a Map, Plates of Coins, Vignettes, and Various Engravings of Costumes, Landscape Scenery, &c*. London: Treuttel, Würtz, and Richter, 1828.

- Knight, Thomas. *The British Battalion at Oporto: With Adventures, Anecdotes, and Exploits in Holland; at Waterloo; and in the Expedition to Portugal with Plan of Oporto, and Sketches*. London: E. Wilson, 1834.
- Lima, Ferreira. "O Major Carlos Van Zeller Desenhador de Uniformes Militares da Época das Lutas Liberais". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Vol. 13 (1943):179-183.
- Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador Referida ao Dia 25 de Julho de 1833*. Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz, 1835.
- The London Gazette*. London: Francis Watts, no. 19994 (29/06/1841).
- Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme. *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres editores, 1911. Vol. 5.
- Pereira, Vital Álvares. "Divisão Auxiliar á Hespanha de 1835 a 1837". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Vol. 8 (1938): 78-145.
- Pires, Satúrio. "Divisão Auxiliar a Espanha em 1835-1837". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Vol. 8 (1938): 61-159.
- Portugal. Arquivo Histórico Militar. Divisões. Portugal e Campanhas na Europa. Carta Constitucional. Lutas Liberais (1826-1834). Caixa n°162, doc. 20. 19. PT/AHM/DIV/1/19/162/20
- Portugal. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (SENG) – Ordem do Dia n.º 212 (1834). *Ordens do Dia*. Lisboa: Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1834. 1.
- Portugal. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (SENG) – Ordem do Exército n.º 28 (29/06/1835). Lisboa: Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1835.
- Reis, Maria C. *O Porto e o Comércio na Segunda Metade do Século XVIII: A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os Negócios do Vinho*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2013.
- Shaw, Charles. *Personal Memoirs and Correspondence of Colonel Charles Shaw, K.C.T.S., &c., of the Portuguese Service, and Late Brigadier-General, in the British Auxiliary Legion of Spain*. London: H. Colburn, 1837.
- Torres, J. C.-B e. *Costados das Famílias Nobres de Portugal, Algarves, e Domínios Ultramarinos*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1831. T. 2.
- Torres, J. C.-B. e. *Resenha das Famílias titulares do reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional 1838.

- Valente, Vasco. "Carlos Van Zeller. Artista Português da Primeira Metade do Século XIX". *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, n.º 11 (1942): 48-57.
- Van Zeller, Ana Maria S. "Maria Isabel Whittenhall van Zeller (1749-1819)". *The British Historical Society of Portugal. 31st Annual Report and Review* (2004): 117-119.
- Van Zeller, Carlos. [Álbum]. Introd. P.N.A.M. [Coleção particular. S.l., s.d.]
- . *Civil War in Spain: Characteristic Sketches of the Different Troops, Regular and Irregular, Native and Foreign, Composing the Armies of Don Carlos and Queen Isabella, also Various Scenes of Military Operations, and Costumes of the Spanish Peasantry*. Lith. J.W. Giles, printed J.P. Graf. London: J. Dickinson, 1837.
- . *View of the City of Oporto*. London: Robert Havell, 1833.
- Van Zeller, Rolando. "Subsídios para o Estudo do Traje em Portugal no 2.º Quartel do Século XIX". *Portucal: Revista Ilustrada de Cultura Literária Científica e Artística*. Porto: A. Martins, vol. 7 (1934).
- Yusta, Rafael Mendoza. "Los Conflictos Carlistas a Través de las Artes Visuales (1833-1939)". *Arte, Arqueología e Historia*, n.º 21 (2014): 93-110.

The Battle of the Lys: Understanding How and Why its History is Distorted

Jesse Pyles
(Florida State University)

The English did not like us? That is unsurprising. They do not like anyone but themselves, and the material greatness of England nourishes powerful justifications for their national pride, which is the foundation of all such mentalities. A strong conviction is anchored in all these [English] spirits: England cannot lose the war, because it is England. When, how and when, England will win, this is inconsequential [to them].¹

(Captain André Brun, 23rd Infantry Battalion)

1. The Problem: Conjectures, Myths, and Misinterpretations

Field Marshal Douglas Haig scapegoated the 2nd Portuguese Division for the tactical defeat of the British First Army, in the 9 April 1918 Battle of the Lys. He asserted that most Portuguese soldiers ran from the battlefield, before German infantry attacked. Haig's account explained why First Army was tactically beaten – German infantry attacked the 40th and 55th British Divisions in the

1. V. Brun 1983, 196. Captain André Brun, 23rd Infantry Battalion, commanded a company, and subsequently the battalion, with distinction in the Lys Valley.

flanks, from an alleged gap created by the Portuguese – and why the attack did not fall against Arras-Vimy – where he expected it – German commanders decided to exploit this supposed breach, thereby diverting strong forces away from that place.²

In their entirety, British and Portuguese combat records – written by men who served on the battlefield – refute Haig’s narrative.³ These records establish that the Battle of the Lys began at 04.15 hours, with the most concentrated bombardment of the war at that time, which lasted for four hours, and was aimed primarily at the 40th British and 2nd Portuguese Divisions’ fronts.⁴ Shortly after 08.15, German assault troops began infiltrating First Army’s front. When the main advance began, at 08.45, one German division attacked the 55th British Division’s front, purposely pinning it against the north bank of the La Bassée Canal. Three divisions began attacking the 40th Division’s right front, and at least eight divisions, perhaps nine, began attacking the 2nd Division’s front, all advancing to the northwest, toward Hazebrouck.⁵ British and Portuguese defenders could only fight small unit actions against waves of German infantry before being overrun. Portuguese combat units acquitted themselves no worse than British combat units; some performed better.⁶ The 2nd Division was destroyed on the battlefield, facing an enemy force that outnumbered it by at least eight to one.⁷

In 1937, the British official historian, J.E. Edmonds, published his record of the battle, which bolsters and enhances Haig’s version. (vol.2,

2. V. The National Archives of the United Kingdom (TNA), CAB 23/6/0010, War Cabinet, 388 (April 10, 1918); TNA, C. P. 223 (April 9, 1918); WO 256/29; Imperial War Museum, London (IWM), Documents and Sound Section, the Private Papers of Captain R. C. G. Dartford MC (April 17 1918); and Beach 2013, 292-295.

My thanks to the Trustees of the Imperial War Museum for allowing access to this collection. I made every reasonable effort to secure copyright authorization but received no reply.

3. First Army commander, General Henry Horne, and XI Corps commander, Lieutenant-General R.C.B. Haking, who were fiercely loyal to Haig, wrote after action reports that align with Haig’s narrative, but which British combat records contradict.

4. V. Zabecki 184-186.

5. V. TNA, WO 95/2905; TNA, “Reproduction of Captured Map Illustrating the Attack of the 4th Ersatz Div., on the 9th April, 1918,” WO 95/883; TNA, WO 153/69; Boff 202-203; and Stevenson 39.

6. V. TNA, General Horne, 14 June 1918, WO 158/75; IWM, *Dartford Papers*, 21 April 1918; Mardel 152.

7. V. TNA, General Gomes da Costa, WO 158/75.

156-192) Edmonds appears to have based his narrative on accounts authored by XI Corps Commander, R.C.B. Haking, who could “write a very specious report,” and other speculative commentary, little of which aligns with British combat records. (*Apud* Robbins 28-29) Indeed, Edmonds used British combat records selectively, apparently only to augment his misleading, “dense and impenetrable” tale.⁸

Moreover, Edmonds, like Haig, lied. Five of his untruthful assertions, among others, follow here. Edmonds wrote that German forces attacked the 2nd Portuguese Division’s front at 07.00 hours. Instead, German forces attacked the 40th, 2nd Portuguese, and 55th Divisions concurrently, at 08.45 hours. He wrote that only four German divisions attacked the 2nd Portuguese division. Instead, eight or nine German divisions attacked the Portuguese. He wrote that five German divisions attacked the 55th Division. Instead, only one German division attacked the 55th. He wrote that the 40th and 55th Divisions formed defensive flanks, after the Portuguese allegedly ran from the battlefield. Instead, only the 40th Division’s left front brigade, the 121st, which was not attacked frontally, attempted to form a defensive flank, once its sister brigade, the 119th, holding the 40th Division’s right front, had been overrun. And, he wrote that the 2nd Portuguese Division neglected to destroy bridges behind First Army’s front. Instead, a British unit was tasked with destroying those bridges.⁹ Unfortunately, for more than a century now, Anglophone historians and authors have uncritically cited Haig’s and Edmonds’s fictitious narratives.¹⁰

British and Portuguese combat records dispute Haig’s narrative, but do not provide the long-term political and societal context that anchored his allegations.¹¹ Most of what British officials and officers, whether they were based in London, France, or Lisbon said or wrote about the Portuguese were conjectures, based on then-scientific ideas

8. Edmonds used the same approach for his narrative about the German attack against the Third and Fifth British Armies, on 21 March 1918. Cf. Travers 238-239; and Middlebrook 10-11, 332-334.

9. V. TNA, 51st Division, “Report on the Operations on the R. Lys Between 9th – 12th April,” 1918, WO 95/883.

10. V. Harris, 455.

11. “The fact that historical meanings are dependent on context is a fundamental reason why historians continue to write and re-write history” (Heathorn 1122).

of racial preeminence that were endemic in Victorian and Edwardian culture.¹² This article identifies and evaluates the events that led Haig and several subordinates to paint the Portuguese 2nd Division in the worst possible light for a combat force, how this depiction has been treated in Anglophone and Lusophone narratives, and how using empirically corroborated evidence, along with broader historical contexts, can more accurately convey international histories.¹³

2. The Anglo-Portuguese Alliance

England and Portugal share the longest alliance in European history. When Germany declared war on Portugal, on 9 March 1916, it had been in place for 530 years.¹⁴ The alliance formally dates to the 1386 Treaty of Windsor, though various agreements between the two nations began during the twelfth-century Crusades. It began as an accord between seagoing nations, based on common interests and trade. From the beginning, the alliance included various defensive arrangements, as Portugal and Britain had common enemies: for England, France and oftentimes Spain, and for Portugal, Spain and sometimes France.

During the mid-seventeenth century, a defensive agreement became the core of the alliance. Portugal allowed British navy and merchant ships access to most of its ports around the globe. In return,

12. V. Morrow Jr. 5.

13. During the Peninsular War, 1807-1814, British and Portuguese forces fought in coalition. Along with Spanish regular and guerilla forces, they ejected French armies from Iberia. Most British accounts of the Portuguese in that war are pejorative. Some Britons offered proforma praise of Portuguese troops, which have been misunderstood. Close reading of most such narratives reveals that Britons largely reserved their commendations for Portuguese units commanded by British officers, as figureheads. V. Pyles <https://doi.org/10.20935/AL4257>.

14. Since late 1914, Germany and Portugal had been fighting an undeclared war in Africa, and Portuguese forces did not fare well in many of the battles. Some British sources, past and present, alleged that these poor performances formed the basis of British distrust of Portugal's martial capabilities. This canard discounts longstanding British ideas of their racial preeminence and of Portuguese inferiority, poor British military performances against German forces in Africa, and poor British military performances against German armies in Europe, including the Great Retreat – summer 1914, Loos – autumn 1915, the Somme – summer 1916, the German counterattack at Cambrai – autumn 1917, and the Spring Offensive – 1918, during which French commanders sent 47 divisions to rescue the BEF from strategic defeat. V. Wheeler 127; and Greenhalgh, "A French Victory" 90-91.

England guaranteed Portugal's sovereignty.¹⁵ British protection came at a high price in terms of real autonomy for Portugal.¹⁶ After the 1703 Treaty of Methuen, the alliance became an arrangement of Portuguese dependency – the cornerstone of the Portuguese state – and, by the nineteenth century, had devolved into a patron-client relationship.¹⁷ However distasteful this predicament may have been for Portuguese rulers, their choices were limited: an alliance of subordination to Britain or probable subjugation by Spain. All preferred the former option.

British commentary regarding the Portuguese brims with accusations of obstinacy and arrogance. Henry John Temple, Lord Palmerston, for example, asserted in an address to the House of Commons on 29 September 1850:

These half-civilized Governments such as those of China, Portugal, Spanish America, all require a dressing down every eight or ten years to keep them in order. Their minds are too shallow to receive an impression that will last longer than some such period and warning is of little use. They care little for words and they must not only see the stick but actually feel it on their shoulders before they yield to that argument which brings conviction. (*Apud* DeWitt 12)

Archival records, private letters, and abundant literature disclose that British officials resented any Portuguese government action against, or lack of compliance with, British interests, and often retaliated with heavy-handed political and economic policies, reinforced with harsh rhetoric.¹⁸

15. V. Brown 134; Disney 248; and Marshall 21.

16. V. Adelman 102, 115; and Newitt 12-15.

17. V. Paquette 212; Adelman 31; and Showalter xi.

18. V. Adelman 102.

3. Victorian and Edwardian Ideas

British aristocrats of the Victorian and Edwardian eras regarded Britain as a land of “history and myth”, (Connelly 22) and themselves as “heroes of their own epic”. (Sheftall 15-29) Many believed in “the idea of the divine mission of England, bastion of Christianity, the new Rome, destined to rule the world”. (Haynal *at al* 123) Chauvinistic perspectives pervade British commentary and publications during this period. This worldview, aligned closely with the ‘white man’s burden’ idea, gave rise to the then-scientific classification of races, ostensibly based upon “an immutable, biological set of observable characteristics” by which “Britons categorized (...) racial ‘types’ with what they believed to be scientific measurements and empirical evidence”. (Streets 7)¹⁹ Here is what British Imperial historian Douglas A. Lorimer has established:

We need to know much more about British racial discourse after the 1870s, and especially from 1890 to 1914, when a new and, to our ears, familiar language of race relations became commonplace (...). This scientific construction of racial types had its origins in the eighteenth century, gained academic institutional credibility in the mid-nineteenth, and suffered a retreat from the 1930s through the 1950s (...).

Cultural studies that focus on origins and identities to construct a Victorian racist other run the risk of overlooking a more potent legacy of Victorian racial discourse for our own time. To understand the historical ancestry of the racism that persists in the twenty-first century, we need to go back to the late Victorians and Edwardians who coined our language of race relations. This language, originating in a discourse of assimilation, constructed forms of racial exclusion and subordination. (“From Victorian Values to White Virtues” 129)

19. See also McGeorge 65-66.

Contemporaneous British derision of Portugal's people and culture appears to be based on beliefs of its own racial preeminence.²⁰ And, Britons ranked the Portuguese lower than most Europeans, as Lord Palmerston declared: "The plain truth is that the Portuguese are of all European nations the lowest in the moral scale". (*Apud* Hyam 77) Imperial school curricula taught that "Portuguese ugliness and intellectual laziness were the result of an infusion of Negro blood". (McGeorge 67) *The Contemporary Review* article mentioned: "the Portuguese as a degenerate race," and inquired: "whether the Portuguese people is worthy of a higher destiny (...) or whether it is to settle down definitely into an insignificant nation of political schemers whose possession of large colonies is a drag on the world's progress". (Bell 48) In plain terms, Britons based their criticisms of the Portuguese on such descriptors as degenerate, indolent, dilatory, wicked, simple-minded, hard-headed, and dark-coloured.²¹ The importance of these perspectives lies in understanding how they have tainted interpretations of British military histories.

4. Chauvinisms Within the British Army and the British Caste System

Sociocultural prejudices, along with the "myth of the pre-eminent and primordial character of Anglo-Saxon England", (Heathorn, "For Home, Country, and Race" 101) instilled in aristocratic Britons, ideas of racial, intellectual, and cultural superiority over all others.²² British officers – who regarded themselves as a class within this elite class – were particularly imbued with opinions of preeminence.²³ Thus, the

20. "One does not have to read far in the [British] (...) literature of the mid to late nineteenth century to encounter not simply prejudicial opinions about racial groups but unabashed assertions of racial superiority. The challenge for the historian (...) is the selection of evidence from this sea of commentary and opinion". (Lorimer, "Nature, Racism, and the Late Victorian Science" 369)

21. V. Shaffer 47-48; Daly 50-54; and Alstyne 315-316.

22. See also Sheftall 13, 16, 24, 30, 36; Connelly, 106-107, 132-133, 150, 166-168; Harris 405-406, 409, 453-455; and Travers 6.

23. V. Fox 21-25, 138; Bowman and Connelly 2012, 33, 75-76; and Greenhalgh, "1918: The Push to Victory", 66.

prevailing history of the Portuguese Corps, and 2nd Division, must be evaluated from the context of how Victorian and Edwardian chauvinisms influenced British officers' perceptions of themselves compared to their allies.²⁴ Historian Heather Streets has observed:

In the years between 1880 and 1914 (...) British officers wrote a series of handbooks on the merits of the various 'races' (...) and authored articles in both professional military journals and more popular mediums about their relative worth. This period was also unique for the pretensions of martial race advocates to 'scientific' knowledge about racial proclivities, and for the widespread credence with which such theories were received in both military and civilian circles (...). Thus, the racial (...) conceptions undergirding martial race ideology were sustained by more than abstract beliefs or statistical data; rather, they were backed up by (...) 'proverbial tales' of heroism which simultaneously conveyed the crucial elements of martial race ideology and 'proved' the truth of its claims. (3)

The phrase, 'wogs begin at Calais' was not a witticism, but an invective.

Wellborn officers also held enlisted ranks in low regard, ostensibly because they occupied the lowest rungs in the British caste system.²⁵ They coined the phrase 'temporary gentlemen' to depict non-aristocrat company rank officers.²⁶ Many also held low opinions of Dominion officers and soldiers.²⁷ Jay Winter and Antoine Prost have argued that "Britain was in 1914 arguably the most class-conscious nation in Europe, if not in the world", (*apud* Keegan ix) and class-based divisions were widespread in the army.²⁸ Ideas of preeminence notwithstanding, the history of modern warfare demonstrates that company rank officers and regular soldiers have adapted

24. V. Connelly 21-23; Sheftall 13, 16, 24, 28-30, 36, 39; Streets 8, 150; Heathorn 11; Travers 37-40, 43; and Morrow Jr. 5.

25. V. Winter and Prost 93-94; Bowman and Connelly 9-10; Reynolds 105; Morrow Jr. 130-131; and Sheftall 33.

26. V. Sheffield, *The Chief* 179.

27. V. Sheftall 50.

28. V. Winter and Prost 93-94.

to conditions 'at the sharp end' of war and learned how to engage enemies without didactic instructions from higher headquarters.²⁹

5. The French Example

The French army always held the lion's share of the Western Front, inflicted and sustained much higher casualties than the British Expeditionary Force (BEF), and German commanders "believed that [British] commanders were less tactically adept than the French". (French, "Failures of Intelligence" 85) Many Anglocentric histories, however, do not present these data, because, at least in part, they emphasize what British commanders wrote about the French.³⁰ For example, erstwhile BEF commander John French, wrote of French generals: "au fond they are a low lot, and one always has to remember the class these French generals mostly come from". (*Apud* Greenhalgh 8) Haig believed: "the French, being 'a decadent race', were 'bound to fail in an offensive'". (*Apud* Greenhalgh, "1918: The Push to Victory" 66)

Distinguished military historian, Hew Strachan, has written of the inclination among Great War historians to "embrace the familiar and the similar, but to ignore the exceptional and the particular", (*The First World War* 193) a concept that provides a backdrop for contrasting British views of the French Army and the Portuguese Corps. Specifically, British culture's rank of races described the French as 'decadent' and 'declining,' but British officers respected France as a traditional enemy, and France possessed a large army.³¹ Conversely, they regarded their 'ancient' Portuguese allies – who only provided a corps for service on the Western Front – as lower in the race classification than the French, namely as 'indolent,' 'dilatatory,' and 'degenerate.' This outlook helps explain why the Anglophone narrative of the Portuguese Corps is so defamatory.

29. V. Griffith 22; and Heathorn 179, 181.

30. V. Tombs 10; and Griffith 11.

31. V. Tombs 3.

6. Anglophone Histories

There has been a lack of inquisitiveness among British historians (...) accepting Haig's self-serving perceptions as 'history' rather than re-examining the events about which Haig is making brief, subjective comments, or exploring the mindset of the man recording them. (Philpott 57)

The claims of military historians to have a corner on the real meaning or the 'truth' about the war and of the men like Haig who led in it, do not hold the field unchallenged. Nor, arguably, should they. (Heathorn, *Haig and Kitchner* 190)³²

Some historians and authors, who have described themselves as revisionists, have given Haig, other senior British commanders, and the BEF overall, high marks for competence and combat effectiveness. They emphasize the importance of 'great men,' none more so than Haig, and the centrality of the BEF's role on the Western Front, based on two concepts: the 'Learning Curve' and 'the Hundred Days.' They argue for the validity of, and often rely heavily upon, Haig's and other officers' reports, letters, and diaries, above all other sources.³³ Many would agree with Gary Sheffield, who holds that in *Michael*, the "Fifth Army certainly took a battering but it was not defeated," and who portrays *Michael* and *Georgette* as "British strategic victories, albeit defensive ones". (*The Chief* 135, 205) They also tend to endorse Haig and his generals' perspectives regarding their French and Portuguese allies, sometimes disparaging them and their roles.³⁴ For example, they imply that the French army helped the BEF win the war on the Western Front. Revisionists seem to take exception to the idea that the German army was better than the BEF.³⁵

32. See also Winter and Prost 73.

33. V. Sheffield and Bourne 2-3, 9.

34. V. Bourne 110; Robbins 189-222; Michael Senior 184-213.

35. V. Keegan ix; and Simkins 32.

Other historians and authors have used the term “Haig’s version” to describe “unconvincing” differences in the preponderance of evidence in evaluating Haig’s overall decisions and actions when compared to his reports, handwritten diary, and edited typescript diary.³⁶ Elizabeth Greenhalgh has noted that some authors have “been remarkably consistent in accepting Haig’s version of events”, (“1918: The Push to Victory” 67) despite the self-serving nature of his manuscript diary and many edits to his typescript diary. Jay Winter has written of “The Haig Problem,” a “fixation,” with Haig’s perceived legacy that “looms over much scholarship like a moored dirigible”. (174) Stephen Heathorn used the term “Haigiography” to describe this approach to writing Great War histories. (Haig and Kitchner 147-190) These have rejected using the “impressions formed by participants as the basis for our historical narratives,” and have argued that Haig’s typescript diary and portions of his manuscript diary are tainted data. (Philpott 58)³⁷ Moreover, in a counterpoint to histories that analyze the character, actions, conflicts, and writings of Haig and his generals, they have argued for more meaningful studies.³⁸

Authors of this school have described histories that emphasize Haig’s version, champion the BEF’s role, and rely disproportionately on tainted British sources, as Anglocentric, nationalist, parochial, and based on “interpretation.”³⁹ They have termed the ‘Learning Curve’ and ‘the Hundred Days’ concepts “simplistic,” “reductionist,” and “binary,” which contend, the BEF won, therefore it learned and the BEF learned, therefore it won.⁴⁰ They have pointed to the fact that all armies were learning, including the German army.⁴¹ Thus, the ‘Learning Curve’ suggests that the BEF

36. V. Harris 455.

37. See also Greenhalgh, “Parade Ground Soldiers 283–312; Greenhalgh, “A French Victory, 1918” 91; Greenhalgh, *The French Army and the First World War* 284; and Mead 332.

38. V. Travers 27.

39. V. Smith, Audoin-Rouzeau and Becker 151; Krause 2-3; Winter and Prost 59-60, 75; Philpott 49; Travers xix; Griffith 6, 10, 15; and Stevenson 200-201.

40. V. Fox 8-9; Harris 416-417; Winter and Prost 59, 73, 75-76, 80; and Reynolds 396-397.

41. V. Beckett, *The Making of the First World War* 228; Beckett, *The Great War* 218, 226; Neiberg, *Fighting the Great War* 62, 180; and Boff 65-66.

learned faster and more thoroughly than the German army, rather conveniently, at the beginning of 'The Hundred Days,' since the German army had held the upper hand until then.⁴² Moreover, some have observed that the 'Learning Curve' implies that countless British soldiers needed to die so their commanding generals could learn how to fight the war.⁴³

Hewing closely to combat records, and other primary sources, historians of this outlook have evaluated the German Spring Offensive's tactical successes, along with its impacts on the BEF and British society.⁴⁴ They have concluded that *Michael* blindsided Haig and the British command, overpowered the Third Army, and by no later than 25 March, perhaps as early as the evening of 23 March, Fifth Army had been destroyed.⁴⁵ Moreover, they have shown that French generals sent 21 divisions to bolster the teetering British front by 26 March, and 47 divisions in all by April, of which 41 engaged in the fighting, sustaining at least 92,000 casualties.⁴⁶ Some have pointed to events that Haig and his subordinates spun in their own favor, as found in falsified combat records, and exposed multi-faceted cover-ups, orchestrated with the apparent goal of obscuring embarrassing facts.⁴⁷ My research on the Portuguese Corps provides evidence that bolsters their arguments.

42. V. Boff 5; Beckett, *The Great War* 218; and Winter, 76.

43. V. Stamp 175; Stevenson 199-200; Reynolds xxviii, 398.

44. V. Reynolds 54; Morrow Jr. 240; Tombs 3.

45. V. Greenhalgh, *Foch in Command* 298; Reynolds 397; Smith, Audoin-Rouzeau, and Becker 151; Neiberg, *Fighting the Great War* 310; and Showalter 255-256.

46. V. Greenhalgh, "A French Victory, 1918" 90-91; and Zabecki 199.

47. V. Travers 6, 13-27, 219-262; Middlebrook 10-11, 332-334; French, "Failures of Intelligence" 69; Beckett, *A Guide to British Military History* 148; French, "Official but not History?" 60; Hammond 384; Samuels 263; Robbins 7-9; and Spiers 214.

7. Charles Arthur Ker

Lieutenant-Colonel Charles Arthur Ker commanded the British Mission to the Portuguese Corps, which had been agreed upon by both parties during 1916.⁴⁸ Originally a gunner, the limited information about him indicates that he held staff positions throughout the war. In summer 1917, Haig requested that the War Office promote Ker to brigadier-general:

This officer [Ker] has a very difficult position to fill and his responsibilities are considerable. Under the guise of advice he has to exercise, through the officers of the Mission, which is necessarily somewhat large, a very real control throughout the Portuguese Expeditionary Force.⁴⁹

Contrary to Haig's claim, Ker *did not* exercise control over the Portuguese Corps, nor was he authorized to do so. Nevertheless, Ker was promoted in January 1918.⁵⁰ Although Haig apparently held Ker in high regard, his subordinates in the British Mission did not. Captain Dartford wrote, "all seem to have a poor opinion of Ker, that [he is] out on the make [and] all for giving himself a good time."⁵¹

Ker wrote many negative reports about the Portuguese, based on subjective accusations of incompetence and wrongdoing that lacked concrete evidence. In fact, Ker originally wrote much of the derisive commentary on the Portuguese that Haig, First Army commander, General Henry Horne, and XI Corps commander, Lieutenant-General R.C.B. Haking, later repeated, including many of the accusations that Horne and Haking leveled against them in their after-action reports on the Lys battle.

48. V. TNA, Military Convention between the Government of Portugal, and the Governments of Great Britain and France, WO 158/709.

49. TNA, Douglas Haig to The Secretary, War Office, London, S.W., O.B./1864/B.M. WO 158/112 (September 1917).

50. V. TNA, British Mission War Diary, WO 95/5488 (7 January 1918).

51. IWM, Dartford Papers (November 10, 1917).

Moreover, the British Mission war diary – compared to all other relevant British combat records – is conspicuously neat, typed with deep strikes, and with each entry initialed in pencil in the right margin, ‘CAK’ (Charles Arthur Ker), suggesting Ker had a strong hand in writing the war diary and that it might have been edited and retyped. The diary routinely defines prisoners taken by Portuguese troops as deserters, whereas other British and Portuguese sources identify them as prisoners. It also tersely conveys most combat actions the Portuguese fought in, giving little credit to the soldiers who fought in them.⁵²

8. Contemporaneous Views of the Portuguese

Historians have shown that Haig scorned most non-Britons that he interacted with.⁵³ How then might the prevailing narrative on the Battle of the Lys, which he established, be tainted by his attitude toward non-Britons? Haig recorded in his diary a few patronizing remarks regarding his limited interactions with Portuguese officials and senior officers, and he handwrote three contemptuous remarks regarding their role in the Battle of the Lys. To two of these, he added slanderous remarks in his edited typescript diary.⁵⁴

British officers described Portuguese dignitaries and senior officers as ‘old’ or ‘little’ though birthdates and photographs reveal that they were no older or shorter than themselves. They referred to the Portuguese as the Goose, Geese, Ruddy Geese, Poor Geese, and Pork and Beans. They belittled Portuguese officers’ accents when they spoke French or English.⁵⁵ A British captain described a Portuguese

52. Portuguese troops defeated ten or more strong trench raids – involving at least sixty attackers, no less than four of which were executed by assault troops – many smaller ones, and countless patrols throughout from April 1917 to 8 April 1918, a higher-than-average frequency in combat action for the Western Front. V. Ellis 79.

53. V. Philpott 130; Greenhalgh, *Foch in Command* 259; Sheffield, *The Chief* 288; and Doughty 436.

54. V. TNA, Douglas Haig, Typescript Diary WO 256/29; National Library of Scotland, No. 97 – Haig’s diary of the Great War, parts 7-12, 1916-19 (April 9-11, 1918). My thanks to the National Library of Scotland, and the Earl Haig, who granted permission to reproduce excerpts of Douglas Haig’s manuscript diary.

55. V. Bond and Robbins 180.

colonel as a "hairy-eared baboon."⁵⁶ Were such labels and derisions mere soldiers' banter? Broad consideration of all else that British officers wrote and said suggests otherwise.

British officers believed that the Portuguese could not succeed at war without their tutelage. Lieutenant-General Haking, for example, claimed the Portuguese required "constant driving and supervision," and that British officers "who have trained these Portuguese troops in the front line, have instilled into them as much British energy as possible." British officers also contended that Portuguese officers demonstrated a lack of concern for the welfare of their men. For example, Haking claimed, "The men are not at all bad, and if only they had good commanders who were determined and knew their work (...) they have the making of a good fighting force."⁵⁷ British and Portuguese combat records do not corroborate Haking's opinions. Instead, they demonstrate that most Portuguese soldiers were hard men, who followed their officers' combat leadership willingly.

Prior to the Battle of the Lys, no official British report claims that a Portuguese combat unit failed to do its duty in action. Subjective allegations, however, are plentiful. For example, on 10 May 1917, with Portuguese units in the line attached to the 49th (West Riding) Infantry Division, Captain Richard Charles Gordon Dartford, a liaison officer, "went up to front line posts (...) at evening stand to & showed geese [Portuguese] the job of an officer on rounds, examining sentries etc."⁵⁸ Should we conclude by Dartford's quip that Portuguese officers did not know how to perform their duties, or that Dartford was more experienced leading men in combat than his Portuguese counterparts? Major-General Nathaniel Walter Barnardiston referred to "people as vain as the Portuguese."⁵⁹ Should we take the general's opinion as evidence of Portuguese military ineptitude? Brigadier-General Charles Arthur Ker wrote of the Portuguese, "The national

56. V. IWM, Dartford Papers (March 27, 1917).

57. V. TNA, Haking, WO 106/551 (August 13, 1917).

58. V. IWM, Dartford Papers (May 19, 1917).

59. V. TNA, Barnardiston, Lisbon, WO 106/551 (November 7, 1917).

characteristic – dilatoriness – is evident all the time. There are very few people who take hold and do things, there are many who talk about doing it.”⁶⁰ Does Ker’s remark convey anything more substantive than cultural bias? May we conclude that such remarks flowed from an ideology of racial superiority endemic in British society, and systemic within the officer corps, as expressed by officer Neville Lytton, 3rd Earl Lytton: “There are some races that are natural fighters, and certainly the Portuguese are not of these”. (159)

More frequent accusations that British officers leveled against the Portuguese can be grouped into two categories. One centers on logistical problems, which have plagued armies throughout history, and cultural differences, such as hygiene and foot care. Ker, for example, reported: “the clothing of the [Portuguese] rank and file is of poor material, and of a colour which shows the dirt.” In another example, he wrote: “8 men of the 28th Battalion (of more than 1,100 men) were absolutely without socks.” Regarding foot care, Ker noted: “In the case of at least one platoon the Portuguese refused to rub their feet with the grease provided.”⁶¹ Much commentary regarding hygiene made its way into post-war writings as well, and the Portuguese were not the only targets.⁶² Accusations of poor soldiery among the Portuguese, and other allies, on account of cleanliness, however, bear little, if any, direct correlation to devotion to duty, or courage in combat.⁶³

The second category entails accusations of indiscipline and apathy, despite contextual gaps in the alleged evidence, as well as unreported instances among the BEF and other belligerent armies. For example, British officers accused the Portuguese of indiscipline, including looting, yet British soldiers regularly looted from French and Belgian civilians.⁶⁴ Ker claimed high incidences of venereal disease among Portuguese troops, writing in February 1917, of 885 men who were

60. V. TNA, Report by Ker, The Portuguese Expeditionary Force. Appreciation of the Situation March 6th 1917, WO 95/5488.

61. V. TNA, WO 95/5488.

62. V. Horne 1993, 61; Graves 1998, 182; and Stevenson 2011, 257-258.

63. V. Greenhalgh, “Parade Ground Soldiers” 298.

64. V. Beckett, 296; and Greenhalgh, 214.

treated in hospitals “out of about 6,000 troops and of these (...) 117 were venereal”, implying that other cases may have been treated elsewhere.⁶⁵ Venereal diseases, however, had a high impact on the BEF throughout the war.⁶⁶ According to Historian Alexander Watson, the BEF experienced higher infection rates than the German army, 17.32 to 29.65 per 1000 for the British, and 15 to 17.7 per 1000 for the Germans. (39) A more recent work has shown that infection rates in the British army reached 34 per 1,000 men in 1918.⁶⁷ In that context, 117 infections out of 6,000 Portuguese soldiers, 19.5 per 1000 men, is unremarkable.

By September 1917 – after Portuguese had fought several actions – British officers began alleging lacks of Portuguese efficiency and offensive spirit. Improving Portuguese “efficiency” became a buzzword in British reports during this period. No report, however, identifies the nature of the alleged deficiencies. That the Portuguese allegedly lacked ‘offensive spirit’ sounds worse than lacking efficiency, but Haig had assigned the Portuguese Corps a defensive role.⁶⁸

The 29th Battalion repulsed a strong raid by German assault troops during the early hours of 24 August. After German gunners laid down what Captain Dartford described as a “hurricane barrage,” a company-strength force attacked the battalion’s front in three platoon-sized columns. The Portuguese sustained and inflicted casualties, yielded no prisoners, and took three Germans prisoner. A British colonel named North – who had no command authority over the Portuguese – accompanied by Captain Dartford, went to the forward lines after daybreak to gather details about the raid. Dartford recorded:

65. V. TNA, Report by Ker, The Portuguese Expeditionary Force. Appreciation of the Situation, March 6th 1917, WO 95/5488.

66. V. Ellis 153-154; Strachan 236; and Bowman and Connelly, 55.

67. V. Beckett, Bowman and Connelly 144.

68. V. TNA, Douglas Haig to the War Office, London, O.B. 1864/O., WO 106-547 (July 9, 1917): “In view of the necessity of economizing horses, the [Portuguese] Force should be organized and equipped on a defensive basis, and be allotted sufficient transport to meet the requirements of trench warfare only, at any rate for the present.” TNA, Charles Arthur Ker (October 20, 1917), WO 106/551: Written to a British general in Lisbon, probably Barnardiston: “The situation here is that the 1st Division has now been holding a divisional front, and a long one at that, for over four months, thereby relieving a British Division for the offensive.”

For about $\frac{3}{4}$ of an hour, North tried to get into [the Portuguese battalion commander] some lessons in tactics & advice & to get out of him something of what really happened in the raid. He wouldn't listen & didn't know & made things up (...). In fact we tried hard to point out how wrong he had been in sending up his reserve [company].⁶⁹

North and Dartford's actions typify how British officers treated Portuguese officers, and Dartford's account offers insight into why the prevailing narrative cannot be taken at face value. In this example, a Portuguese battalion soundly defeated a well-coordinated raid by assault troops in company strength. North and Dartford, however, refused to credit the Portuguese commander for repelling the attack and instead lectured him.

In a letter to Deputy Chief of the Imperial General Staff, General R. D. Whigham, a British official in Lisbon – probably Major-General Barnardiston – expressed views of Portuguese inferiority:

In dealing with the Portuguese one has to remember their vanity and extreme sensitiveness with regard to anything affecting their sovereignty, if one may use the expression with regard to a Republic. This accounts for their jealousy in matters affecting in the least degree their control over their own men. We think it absurd, perhaps, that so small a country should stand to such an extent on its dignity, but it is so, just as a small man is nearly always very touchy.⁷⁰

Herein lies the crux of the prevailing narrative. The irony here is that aristocratic officers of a leading democratic nation cherished ideas endemic in non-free societies. Moreover, they judged the Portuguese by their culturally held ideas of racial superiority and wrote these opinions into history.

69. V. IWM, Dartford Papers (August 24, 1917).

70. TNA, addressed to General R. D. Whigham, Lisbon, WO 158/709 (December 11, 1916).

9. Summary of British Accusations

The prevailing narrative of the Portuguese Corps was told by “conservative, racist, and xenophobic” officers, who posited British superiority in all matters. (Morrow Jr. 5) These men regarded the Portuguese as racially inferior to themselves and thought that the Portuguese Corps should yield its sovereignty and do things the British way. Modern interpretations of the Portuguese Corps were written from these perspectives and an outlook that claims: A British officer said it or wrote it, therefore, what reason is there to question it?

Rather than accept what these ‘great men’ wrote at face value, why not ask: What did British officers who maligned the Portuguese want? The answer: to take command of the Portuguese troops. To achieve this, they needed to be rid of Portuguese officers. How did they go about realizing this objective? They ignored abundant evidence that did not support their case and employed demeaning rhetoric anchored on cultural chauvinisms that would bolster it.

Why did British officers denigrate the 2nd Division at the Battle of the Lys? In rapid succession, *Michael* and *Georgette* – which resulted in the tactical defeat of all four British armies on the Western Front – bewildered the BEF’s command structure and jolted the British government and public.⁷¹ Haig and his commanders had no one but themselves to blame for the tactical defeats of the Third and Fifth Armies at *Michael*. At *Georgette*, however, the surviving Portuguese stood nearby, and Haig used British societal ideas to scapegoat them to mitigate the humiliation of being defeated by German armies twice in three weeks. The Portuguese who fought in the battle – those who survived, and those lost on the Lys plain – do not deserve such dishonor.

In fairness, some Portuguese held biased perspectives of the British, for example, regarding Britons as seafaring merchants, ill-suited to land warfare. Portuguese views, however, were not based on “pretensions to racial or cultural superiority”, making them benign

71. V. Bond 139.

by comparison. (Tombs 784) Put differently, the Portuguese did not write a conjecture and myth laden narrative that accused British soldiers of indolence, degeneracy, and cowardice, and alleged that they were “only fit for digging”, to justify the 2nd Portuguese Division’s defeat at the Battle of the Lys. (Robbins 274)

10. Commentary Regarding Lusophone Narratives

Modern Lusophone interpretations of the Portuguese Corps began appearing in the post-Salazarian era, notably during the late 1990s. Historians and authors who argue sociocultural and sociopolitical theories have written most of these accounts, as occurred in France, and from nationalist perspectives, as occurred in Britain and France.⁷² These interpretations accept the overarching theme of the prevailing Anglophone narrative, albeit with significant alterations.⁷³

Such works overlook Portuguese and British combat records, privileging instead reports, letters, and diaries of Portuguese and British officers, many of whom, like Haig, wrote to blame others. Some have depicted three trade books published by Brigadier-General Frank Percy Crozier during the 1930s – in which he ridiculed the Portuguese in ways that conflict with British and Portuguese combat records – as primary sources and portray Crozier as an “impartial witness”. (Meneses 335) Some have cited as military evidence, the politically charged commentary of non-combat role officers, such as medic, Jamie Cortesão. They have also cited the letters of some junior officers (*milicianos*, reservists) and enlisted ranks who wrote negatively about serving in France, and who represented a fraction of the Portuguese Corps overall.⁷⁴

72. V. Greenhalgh, 1; Tombs 8; Philpott 63; and Winter and Prost 45, 80.

73. The most important alteration to Haig’s narrative – that the Portuguese ran from the battlefield, before German infantry attacked – contends that Portuguese officers and enlisted ranks fought poorly and surrendered quickly.

74. Such men tended to be conscripts from major cities and regional industrial centers who objected to having been drafted, held views opposed to the Portuguese Republic or the non-egalitarian system under which the Portuguese Corps and other Great War armed forces operated.

Most regular soldiers were illiterate peasant farmers who were accustomed to hard work, deprivation, a traditional expectation of military service, and knew little about why the war was being fought. Many accounts also lack comparative context to how the Great War was fought and the horrors that the soldiers of all nations experienced. Such narratives also tend to obscure broader considerations regarding combat. For example, whether uneducated and voiceless peasants, educated and voting citizens, or scions of nobility – perhaps better expressed, whether soldiers understood, agreed with, or believed in the *casus belli* – when ordered to attack a position bristling with machineguns and artillery, or to defend their position against an attack, one's social condition did not matter. Bullets and shrapnel know no social status.

A common theme in many works is that Portugal's internal instability should have precluded the government from sending the CEP to France. This seems obvious, yet it is beside the point. Once dispatched, its troops transitioned to a dynamic in which what they had to do was all that mattered, and they did it. The officers and men learned trench warfare tactics and deployed the 28,000-man 1st Division to the trenches, holding five percent of the BEF's total front, four and a half months after the first units had disembarked.

Some authors stress that the Corps was deeply divided along political and social lines. The CEP was divided, as were all Great War era armies, somewhat along political lines, and certainly along social lines. There is no evidence, however, that Portuguese career officers treated *milicianos* worse than their equivalent ranks counterparts in other Great War armies. The BEF was also divided along social class lines, probably more so than the French and German armies.⁷⁵

Some authors point to governmental interference in the corps' inner workings, imply that this was unique to Portugal, and indicative of deep political and ideological divisions. Did Portuguese politicians assert themselves in the Corps' affairs? Absolutely! However, the same was true of the BEF, the French, Russian, German, and Austrian

75. V. Strachan 186.

armies, etc.. Haig, for example, complained vehemently about Prime Minister Lloyd George meddling in the BEF's affairs.⁷⁶

Another assertion: after the Battle of the Lys, the corps' leaders and members admitted to problems they had encountered. This too, is decontextualized. Political leaders the world over have routinely blamed their political rivals or military commanders when the campaigns they ordered were not successful. Likewise, British generals of the Great War noted problems, valid or contrived, with the units they commanded, their superiors, or subordinates, when writing reports, making diary entries, or writing memoirs about unsuccessful campaigns and defeats.⁷⁷ Additionally, some members of the same organizations conveyed their opinions on problems that existed, again, valid or contrived, typically based on ideology (secular or religious), political persuasion, or cultural orientation. Like the BEF, and the French and German armies, the Portuguese Corps experienced difficulties, which Portuguese social histories tend to overstate.

If the themes surveyed here are taken at face value, the sources unchallenged, and the perspectives from which they originate accepted, it is impossible to come away with any impression other than that the Portuguese troops were downtrodden, perpetually dejected, inclined to mutiny, incapable of fighting, and prone to surrender. British and Portuguese combat records establish otherwise. Portuguese troops comported themselves no differently than their confrères in other Great War armies. They followed orders and held their own in many combat actions. Thus, the topics examined here offer examples of contextual voids common to military histories written from social perspectives, particularly when myths, politically charged perspectives, and the viewpoints of a few, construed to represent the outlook of many, are used as evidence and combat records are neglected.

76. V. Greenhalgh, 181-183.

77. V. Winter and Prost 79; Lloyd 181-183, 193-196; Hammond 438-439; Prior and Wilson, *Passchendaele* xviii, 105, 191; Sheffield, *Altered Memories* 271; and French, "Failures of Intelligence" 70.

Works Cited

- Adelman, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.
- Alstyne, Richard W. Van. "Great Britain, the War for Independence, and the 'Gathering Storm' in Europe, 1775-1778". *Huntington Library Quarterly* 27, no. 4 (1964): 315-316.
- Audoin-Rouzeau, Stéphane, Annette Becker and Leonard V. Smith. *France and the Great War: New Approaches to European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Beach, Jim. *Haig's Intelligence: GHQ and the German Army, 1916-18*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Beckett, Ian F. W. *The Great War: 1914-1918*. London/New York: Routledge, 2013.
- . *A Guide to British Military History: The Subject and the Sources*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2016.
- . *The Making of the First World War*. New Haven/London: Yale University Press, 2014.
- , Timothy Bowman and Mark Connelly. *The British Army and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- Bell, Aubrey F. E.. "The New Administration in Portugal". *The Contemporary Review*, 631 (July 1918): 48.
- Boff, Jonathan. *Haig's Enemy: Crown Prince Rupprecht and Germany's War on the Western Front*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- Bond, Brian. *Britain's Two World Wars against Germany: Myth, Memory and the Distortions of Hindsight*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- and Simon Robbins (eds.) *Staff Officer: The Diaries of Walter Guinness (First Lord Moyné) 1914-1918*. London: Leo Cooper, 1987.
- Bourne, John. *Who's Who in World War I*. London/New York: Routledge, 2001.
- and Gary Sheffield (eds.) *Douglas Haig: War Diaries and Letters 1914-1918*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.
- Bowman, Timothy and Mark Connelly. *The Edwardian Army: Recruiting, Training, and Deploying the British Army, 1902-1914*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- Brown, David. *Palmerston: A Biography*. New Haven: Yale University Press, 2010.
- Brun, André. *A Malta das Trincheiras: Migalhas da Grande Guerra, 1917-1918*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983.

- Connelly, Mark. *We Can Take It!: Britain and the Memory of the Second World War*. London: Routledge, 2014.
- Daly, Gavin. *The British Soldier in the Peninsular War: Encounters with Spain and Portugal, 1808-1814*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- DeWitt, John. *Early Globalization and the Economic Development of the United States and Brazil*. Westport: Praeger, 2002.
- Disney, A.R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807*, Vol. 1, *Portugal*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- Doughty, Robert A. *French Strategy and Operations in the Great War*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- Ellis, John Ellis. *Eye-Deep in Hell: Trench Warfare in World War I*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- Fox, Aimée. *Learning to Fight: Military Innovation and Change in the British Army, 1914–1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- French, David. "Failures of Intelligence: The Retreat to the Hindenburg Line and the March 1918 Offensive". *Strategy and Intelligence: British Policy During the First World War*. Eds. Michael Dockrill and David French. London: Hambledon Press, 1996. 69-85.
- . "'Official but not History?' Sir James Edmonds and the Official History of the Great War". *The RUSI Journal* 131, no. 1 (1986): 60.
- Graves, Robert. *Goodbye to All That*. New York: Anchor Books, 1998.
- Greenhalgh, Elizabeth. *Foch in Command: The Forging of a First World War General*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- . *The French Army and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- . "A French Victory, 1918". *1918 Year of Victory, The End of the Great War and the Shaping of History*. Auckland: Exisle Publishing, 2010. 90-91.
- . "Parade Ground Soldiers: French Army Assessments of the British on the Somme". *The Journal of Military History* 63, no. 2 (1999): 283-312.
- . "1918: The Push to Victory". *Britain and France in Two World Wars, Truth, Myth and Memory*. Eds. Robert Tombs and Emile Chabal. London/New York: Bloomsbury, 2013. 66-67.
- . *Victory through Coalition: Britain and France during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- Griffith, Paddy. *Battle Tactics of the Western Front: The British Army's Art of Attack, 1916–1918*. New Haven/London: Yale University Press, 1994.
- . *Forward into Battle: Fighting Tactics from Waterloo to the Near Future*. Novato, CA: Presidio Press, 1992.
- Hammond, Bryn. *Cambrai 1917. The Myth of The First Great Tank Battle*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2008.
- Harris, J.P. *Douglas Haig and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Haynal, André, Miklós Molnár and Gérard de Puymège. *Fanaticism: A Historical and Psychoanalytical Study*. Trans. Linda Buller Koseoglu. New York: Schocken Books, 1983.
- Heathorn, Stephen J.. *For Home, Country, and Race: Constructing Gender, Class, and Englishness in the Elementary School, 1880-1914*. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- . *Haig and Kitchener in Twentieth-Century Britain: Remembrance, Representation and Appropriation*. Farnham: Ashgate, 2013.
- . "The Mnemonic Turn in the Cultural Historiography of Britain's Great War," *The Historical Journal* 48, 4 (2005): 1122.
- Horne, Alistair. *The Price of Glory: Verdun 1916*. London: Penguin Books, 1993.
- Hyam, Ronald. *Britain's Imperial Century, 1815-1914: A Study of Empire and Expansion*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- IWM, Dartford Papers, 27 March 1917, 10 May 1917, 24 August 1917 and 10 November 1917.
- Keegan, John. *The Legacy of the Great War: Ninety Years On*. Columbia: University of Missouri Press, 2009.
- Krause, Jonathan (ed.) *The Greater War: Other Combatants and Other Fronts, 1914-1918*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.
- Lorimer, Douglas A. "Nature, Racism, and Late Victorian Science". *Canadian Journal of History* 25 (1990): 369.
- . "From Victorian Values to White Virtues: Assimilation and Exclusion in British Racial Discourse, c. 1870-1914". *Rediscovering the British World*. Eds. Phillip Alfred Buckner and R. Douglas Francis. Calgary: University Press of Calgary, 2005. 129.
- Lloyd, Nick. *Loos 1915*. Stroud: The History Press, 2008.

- Lytton, Neville. *The Press and the General Staff*. London: W. Collins Sons & Co. Ltd., 1921.
- Marshall, P.J. (ed.) *The Oxford History of the British Empire: The Eighteenth Century*, Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- McGeorge, Colin. "Race, Empire and the Maori in the New Zealand Primary School Curriculum 1880-1940". *Imperial Curriculum*. Ed. J. A. Mangan. New York: Routledge, 2012.
- Mead, Gary. *The Good Soldier: The Biography of Douglas Haig*. London: Atlantic Books, 2007.
- Meneses, Filipe Ribeiro de. "'All of Us are Looking Forward to Leaving': The Censored Correspondence of the Portuguese Expeditionary Corps in France, 1917-18". *European History Quarterly* 30, No. 3 (2000): 335.
- Michael Senior. *Haking: A Dutiful Soldier: Lt Gen Sir Richard Haking, XI Corps Commander 1915-18: A Study in Corps Command*. Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword, 2012.
- Middlebrook, Martin. *The Kaiser's Battle*. London: Penguin Books, 2000.
- Morrow Jr. John H.. *The Great War, An Imperial History, Centenary Edition*. London/ New York: Routledge, 2014.
- The National Archives of the United Kingdom (TNA), CAB 23/6/0010, War Cabinet, 388 (April 10, 1918).
- National Library of Scotland, No. 97 – Haig's diary of the Great War, parts 7-12, 1916-19, 9 and 11 April 1918.
- Neiberg, Michael S. *Fighting the Great War: A Global History*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- . *The Second Battle of the Marne*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2008.
- Newitt, Malyn. *Portugal in European and World History*. London: Reaktion Books Ltd, 2009.
- Paquette, Gabrielle. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c.1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Philpott, William. "Haig and Britain's European Allies". *Haig: A Re-Appraisal 80 Years On*. Barnsley: Pen & Sword, 2009. 130
- Prior, Robin and Trevor Wilson. *Passchendaele: The Untold Story*. Third Edition. New Haven/ London: Yale University Press, 2016.

- . "Unequal Sacrifice? Two Armies, Two Wars?" *Britain and France in Two World Wars*. 57-58
- Prost, Antoine Prost and Jay Winter. *The Great War in History, Debates and Controversies, 1914 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Pyles, Jesse. "Reassessing Anglophone Narratives on the Portuguese Army during the Peninsular War". *Academia Letters*, December 2021. <https://doi.org/10.20935/AL4257>.
- Reynolds, David. *The Long Shadow: The Great War and the Twentieth Century*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- Robbins, Simon. *British Generalship on the Western Front 1914-1918: Defeat Into Victory*. London: Frank Cass, 2005.
- Samuels, Martin. *Command or Control? Command, Training and Tactics in the British and German Armies, 1888-1918*. London: Frank Cass, 1995.
- Shaffer, Marjorie. *Pepper: A History of the World's Most Influential Spice*. New York: Thomas Dunne Books, 2013.
- Sheffield, Gary. *The Chief: Douglas Haig and the British Army*. London: Aurum Press Ltd, 2012.
- . *Command and Moral. The British Army on the Western Front 1914-1918*. Barnsley: Pen & Sword, 2014.
- Sheftall, Mark David. *Altered Memories of the Great War: Divergent Narratives of Britain, Australia, New Zealand and Canada*. London: I.B. Tauris, 2009.
- Showalter, Dennis. "Foreword". *Germany and the Axis Powers: From Coalition to Collapse* by Richard L. DiNardio. Lawrence: University of Kansas Press, 2005.
- . *Instrument of War: The German Army 1914-18*. Oxford: Osprey Publishing, 2016.
- Simkins, Peter. *From the Somme to Victory: The British Army's Experience on the Western Front 1916-1918*. Barnsley: Pen & Sword, 2014.
- Simon, Robbins. *British Generalship during the Great War: The Military Career of Sir Henry Horne (1861-1929)*. Surrey: Ashgate, 2010.
- Spiers, Edward M.. *The Late Victorian Army: 1868-1902*. Manchester: Manchester University Press, 1992.
- Stamp, Gavin. *The Memorial to the Missing of the Somme*. London: Profile Books, 2007.

- Stevenson, David. *With Our Backs to the Wall: Victory and Defeat in 1918*. London: Allen Lane, 2011.
- Stevenson, Randall. *Literature and the Great War, 1914-1918*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Strachan, Hew. "Epilogue to Winter". *The Legacy of the Great War*. 193. ---. *The First World War*. New York: Viking, 2004.
- Streets, Heather. *Martial Races: The Military, Race and Masculinity in British Imperial Culture, 1857-1914*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- TNA, Addressed to General R. D. Whigham, Lisbon, 11 December 1916, WO 158/709.
- TNA, Barnardiston, Lisbon, 7 November 1917, WO 106/551.
- TNA, British Mission War Diary, 7 January 1918, WO 95/5488.
- TNA, C. P., 9 April, 1918.
- TNA, Charles Arthur Ker, 20 October 1917, WO 106/551.
- TNA, Douglas Haig to The Secretary, War Office, London, S.W., O.B./1864/B.M. September 1917, WO 158/112.
- TNA, Douglas Haig to the War Office, London, O.B. 1864/O., 9 July 1917, WO 106-547.
- TNA, Douglas Haig, Typescript Diary, 9 and 11 April 1918, WO 256/29.
- TNA, Haking, 13 August 1917, WO 106/551.
- TNA, Military Convention between the Government of Portugal, and the Governments of Great Britain and France, WO 158/709.
- TNA, Report by Ker, The Portuguese Expeditionary Force. Appreciation of the Situation March 6th 1917, WO 95/5488.
- Tombs, Robert. *The English and Their History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014. ---. "Two Great Peoples". *Britain and France in Two World Wars*.
- Travers, Timothy. *The Killing Ground: The British Army, the Western Front, and the Emergence of Modern Warfare, 1900-1918*. Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword, 2009.
- Watson, Alexander. *Enduring the Great War: Combat, Morale and Collapse in the German and British Armies, 1914-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Wheeler, Douglas L.. *Republican Portugal: A Political History 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

Winter, Jay. "Cultural Divergences in Patterns of Remembering the Great War in Britain and France," *Britain and France in Two World Wars*.

WO 256/29; Imperial War Museum, London, Documents and Sound Section, the Private Papers of Captain R C G Dartford MC, April 17, 1918.

Zabecki, David T.. *The German 1918 Offensives: A Case Study in the Operational Level of War*. New York: Routledge, 2006.

The Anglo-American Gothic Shadow in Contemporary Portuguese Art and Literature

Maria Antónia Lima
(Universidade de Évora/CEAUL)

In times of uncertainty, great doubts about the future and disquieting revelations about a past whose threat seems to hover frighteningly over a deeply pessimistic present, a group of creators has surfaced in Portugal's artistic and literary landscape. This ensemble of authors captures the anxieties, obsessions, fears and melancholic feelings so keenly central to Portuguese sensitivity and simultaneously integrate Anglo-American Gothic creativity, which casts a shadow of light over their work that better discloses their uniqueness. The Gothic has been used as a genre and mode that is very adequate to our contemporary existence, and it refuses to die. As David Punter reminds us in "Shape and Shadow: on poetry and the uncanny", the Gothic is defined as "a repetition (...) of that which one did not know could be repeated". (194) Fred Botting also expanded this idea in his essay "In Gothic Darkly" where he considered the Gothic "a reconstruction of the past as the inverted, mirror image of the present". (5)

From the disturbing atmospheres of Ana Teresa Pereira's fictional universe, so joyfully 'haunted' by the creations of Henry James, Truman Capote, Iris Murdoch and Alfred Hitchcock, to Gonçalo M. Tavares' "Black Books" wherein characters are faced with a state of existential despair and express dark, frenzied visions about the human condition, like those of Melville's Ahab or Bartleby; taking into account

artists like Nuno Cera, who was formerly the artist-in-residence in Berlin and New York where he deepened his artistic vision and transformed his relationship with Portugal, putting its scale into perspective by penetrating the desolation and decadence of the architectonic atmospheres of great city centers; we will finally reach the strongest display of this 'darkness visible' in the poetic and musical Gothic of Moonspell's lead singer, Fernando Ribeiro, who began a dialogue with the tragic poetry of José Luís Peixoto in *Antídoto* (2003). We will also mention David Soares, a writer who has been directly associated with Fantasy and is celebrated for his translations of works by Alan Moore, Jack Dann and Philip K. Dick. Furthermore, Soares is known to be an attentive reader of authors like Alexander Theroux, Edward Carey and Flann O'Brien and established contact with John Douglas' thought process, the agent who was one of the minds behind FBI's profiling program and whose work was crucial to the development of the psychopath painter in *O Evangelho do Enforcado* (2010). Common to all these artists is a dark vision of their creative imagination, a current tendency in some of the most original artworks nowadays, as Francesca Gavin noticed when she concluded, "There is a thread of dark imagery or ideas that runs through much contemporary art". (7) A similar point of view was defended by Gilda Williams, in her introduction to *Documents of Contemporary Art*, who observed, "'Gothic' in contemporary art is necessarily a partial term which serves mostly to identify a peculiar, dark sensitivity shared by the artist and the observer who has chosen to respond to the work in this manner". (13)

The influence of several gothic themes and concepts on this group of Portuguese writers will inevitably be associated with the psychoanalyst concepts of "shadow" created by Carl Gustav Jung, and with what Sigmund Freud called "the return of the repressed" to reveal the importance of giving expression to the dark side of human existence in most of the works here studied. The word "shadow" was used by C. G. Jung to refer to unconscious contents that represent hidden and negative aspects of the human personality as very real, present and common to all humanity. Jung's intention to reveal this reality is recurrent in many works by gothic writers who would certainly agree

with what he observed in *Memories, Dreams and Reflections*, "As far as we can discern, the sole purpose of human existence is to kindle a light in the darkness of mere being". (11) According to psychoanalytic vocabulary, this 'shadow' would be an archetype that corresponds to a negative personal nature which in turn is equivalent to the irrational and demonic side of the human personality.

This Jungian concept of 'shadow', which refers to unconscious contents that are the dark side of our personality, can also be associated with the Freudian *id* which identifies the same unconscious reality that quite often comes to the surface of conscience unexpectedly originating the return of the repressed. According to Freud, the latter is responsible for many psychological disturbances and for the presence of the uncanny. A term explained by Freud in his essay "Das Unheimliche" (1919), as a critical concept it has often been applied to gothic narratives where the strange and unfamiliar are part of a familiar world that represses them. One of the most common trends in Gothic is that terror can emerge in a vulgar and common medium, since, as Botting observes in *Gothic*, "Fiction in the middle of the century tended to realize terror and horror, fascinated by their irruption in the shadows of the everyday world". (125) This aspect has a direct bearing on the possibility of making what is familiar and normal strange and unfamiliar, as Freud explained in his above-mentioned essay. Thus, the real can become a nightmare, which will be all the more terrible the closer it is to what is common and familiar.

According to Jung, the 'shadow' (the *id*, or shadow archetype) is the unconscious or the unknown dark side of the personality not easily identifiable by the ego. Different from the Freudian definition of 'shadow', however, the Jungian 'shadow' can be both positive and negative and include everything the conscience cannot perceive. The 'shadow' is mainly negative because it is not pleasant to accept the existence of certain dark aspects of one's personality. "Everyone carries a shadow," Jung wrote in "Psychology of the Religion", and the less it is embodied in the individual's conscious life, the blacker and denser it is. (131) Yet, there is something positive that may also remain hidden in one's shadow. In this essay the concept preserves

its main duality, as it is used to convey both a negative and a positive meaning. The first refers to the representation of the dark side of human existence in many contemporary works, and the second is linked to a cultural inheritance of Anglo-American origin transmitted by a collective unconscious that creates a kind of contamination, from which it is impossible to escape because of the power of attractiveness it exerts on many writers and artists who desire to go deep into many unknown and dark aspects of human life. As Jung concluded in *The Archetypes and The Collective Unconscious*, “the shadow personifies everything that the subject refuses to acknowledge about himself” (284) and represents “a tight passage, a narrow door, whose painful constriction no one is spared who goes down to the deep well”. (21) The expression “Gothic shadow”, used in this essay, also indicates that every creative influence hides unconscious and unknown aspects that are sometimes challenging to rationalize and so keep being hidden and can only be revealed in the form of fictional and artistic creations, as they are sometimes difficult to perceive and describe entirely. As Jung said in *Memories, Dreams and Reflections*, “a creative person has little power over his own life. He is not free. He is captive and driven by his daimon”. (357)

In *Escritos sobre Génio e Loucura* (2006), Fernando Pessoa had already sensed the influence of what he called a “morbid shadow,” when he noticed “a sombra mórbida que veio e continua sobre nós, começando a sentir-se em Poe, cuja própria degenerescência era génio”. (436) Interested in the darkest aspects of human personality and influenced by English authors, Pessoa was an avid reader and translated several of Poe’s works, sharing with the latter an irresistible attraction to perverseness which, among others, led to the development of the work *Um Jantar Muito Original* (1902) where the theme of cannibalism allows the author to gruesomely explore some of the most heinous aspects of human existence. This shadow is also cast over Mário de Sá-Carneiro who filled his poetic universe with revenants and decaying settings where death is constantly present. Sá-Carneiro articulates what Poe called the “terror of the soul” through a ‘dark’ fiction that includes “A Grande Sombra”, a short story featured in *Céu*

em Fogo (1915). Jorge de Sena, another twentieth-century Portuguese author, is a central figure in the Anglo-American literary heritage who was especially focused on by Maria Leonor Machado de Sousa who considered *O Físico Prodigioso* (1966) an innovative text. Inspired in old medieval legends and following Herculano's line of thought, in de Sena's text, "os requintes de horror e perversidade ultrapassam todos os tratamentos dos pactos satânicos e tornam este conto talvez o caso mais fascinante da exploração do horror na literatura portuguesa contemporânea, porventura mesmo de toda a literatura portuguesa". (Sousa, *O Horror* 82) The fact is that Portuguese authors tend to produce works that are typically obscure and melancholic, featuring tragic meditations on life which produces a literature of disquiet that is so well represented in Fernando Pessoa's *O Livro do Desassossego*.

Much of what can be called "Gothic" also intends to disquiet certain minds still influenced by conventional ways of thought. As Jerrold E. Hoggie noticed, "'Gothic' has long been a term used to project modern concerns into a deliberately vague, even fictionalized past. (...) Like the ghosts of counterfeits it employs, then, the Gothic is inherently connected to an exploitation of the emptied out past to symbolize and disguise present concerns, including prejudices". (*Gothic Fiction* 16) Likewise, Gilda Williams reminds us, in *Documents in Contemporary Art*, that "like the original literature, Gothic contemporary art is principally Anglo-Saxon, with a sprinkling of excellent examples from continental Europe as well". (13) Springing from the seventeenth century English Gothic, much contemporary gothic art and literature is mainly of Anglo-Saxon origin which means it is almost inevitable to refer to this culture if we intend to perceive a number of important gothic marks in the work of some contemporary Portuguese writers. This is especially true if these writers have always been interested in dealing with gothic themes like death, enclosure, existential despair, suffering, fear, evil, violence or decadence. The Gothic aesthetics, with its peculiar beauty concepts and sublimity, possesses an incredible ability to adapt to different styles, historical periods and cultures. This happens because the Gothic can be considered not only a genre restricted to a specific period of time or culture but also a transversal mode of

expression to different styles and times, possessing a very important interdisciplinary tendency. The influence of the Gothic in Portuguese contemporary literature and art will certainly allow us to consider the Anglo-Portuguese intertextuality showing how some Portuguese writers have been haunted by this particular aesthetic vision. In "Gothic Origins: The Haunting of the Text", David Punter refers to the haunting power held by gothic texts because he believes terror is haunted, shadowed by textuality, and concludes that the gothic tradition is itself a form of haunting, "what haunts Gothic, we might provisionally say, and more especially in contemporary contexts, is Gothic: a ghost haunted by another ghost". (14) David Punter also mentions a knowledge which is compounded of previous hauntings that crowd in upon the present surrounding it like a gallery of grotesques with the imagery of persecution, obsession and violence. As defined by this critic, every writing haunted by the Gothic is contaminated by an original infection, which has to do with the Freudian concept of "the return of the repressed", that "other" or unfathomable shadow with impenetrable and mysterious meanings that is always haunting textuality creating its ambiguity and ambivalence, making it simultaneously clear and unclear. In this process, an obscure clarity is born which leads Punter to consider that every kind of discourse is haunted by a fatal obscurity. Defending this point of view, Punter concludes that this process of textualization is a process of contamination. (44) While contaminated and haunted by this Anglo-American gothic shadow, the Portuguese writers and artists mentioned in this essay inherited this dark current of creative imagination which is very much centered on giving expression to the most somber aspects of human existence.

The dark and strange side of the human psyche as well as concepts like perversion, criminality, monstrosity, transgression, violence and destruction have gained great influence over many contemporary artists and writers. In Portugal the interest for these themes is not only a recent tendency but also comes from the past. In what concerns Dark or Horror Literature in Portugal (eighteenth to the nineteenth centuries), as Maria Leonor Machado de Sousa mentions, "a tendência para o 'negro' seguiu, entre nós, principalmente a corrente 'social'

de Sue". (*A Literatura Negra* 168) Notwithstanding, we must be aware that in Portugal horror fiction has not yet established itself, since we do not have a culture wherein horror, fantasy and science fiction are able to create an archetype or tradition that will last, one that may be comparable to *Frankenstein* or *Dracula*, for instance. Machado de Sousa too has concluded that we cannot find in Portuguese literary works of horror markedly dark authors, though she has highlighted some writers in whose works it is possible to perceive a constant influence in terms of goals, genres or processes. In a chapter entitled "Prolongamentos do Interesse Literário pelo Horror no Século XX", (*O Horror* 79) the scholar draws attention to Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Jorge de Sena, Domingos Monteiro, José Régio and Branquinho da Fonseca, among others.

In an anthology about Portuguese Fantasy, edited by Eugénio Lisboa and Helder Macedo, translated into English by Margaret Jull Costa, we can find authors like Manuel Pinheiro Chagas, Álvaro do Carvalho, Eça de Queiroz, Fialho da Almeida, Manuel Teixeira-Gomes, António Patrício, Mário de Sá-Carneiro, José de Almada Negreiros, José Régio, Domingos Monteiro, Mário-Henrique Leiria and David Mourão-Ferreira. An anthology of short stories influenced by the fictional universe of H. P. Lovecraft was also edited with the title *A Sombra sobre Lisboa* (2006) and includes works by authors like Luís Filipe Silva, António de Macedo, Fernando Ribeiro, and many others. In a separate set of texts entitled *Contos de Terror do Homem Peixe* (2007), published by Chimpanzé Intelectual, in addition to several other contemporary Portuguese authors, writers such as João Barreiros, David Soares, Rui Zink, Fernando Ribeiro and António de Macedo are featured. *MOTELx – Histórias de Terror* (2015) is a volume that puts together some famous Portuguese writers of the new generation, such as Afonso Cruz, Inês Fonseca Santos, and Adolfo Luxúria Canibal. It was presented in Lisbon at the MOTELx – Horror Film International Festival (9th edition), and it consists of seven horror stories with different literary approaches to the genre. A more recent anthology of Brazilian and Portuguese authors was organized by Ricardo Lourenço, *A Dança dos Ossos – Antologia do Conto Luso-Brasileiro*.

Portuguese horror cinema has also a very direct anglophone influence as it is the case of Filipe Melo, a writer and musician, who directed the first Portuguese zombie film, *I'll see you in my Dreams* (2004). With Cinemateca Portuguesa's help, and after a decade of research, the volume *MOTELX's Lost Room – The Films of Portuguese Horror (1911-2006)*, coordinated by João Monteiro and Filipa Rosário, was recently published bringing together critical and academic texts about several Portuguese films associated with the horror genre and the domains of 'gothic', 'slasher', 'supernatural', and 'folk horror'. The examples found here are part of a scarce fantastic literary tradition, which is not enough to form a canon but is sufficient to distinguish very characteristic Portuguese features, giving rise to a *corpus*, as the introduction clarifies. This work aims at assessing the production of Portuguese cinema until 2007, the year *MOTELX* festival was founded. That is why the book's research ends with *Coisa Ruim* (2006), directed by Tiago Guedes and Frederico Serra, and opens with *Os Crimes de Diogo Alves* (1911), by João Tavares. This work covers, among others, the films *Três Dias sem Deus* (1946) by Bárbara Virginia, *O Crime de Aldeia Velha* (1964) by Manuel Guimarães, *A Maldição de Marialva* (1990) by António de Macedo, *O Construtor de Anjos* (1978) by the painter Noronha da Costa, *Rasganço* (2001) by Raquel Freire, and *Aparelho Voador a Baixa Altitude* (2002) by Solveig Nordlund. In this very "dark room" it is also possible to find new readings of films such as *Os Canibais* (1988) and *O Convento* (1995) by Manoel de Oliveira, and *O Fascínio* (2003) by José Fonseca e Costa. It will undoubtedly be a very stimulating exercise to think about which subgenres of horror the cinematic works by authors such as Manoel de Oliveira or Fonseca e Costa fall into. According to the coordinators, this is something that immediately forces the audience to have a new perception of these films, imbuing them with timeless aspects that will certainly allow even more new readings.

The issue raised by all these anthologies lies in how hard it is to incorporate authors with such diverse styles in the Gothic mode when, generally speaking, most of them would defy being associated with and labelled as "Gothic." Regarding this concern, in an

anthology entitled *American Gothic Tales* (1996), Joyce Carol Oates was able to solve this problem of categorization, selecting authors by employing a broader theoretical framework that allowed her to include names like Raymond Carver, E.L. Doctorow, Don DeLillo and Charles Johnson in the volume. Doing so allowed Oates to overcome each writer's idiosyncrasies, finding in all of them a comprehensive comment on America according to their varied perspectives. Oates validated her method by arguing that, besides H. P. Lovecraft as well as other notable exceptions like August Derleth, Shirley Jackson, Peter Straub, Stephen King and Anne Rice, many of the authors in the volume are not specifically "Gothic". She further clarified her process of inclusion aimed at suggesting that "the richness and magnitude of the gothic-grotesque vision and the inadequacy of genre labels if by 'genre' is meant mere formula". (8) The same method may also guide the references here made to some contemporary Portuguese authors whose works have hardly ever allowed us to remain unmoved by their grotesque-Gothic imagination, born out of the clash with absurd existential anxieties in a world undergoing a sweeping process of disintegration of character and values. To convey the complexity of their vision, these Portuguese writers face previous narrative forms, which aimed to transgress social and moral norms to allow universal concepts of truth to be reached, with great skepticism. Therefore, moving closer to the Gothic genre allows them to question the concept that humankind lives in a rational, coherent world, which in turn will lead them to adapt subversion and transgression processes to attain the unrepresentable and, sometimes, transform their work into processes of literary and artistic self-referentiality. Exploring new and transgressive ways of representation, these authors demonstrate they are true inheritors of the Gothic tradition. As Andrew Smith notes about Clive Barker in the work *Gothic Literature*, "horror tradition also explores a set of complex ideas about the nature of representation". (141)

Is the Gothic's transgressive predisposition, which holds such power to shake established thought structures, what interests some Portuguese writers, such as David Soares? In an interview given by the author, Soares argued the genre is defined by its disruptive effect

where nothing can exist without inevitable tragic consequences that become shock waves that may endure in a time when nothing else lasts – an idea that validates the relevance of Gothic literature today. As Jerrold E. Hoggle well observed, “Gothic can activate its revolutionary and boundary-changing impulses, and lead us to dissolve some of the rigidities and their otherings of people by which we live and from which much of the Gothic takes its shape”. (19) In his works, David Soares reveals he is an heir of that poetic enlightened shadow as proven by the title of the novel *Luz Miserável* (2010) that includes some provoking, diabolical short stories filled with gruesome extravaganzas located in claustrophobic and exotic settings like the ones found in “A Sombra de Ningué.” Indeed, if we follow David Soares on another vertiginous journey to the dark side of imagination, we can attest his Pessoa-like interest in occultism, alchemical language, witchcraft and secret cults in *A Conspiração dos Antepassados* (2007) where it is stated that “cada alma é um demónio” (“each soul is a devil”). (26) Such proclamations express the author’s craving to come face to face with the horrible data of human existence and, above all, to put into words evil’s presence in the many eras and aspects of human life. Soares thus follows an American Gothic tradition that springs from Edgar Allan Poe and with which he identifies through the use of some suspense techniques and certain themes associated with the Fantastic genre. In the tales in *A Luz Miserável*, we find many enclosed places, much like in *The Fall of the House of Usher*, *The Premature Burial* or *The Cask of Amontillado*. The children’s book *O Homem Corvo* can also remind us of the famous poem *The Raven* not only because of its title but also due to the sad loneliness of its main character. In most of his narratives, as in Poe’s fiction, Soares creates a universe where light and darkness are always intertwined by the power of his gothic imagination.

A Conspiração dos Antepassados seeks to be innovative in how it represents the evil, mysteriously perpetrated by a terrible historical conspiracy wherein D. Sebastião’s myth is interwoven with the relationship between Fernando Pessoa and the English magician Alister Crowley. By intersecting different writing styles, Soares makes the

reader feel perplexed about who is writing, as the narrative voice might simultaneously be Crowley's, Soares' or Pessoa's. Soares knows it is important to communicate with the invisible world without losing sight of the visible one. As a result, magic is necessarily addressed in Soares' works in a practically scientific manner. In addition, the author's supernatural themes are nearly always credibly presented, a fact that not only evokes Poe's rationally meticulous technique but also Ann Radcliffe's novels. Soares' Gothic-grotesque imagination can be attested through two mysterious character whose rivalry sets into motion the events in *Lisboa Triunfante* (2008), an epic novel where the author delves into the darker, most labyrinthic aspects of Lisbon's history. The interpenetration of human and animal nature is achieved through the use of a symbolic language capable of narrating a story about a match between two proto-primordial figures of fabulous nature, a fox and a lizard, creatures that, as the following quote shows, mirror significant perverse human traits, "mudando de expressão, a Raposa estreitou os olhos e esticou a bocarra num sorriso finíssimo; quando sorria daquela maneira, a cabeça da Raposa parecia afunilar-se até a boca tocar nas orelhas. (...) Como era possível a bicha amanhar aquelas feições tão perversas: tão... 'humanas'?...". (Soares, *Lisboa Triunfante* 128)

In addition, what seems to be truly relevant in Soares' works is actually revealed by one of his main characters: "they dare to imagine". Therefore, on this point the Anglo-American tradition may also become for national writers a significant reference with works by authors like Isaac Bashevis, John Cheever, Sylvia Plath, William Goyen, E. L. Doctorow and Paul Bowles standing as powerful stimuli to the Gothic imagination. In these authors' texts, much like in Soares' own works, the surreal is indispensable for the real to merge with the unreal and the historic with the fantastic. As noted by Joyce Carol Oates, "the surreal, raised to the level of poetry, is the very essence of 'gothic': that which displays the range, depth, audacity and fantastical extravagance of the human imagination". (9)

Likewise, it is possible to recognize the influence of this Anglo-American shadow in Ana Teresa Pereira's unsettling fictional universe, a sway acknowledged by the author herself when she admitted there is

a Gothic undertone to her work. Influenced by English Romanticism, the Pre-Raphaelite universe, and the writing of Henry James, Iris Murdoch and Cornell Woolrich, Pereira's fiction is known for creating sinister environments and disquieting atmospheres that show signs and traces of the Gothic. Even her most well-known works have gothic titles such as: *A Casa das Sombras*, *As Velas da Noite*, *A Porta Secreta*, *O Ponto de Vista dos Demónios*, *A Dança dos Fantasmas* and *Cidade Fantasma*.

Having started by writing detective fiction, Pereira has been creating ambiguous narratives that can also be associated with the Fantastic genre, where we find feelings of strangeness in characters who live outside reality, which is determined by their tragic emotions. In spite of being very reticent about any kind of categorization, Pereira created a very specific and original fictional universe that almost seems to be an autonomous genre in itself. However, the Fantastic can be considered a literary mode of expression (from which the Gothic emerges) that produces different kinds of fiction in different historical periods. As Rosemary Jackson observed in *Fantasy – The Literature of Subversion* (1981), fantasy "has to do with inverting elements of this world, re-combining its constitutive features in new relations to produce something strange, unfamiliar and apparently 'new', absolutely 'other' and different". (8) Pereira's fiction can be seen as a very good example of all this. Divided between the real and the unreal, her characters' option is to live in a dreamlike state that creates in the readers doubts about the nature of their actions, so the latter are never sure if they really happened or if they are a mere product of their imagination. The short story "Se Eu Morrer Antes de Acordar" or the end of *A Linguagem dos Pássaros* are examples of this uncertainty created by the ambiguities in the behaviour of certain characters who seem to live either in their world of dreams or in reality, in spite of always preferring the first in order to follow their most essential desires to find the true meaning behind their existence. This preference for living in a world of imagination can be explained because "fantasy characteristically attempts to compensate for a lack resulting from cultural constraints: it is a literature of desire, which seeks that which is experienced as

absence and loss". (Jackson 3) A very famous example of these ambiguous narratives is "The Turn of the Screw" by Henry James, an author with whom Ana Teresa Pereira identifies herself very deeply. The end of this narrative does not allow us to determine whether ghosts haunt the old estate, or whether we are being confronted by the hallucinations of a hysterical governess, a recurring situation in Pereira's fictions, representing also a mark of the Fantastic, according to Tzevetan Todorov. The latter defines it as being "a hesitation common to the reader and character, who must decide whether or not what they perceive derives from 'reality' as it exists in the common opinion". (41) A very important reason why these texts create this ambiguity is due to the psychological disorders of the central characters who, in the case of James' tale, are victimized by the hostile atmosphere which surrounds them. In Pereira's fiction, on the other hand, they are influenced by old fears and other psychological complexities. In her above-mentioned study of the Fantastic, Rosemary Jackson noticed that, while expressing existential anxieties, fantasy deals with unconscious material and themes of self and other, of 'I' and 'not I', which makes some reference to psychoanalysis necessary. (61) In both James and Pereira's tales, the dark shadow of the past haunts the living revealing their double personalities and producing uncanny and strange realities, which are related to the Freudian concept of "Das Unheimliche" that can in part explain much of the mysterious meanings of these narratives. Pereira's tale, *A Outra* (2010) exemplifies all this process well through a very explicit intertext that directly evokes James' tale, proving once again the decisive and striking influence that Anglophone Literature has on her work. Another example of this intertextuality, which underlines the importance of dreams and the return of the past in Pereira's fiction, is the tale "O Fim de Lizzie" (2008), which has a very similar beginning to *Rebecca* by Daphne du Maurier – "A noite passada sonhei que tinha voltado à casa do avô" (Pereira 27) ("Last night I dreamt I went to Manderley again"). (Maurier 6)

A *film noir* lover, Ana Teresa Pereira creates characters that seem to belong to another dimension like, for example, in the film *Sunset Boulevard* (1950) when William Holden is wandering down

the avenue that leads to the mansion, he is actually walking into a different world. Interestingly, the same happens in Pereira's books where sometimes there is nothing else besides an old house with a lake (or a swimming pool), two identical houses in front of one another, a library with a burning fireplace and two or four characters. Obsessively filled with references to art, literature and cinema, the author's works often resort to the same spaces, themes and characters in a metaphysical vortex of doom where the demon of death circles the angel of love, condemning the latter to live with it forever. What is more, there are numerous houses that resemble castles as well as wintery landscapes, poisonous plants and ethereal beings held hostage by their vampire demonic doubles like Azazel in *A Linguagem dos Pássaros* (2001), a fallen angel, but also a demon of nature, "Azazel (...) conhecia todas as línguas, (...) gostava de música, (...) gostava de cantar e dançar. Um anjo negro, um pássaro negro, o ser que melhor que ninguém conhecia a linguagem dos pássaros, a linguagem do mundo". (86) Paradoxical to the very end, Pereira's characters become "black swans" able to carry the reader to another dimension, another plane of consciousness, that the author always knew how to find in Iris Murdoch's works, time and again acknowledging this great influence on her.

Just like Borges, Ana Teresa Pereira says she was born in an English library, which explains her labyrinthine, unusual narratives of endless intertextualities. It would be interesting to notice, in these explicit intertexts, the obsessive, constant and unusual associations that Pereira's works establish with Anglo-American Literature and other forms of Art (Cinema, Painting and Music), creating a very original poetic system that defies classification of genre due to the interconnections between dreams and reality, subjectivity and objectivity, or the fantastic and the realistic. The associations to the Anglophone Culture act as an escape to a different dimension being a part of her imaginative world where even the fictional places have English names.

In *Rosas Mortas* (1998), for instance, the influence of the British tradition returns via the shadow projected by Dante Gabriel Rossetti's art, which haunts Pereira's text like an echo from the lovers' past in

their present lives and memories of days bygone assert themselves with the same poetic strength of Rossetti's verse "I have been here before" in the poem "Sudden Light" (1863). Each novel or short story is like an enclosed world, a painting, so the theme of enclosure, so dear to Gothic fiction, is evoked at the end of the novel as the author resorts to the English tradition again. The latter is clearly represented through the image of a woman, locked away in a tower of a castle, who can only see the world through its reflection in a mirror, an imagery that matches the figure of the "The Lady of Shalott" (1832) by Alfred Tennyson. Regarding the presence of a Gothic-grotesque vision, we find it at the beginning of *Rosas Mortas*, conveyed via a character, an artist who in an attempt to overcome her loneliness admits that, "É a primeira vez que nasço como mulher. Há ainda em mim um rasto de bicho, um rasto de nevoeiro". (67)

To Ana Teresa Pereira writing is not essential; instead, it is a particular outlook that needed a long time and experience to take shape. This perspective was developed by the author in a set of essays entitled *O Ponto de Vista dos Demónios* (2002) where she coexists with her ghosts as well as memories of books and movies through which we can easily anticipate the genesis of particular moods and characters. Actors like Anthony Hopkins, Rita Hayworth, Michelle Pfeifer; directors like Alfred Hitchcock, John Ford, John Huston, and Polanski as well as writers such as Edgar Allan Poe, John Dickson Carr and William Irish are some of the ghosts that inhabit and stimulate her imagination in order to create an alternative and very emotional fictional universe where the author like her characters seem to live. What is more, knowing how the author acts in the creative universe of her acknowledged English predecessors, who, like Henry James in "The Art of Fiction" (1884), have passed onto Pereira the wisdom of their shadows, allows us to keep up with the inner workings of her writing. From the shadows of these authors, Pereira concludes that, "se a mente é imaginativa (...) pode transformar os mais pequenos sinais em revelações, presente o invisível a partir do visível, e descobre a ligação entre as coisas". (*Ponto de Vista dos Demónios* 100)

Very often compared to Franz Kafka, Gonçalo M. Tavares is another heir to that very unique black shadow that projects itself onto a set of books he purposely called “black” and through which he casts his dark gaze on the human condition. Possessing a Gothic-grotesque outlook, conveyed by means of a surreal and dramatic writing style that transcends all established formulae and patterns, Tavares adds strong doses of corrosive humour and oppressive atmospheres to his disturbing novels, where he ponders upon madness, suffering and fear. Evil is another important subject matter especially developed in *Uma Menina Está Perdida no Seu Século à Procura do Pai* (2014), where the memory of the Holocaust is evoked by the evil experiments led by Hitler’s doctors and the journeys of refugees who escaped to several countries in Europe. In this novel the anonymity of life in a city allows several nameless hotels to exist where, instead of a number, each room has the name of a Nazi concentration camp: Auschwitz, Treblinka, Dachau and Mauthausen-Gusen. They are all labyrinth-hotels where the characters lose themselves as if they were in traditional gothic castles. In “O Reino” and also in some volumes of “O Bairro”, Tavares follows the tradition of the fantastic novel in order to create a society (a kingdom) that functions according to a strange moral that is revealed to be deeply amoral.

In addition to evoking Büchner’s play *Woyzeck* (1879), José Saramago and António Lobo Antunes’ influence, in Tavares’ works we can find a likeness to the narrative technique employed by James Joyce, Virginia Woolf or Michael Cunningham, Banville’s black humour and especially Lewis Carroll’s nonsense and English surrealism. In *Jerusalém* (2005), for example, the story takes place in the early hours of May 29th while its kaleidoscopic narrative subverts the plot’s linearity, trimming it down to an apparently disperse set of fragments. Horror has a special place in the narrative, since the main character is a doctor and a researcher who develops a utopic project aiming to complete a historical survey of horror, since he considers that, “a história do horror é a substância determinante da História”. (53) Compiling facts about several forms of violence

committed in concentration camps, genocidal acts and massacres, Theodore Busbeck sets himself to find meaning in universal evil through a graph that is meant to allow him to “perceber se o horror está a diminuir ao longo dos séculos ou a aumentar”. (50) He, therefore, tries to find a predictable formula to help isolate the causes of evil in the world in order to eradicate them, just like the potion made by Dr. Jekyll was aimed at radically splitting good from evil in human personality. As a result, Busbeck resembles a mad scientist who obsessively tries to understand the madness and evil in human history in order to better control them and make them more predictable. The outcome of this great epic appeal, however, is exactly the opposite. Given that nothing of such a complex nature can be predictable, the truth, it is concluded, can only be reached from its opposite, which lays bare the chaotic state of the world and our inability to control it.

In Tavares’ other black books, readers are faced with a similar critique to the excesses of rationalism, a theme Gothic fiction is fond of. Such is the case of *Aprender a Rezar na Era da Técnica* (2007) where we are presented with the scary effects of a civilization stripped of its spirituality and based on mechanic concepts of competency and efficiency, grotesquely represented as a parody that satirizes a surgeon who aspires to climb up the political power ladder. Once again, Tavares introduces a character who is blindly involved in theoretical formulas emptied of any kindness which, consequently, turn him into a mere puppet for the system. The character ends up as little more than an object, a grotesque, decadent image that reflects the oddness and inadequacy of his purposes, which are common in many other characters of totalitarian instincts whose German-sounding names locate them in nameless, undefined cities in northern Europe. As a result, the readers feel loss, insecure and powerless, an effect that puts them at risk of getting lost so that, at last, they can find themselves in the dark labyrinths of the narrative. In *Antídoto* (2003), which was born out of a partnership between José Luís Peixoto and *Moonspell*, we find the following,

O mundo pára. E lembro-me de ti como uma faca, uma faca profunda, a lâmina infinita de uma faca espetada infinitamente em mim. Não passou muito tempo desde que a manhã nasceu. Passou muito tempo desde que me deixaste sozinho entre as sombras que se confundiam com a noite. (12)

It is, therefore, an antidote to the soul's evil and the poison of existence that must be taken throughout ten short stories of dark mood and obscure endings complemented by ten songs by the best-known Portuguese heavy metal band, Moonspell. In *Uma Casa na Escuridão* (2002), Peixoto recovers the haunted house theme so overwhelmingly present in Gothic Anglo-American fiction, such as "The Fall of the House of Usher" (1839) by Edgar Allen Poe or *The Haunting of Hill House* (1959) by Shirley Jackson as well as in a number of previous works like Horace Walpole's *The Castle of Otranto* (1764) where the expression "sins of the fathers"¹ was first used to speak of the curse of the ancestors, which Peixoto also seeks to exorcise in his poetic dark novel. In addition, in *Uma Casa na Escuridão*, Faulkner's dark heritage is felt in the anachronical capture of a decadent present caused by the collapse of family relationships and a consequent loss of identity, as love seems to be subjected to an eternal blood curse. Besides intersecting the absurd with the likely, combining love with horror, pain, cruelty and violence, Peixoto shows he masters the processes of Gothic sublimity, which allow him to build an allegory about the act of writing that is also a cry against barbarity and the end of civilization. Furthermore, the narrator is a writer struggling with shadows forever imprinted in his memory and cast in ambivalent feelings of despair and hope,

As nossas sombras caminhavam entre sombras. (...) Chegámos à sepultura dela. A partir daí, não foi preciso explicar nada ao senhor violonista para que ele percebesse. (...) O céu não tinha estrelas. O céu era toda a escuridão do cemitério, dos nossos olhares e de toda a escuridão que desenterrávamos do interior da terra. A minha força era do tamanho da minha esperança. (74)

1. Horace Walpole in his preface to the first edition of *The Castle of Otranto*. The expression was taken from *Exodus* 20:5.

Uma Casa na Escuridão by Peixoto is thus an example of how the Gothic, which inhabits this fictional house, haunts contemporary Portuguese literature. According to Chris Baldick in the well-known introduction to *The Oxford Book of Gothic Tales*, the association between the past's inheritance and the influence of a claustrophobic space is key in Gothic narratives since "[f]or the Gothic affect to be attained, a tale should combine a fearful sense of inheritance in time with a claustrophobic sense of enclosure in space, these two dimensions reinforcing one another to produce an impression of sickening descent into disintegration". (xix) Peixoto's dark poetic narrative seems to be a dream but turns out to be a violent and real nightmare. The writer created a house that represents a country which is never directly identified. The characters' subjectivities disappear and are destroyed by the house invaders, the soldiers who use violence and brutality to mutilate human beings. Like in *O Reino* by Gonçalo M. Tavares, in his novel, Peixoto evokes the dark side of authority recalling the period of dictatorship in Portugal at the time of Salazar's government. Individual existence is thus totally annihilated by this repressive and superior power. In addition, death invades the house through the influence of a black plague that contaminates all the bodies leading them to total disintegration. Terror and guilt substitute love which is mentioned in the chapters' titles and in their epigraphs but cannot be recovered. There seems to be neither salvation nor regeneration because terror takes hold of life becoming the only possible life, which explains the presence of the Gothic in this novel, where life, death and love are so intertwined.

To Peixoto's melancholic writing we can also associate Pedro Cabrita Reis' melancholically archaic sculptures which form inaccessible enclosures with windows of stained glass that are impossible to open, doors that open to floorless rooms and stairs which lead nowhere. His works have been on display in several international exhibitions, like *States of Flux*, Tate Modern, London 2011-2013. Like his fellow contemporary countrymen, Cabrita Reis too was influenced by the American art of the second half of the twentieth century, especially by artists like Pollock, Barnett Newman, Robert

Ryman and Brice Marden. Representatives of art movements such as abstract expressionism, conceptualism, abstractionism and minimalism, these artists are wholly in tune with Cabrita's concept of art as a way of permanent questioning. Abstract expressionism can be associated with the gothic aesthetics through its interest in the expression of strong emotions like the ones present in Cabrita's *A Roving Gaze* (2019), where the artist represented a sense of constant disquiet which he considers very important to art because he thought it preserved its authenticity. As Christoph Grunenberg observed, "Art that presents 'horror' in aesthetic terms is related to Expressionism and Surrealism in its elevation of interior (and perhaps repressed) states of the soul to exterior status". (35)

Finally, without meaning to overlook Paula Rego, Rui Chafes, Paulo Nozolino, Jorge Molder and Julião Sarmento, Nuno Cera's art is much more admittedly Gothic. Indeed, Cera has been internationally recognized as a representative of contemporary Gothic art. In *Hell Bound – New Gothic Art* (2008) by Francesca Gavin, there is an interesting chapter dedicated to some of his more important works, where he expresses his darkest visions illustrated by black and white photographs showing empty and disturbing spaces haunted by mysterious contrasts between light and darkness. Very influenced by horror films, Nuno Cera participated as a resident artist at The International Studios and Curatorial Program, NYC, USA, in 2006. Most of his works have English titles like *Dark Forces*, *The Prora Complex*, *Lost Souls*, *Symphony of the Unknown* or *A Situation*. A photographer and video artist, Cera developed artistic experiments in Berlin and New York where he made art as a metaphor for contemporary social and cultural collapse, having created zombies as outsiders and ghosts as lost people, devoid of past and future, hovering aimlessly in a decadent space. This Portuguese artist has asserted himself as a creator of a system of visualization that results from visual and temporal experiences, research, landscapes, images of places, light, movement, nature, small actions, non-places, beauty, horror, architecture, people and cities, using photography, film and drawings complementarily as means of artistic expression. In the intersection between different

artistic practices, we can find the relationship between memory and architecture since in many of his works there are empty, desolated architectonic landscapes, which substantiate his interest in the suburbs, non-spaces and peripheral architecture. What is more, his abandoned buildings seem to contain very specific and particular stories and memories. Hence, his interest in the relationship between spaces and memories, as he can resort to an abandoned location and its corresponding debris of the past to build a story. As Nuno Cera himself made clear, "Like a photo-video-archaeologist, I use my vision to register, document and communicate these spaces for the future". (Gavin 20) Cities and the lonely wandering of those who inhabit it, like nomads and hypothetical ghosts, are thus the subject-matter of many of Nuno Cera's artistic projects. In them, the artist incorporates the degradation of urban life and underscores our condition as mortals trapped in eternal wandering, searching for a specific path while constant frenzy and agitation make us forget about the inevitability of the death we refuse to acknowledge.

In Nuno Cera's 2005 short film *The Lost Soul*, a metaphor for current social decadence is presented via a disquieting narrative that underscores how anyone can become a force of evil. As Cera noted, it is a work "about the inescapable dark side, exploring the blurred frontiers between mind and body, real and unreal". (Gavin 22) The movie directed by Cera follows a ghostly woman who heartbrokenly walks through the night in a nightdress and eventually becomes a zombie, bleeding out more and more intensively until the narrative reaches an extremely disturbing ending. According to the artist, his goal was to capture a familiar feeling: to grasp that anyone of us can be a victim of a terrorist attack. In the movie's abandoned buildings, which seem to announce the imminent and unexpected arrival of death, the artist and director recreates atmospheres of suspense that favor the invasion of terror, which always seems to be intimately connected with urban spaces. Cera explains that, "I'm interested in exploring the urban context to create fiction – using a city or a specific building as location for an action or situation. The horror is a reflection of our time. It is dispersed every day throughout the media, turning cities into ground for

terror". (Gavin 22) The metaphor of decaying buildings parallels the rotting corpses, an idea attested by the presence of blood in *The Lost Soul*. Spaces in ruin find their counterpart in desolated souls, as both share the same condition that results from complete abandonment.

Although most of Nuno Cera's work is focused on urban areas, concern with nature is not absent given that his artistic research lies on a set of dichotomies: Photography vs. Video and Architecture vs. Nature. A series of stills entitled *Dark Forces* (2004) are an example of this. In this sequence, photographs taken from filming and a movie in Super 8, all conducted in forest areas near Viseu after the great summer wildfires, are presented. Speaking of this work, Nuno Cera mentioned that what matters to him the most are emotions, landscape, visual and temporal experiences, space and movement. All these aspects were also present in an exhibition entitled *Fantasmas* (2006), displayed at Centro Cultural de Belém's Exhibition Centre, which featured videos, photographs and drawings. In the exhibition, visitors were faced with a video depicting one of the artist's eyes on a two-meter diameter screen, creating a colossal and intimidating effect. In front of this video, a photograph, *Being Anywhere #9*, was placed showing a camcorder which, along with the aforementioned image, created an interesting metaphor about the manipulative power of the processes of perception. The aim was for the artist and the spectator to abandon their natural voyeuristic urges, look into themselves and face their own dark side, that unfathomable shadow, impenetrable to any natural or artificial process of portrayal.

This attempt was likewise made by all other authors and artists who, through Anglo-American literary, cultural and artistic experiences, also tried to capture that same darkness. It is difficult to say there is a gothic tradition in Portuguese literature, existing only, perhaps, at some points of the country's literary history, and some works by a few writers. However, through all these selected works by Portuguese contemporary writers and artists, we can perceive a dark vision present in modern art and literature that shows how some creative processes, influenced by the Gothic, are inevitably associated with the Jungian psychoanalytical concept of "shadow".

This happens, as Christoph Grunenberg recalls, because the Gothic raises a very rich psychological insight from the darkness of the unconscious: “It buries in shadow that which had been brightly lit, and brings into light that which had been repressed”. (156) Perhaps it is now clearer that some Portuguese creators are part of this same cultural and aesthetic inheritance haunted and contaminated by some gothic themes and forms which always aimed at revealing the dark side of human existence. We might then say that without all these luminous shadows, Portuguese art and literature would surely be surrounded by an impenetrable darkness.

Works Cited

- Baldick, Chris. “Introduction.” *The Oxford Book of Gothic Tales*. Oxford University Press, 1992. xi-xxiii.
- Botting, Fred. *Gothic*. Routledge, 2014.
- . “In Gothic Darkly: Heterotopia, History, Culture”. *Companion to the Gothic*. Ed. David Punter. Blackwell, 2001. 3-15.
- Freud, Sigmund. “Das Unheimliche”. *Art and Literature. The Penguin Freud Library*, Vol. 14. Harmondsworth: Penguin Books, 1990.
- Gavin, Francesca. *Hell Bound – New Gothic Art*. Laurence King, 2008.
- Grunenberg, Christoph. *Gothic: Transmutations of Horror in Late-Twentieth Century Art*. MIT Press, 1999.
- Hogle, Jerrold E. (ed.) *The Cambridge Companion to Gothic Fiction*. Cambridge University Press, 2003.
- Jackson, Rosemary. *Fantasy – The Literature of Subversion*. Routledge, 1995.
- Jung, Carl Gustav. *The Archetypes and The Collective Unconscious*. Routledge, 1991.
- . *Memories, Dreams and Reflections*. Vintage, 1989.
- . *Psychology and Religion: West and East. Collected Works of C.G. Jung*. Princeton University Press, 1938.
- Maurier, Daphne du. *Rebecca*. Macmillan, 2005.
- Monteiro, João; Filipa Rosário (coord.) *O Quarto Perdido do MOTELX – Os Filmes do Terror Portugueses (1911-2006) / MOTELX's Lost Room – The Films of Portuguese Horror (1911-2006)*. Cinemateca Portuguesa, 2022.

- Oates, Joyce Carol. *American Gothic Tales*. Plume, 1996.
- Peixoto, José Luís. *Antídoto*. Temas e Debates, 2003.
- . *Uma Casa na Escuridão*. Temas e Debates, 2002.
- Pereira, Ana Teresa. *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*. Relógio d'Água, 2008.
- . *Histórias Policiais*. Relógio d'Água, 2001.
- . *A Linguagem dos Pássaros*. Relógio d'Água, 2001.
- . *O Ponto de Vista dos Demónios*. Relógio d'Água, 2002.
- . *Rosas Mortas*. Relógio d'Água, 1998.
- Pessoa, Fernando. *Escritos Sobre Génio e Loucura*. Vol. VII. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.
- Punter, David. *Gothic Pathologies – The Text, The Body and The Law*. Palgrave Macmillan, 1998.
- . "Shape and Shadow: On Poetry and the Uncanny". *A Companion to the Gothic*. Ed. David Punter. Blackwell, 2001. 193-205.
- Rossetti, Dante Gabriel. *Poems*. Cambridge University Press, 2013.
- Smith, Andrew. *Gothic Literature*. Edinburgh University Press, 2007.
- Soares, David. *A Conspiração dos Antepassados*. Saída de Emergência, 2010.
- . *Lisboa Triunfante*. Saída de Emergência, 2008.
- . *Luz Miserável*. Parede: Saída de Emergência, 2010.
- Sousa, Maria Leonor Machado. *O "Horror" na Literatura Portuguesa*. Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- . *Literatura Negra ou de Terror em Portugal (séc. XVIII e XIX)*. Novaera, 1978.
- Tavares, Gonçalo Miguel. *Aprender a Rezar na Era da Técnica*. Caminho, 2007.
- . *Jerusalém*. Caminho, 2005.
- Todorov, Tzvetan. *The Fantastic – A Structural Approach to a Literary Genre*. Cornell University Press, 1975.
- V.A. *Contos de Terror do Homem Peixe*. Chimpanzé Intelectual, 2007.
- V.A. *MOTELx – Histórias de Terror*. Escritório Editora, 2015.
- Williams, Gilda (ed.) *Documents of Contemporary Art*. MIT Press, 2007.

“Would you shut up, man?” The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press

Rita Faria

(Universidade Católica Portuguesa/CEC)

1. Introduction

In October 2020, the then manager of the Lisbon-based football team *Benfica*, Jorge Jesus, testified in court in connection to the *Football Leaks* case, an investigation on corruption in football, addressing one of the judges in session using the pronoun of address *você*. According to the press, he was reprimanded, with the judge telling Jesus that the appropriate form would be “Senhora Procuradora” (Ms Public Prosecutor). This reprimand, and the fact that it was considered serious enough to make headlines,¹ illustrates the sensitive sociocultural nature of address in European Portuguese (EP), whilst also pointing to the strong nexus between address forms

1. List of the media coverage of the case: *Jornal de Notícias*, “Jesus tratou a procuradora por ‘você’. Porque é que não deve fazê-lo?” <https://www.jn.pt/justica/jesus-tratou-a-procuradora-por-voce-porque-e-que-nao-deve-faze-lo-12942310.html> 20th Oct. 2020., retrieved 30th March 2021; *SIC Notícias*, “Manual de instruções para pessoas que vão a tribunal e não estão habituadas a ir, 20th Oct. 2020. <https://sicnoticias.pt/opiniao/2020-10-20-Manual-de-instrucoes-para-pessoas-que-vao-a-tribunal-e-nao-estao-habituadas-a-ir>, retrieved 30th March 2021.; *TVI 24*, “Caso Rui Pinto: Jorge Jesus trata procuradora por ‘você’ e é repreendido em tribunal, ” 1:17 min., 20th Oct 2020. <https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/caso-rui-pinto-jorge-jesus-trata-procuradora-por-voce-e-e-repreendido-em-tribunal/5f8eec330cf2ec6e470d6207>, retrieved 30th March 20201; *Tribuna Expresso*, “Jesus tratou insistentemente a procuradora por ‘você’, os três magistrados avisaram-no que era ‘senhora procuradora’. Foi repreendido”, 20th Oct. 2020. <https://tribunaexpresso.pt/football-leaks/2020-10-20-Jesus-tratou-insistentemente-a-procuradora-por-voce-os-tres-magistrados-avisaram-no-que-era-senhora-procuradora.-Foi-repreendido>, retrieved 30th March 2021.

and im/politeness seen as evaluation of verbal behaviours. (Grainger 2011, Haugh 2007, Haugh *et al.* 2013, Locher 2015, Locher & Graham 2010, Locher & Watts 2005, Locher & Watts 2008, Mills 2003, Mills 2017, Watts 2003) With a view to furthering our understanding of the interplay between forms of address and im/politeness shaping interpersonal relationships, and given that press translations are usually “underpinned by acculturation strategies”, (Bassnett 125) this study examines how Joe Biden’s *would you shut up, man?*, directed at Donald Trump during their first presidential debate on 29th September 2020, was translated in the Portuguese press, with a focus on forms of address. Jesus’s case, on the other hand, provides a relevant illustration of the interwoven intricacies of address and im/politeness in EP, and we will refer to it throughout this study.

Section 2 examines forms of address in European Portuguese (EP); section 3 discusses the most useful concepts of “im/politeness” for this research and section 4 examines the data collected, giving an analysis of the translation choices of the Portuguese press. Finally, and to provide an emic perspective on the data, the results of a questionnaire comprising 100 EP speakers who assessed these translation choices and their im/politeness values are discussed.

2. Forms of Address in European Portuguese

Forms of address are verbal representations of interlocutors (“a speaker’s linguistic reference to his/her collocutor(s) – Braun 7) and involve different interpersonal facets ranging from the more static criteria of age, gender and geography to more fluid issues of identity or context-based aspects of interactional negotiation. (Clyne *et al.* 2009, Norrby & Warren 2012, Norrby & Wide 2015)

EP is a language of complex pragmatic and syntactical encoding of address, which ranges from pronominal and verb forms to syntactically embedded nominal forms. As such, the English sentence “Are you ok?” could be rendered in a plethora of linguistic forms, as displayed below:

<i>Are you ok?</i>			
SUBJECT FORMS	PRAGMATIC FUNCTION		
	+ familiarity - social distance/T	- familiarity + social distance/N	- familiarity + social distance /V
PRONOUN	<i>Tu estás</i> 2SG <i>bem?</i> <i>Vocês estão</i> 3PL <i>bem?</i>	<i>Você está</i> 3SG <i>bem?</i> <i>Vocês estão</i> 3PL <i>bem?</i>	<i>Você está</i> 3SG <i>bem?</i> <i>Vocês estão</i> 3PL <i>bem?</i> ???
VERB (pro-drop)	<i>Estás</i> 2SG <i>bem?</i> <i>Estão</i> 3PL <i>bem?</i>	<i>Está</i> 3SG. <i>bem?</i> <i>Estão</i> 3PL. <i>bem?</i>	(pro-drop forms)
NOUN	(a variety of nominal forms + 3 rd p. verb forms). For example: Terms of endearment: <i>A minha querida está</i> 3SG. <i>bem?</i> [Is my darling ok?]	(semi-honorific – Hon.) <i>O senhor/a senhora:</i> <i>A senhora está</i> 3SG <i>bem?</i> [Is the lady/Ms. ok?] First Name (FN): <i>A Ana</i> 3SG <i>está bem?</i> [Is Ana ok?] Last Name (LN): <i>O Silva está</i> 3SG <i>bem?</i> [Is Silva ok?] Others: <i>O meu amigo está</i> 3SG <i>bem?</i> [Is my friend ok?], etc.	Title: <i>A Doutora está</i> 3SG <i>bem?</i> [Is the Doctor ok?] Hon.+Title+FN+LN: <i>A Senhora Doutora Ana Silva está bem?</i> [Is the Ms. Doctor Ana Silva ok?]

Figure 1 – Forms of address in contemporary EP.

Figure 1 is based on Carreira's (2003, 2005) description of forms of address in EP along a familiarity/distance axis. This figure also illustrates important aspects of address behaviour, starting with the controversial use of the pronoun *você* (hence the question marks in the V column), a grammaticalised reduction deriving from the nominal form *Vossa Mercê* and thus keeping 3rd p. verb agreement (as its plural counterpart *vocês*). Depending on their respective dialect or sociolect, some EP speakers use *você* to politely address parents and grandparents, whereas others attribute a politeness value to the form due to its semantics of *tu*-avoidance, or simply use it to signal social distance. However, the politeness value of this pronoun remains

controversial because of the lack of fixed socio-cultural criteria governing its usage, (Carreira 2003, Duarte 2011, Gouveia 2008, Lara & Guilherme 2018, Lopes & Mota 2019, Hummel 2019) effectively blocking inferences of politeness across the board. Indeed, in certain social strata, those that Hummel defines as “middle class speakers”, (20) *você* is either rejected or relegated to the locus of intimacy as a means to avoid *tu*. The noticeable “discursive struggle” regarding the usage of this pronoun – in other words, the “disagreement among participants” (Watts 274) with regard to their subjective understanding of *você* – partly explains the judge’s admonishment of Jorge Jesus. Furthermore, the contentious nature of *você* illustrates the issues of social class involved and what Hammermüller defines as “many-layered islands of address-norm systems” in EP, corresponding to disparate “socioglosses.” (288)

The advancement of nominal forms and the consequent expansion of the 3rd p. (Luz 1958, Cintra 1972, Faraco 2017) were driven by the obsolescence of the pronoun *vós* (the original deferential pronoun of address in EP),² the honorific value of which was transferred to the semantically rich nominal forms. The pervasiveness of 3rd p. verb forms with a pragmatic and addressive function surpassing their “delocutive” (or morphological and grammatical) meaning, (Carreira 1997, 2003, 2005) at the expense of a receding 2nd p., results in 3rd p. forms now gathering the non-truth conditional, conventional features of meaning attributed to T/V pronouns triggering a conventional implicature. (Levinson 1983) Even in the absence of an expressed subject, the addressive value of the 3rd person specifically signalling social distance does not invite radically differing context-sensitive interpretations and no inference is needed to disambiguate its addressive significance. Indeed, the inferences “derived from super-ordinate pragmatic principles like the maxims” (Levinson

2. It is worth noting that *vós* survives in regional dialects as 2nd person plural address, having lost its V semantics. The archaic form *vossemecê* is also in place in some regional varieties as a *de facto* V pronoun. (Cintra 1972, Hammermüller 2020) Marques & Duarte (2019) also note a stylistically marked use of *vós* in the context of online discourse with a multiplicity of meanings – from signalling politeness by strategically avoiding *vocês* or, on the contrary, to signalling irony.

127) are not activated because the addressive meaning of 3rd p. prevails across the board (in line with what Terkourafi 2005 and Vergis & Terkourafi 2015 posit for the T/solidary meaning of forms of address in Cypriot Greek). This means that the non-truth conditional, conventional features of meaning attributed to T/V pronouns (Levinson 1983) in EP apply to 3rd person with a specific addressive meaning of social distance taken as a facet of what Locher & Watts (2005, 2008) call “relational work”, a continuum of verbal behaviour where politeness and impoliteness would fall at opposite ends of the spectrum. We place social distance on the “unmarked”, “non-polite” middle, that is, appropriate behaviour “to the social context of the interactional situation” amongst non-intimate, equal participants, yet not warranting “potential evaluation by the participants (or others) as polite”. (Locher & Watts 17) This conforms to the “non-intimate,” “symmetric” character that Brown & Levinson (1987) attribute to social distance.³ However, implicatures of politeness “proper” invited by forms of address are much more disputed given the aforementioned discursive struggle, which in effect blocks a conventional meaning of politeness indexed to certain forms, namely the pronoun *você*.

It is also clear from Figure 1 that the binary T/V distinction does not apply to the EP address system, which is in fact tripartite (as pointed by Cintra as early as 1972) due to a “neutral” (N) middle platform (Cook 1997, 2013, 2019) consisting of “T-V avoidance strategies”. (Cook 2019). Potential “N” encoders would be *você* (assuming that it has been progressively shedding its impolite connotations), with the pro-drop option providing a safe “backup” of “unquestionable neutrality” (Cook 286) – what Carreira (2003, 2005) calls the “zero degree of deference.”

As an analytical tool, the N-platform is advantageous because it can account for the move in EP towards less ritualised and more negotiated address behaviours (Gouveia 2008, 2017; Oliveira 1994, 2009, 2013) guided by speakers’ own communicative goals. The move to democracy after the 1974 “Carnation Revolution”, which overthrew

3. See Spencer-Oatey & Žegarac 2017 and Spencer-Oatey 1996 for a further discussion of this notion.

40-odd years of dictatorship in Portugal, may in fact have promoted more egalitarian forms such as *tu* or *você*;⁴ however, negotiation and creativity denote “a very individualistic perception of address” which does not always hold for societies where aspects of hierarchy remain, (Hummel 21) as we believe is the case of Portugal. That is why the prevalence of “discernment politeness” (Hill *et al.* 1986, *Idem* 1989) should not be discounted in EP – on the contrary, why else would the language maintain such complexity of address, if not for deep concerns regarding the stable match between form and context/interlocutor? Discernment serves “to show one’s sense of place or role (...) according to social norms”, (*idem* 230) guiding speakers to select a “linguistic form or behaviour” (Hill *et al.* 348) accordingly. To this, we should add the importance of “deference” (Fraser & Nolen 1981) as it relates to address selection – the adequate deployment of form is paramount to convey “a giving of personal value to the hearer, the giving of status”, behaviour that defines “deference”. (Fraser & Nolen 97; and Brown & Levinson 1987, who equate giving deference to a politeness strategy conveying the higher status of the addressee). The derision of *você* may in fact result from its perceived lack of honorific value and imperviousness to the V semantics of specialised nominal forms appropriate to the addressee’s status.

To conclude, the current EP address system appears to oscillate between “discernment” and what Hill *et al.* (1986) and *Idem* (1989) call “volition,” “the aspect of politeness which allows the speaker a considerable more active choice”. (Hill *et al.* 348) The dimension of “volition” is responsible for greater negotiation and creativity to achieve particular communication goals, whilst the aspect of “discernment” explains the concern with matching adequate address forms to particular interlocutors and contexts.

4. See Hummel 2020 and Lara-Bermejo & Guilherme 2021 for a diachrony of address in EP.

3. The notion(s) of Im/Politeness.

Im/politeness studies have broadened their scope since Brown & Levinson's 1987 work on politeness taken as an implicature and constituting "principled reasons for deviations" (Brown & Levinson 5) from the Cooperative Principle, across the board and in all languages. Politeness, from this perspective, consisted of a set of universal strategies attempting to mitigate threats to face – face-threatening acts or FTAs. The core notion of "face", or speakers' self-esteem, was understood in a dual sense, by the notion of "positive face", an individual's self-image "including the desire that his self-image be appreciated and approved of", and "negative face", a claim to "freedom of action and freedom from imposition". (Brown & Levinson 61) When dealing with an FTA, positive politeness and negative politeness would be linguistic attempts to redress positive and negative faces respectively and would thus be tantamount to "facework."

Countering Brown & Levinson's strategic approach to politeness, Eelen (2001) and Watts (2003) draw a distinction between first-order im/politeness, or im/politeness₁ (emic and lay conceptualisations of the term), and second-order im/politeness, or im/politeness₂, underpinning the theoretical understandings of the term. First-order concepts are, according to Watts (2003), paramount to arriving at a suitable construal of im/politeness₂ based on "the flow of social interaction", (Watts 8) that is, on the flow of discourse. One of the consequences of this "discursive" view of im/politeness (a notion encompassing the continuum from polite to impolite behaviour – what Locher & Watts 2005, 2008 call "relational work") is that linguistic forms are not seen as inherently polite or impolite – it is how they are evaluated as such by participants during the course of interactions that counts. (Haugh 2007, Locher 2006, Locher 2012, Locher 2015, Locher & Watts 2005, Locher & Watts 2008, Mills 2003, Mills 2017, Watts 2003) This discursive view places a "post-modernist emphasis on speakers' intentions and hearers' perceptions", (Grainger 167) countering Brown & Levinson's set of *a priori* strategies available to fully rational speakers. The discursive construal of im/politeness is

taken further by the concept of interpersonal pragmatics, (Haugh *et al.* 2013, Locher 2015, Locher & Graham 2010) a broader term including im/politeness studies so as to better capture “how relationships are indexed through linguistic choices” (Locher 6) and how these linguistic cues shape interpersonal relationships.

There is also the recognition that impoliteness itself “deserves to have distinct theoretical frameworks developed for it” (Dynel 330) in which the role of intentionality becomes paramount, despite the fact that pinning down the “intention” of speakers is a notoriously difficult task. (Culpeper *et al.* 2003, Culpeper 2011, Culpeper & Hardaker 2017, Culpeper & Terkourafi 2017) Although intention might not be a necessary consideration for impoliteness, it is however “completely counterintuitive to suggest that people do things without any intention-like notions in their heads”, (Culpeper 49) and it would be similarly counterintuitive to eliminate “intention” from impoliteness studies. For Bousfield (2008), for example, impoliteness comes about when performed with “deliberate aggression” demanding both “intention” and “perception”, that is “the intention of the speaker (or ‘author’) to ‘offend’ (threaten/damage face) must be understood by those in a receiver role”. (Bousfield 132) Similarly, Terkourafi draws a distinction between impoliteness, where “face-threat is taken to be accidental, i.e. attributed to the speaker’s ignorance or incompetence”, (62) and rudeness, where face-threat is aggravated because it is intentional. This distinction is relevant to this study as we aver that impoliteness evaluations emerging from address selection in EP usually arrive as “perlocutionary effects” (Terkourafi 2005, 2008) more so than intentional ones. Forms of address lend themselves to evaluations of impoliteness due to the *a posteriori* interpretations of addressees, rather than attribution of an impolite speaker’s intention. For all intents and purposes, impoliteness becomes “an effect over which the speaker has no direct control”. (Terkourafi 251) The case of Jorge Jesus is pertinent here, as it is highly improbable that Jesus had the intention of performing a deliberate face threat when he chose *você* to address the judge; it is far more likely that he was acting on the assumption that the conventional meaning of social distance

attached to a form taking 3rd p. would suffice. Due to their differing socioglosses (Hammermüller 2020) and differing expectations of address, the judge admonished Jesus, not because she identified a rude intent, but because of what she perceived as his “ignorance,” a perception that led her to lecture the football manager about the forms of address appropriate to the occasion.

As we navigate the vast field of im/politeness literature searching for concepts applicable to this study, we find that Brown & Levinson’s terminology remains particularly useful, although we will need to supplement their ideas with a concept that encapsulates the interplay of forms of address and im/politeness in EP. From a theoretical standpoint, we need a concept which renders not only the context-sensitive aspects of “volition”, but also the attachment to form which is inherent to “discernment politeness”, and therefore more independent from context. This is the reason why Culpeper’s (125) distinction between “semantic (im)politeness” and “pragmatic (im)politeness” is appealing, since it is based respectively on whether im/politeness is “more determined by a linguistic expression” or “more determined by context.” For Culpeper, impoliteness itself surfaces when “situated behaviours are viewed negatively” (23) as they conflict with previous expectations derived from individual or group identities, or formed on the basis of sociocultural normative patterns.

The notion of “moral order” (Haugh 2013, Kádár & Haugh 2013, Kádár 2017) is equally useful as it comprises the demands of expected interactional rituals constituting “the perceived order of linguistic and non-linguistic behaviour both in first-time encounters and in pre-existing interpersonal relationships”. (Kádár 5) As such, the moral order provides a tacit “moral standard” against which speakers perform their assessments of im/politeness and can enlighten us as to the expectations associated with linguistic forms (i.e., forms of address) that participants bring to verbal interactions. It is the failure to meet such expectations that leads to evaluations of impoliteness – again, we see this standard at work when the judge perceived the use of *você* by Jorge Jesus as a breach of the moral order, a reflection of the fact that the latter is not a set of unmovable

principles but is rather “conjointly co-constituted by participants”. (Mitchell and Haugh 245 cited in Mills 45) When this joint construal fails, perceptions of impoliteness arise.

The moral order is of further interest as it is based on ritual, “a conventionalised and recurrent act, which is relationship forcing”; (Kádár & Haugh 272) this is relevant to address behaviour insofar as the deployment of forms of address countering addressee’s expectations can indeed lead to a negotiation of the terms on which the interaction was based. As highlighted by Haugh & Kádár, (252) even in languages where there are regular matches between grammatical forms and im/politeness (such as address forms in EP), the moral order remains subjected to “different social actions and interpersonal meanings.”

4. Data and Discussion – the Impoliteness of “Would you shut up, man” and its Translation in the Portuguese Press

The first Biden vs. Trump presidential debate took place on September 29th, 2020, with Biden’s “would you shut up, man?” directed at Trump, generating particular interest in the media. The method of collecting news articles pertaining to the debate was straightforward, consisting of a Google search using the keywords “Trump Biden first debate” in Portuguese (“primeiro debate Trump Biden”), preceded by a more immediate collection of reports in the mainstream media (i.e., well known outlets in Portugal such as the broadsheets *Público* or *Expresso*). After scanning the results of the general Google search, the same keywords were used to look for news items in the “news” section of Google. This is how we arrived at 15 publicly available reports extracted from the Portuguese press (Appendix I), which were then examined for their rendering of the line “would/will you shut up, man?”, yielding nine different translations.

Our data analysis is divided into two stages: the first stage (section 4.1.) examines the pragmalinguistic choices of the press translations, highlighting the relevance of address selection. The second stage

(section 4.2) provides an emic perspective on the data by comparing these translation choices against a questionnaire of 100 EP speakers, who were asked to evaluate the adequacy of the translations and their respective im/politeness values.

4.1. The Translation of “Would you shut up, man” in the Portuguese Press

Press translations are relevant to this study primarily because of their target-orientedness, that is, because of their aim to conform to the socio-cultural normative expectations of the target audience, with acculturation playing a defining role. (Bassnett 2005; and also Vald on 2005, Bielsa & Bassnett 2009, Holland 2013, Sch affner 2018 and Chovanec 2019 for a discussion of the translation of news items).

When the press itself is the translator, the act of translating impoliteness implies a choice between transferring impoliteness “intact in another language” or interfering with the “facework” of the source text. (Sidiropoulou 26-27) We argue that address selection was the primary linguistic solution found by the media to preserve the impoliteness of the source. However, the indexicality of address forms “may or may not be readily recoverable from context”, (Baker 2018) which means that the translation of the English “you” into EP presents difficult challenges. (Cook 2019, Lucena 1997, Odber De Baubeta 1992, Rosa 2000; and also Kluge 2019 for the different effects of the translation of pronominal or nominal address) The following translations illustrate how the Portuguese media faced such a challenge:

“Would you shut up, man?”	
Press translation [Back translation]:	News websites:
1. Cala-te homem. Cala IMPERATIVE -te COMPLEMENT PRONOUN, 2SG, homem. VOCATIVE. [Shut up, man.]	<i>R�dio Renas�en�a</i>

2. Vais-te calar, homem? Vais SUBJECT (NULL) 2SG., INDICATIVE -te COMPL. PRO. 2SG calar, homem VOC.? [Are you going to shup up, man?]	<i>Correio da Manhã, Jornal de Negócios, Diário de Notícias, RTP, Sábado, Sapo, Sic-Notícias, Visão</i>
3. Porque não te calas, homem? Porque não te COMPL. PRO. 2SG calas 2SG, INDICATIVE, homem VOC.? [Why don't you shut up, man?]	<i>TSF</i>
4. Podes calar-te, homem? Podes SUBJ. (NULL) 2SG., INDICATIVE calar-te COMPL. PRO. 2SG, homem VOC.? [Can you shut up, man?]	<i>Expresso</i>
5. Oh homem, mas tu calas-te? Oh homem VOC., mas tu SUB. PRON. 2SG. calas 2SG., INDICATIVE -te COMPL. PRO. 2SG? [Man, but will you shut up?]	<i>Jornal de Notícias</i>
6. Pode calar-se, homem? Pode SUBJ. (NULL) 3SG., INDICATIVE calar-se COMPL. PRO. 3SG, homem VOC.? [Can you shut up, man?]	<i>Observador</i>
7. Importa-se de se calar, homem? Importa- SUBJ. (NULL) 3SG., INDICATIVE se PRON. COMPL. 3SG de se PRON. COMPL. 3SG calar, homem VOC.? [Do you mind shutting up, man?]	<i>Público</i>
8. Peço o favor de se calar. Peço SUBJ. (NULL) 1SG., INDICATIVE o favor de se COMPL. PRO. 3SG calar. [I ask for the favour of you shutting up.]	<i>(Sol)⁵</i>
9. Faça o favor de se calar. Faça SUBJ. (NULL) 3SG., IMPERATIVE o favor de se COMPL. PRO. 3SG calar. [Do (me) the favour of shutting up.]	

Figure 2 – Translation choices of the Portuguese press.

5. This newspaper opted for semi-reported speech: "(...) disse o candidato Democrata, que chegou a pedir a Trump 'o favor de se calar' ['(...) the Democratic candidate told Donald Trump, to whom he even asked 'the favour of shutting up']. The closest options in direct speech are the ones presented in 8 and 9.

Biden's utterance was a polar question initiated by an epistemic modal verb with the subject "you" with the purpose of performing a conventionally indirect request. Despite the fact that a degree of face attack is expected in presidential debates, (García-Pastor 2008, Laslop 2020, Tracy 2017) the phrase lent itself to evaluations of impoliteness because rather than redressing face damage by giving the addressee an "out". (Brown & Levinson 1987) it questioned the epistemic certainty of Trump shutting up, therefore heightening the illocutionary force of the speech act and countering legitimate expectations concerning the nature of Biden and Trump's relationship – as his campaign opponent of equal standing, Biden did not hold the authority to issue such a heightened directive towards Trump. The subjective or "dialogic" nature of the epistemic modality (White 2008) further reinforced the impoliteness of the speech act – by questioning the certainty of Trump shutting up, Biden was not in fact questioning truth conditions, but was fulfilling an interpersonal function (Coates 1987) of face-attack.

The translation of Biden's utterance in the Portuguese media kept its modality and conventional indirectness largely intact, with most translations preserving the conventional indirectness of the request, apart from option 1. Translations 2 to 7 were conventionally indirect directives by means of a polar question, whereas options 8 and 9 were also conventionally indirect, in this case resorting to conventional formulae ("peço o favor" [I ask for the favour] and "faça o favor" [do me the favour]) and to a declarative form. Epistemic modality was equally mirrored in the translations of the Portuguese media – options 4 and 6 signalled it by means of the modal verb "poder" (can/may) and a polar question; as for options 2, 3, 5 and 7, the indicative mood was the main epistemic marker, (Mateus *et al.* 2003, Casanova 2009) coupled with a yes/no question. Options 8 and 9 followed deontic modality but the conventional indirectness of the request remained. As for the vocative "man", all translations opted for the literal equivalent "homem".

This leaves us with the translation of the subject "you", whose fluctuations attest to the marked character of address selection. Figure 2 shows how, in a context of impoliteness, the preferred form of address

was by far the 2nd p. singular (options 1 to 5, corresponding to 12 out of 15 media outlets). Unlike 3rd p. singular pro-drop address, 2nd p. singular does not offer a variety of subject selection options such as nominal forms – the only possibility for an expressed subject is the pronoun “tu”. The latter is in direct opposition to the conventional meaning of social distance attached to 3rd p. singular and as such is a marked address selection to signal impoliteness.

4.2. The Evaluation of Translation and Im/Politeness by EP Speakers

In order to gather first-order evaluations of the media translations and their im/politeness values, a questionnaire⁶ was applied to 100 speakers of EP. The questionnaire was open to L1, L2 and foreign-language EP speakers because we were interested in speaker validation, not necessarily “native-speaker” validation. This decision was guided by Lowe’s (2020) observations of “native-speakerism” as a label to politically and ideologically classify people, despite their equivalent levels of linguistic proficiency. We did, however, assume proficiency given that the informants were professors and students from the Catholic University of Portugal in Lisbon, the University of Lisbon, the University of Minho and the Nova University of Lisbon, and thus fairly acquainted with both EP and English. The participants were told that the questionnaire was fully anonymous and for research purposes and they received a link for its completion on Google-forms sent by their professors, who could also respond if they so wished. Participation was entirely voluntary and not for extra credit in any way.

The questionnaire displayed below was kept as simple as possible to maximise full completion and asked informants to assess the media translations and their respective im/politeness values on a 5-point Likert scale, with a comment box at the end so as to obtain a qualitative perspective on the data:

6. Link to the questionnaire on Google forms: <https://docs.google.com/forms/d/10rUURGfqnd7KI0kZob-1WGe-7u3jVE5jhtQWf9lnl/edit>

 EP speakers questionnaire: "Would you shut up, man?"

Figure 3 – EP speakers questionnaire (translated from EP).

The majority of respondents were L1 EP speakers (80,8% L1 speakers and 19,2% L2 or foreign-language speakers). Figure 4 below displays their assessments of media translations:

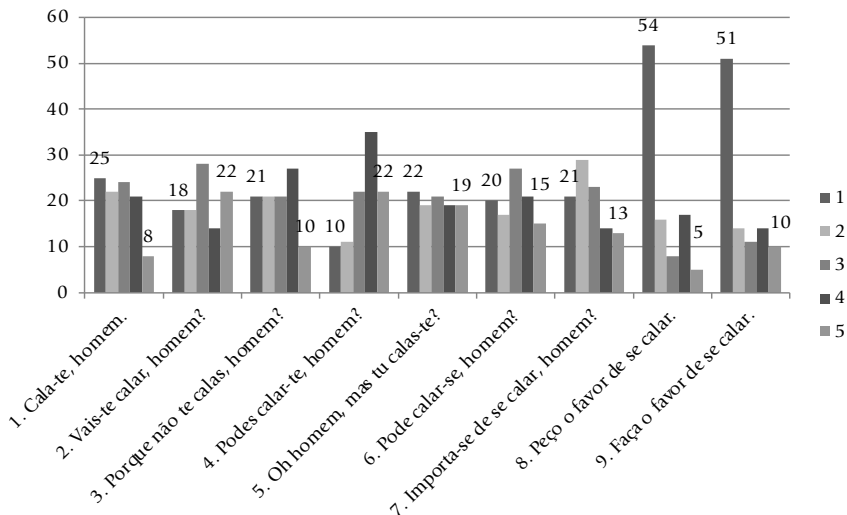


Figure 4 – Question 2 results: On a scale of 1 to 5, how would you assess the following translations (1= very bad translation; 5 = very good translation)?

What immediately stands out from Figure 4 is that options 8 and 9 were deemed the most unsuitable translations. Not only do they select 3rd p. singular address, but they also exhibit the greatest formal elaboration, performing a conventionally indirect request by means of formulae traditionally associated with politeness, such as "to ask for a favour". In our view, discernment politeness and its association with form in EP is at work here, leading speakers to assess 2nd p. singular and less formal elaboration as more appropriate translations of impolite facework. There is not, however, any one translation choice

deemed particularly adequate and evaluations are considerably scattered when it comes to options 1 to 7. Some clarity can be achieved, however, by looking at Figure 5 below showing the weighted average of each option, ranked higher to lower:

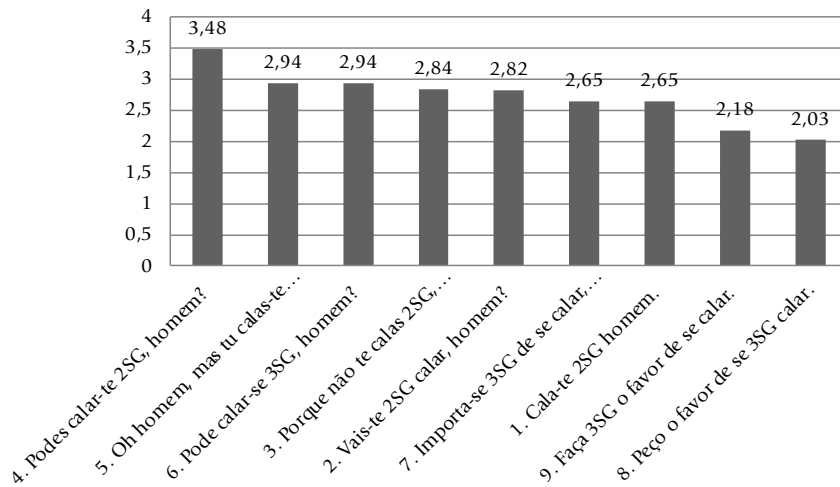


Figure 5 – Q2 results: weighted averages of translation assessment.

Although respondents do not show a clear preference for any media translation, the only option ranking higher than 3 is option 4, a clear conventionally indirect request by means of the modal verb “poder” coupled with 2nd p. singular. All other translations were deemed unsuitable as none reached the 3-point threshold. However, and focusing on the scattered assessment of all other options, forms of address do not seem to have played a specific role when judging the appropriateness of the translations – options 5 and 6 rank the same despite the fact that 5 uses 2nd p. singular and 6, 3rd p. singular. Speaker assessment seems to have been more sensitive to the pragmatic form of the speech act and to favour clear conventional indirectness and, when translating impoliteness, to devalue the elaboration of form usually reserved for polite contexts,

such as 8 and 9. It is probably due to this sense of inadequacy that two speakers (indicated as “S” below) used the comment box to offer alternative translations:

S1: Traduziria por “És 2SG capaz de calar a boca, pá?” [I would translate it as “Are you able to shut your mouth, man?” (Can you shut your mouth, man?)]

S2: Outras possibilidades: “Oh pá, estavas 2SG melhor caladinho DIMINUTIVE” ou “Mas tu nunca te calas 2SG, homem?” [Other possibilities: “Look, man, you’d do better to be quiet” or “But do you ever shut up, man?”]

These comments show a number of interesting options. Firstly, both S1 and S2 resorted to 2nd p. singular in the three alternatives provided; secondly, both resorted to “pá” as a suitable vocative, a distinctive feature of EP (absent from Brazilian Portuguese, for example), used as an interjection and often as a form of address marked for informality and/or familiarity.⁷ Thirdly, and despite some preference for conventional indirectness, S2 proposed a more creative option to counter convention, namely the diminutive of the adjective “calado” (“quiet”), standing here as an example of “pragmatic impoliteness.” This leads us to the question of knowing how im/polite the translations were thought to be, which Figure 6 illustrates:

7. Maçãs describes “pá” as suitable address amongst friends from all social classes. (200)

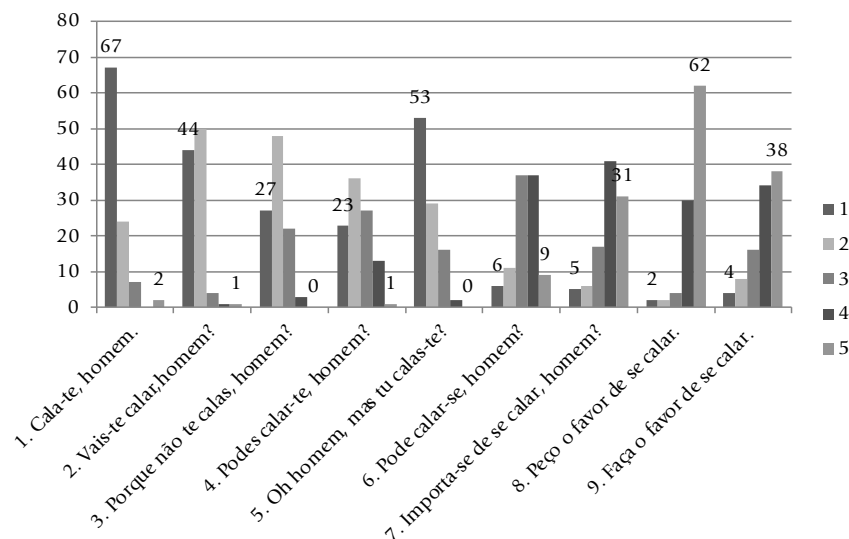


Figure 6 – Question 3 results: On a scale of 1 to 5, how polite do you think the previous sentences are (1 = very impolite; 5 = very polite)?

Figure 6 is almost the symmetrical opposite of chart 4 – this time, the highest evaluations are concentrated on options 8 and 9, deemed the most polite. Overall, speaker assessment of im/politeness seems sensitive to address selection, as politeness is ranked higher from option 6 onwards, when address shifts from 2nd p. singular to 3rd p. singular. As with the previous results, deferential form and discernment stand out, as the most polite options are conventionally indirect requests exhibiting the highest elaboration of form and putting the “indebtedness” of the speaker towards a socially distant addressee on record. (Brown & Levinson 1987) Not surprisingly, and in stark contrast to 8 and 9, the most impolite option was 1, a direct request using the imperative and 2nd p. singular. Figure 7 shows the weighted average of im/politeness for each translation:

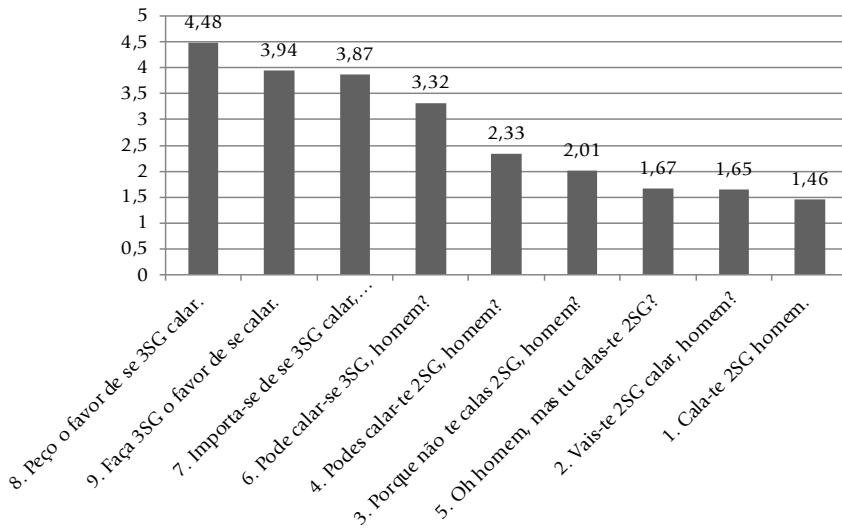


Figure 7 – Question 3 results: weighted averages of im/politeness assessments.

This time, a clear sensitivity to address is revealed, as no option using 2nd p. singular achieved the 3-point threshold required to rank positively for politeness. The only difference between options 6 and 4 is precisely the form of address, while the 3rd p., triggering the conventional implicature of social distance, is enough to make option 6 rank positively at 3.32, as opposed to the 2.33 median evaluation for option 4. Furthermore, the salience of the addressee seems paramount for evaluations of politeness – an important difference between option 8, ranked highest for politeness, and option 9, is that the latter positions the addressee in a subject position due to use of the imperative (“[you] do me the favour of shutting up”), whereas in option 8 the subject is 1st p. singular pro-drop, meaning the responsibility for the potential FTA falls mainly on the speaker. In fact, in option 8 the presence of the addressee is minimal and indicated solely by the 3rd p. singular complement pronoun “se”, pointing to a certain “addressee effacement,” and consequent face threat mitigation, which may explain why this option was deemed more polite.

Figure 7 thus reiterates the importance of discernment in im/politeness assessments in EP – the more formal (i.e., the more elaboration of form) the request and the more formulaic polite expressions to which it resorts (option 7, “importa-se de” – “do you mind,” option 9, “faça o favor” – “do (me) the favour,” option 8, “peço o favor” – “I ask for the favour”), the more polite it is deemed to be. A clear conclusion deriving from this questionnaire is that informants seem to have strong ideas of what counts as polite or impolite in EP based on fairly fixed conventional forms – “semantic im/politeness” seems to be paramount. As to the context of Biden’s utterance, S3 offered an invaluable comment clarifying its impoliteness:

S3: “Acredito que Joe Biden tenha sido propositadamente indelicado, tendo em conta o contexto”. [I believe Joe Biden might have been impolite on purpose, given the context.]

5. Conclusion

By examining how the utterance “would you shut up, man?” was translated in the Portuguese press, we draw the conclusion that address forms are sensitive linguist means to signal impoliteness in EP, as most translations selected 2nd p. singular to mark it. In addition, speaker validation confirmed a strong nexus between form and im/politeness in EP, with elaboration of form, 3rd p. conventional implicature and conventional formulae associated with indirect requests ranking high for politeness. Whilst the usage of forms such as “você” may point to speakers who are interested in pursuing their own interactional goals, these results reinforce the importance of discernment, and most likely “semantic im/politeness”, and seem to indicate that speakers remain attached to sociocultural, conventional constraints mirrored in their deployment of forms of address, which hold even outside the heavily ritualised language practices of courtrooms, where a rigid concordance between form and context is expected, as shown in the example of the football manager Jorge Jesus.

The ideological load of the data is equally noteworthy, (Mills 2009, 2017) as not only the informants of this study but also the journalists who acted as translators and mediators of im/politeness are in all likelihood university-educated, standard-EP speakers to whom issues of social class, rank and deference are important, a fact that may explain the preference for 3rd p. and deferential form in directive speech acts. This is also why the reprimand handed out to Jorge Jesus for using the “wrong” form of address in court is relevant – he was probably not aware that the constraints imposed by the expected linguistic rituals of the situation were of such import, leading the judge to perceive his use of “você” as a breach of the moral order.

Finally, there are research strands that this study did not have the scope to explore but which are promising avenues of research. The exploration of issues of power, social class and the importance of hierarchy in Portuguese society is fundamental in understanding the role of forms of address in shaping interpersonal relationships, as Jesus’s case and the translation of the pronoun “you” illustrate. Equally important as a future research strand, at least in EP, is the question as to how discernment relates to volition, and how the 3rd p. conventional implicature and the politeness values attributed to form can be countered by more flexible address behaviours that defy normative sociocultural patterns.

Works Cited

- Baker, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. London/ New York: Routledge, 2018.
- Bassnett, Susan. “Bringing the News Back Home: Strategies of Acculturation and Foreignisation”. *Language and Intercultural Communication* 5 (2), 2005: 120-130.
- Bassnett, Susan & Esperança Bielsa. *Translation in Global News*. London/ New York: Routledge, 2009.
- Baubeta, Patricia Anne Odber De. “Modes of Address: Translation Strategies or the Black Hole”. *Ilha do Desterro* 28, 1992: 87-107.

- Bousfield, Derek. "Impoliteness in the Struggle for Power". *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Ed. Derek Bousfield & Miriam A. Locher. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. 127-153.
- Braun, Friederike. *Terms of Address. Problems of Patterns and Usage in Various Languages and Cultures*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988.
- Brown, Penelope & Stephen Levinson. *Politeness. Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Brown, Roger & Albert Gilman. "The Pronouns of Power and Solidarity". *Style in Language*. Ed. Thomas A. Sebeok. Cambridge MA: Technology Press, 1960. 252-276.
- Carreira, Maria Helena Araújo. "Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs". *Coloquio Pronombres de Segunda Persona y Formas de Tratamiento en las Lenguas de Europa*. Plenary talk. Paris: Instituto Cervantes de Paris, 2003. https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf Last accessed 21st April 2022.
- . *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris: Peeters, 1997.
- . "Politeness in Portugal; how to address others". *Politeness in Europe*. Ed. Leo Hickey & Miranda Stewart. Clevedon/ Buffalo: Multilingual Matters, 2005. 306-315.
- Casanova, Isabel. *Dicionário Terminológico. Compreender a TLEBS*. Lisboa: Plátano Editora, 2009.
- Chovanec, Jan. "Critical Pragmatic Insights into (Mis)Translation in the News". *The Routledge Handbook of Translation and Pragmatics*. Ed. Rebecca Tipton & Louisa Desilla. London: Routledge, 2019. 133-152.
- Cintra, Luís Filipe Lindley. *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- Clyne, Michael, Catrin Norrby & Jane Warren. *Language and Human Relations: Styles of Address in Contemporary Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Coates, Jennifer. "Epistemic Modality and Spoken Discourse". *Transactions of the Philological Society* 85 (1), 1987: 110-131.
- Cook, Manuela. "Address Pronouns and Alternatives. Challenges and Solutions when Translating between Two Polycentric Languages (English and Portuguese)". *The Social Dynamics of Pronominal Systems: A Comparative Approach*. Ed. Paul Bouissac. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2019. 75-98.

- . "N-V-T, a Framework for the Analysis of Social Dynamics in Address Pronouns". *The Social Dynamics of Pronominal Systems: A Comparative Approach*. Ed. Paul Bouissac. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2019. 17-34.
- . "Portuguese Pronouns and Other Forms of Address, from the Past into the Future – Structural, Semantic and Pragmatic Reflections". *Ellipsis* 11, 2013: 267-290.
- . "Uma Teoria de Interpretação das Formas de Tratamento na Língua Portuguesa". *Hispania* 80 (3), 1997: 451-464.
- Culpeper, Jonathan. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- , Derek Bousfield & Anne Wichmann. "Impoliteness Revisited: with Special Reference to Dynamic and Prosodic Aspects". *Journal of Pragmatics* 35, 2003: 1545-1579.
- & Claire Hardaker. "Impoliteness". *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im) Politeness*. Ed. Jonathan Culpeper, Michael Haugh & Dániel Z. Kádár. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017. 199-225.
- & Marina Terkourafi. "Pragmatic Approaches (Im)Politeness". *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)Politeness*. Ed. Jonathan Culpeper, Michael Haugh & Dániel Z. Kádár. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017. 11-39.
- Duarte, Isabel Margarida. "Formas de Tratamento em Português: Entre Léxico e Discurso". *Matraga* 18 (28), 2011: 84-101.
- Dynel, Marta. "The Landscape of Impoliteness Research". *Journal of Politeness Research* 11(2), 2015: 329-354.
- Eelen, Gino. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester, UK.: St. Jerome Press, 2001.
- Faraco, Carlos Alberto. "O Tratamento Você em Português: uma Abordagem Histórica". *LaborHistórico* 3 (2), 2017/1996: 114-132.
- Fraser, Bruce & William Nolen. "The Association of Deference with Linguistic Form". *International Journal of the Sociology of Language* 27, 1981: 93-109.
- García-Pastor, María Dolores. *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Ed. Derek Bousfield & Miriam A. Locher. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. 101-123.
- Gouveia, Carlos. "As Dimensões da Mudança no Uso das Formas de Tratamento em Português Europeu". *O Fascínio da Linguagem*. Ed. Isabel Margarida Duarte & Fátima Oliveira. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. 91-100.

- . "Tu como Marca Interpessoal de Superioridade e de Distância em Português Europeu". Symposium "Próximos ou distantes? Formas de tratamento nas diferentes variedades do português". VI SIMELP-Simpósio Muncial de Estudos de Língua Portuguesa. Plenary Talk. Santarém: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, 2017. (Personal correspondence with the author).
- Grainger, Karen. "'First Order' and 'Second Order' Politeness: Institutional and Intercultural Contexts". *Discursive Approaches to Politeness*. Ed. Linguistic Politeness Research Group. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2011. 167-188.
- Hammermüller, Gunther. "Retracing the Historical Evolution of the Portuguese Address Pronoun *você* using Synchronic Variationist Data". *Address in Portuguese and Spanish*. Ed. Martin Hummel & Célia dos Santos Lopes. Berlin/ Boston: De Gruyter, 2020. 251-289.
- Haugh, Michael. "The Discursive Challenge to Politeness Theory: an Interactional Alternative". *Journal of Politeness Research* 3, 2007: 295-317.
- . "Im/politeness, Social Practice and the Participation Order". *Journal of Pragmatics* 58, 2013: 52-72.
- , Daniel Kádár & Sara Mills. "Interpersonal Pragmatics: Issues and Debates". *Journal of Pragmatics* 58, 2013: 1-11.
- Hill, Beverly, Sachiko Ide, Shoko Ikuta, Akiko Kawasaki & Tsunao Ogino. "Universals of Linguistic Politeness. Quantitative Evidence from Japanese and American English". *Journal of Pragmatics* 10(3), 1986: 347-371.
- Hollan, Robert. "News Translation". *The Routledge Handbook of Translation Studies*. Ed. Carmen Millán & Francesca Bartrina. London: Routledge, 2013. 332-346.
- Hummel, Martin. "The Diachronic Expansion of Pt. *vossa mercê* > *você* and Sp. *vuestra merced* > *usted*". *Working Papers em Linguística* 20(2), 2019: 24-59.
- . "Diachronic Research on Address in Portuguese and Spanish". *Address in Portuguese and Spanish*. Ed. Martin Hummel & Célia dos Santos Lopes. Berlin/Boston: De Gruyter, 2020. 7-70.
- Ide, Sachiko. "Formal Forms of Discernment: Two Neglected Aspects of Universals in Linguistic Politeness". *Multilingua* 8 (2/3), 1989: 223-248.
- Kádár, Daniel. *Politeness, Impoliteness and Ritual: Maintaining the Moral Order in Interpersonal Interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- & Michael Haugh. *Understanding Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

- Kluge, Bettina. "On Translating Pronominal and Nominal Terms of Address. State of the Art and Future Directions". *It's Not All About You: New Perspectives on Address Research*. Ed. Bettina Kluge & María Irene Moyna. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2019. 48-73.
- Lara, Víctor & Ana Guilherme. "The Politeness of você in European Portuguese". *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics* 11 (2), 2018: 337-366.
- Lara-Bermejo, Víctor & Ana Rita Bruno Guilherme. "The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese". *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics* 14 (1), 2021: 39-79.
- Laslop, Maria Eugenia Vazquez. "Addressing in Two Presidential Election Debates in Mexico (1994 and 2012)". *Address in Portuguese and Spanish*. Ed. Martin Hummel & Célia dos Santos Lopes. Berlin/ Boston: De Gruyter, 2020. 385-412.
- Locher, Miriam. "Polite Behaviour Within Relational Work: the Discursive Approach to Politeness". *Multilingua* 25 (3), 2006: 249-267.
- Locher, Miriam A. "Politeness Research from Past to Future, with a Special Focus on the Discursive Approach". *New Perspectives on (Im)Politeness and Interpersonal Communication*. Eds. Lucía Fernández Amaya, Maria de la O Hernández López, Reyes Gómez Morón, Manuel Padilla Cruz, Manuel Mejias Borrero & Mariana Relinque Barranca. Newcastle: Cambridge Scholars, 2012. 36-60.
- . "Interpersonal Pragmatics and its Link to (Im)Politeness Research". *Journal of Pragmatics* 86, 2015: 5-10.
- & Richard J. Watts. "Politeness Theory and Relational Work". *Journal of Politeness Research* 1(1), 2005: 9-33.
- & Richard J. Watts. "Relational Work and Impoliteness: Negotiating Norms of Linguistic Behaviour". *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Ed. Derek Bousfield & Miriam A. Locher. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. 77-99.
- & Sage L. Graham. *Interpersonal Pragmatics*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010.
- Lopes, Célia Regina & Maria Antónia Mota. "A Percepção e a Aceitabilidade de Formas de Tratamento no Português Europeu (PE): uma Abordagem Experimental". *Working Papers em Linguística* 20 (2), 2019: 135-174.
- Lowe, Robert J. *Uncovering Ideology in English Language Teaching: Identifying the 'Native Speaker' Frame*. Cham: Springer, 2020.

- Lucena, Maria Inêz Probst. "A Brief Analysis of Forms of Address in the Translation of *Animal Farm*". *Cadernos de Tradução* 1 (2), 1997: 185-196.
- Luz, M. dos Santos. "Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico". *Revista Portuguesa de Filologia* 9, 1958-9: 55-157.
- Maçãs, Delmira. "Formas Interlocutórias do Diálogo no Português Moderno Coloquial". *Biblos* XLV (45), 1976: 153-266.
- Marques, Maria Aldina Marques & Isabel Margarida Duarte. "Formas de Tratamento e Preservação da Face em Interações Verbais Online". *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 5, 2019: 236-249.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte & Isabel Hub Faria. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- Mills, Sara. *English Politeness and Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- . *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- . "Impoliteness in a Cultural Context". *Journal of Pragmatics* 41, 2009: 1047-1060.
- . "Sociocultural Approaches to (Im)politeness". *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)Politeness*. Ed. Jonathan Culpeper, Michael Haugh & Dániel Z. Kádár. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017: 41-60.
- Mitchell, Nathaniel & Michael Haugh. "Agency, Accountability and Evaluations of Impoliteness". *Journal of Politeness Research* 11 (2), 2015: 207-238.
- Norrby, Catrin & Camilla Wide (eds.) *Address Practice as Social Action: European Perspectives*. Basingstoke: Palgrave Pivot, 2015.
- & Jane Warren. "Address Practices and Social Relationships in European Languages." *Language and Linguistics Compass* 6/4, 2012: 225-235.
- Oliveira, Sandi Michele de. "Address in Computer-mediated Communication". *Pragmatics of Computer-mediated Communication. Handbooks of Pragmatics*, v. 9. Ed. Susan C. Herring, Dieter Stein & Tuija Virtanen. Bonn: Walter de Gruyter, 2013. 291-314.
- . "Negotiating Identity, Conflict, and Cooperation within a Strategic Model of Address." *The ISA Handbook in Contemporary Sociology: Conflict, Competition, Cooperation*. Ed. Ann Denis & Devorah Kalekin-Fishman. London: Sage, 2009. 416-432.
- . "Winning Friends and Influencing People Abroad: Using Native Speakers' Communicative Strategies". *Intercultural Communication Studies* 4 (1), 1994: 23-44.

- Rosa, Alexandra Assis. "The Negotiation of Literary Dialogue in Translation: Forms of Address in Robinson Crusoe Translated into Portuguese". *Target* 12 (1), 2000: 31-62.
- Schäffner, Christina. "Language, Interpreting, and Translation in the News Media". *The Routledge Handbook of Translation Studies and Linguistics*. Ed. Kirsten Malmkjær. London: Routledge, 2018. 327-341.
- Sidiropoulou, Maria. *Understanding Im/politeness through Translation. The English-Greek Paradigm*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2021.
- Spencer-Oatey, Helen. "Reconsidering Power and Distance". *Journal of Pragmatics* 26, 1996: 1-24.
- & Vladimir Žegarac. "Power, Solidarity and (Im)politeness". *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)Politeness*. Ed. Jonathan Culpeper, Michael Haugh & Dániel Z. Kádár. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017. 119-141.
- Terkourafi, Marina. "Beyond the Micro-level in Politeness Research". *Journal of Politeness Research* 1, 2005: 237-262.
- . "Identity and Semantic Change: Aspects of T/V Usage in Cyprus". *Journal of Historical Pragmatics* 6, 2005: 283-306.
- . "Toward a unified theory of politeness, impoliteness, and rudeness". *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Ed. Derek Bousfield & Miriam A. Locher. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008: 45-74.
- Tracy, Karen. "Facework and (Im)Politeness in Political Exchanges". *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)Politeness*. Ed. Jonathan Culpeper, Michael Haugh & Dániel Z. Kádár. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017. 739-758.
- Valdeón, Roberto A. "Media Translation in BBC Mundo Internet Texts". *Revista Canaria de Estudios Ingleses* 51, 2005: 105-119.
- Vergis, Nikos & Marina Terkourafi. "The M-word: A Greek Collocation between Solidarity and Insult". *Interdisciplinary Perspectives on Im/Politeness*. Ed. Marina Terkourafi & Staci Defibaugh. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015. 41-70.
- Watts, Richard J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- White, Peter. "Modality as Dialogue: a Bakhtinian Reanalysis of Epistemic Stance". *WORD* 59 (1-2), 2008: 143-167.

Appendix – List of Portuguese News Articles

1. *Correio da Manhã*, “Acusações, farpas e insultos: O primeiro debate entre Donald Trump e Joe Biden ponto a ponto.”, 30th Sept. 2020 <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/acusacoes-farpas-e-insultos-o-primeiro-debate-entre-donald-trump-e-joe-biden-ponto-a-ponto>
2. *Diário de Notícias*, “Eleições. Biden manda calar Trump em debate caótico,” 30th Sept. 2020 <https://www.dn.pt/mundo/debate-biden-manda-calar-trump-em-debate-caotico-12795902.html>
3. *Expresso*, “EUA 2020. “Fiz um trabalho fantástico”. “Continua com o blá blá”. Como foi o debate mais caótico de sempre (live coverage),” 30th Sept. 2020 <https://expresso.pt/internacional/2020-09-29-EUA-2020.-Fiz-um-trabalho-fantastico.-Continua-com-o-bla-bla.-Como-foi-o-debate-mais-caotico-de-sempre>
4. *Jornal de Negócios*, “Joe Biden diz a Trump que se cale em debate conflituoso,” 30th Sept. 2020 <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/joe-biden-diz-a-trump-que-se-cale-em-debate-conflituoso>
5. *Jornal de Notícias*, “ O debate: Trump instiga caos, insultos, atropelos e Biden chama-lhe palhaço,” 30th Sept. 2020 <https://www.jn.pt/mundo/canal/eleicoes-nos-eua/o-debate-trump-instiga-caos-insultos-atropelos-e-biden-chama-lhe-palhaco-12798784.html>
6. *Observador*, “Insultos e acusações marcam primeiro debate entre Donald Trump e Joe Biden - como aconteceu (live coverage),” 30th Sept. 2020 <https://observador.pt/liveblogs/trump-e-biden-aproximam-se-do-primeiro-debate-com-supremo-tribunal-e-impostos-de-trump-no-topo-dos-temas-quentes/>
7. *Público*, “Trump ameaça atizar extremistas nas eleições, no debate em que Biden lhe chamou ‘palhaço’”, 30th Sept. 2020 <https://www.publico.pt/2020/09/30/mundo/noticia/trumpbiden-debate-correr-mal-correu-pior-1933416>
8. *Rádio Renascença*, ““Cala-te, homem.” Dez momentos da campanha presidencial Trump vs Biden,” 3rd Nov. 2020 <https://rr.sapo.pt/2020/11/03/mundo/cala-te-homem-dez-momentos-da-campanha-presidencial-trump-vs-biden/noticia/213228/>
9. *RTP Notícias*, “Biden manda calar Trump em debate conflituoso,” 30th Sept. 2020 https://www.rtp.pt/noticias/mundo/biden-manda-calar-trump-em-debate-conflituoso_n1262963

10. *Sábado*, "No 1.º debate entre Trump e Biden, quem perdeu foi a democracia," 30th Sept. 2020 <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/no-1-debate-entre-trump-e-biden-quem-perdeu-foi-a-democracia>
11. *Sapo 24*, "Trump vs Biden. Sem apertos de mão, sem respeito e com tudo o que divide a América," 30th Sept. 2020 <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/trump-vs-biden-sem-apertos-de-mao-sem-respeito-e-com-tudo-o-que-divide-a-america>
12. *SIC-Notícias*, "Primeiro debate Trump/Biden: insultos, impostos e acusações," 30th Sept. 2020 <https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-nos-eua/2020-09-30-Primeiro-debate-Trump-Biden-insultos-impostos-e-acusacoes>
13. *Sol*, "Primeiro debate presidencial dos EUA marcado por acusações e insultos," 30th Sept. 2020 <https://sol.sapo.pt/artigo/710268/primeiro-debate-presidencial-dos-eua-marcado-por-acusacoes-e-insultos->
14. *TSF*, "Trump à defesa, Biden ao ataque mas a desperdiçar golos," 30th Sept. 2020 <https://www.tsf.pt/mundo/trump-a-defesa-biden-ao-ataque-mas-a-desperdicar-golos-12794443.html>
15. *Visão*, "Joe Biden diz a Trump que se cale em debate conflituoso," 30th Sept. 2020 <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-09-30-eua-eleicoes-joe-biden-diz-a-trump-que-se-cale-em-debate-conflituoso/>

ABSTRACTS

Aida Jordão, “The Spectacle of Inês de Castro in Spanish Drama: Building on Maria Leonor Machado de Sousa’s Premise”

The crowning of Inês de Castro many years after her assassination is a popular representation of Portugal’s Dead Queen, albeit historically unproven. Maria Leonor Machado de Sousa credits Golden Age Spanish dramatists for propagating the macabre *coroação e beija-mão*, especially Luis Vélez de Guevara and his much-adapted *Reinar después de morir*. In this paper, I build on Machado de Sousa’s premise to examine the performative effect of the final scenes of Vélez’s tragedy. Because the historical action of several years is condensed into one day and Inês is made Queen as a yet-unburied beautiful corpse, her figuration is profoundly altered.

Ana Isabel Buescu, “William Gardiner, Englishman from Bristol: Heresy, Transgression and Martyrdom at the Royal Chapel at the Palace of Ribeira in 1552”

On the 11th december 1552, at the royal chapel at the palace of Ribeira, Lisbon, king John III, queen Catherine and all the court were attending Sunday mass to celebrate the religious ceremony of the wedding of the heir to the throne, prince John, to Joana, daughter of the emperor Charles V. At the moment of the Holy communion,

William Gardiner, an Englishman from Bristol, suddenly ripped off the host from the priest's hands stepping on it, and spilling the ceremonial wine, causing great commotion among all the presents. He was immediately arrested, faced a brief trial before the ecclesiastical authorities, and was tortured and burned alive at the stake for heresy. The object of this paper is to study this tragic event, the political and ecclesiastical reactions before it, and its repercussion in the context of the religious fracture in Europe in the 16th century.

Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco, "Evocation of the 360th Anniversary of the Anglo-Portuguese Royal Marriage of Catherine of Braganza with Charles II"

This year marks the 650th anniversary of the Luso-British Alliance, the oldest diplomatic alliance still in force between two countries, implemented by the signing of the Treaty of Tagilde, on 10th of July 1372. In the light of this context, it is intended to evoke one of the most outstanding moments of this long-standing alliance: the 360th anniversary of the Anglo-Portuguese royal marriage of D. Catarina de Bragança and Charles II of England, which is being celebrated this year. Some of the antecedents that led to the completion of the royal union of the two recently restored nations, both in need of mutual assistance but culturally and religiously very different, will be briefly highlighted considering, in particular, the Portuguese policy of alliances in the post-Restoration period, the Treaties of 1661 and the 1662, and the religious wedding in Portsmouth.

Maria Zulmira Castanheira, “Lisbon, 1755: Soundscapes and Smellscapes in the Historical Thriller *The Day of Atonement* (2014) by David Liss”

Published in 2014 by Random House, *The Day of Atonement* is one of David Liss’s historical thrillers. For the setting of this novel about revenge, justice and mercy whose action takes place in the 18th century, the much-acclaimed American writer chose the city of Lisbon, more precisely in the year 1755, when a terrible earthquake, followed by a tsunami, devastated one of the world’s great cities – a natural disaster that astounded Europe and was discussed by many intellectuals of the time. In his representation of Lisbon, which required Liss to carry out extensive research into 18th century Portuguese culture, the author combines visual images with sound and smell images, showing how our perception of place is mediated not only by seeing but also by the other senses, namely hearing and smelling. Drawing on the concepts of *soundscape* and *smellscape*, this essay examines how the sounds and smells referred to in this novel contribute very significantly to the characterization of the Portuguese capital city as a populous, multicultural, busy, noisy, dirty, smelly, poor city, full of vice and disease, “infernal”, where the Catholic Church dominates, the tyrannical Inquisition watches over, persecutes and tortures its victims, like the protagonist, the Jew Sebastian Foxx (Sebastião Raposa), and the power of money takes precedence over the power of the law. Sound and smell events identify individuals, places, activities; they add meaning and help construct landscapes that are not only geographic but also socio-cultural and political.

Rogério Miguel Puga, “An Anglo-Portuguese Romantic Encounter during the Shelley-Byron Circle’s Intertextual Summer in Geneva: The Identity of the Mysterious Portuguese Lady”

During the Shelley-Byron circle’s intertextual summer of 1816 in Geneva, Lord Byron’s physician, John William Polidori, kept a journal in which he described the group’s activities. Polidori’s autobiographical narrative as well as Claire Clairmont, Byron and Percy Shelley all mention a close friend of the doctor’s in Geneva, a Portuguese lady who has remained a mysterious presence until now. Based on research using Portuguese and Swiss sources, this article establishes that the Portuguese lady was Henriette Brélaz (*née* Lassence), the wife of Pierre Nicolas Brélaz, a Swiss trader born in Lisbon who lived in Genthod across the lake from Villa Diodati.

Didiana Fernandes, “The Alto Douro Wine Country: Gazes of English Travellers in the First Half of the 19th Century”

The subject that we propose to treat is the figuration of the Alto Douro Wine Region, in the first half of the 19th century, through the eyes of English travellers. The aim of this article is to highlight one of the many possibilities of reading the stories written by Englishmen who visited this territory in the first half of the 19th century. By recording their impressions, they speak of themselves, of their experiences and of the relationship they established with the territory visited, which allows us to retain information about the space. But, more than the investigation of travel histories, the research is inscribed in the retrospective, from the travellers’ notes, of some aspects that even today are fundamental in the spreading of this territory.

Ana Cláudia Salgueiro da Silva, “The Woman in Jane Austen and Júlio Dinis: The Anticipation of the Future Feminine’s Emancipation”

This article focuses on the literary works of Jane Austen (1775-1817) and Júlio Dinis (1839-1871), namely in the female characters of the novels: *Sense and Sensibility* (1811), *Emma* (1815), *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867) and *A Morgadinha dos Canaviais* (1868). Projecting the future emancipation of women and aiming at the dignification of women, the authors create heroines who deconstruct stereotypes established over time, affirming their identities, and, consequently, assuming particular importance in the construction of diegeses.

Gabriela Gândara Terenas, “Lysia y Iberia Libertadas’: Britain and Portrayals of the Liberal Triennium in Portuguese Poetry (1820-1823)”

The main aim of this article is to examine the way the Spanish Liberal Triennium was portrayed in the Portuguese poetry of its day and the role played by Britain in this process. Before given that the Spanish Triennium occurred at the same time as the Portuguese Liberal Revolution, it is not surprising that the evocation of Spanish figures and events in the Portuguese poems under study was accompanied by and, not infrequently, caused by developments in Portugal. Most of the poems were published in Lisbon and Oporto periodicals, but others appeared in London as a consequence of the fact that many Portuguese emigrés chose England as a place of exile. Thus, England was always in some way present in these poetic evocations, so doing justice to the theme of Anglo-Portuguese/Iberian studies.

Rui Moura and José Norton, “Carlos Van Zeller: An Anglo-Portuguese Military Artist in the Iberian Liberal Wars”

Carlos Van Zeller, a Portuguese citizen, was born in London (1811), the son of Portuguese parents from a family of well-known merchants from Oporto, who were living in Britain at the time, most likely on account of the French invasions of Portugal. He died at just 26 years of age, in Mosul (1837), Mesopotamia (present-day Iraq). Having spent his childhood and youth in England, he moved to Portugal for the first time in 1829, to embark on the first steps of a career in trading, which he soon abandoned to embrace military life. In 1831, he returned to Portugal (Azores) as a captain in the ‘English Battalion’ to support the Liberal party of Queen Maria II during the civil war that raged in Portugal at the time. After this, Carlos Van Zeller joined the Portuguese Army and departed to Spain in the Portuguese unit supporting the liberal faction of the regent Maria Cristina in Spain, where a conflagration similar to the one that was unfolding in Portugal. During these two campaigns, this soldier spent his leisure time drawing and painting landscapes, war situations, or scenes of everyday life that unfolded before his eyes. In addition to the beauty of his compositions and his mastery of art, the author, endowed with remarkable insight and a spirit of observation, still manages to convey the feeling of having lived the moments described in his drawings or paintings 200 years later. In this article, the authors aim to report the results of the biographical research carried out on this unknown military artist of Portuguese nationality, but with a Dutch surname, who served as an officer in English and Portuguese units in both Portugal and Spain, which will be conducted in conjunction with the contextualization of the many watercolours, engravings, and drawings that make up the remarkable work of Carlos Van Zeller, which is currently deposited in various institutional and private archives.

Jesse Pyles, “The Battle of the Lys: Understanding How and Why its History is Distorted”

At the root of nearly all British allegations regarding the Portuguese Expeditionary Corps (CEP), severing in France, during 1917-1918, I found unabashed expressions of British cultural and racial preeminence and of Portuguese racial inferiority. British and Portuguese combat records disprove the Anglophone narrative of Portuguese indifference and cowardice at the Battle of the Lys, but they do not explain its origins, nor the orthodoxy with which some hold it. British ideas of their supremacy cut two ways, as they judged the Portuguese not only inferior to themselves, but to most Europeans. Specifically, British officers, officials, and citizens anchored their censures of the Portuguese on subjective descriptors such as, degenerate, indolent, dilatory, sickly, arrogant, corrupt, evil, simpleminded, hard-headed, dark-coloured, and half-civilized, among many others. This trend predates the Great War, and helps explain British vitriol after the Battle of the Lys. My research of the Portuguese Expeditionary Corps points to the conclusion that the prevailing narrative of the Portuguese Corps is founded on longstanding chauvinisms, not facts. The importance of such perspectives lies in understanding how they have tainted historical interpretations. Thus, the article delves into topics that shed light on the narrative's inception. It will include an applied study of the Anglo-Portuguese Alliance, with emphases on British imperial world-views, including chauvinistic ideas, along with altered war remembrances, and problems that have sprung from writing history from the 'Great Man' approach.

Maria Antónia Lima, “The Anglo-American Gothic Shadow in Contemporary Portuguese Art and Literature”

When we feel very pessimistic about our present and future, it is perhaps even more necessary to delve deeper into works created by a group of Portuguese writers and artists through which we can perceive the influence of the Anglo-American Gothic creativity, always interested in expressing the anxieties, obsessions, fears and melancholic feelings that characterize a very particular aesthetic sensitivity. In this essay, the influence of several Gothic themes and concepts on this group of Portuguese writers will be associated with the psychoanalyst concept of “shadow” proposed by Carl Gustav Jung, and the concepts of “the return of the repressed” or “Das Unheimliche” by Sigmund Freud to reveal the importance of giving voice to the reality of the dark side of human existence in most of the works here studied. From the disturbing atmospheres of Ana Teresa Pereira’s fictional universe, to Gonçalo M. Tavares’ “Black Books”, or to David Soares’ associations with dark Fantasy; and the tragic poetry of José Luís Peixoto, so closely connected to the poetic and musical Gothic of Moonspell’s lead singer, Fernando Ribeiro; and also taking into account Nuno Cera’s pictures of nightmarish sceneries of big city centers, we will highlight some very interesting and original dark visions in Portuguese literature and art today.

Rita Faria, “‘Would you shut up, man?’ The Translation of Forms of Address in the Portuguese Press”

During the Biden vs Trump first presidential debate in September 2020, Biden turned to his opponent and uttered ‘would you shut up, man?’ The next month, the manager of *Benfica* football club was admonished for his use of pronouns of address in court. This study focuses on the nexus between forms of address and im/politeness in European Portuguese (EP), examining the translation of Biden’s utterance in the Portuguese press, whilst using the football manager’s

ABSTRACTS

case as a practical example. The translations were evaluated using a questionnaire of 100 respondents, showing that 2nd p. verb forms are primary means to signal impoliteness; evaluations of politeness highlight a concern for discernment attached to conventional forms. Both cases illustrate the interpersonal significance of address forms in EP.

Biographical Notes

Aida Jordão is a theatre scholar and practitioner whose research, teaching and theatre-making build on her dissertation, “Inês de Castro in Theatre and Film: A Feminist Exhumation of the Dead Queen” (Centre for Drama, Theatre and Performance Studies, University of Toronto). She is an Adjunct Professor at York University, Toronto.

Ana Cláudia Salgueiro da Silva holds a PhD in Literature from the University of Évora and a degree in Portuguese/French Teaching from the Higher School of Education of Portalegre. She has developed research work in the field of Literature and Literary Tourism. She is a member of the CIAC-UAlg, the CEL-UÉ and of the Editorial Board of *LIT&TOUR – International Journal of Literature and Tourism Research*.

Ana Isabel Buescu is an Associate Professor at the History Department of Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa and a senior member of CHAM (Center for the Humanities NOVA FCSH). Her main domain is Portuguese Early Modern History, with a special focus on court culture and royal ceremonies. Since 2005 she has published the following books: *D. João III (1502-1557)* (2005); *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal* (2007); *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o Século XVI* (2010); *A Livraria Renascentista*

de D. Teodósio I, Duque de Bragança (2016); and *D. Beatriz de Portugal. A Infanta Esquecida (1504-1538)* (2019). In collaboration: *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Práticas e Representações (Séculos XIII-XVIII)* (2011). Contact: aib@fcs.unl.pt Detailed CV: Ciência ID 3F1B-92CA-DAB7 ORCID iD: 0000-0002-5938-8463

Didiana Margarida Fachada Lopes Fernandes Branco holds a PhD in Cultural Sciences from the University of Trás-os-Montes e Alto Douro, a Master's degree in Local and Regional Studies from the University of Porto and a degree in Tourism Management and Planning from the University of Aveiro. She is an Adjunct Professor at the School of Technology and Management of Lamego (IPV) and a Researcher at CIAC. She also collaborates with CITUR. She develops interdisciplinary research in tourism, local and regional studies and in the fields of travel literature and the historical and cultural reading of space.

Gabriela Gândara Terenas is the Executive Coordinator of the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at NOVA FCSH, where she has taught many different subjects, including Anglo-Portuguese Literary and Cultural Studies, Cultural Theory, Translation Studies, History of Britain, English Literature and Culture, and North-American Literature and Culture. She is an Associate Professor with Habilitation in Languages, Literatures and Cultures (special area Studies of Culture/Anglo-Portuguese Studies). Her special area of interest is Anglo-Portuguese Studies, a field in which she has published more than fifty studies, including articles, chapters of books and the two following books: *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (Lisboa: Editora Caleidoscópico, 2012); and *O Portugal da Guerra Peninsular. A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)* (Lisboa: Edições Colibri, 2000/2nd edition: 2010). Among others she coordinates the Research Project "The Reception of the British Culture in the Portuguese Press (20th Century)".

BIOGRAPHICAL NOTES

Jesse Pyles studied diplomatic, cultural, war and society, and military history at the University of Montana, earning a BA. He studied tactical, operational, and strategic military history at the University of North Texas, earning an MA. He studied diplomatic, cultural, and military history, along with Geography and the History of Science and Technology at Florida State University, earning a Ph.D. He is retired from a career in technology and business operations. He worked primarily with active duty, former, and retired U.S. and NATO military personnel. He is is deeply familiar with Anglo-American and Luso-Brazilian cultures. He speaks, reads, and writes Portuguese fluently, and also works in Spanish and French. He is the only trained military historian who has critically analysed and evaluated British and Portuguese combat records regarding the Battle of the Lys, specifically examining how these records do not align with the British official history.

José Norton is an economist, graduated by ISCEF in 1971. Alongside his professional activity, he has always devoted his time to archaeological and historical research and has published several scientific articles in newspapers and magazines. He also published the following books: *Fronteiras do Tempo* (Bertrand 2002); *Pina Manique* (Bertrand 2004); *O Último Távora* (Leya 2008); *O Testamento Político do Marquês de Alorna* (Tribuna da História 2008); *O Milionário de Lisboa. Biografia do Conde de Farrobo* (Leya 2010); and *Juliana, Condessa de Strogonoff* (Leya 2012), which won an honorable mention at the 2012 Grémio Literário annual award. Online blog : Pena do Que Não Escrevi

Maria Antónia Lima is a researcher at the University of Lisbon Centre for English Studies – ULICES, and teaches at the University of Évora. She completed her PhD in 2001 on the fiction of Brown, Poe, Hawthorne and Melville. She was President of the Portuguese

Association for Anglo-American Studies (APEAA). Her current areas of research include gothic fiction and the relations between literature and the arts. Her publications include essays in specialized journals and critical volumes as well as books such as *Impersonality and Tragic Emotion in Modern Poetry* (2003); *Paradoxes of Terror: Terror in American Literature* (2008); *American Gothic – Some Routes* (2017); *Independent Readings – Articles of Literary Criticism* (2018); *An Introduction to American Gothic Literature* (2021); *The Perverse Artist: An Introduction to the Work of Edgar Allan Poe* (2021); and the novel *Haunted Words* (2011).

Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco is a Tenured Assistant Professor in the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at the NOVA FCSH. She holds an MA and a PhD in Anglo-Portuguese Studies awarded by NOVA FCSH. She has been lecturing since 1986 both undergraduate and postgraduate courses in Languages, Literatures and Cultures, and Translation Programmes. She is also a researcher with the Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), collaborating regularly with different research areas namely Anglo-Portuguese Studies and Anglophone Cultures and History (Literature and the Media and Science and Culture strands). Both activities – as lecturer and as researcher – deal with specific areas of interest such as Anglo-Portuguese Studies, Literature, Cinema and Other Arts, British and North-American Literature, Translation Studies, especially Literary Translation and Reception Studies in the field of Comparative Studies, developed in an interdisciplinary point of view. She has collaborated in inter-institutional projects – PEnPAL in Trans-Portuguese-English Platform for Anthologies of Literary Translation (<http://penpalintranslation.com/>) – and in international on-going projects – TAPP Trans-Atlantic & Pacific Project (Educational network of bilateral writing-translation projects, https://www.ndsu.edu/english/transatlantic_and_pacific_translations/). She is also a member of the Editorial Board of *Herança – Revista de História, Património e Cultura*.

BIOGRAPHICAL NOTES

Maria Zulmira Castanheira is Assistant Professor in the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at NOVA FCSH, where she teaches English Literature, Translation Studies and Anglo-Portuguese Studies and vice-coordinates the Undergraduate Programme in Languages, Literatures and Cultures and co-coordinates the inter-university Doctoral Programme in Translation Studies (Universidade Nova de Lisboa and Universidade Católica Portuguesa). She is also a researcher at CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, Portugal), where she coordinates the “Anglo-Portuguese Studies” research area. She holds an MA and a PhD in Anglo-Portuguese Studies. Her research concentrates mainly on 18th, 19th and 20th century Anglo-Portuguese historical, literary and cultural relations. She has written extensively on British travel writing on Portugal and on the reception of British culture in the periodical press of Portuguese Romanticism.

Miguel Alarcão has a BA in Portuguese and English Studies (1981), MA in Anglo-Portuguese Studies (1986) and PhD in English Culture (1996), awarded by NOVA University, Lisbon, where he holds the post of Associate Professor. Director of the Central Library (2001-09) and Co-coordinator of the Faculty’s earliest research group on Medieval Studies (1999-2004). Colloquial Assistant in Portuguese at the University of Birmingham (late 1980s). He has published two books, five co-editions and c. 70 articles in Festschriften, proceedings and academic journals on English/British Culture(s), Medieval English Studies and Anglo-Portuguese Studies.

Rita Faria is Assistant Professor at the Catholic University of Portugal, Lisbon, where she teaches undergraduate and graduate courses in Portuguese, EFL and Discourse. She holds a PhD by the Catholic University of Portugal with a thesis on linguistic politeness in Portuguese and in English. Her main research interests are (im) politeness, forms of address with a focus in Portuguese, verbal aggression, literature and aggression and (im)politeness and fiction.

Rogério Miguel Puga has a PhD in Anglo-Portuguese Studies and he is an Associate Professor at NOVA FCSH where he coordinates the Undergraduate Programme in Languages, Literatures and Cultures. His research interests are Contemporary English Literature, Travel Writing, Anglo-Portuguese Studies and Post-Colonial Studies.

Rui Moura is a retired Major-General of the Portuguese Army. He had a career in both operational and staff positions, with several overseas deployments, and was a teacher at the Army and Armed Forces War Colleges. In 2008, whilst commanding Regimento de Infantaria 14, in Viseu, he researched and wrote the Regimental History and, since then, he has written and lectured extensively on Military History and on the Napoleonic Wars, both in Portugal and the UK. His publications include several biographies, namely of lieutenant-colonel James Ward Oliver and general Pamplona Corte Real, Count of Subserra. He is an associated member of the *Portuguese Military Review*, the Sociedade de Geografia de Lisboa, the British Historical Society of Portugal, and is Vice-President of the Friends of the British Cemetery, Elvas. Some of his papers can be found at <https://independent.academia.edu/RuiMoura2>

Teresa Pinto Coelho is Full Professor and Chair in English and Anglo-Portuguese Studies at the Universidade Nova de Lisboa where she teaches Victorian Literature, Anglo-Portuguese literary, cultural and colonial relations and Post-Colonial Literature. In 1994 she obtained her DPhil from the University of Oxford (St. Anthony's College) and she was Director of the Instituto Camões Centre for Portuguese Studies of the University of Oxford and Supernumerary Fellow of St. John's College from 2004 to 2007. She has published several books and a wide range of articles on her fields of study both in Portugal and abroad. She is currently a member of the Scientific Board of Portugal-UK 650, an initiative to commemorate the 650th anniversary of the Anglo-Portuguese Alliance and

BIOGRAPHICAL NOTES

of the international interdisciplinary research project “The Anglo-Portuguese Alliance: Taking Stock of the Past and Envisioning the Future”. In 2022 she was awarded the title of Honorary Research Fellow by the University of Oxford.

Publication Ethics and Publication Malpractice

The editor of the journal is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor may be guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may confer with other editors or reviewers in making this decision. The editor will at any time evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors. The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate. Unpublished materials disclosed in a submitted manuscript must not be used in an editor's own research without the express written consent of the author.

Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper. Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process. Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others except as authorized by the editor. Reviews should be conducted objectively. Personal criticism of the author is inappropriate. Referees should express their views clearly

with supporting arguments. Reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. Any statement that an observation, derivation, or argument had been previously reported should be accompanied by the relevant citation. A reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge. Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. Submitting the same manuscript to more than one journal concurrently constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable. Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication. All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.



ISSN 0871-6820



Financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto: UIDB/04097/2020

9 770871 682001

3 1